



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan

**Espaço geográfico, comunicação e psicofera: A imagem da Petrobras
construída pelos meios de comunicação**

São Paulo
2021

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan

**Espaço geográfico, comunicação e psicosfera: A imagem da Petrobras construída pelos
meios de comunicação**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, Economia e Dinâmicas Regionais
Orientadora: Prof^a Dr^a María Mónica Arroyo

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M293e Mantoan, Ruth Alexandre de Paulo
Espaço geográfico, comunicação e psicofera: a
imagem da Petrobras construída pelos meios de
comunicação / Ruth Alexandre de Paulo Mantoan;
orientadora María Mónica Arroyo. - São Paulo, 2021.
183 f.

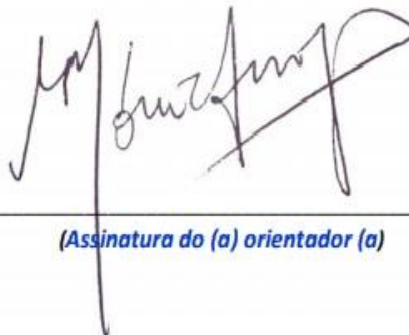
Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Mídia. 2. Imagem. 3. Petrobras. 4. Psicofera. 5. Globalização. I.
Arroyo, María Mónica, orient. II.
Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Ruth Alexandre de Paulo Mantoan****Data da defesa: _04/02/2021****Nome do Prof. (a) orientador (a): María Mónica Arroyo**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18 / 03 / 2021



(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: MANTOAN, Ruth Alexandre de Paulo

Título: Espaço geográfico, comunicação e psicosfera: A imagem da Petrobras
construída pelos meios de comunicação

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Aprovado em:

Banca examinadora

Profº Drº André Buonani Pasti

Instituição: Universidade Federal do ABC

Julgamento _____

Profº Drº Gilberto Bercovici

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento _____

Profº Drº Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Julgamento _____

Agradecimentos

O primeiro agradecimento careço direcionar a todas as pessoas que, de alguma maneira, defenderam a vida e a saúde física e mental da coletividade, durante a pandemia do COVID 19, nos inúmeros fronts que se ergueram para enfrentar o vírus e suas consequências nefastas, também para a economia e educação. Acertadíssima a decisão da Universidade de São Paulo, de prorrogar os prazos de depósitos e defesas, em respeito aos pós-graduandos, durante o inferno vivido em 2020. Seria difícil manter condições psicológicas de concluir as pesquisas, a partir do momento que o terror tomou o horizonte nas imagens da devastação que o vírus promovia na Europa, América Central e Estados Unidos. Enterros coletivos, corpos aguardando enterro em freezers, corpos aguardando recolhimento em casa ou nas ruas do Equador. Até que o cenário aportou no Brasil. Enterros coletivos em Manaus, aqui em São Paulo, começaram a abrir dezenas de covas de uma só vez, usando escavadeiras e o Instituto Médico Legal (IML) informara, que alugaria contêineres, para armazenar temporariamente corpos de vítimas, do coronavírus. A trilha sonora das sirenes desconcentrava, a possibilidade de ir para o hospital, a falta de respiradores, enterro sem abraço, a solidão do isolamento, torturavam as mentes. Contudo, o enfrentamento e a solidariedade se agigantaram em território brasileiro. Voluntários tomaram as ruas, subiram morros, entraram em favelas, costuraram máscaras, distribuíram alimentos, material de higiene, instalaram pias para higiene das mãos. Governadores e prefeitos montaram hospitais de campanha, organizaram quarentenas. O compromisso de cientistas e profissionais da saúde de todos os níveis e a solidariedade de boa parte fizeram florescer a esperança, apesar da postura negacionista do então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que promovia aglomerações, não usava máscara e declarava que a Covid19 era só uma gripe. Em meados de março de 2021, quando este trabalho passava pela revisão pós-banca, já contávamos mais de 270 mil brasileiros mortos. Depois de uma queda no final de 2020, uma segunda onda de contaminação atingiu o mundo, mas a vacinação já estava iniciando. Feito o registro do contexto no qual finalizamos nosso estudo, quero agradecer profundamente todos os incentivos, trocas e parcerias que foram preponderantes para que a pesquisa obtivesse resultados.

Agradeço a Deus Pai, “A ciência é um flerte com o mistério...”¹ Ao meu avô Zulmiro Alexandre de Paula, que me ensinou ainda na adolescência: “O saber não ocupa lugar” (in memoriam), na pessoa dele, agradeço a toda minha amada e imprescindível família.

¹ Astrônomo Marcelo Gleiser ganhador do 'Nobel' do diálogo da ciência com espiritualidade, 2019.

Um agradecimento muito especial à professora Mónica Arroyo, por sua seriedade, sua generosidade como ser humano, comprometimento e criticidade perante o mundo, sua dedicação como orientadora corrigindo rotas, com liberdade de ação, e pela confiança que depositou em mim. Tê-la como orientadora da pesquisa foi uma honra, uma alegria. Nosso grupo de estudos é um celeiro de cooperação, meu olhar geográfico amadureceu e ampliou a partir dessa experiência. Ademais, é preciso registrar que o trabalho de pesquisa foi facilitado graças ao financiamento público, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da bolsa de Mestrado, incentivo imprescindível para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, pelo qual precisamos continuar lutando por sua permanência e ampliação.

Agradeço profundamente aos professores Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, que contribuiu com o estudo ainda na formatação do projeto, e André Buonani Pasti que compuseram minhas bancas de qualificação e defesa. Querido Pasti, você foi uma peça importante na minha trajetória de estudos, sou muito grata ao apoio e contribuições ao longo da caminhada. Agradeço também ao doutorando Igor Venceslau, pela ajuda na revisão do texto.

Aos queridos e sempre presentes, Ecléa Bosi e Plínio de Arruda Sampaio (in memoriam). Aos professores Marcos Vinicius Malheiros Moraes, Ricardo Antunes, Sueli Gandolfi Dallari e Arquimedes Pessoni, pela acolhida e orientações iniciais, que me incentivaram a trilhar o caminho rumo à pesquisa.

À Margarida Pinheiro, ‘mãe, pra você’ (in memoriam).

Ao meu pai Antônio Alexandre de Paulo (in memoriam). Aos meus filhos amados, João Pedro Mantoan e Pedro Igor Mantoan. Ao amado Pedro Mantoan, cúmplice deste e de tantos outros desafios.

Resumo

MANTOAN, Ruth Alexandre de Paulo. **Espaço geográfico, comunicação e psicosfera: A imagem da Petrobras construída pelos meios de comunicação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2020.

A Petrobras é a empresa mais importante do Brasil, pois, além de ser imprescindível para a segurança energética nacional, possui capacidade para fomentar o crescimento econômico, dinamizando o circuito espacial de produção do petróleo, sobretudo, após a descoberta do pré-sal, que foi possível com vultosos investimentos de dinheiro público. Em função dessa centralidade, o objetivo desta pesquisa é capturar a imagem da Petrobras, que chega aos brasileiros através das informações que recebem pela mídia, e considerar as influências desta imagem no destino deste importante patrimônio nacional. Nosso estudo está pautado no conceito de psicosfera, que segundo a teoria do espaço de Milton Santos, ajuda a entender narrativas e imaginários em torno do resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos. Analisamos o que foi publicado nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, sobre a estatal; ambos os impressos pertencem aos dois maiores grupos de comunicação do país, com diferentes tipos de mídias e plataformas de internet, o que garante circulação rápida da informação pelo território brasileiro, com potencial para pautar outros veículos de comunicação. Delimitamos o tempo da pesquisa entre 2015 e 2017 e os assuntos, considerados por nós, importantes para a estatal: conteúdo nacional/local; vendas de ativos; contratos de partilha e Lava Jato, para um levantamento qualitativo de sete meses e um quantitativo com apoio de script em *Python*, utilizando técnicas de *webscraping*, para uma amostra que abrange o período entre 1º de junho de 2015 e 30 de julho de 2017. Buscamos se houve diversidade de pensamento das fontes ouvidas para emitir opinião sobre a empresa, frequência de cada assunto, e a abordagem dos jornais sobre o papel da estatal na segurança energética nacional. Consideramos de suma importância a necessidade de construção de uma outra imagem da Petrobras, que permita deixar mais claro o papel estratégico da estatal nas informações jornalísticas que circulam no território, para que todos os cidadãos possam participar das decisões sobre os destinos da empresa, que apesar de ter capital aberto, deveria guardar seu papel em prol do desenvolvimento da Nação, definido na Constituição.

Palavras-chave: Mídia, imagem, Petrobras, psicosfera, globalização

Abstract

MANTOAN, Ruth Alexandre de Paulo. **Geographic space, communication and psychosphere: The image of Petrobras built by the media**. 2020. 89 f. Dissertation (Master in Human Geography) University of São Paulo, São Paulo. 2020.

Petrobras is the most important company in Brazil, because in addition to being essential for national energy security, it has the capacity to foster economic growth, streamlining the spatial circuit of oil production, especially after the discovery of the pre-salt, which was possible with large investments of public money. Due to this centrality, the objective of this research is to capture the image of Petrobras, which reaches Brazilians through the information they receive through the media, and to consider the influences of this image on the destiny of this important national heritage. Our study is based on the concept of psychosphere, which according to Milton Santos' theory of space, helps to understand narratives and imaginary about the result of beliefs, desires, desires and habits that inspire philosophical and practical behaviors. We analyzed what was published in the newspapers Folha de S. Paulo and O Globo, about the state-owned company; both printed matter belong to the two largest communication groups in the country, with different types of media and internet platforms, which ensures the rapid circulation of information throughout the Brazilian territory, with the potential to guide other communication vehicles. We defined the research time between 2015 and 2017 and the subjects, considered by us, important for the state-owned company: national / local content; asset sales; sharing contracts and Lava Jato, for a qualitative survey of seven months and a quantitative one supported by a script in Python, using webscraping techniques, for a sample that covers the period between June 1, 2015 and July 30, 2017. We seek whether there was a diversity of thinking from the sources heard to express an opinion on the company, frequency of each subject, and the newspapers' approach to the state's role in national energy security. We consider of utmost importance the need to build another image of Petrobras, which allows to make more clear the strategic role of the state in the journalistic information that circulates in the territory, so that all citizens can participate in the decisions about the company's destinations, which despite to have a public capital, it should keep its role in favor of the development of the Nation, defined in the Constitution.

Keyword: Media, image, Petrobras, psychosphere, globalization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conteúdo local, Folha de S.Paulo	56
Figura 2 - Conteúdo local, Folha de S.Paulo	57
Figura 3 - Conteúdo local, Folha de S.Paulo	58
Figura 4 - Conteúdo local, O Globo	59
Figura 5 - Conteúdo local, O Globo	60
Figura 6 - Conteúdo local, O Globo	61
Figura 7 - Conteúdo local, O Globo	62
Figura 8 - Conteúdo local, O Globo	63
Figura 9 - Venda de ativos, Folha de S.Paulo	65
Figura 10 - Venda de ativos, Folha de S.Paulo	66
Figura 11 - Venda de ativos, Folha de S.Paulo.....	67
Figura 12 - Venda de ativos, O Globo.....	68
Figura 13 - Venda de ativos, O Globo.....	69
Figura 14 - Venda de ativos, O Globo.....	70
Figura 15 - Venda de ativos, O Globo.....	71
Figura 16 - Venda de ativos, O Globo.....	71
Figura 17 - Venda de ativos, O Globo.....	72
Figura 18 - Venda de ativos, O Globo.....	73
Figura 19 - Venda de ativos, O Globo.....	74
Figura 20 - Venda de ativos, O Globo.....	74
Figura 21 - Venda de ativos, O Globo.....	75
Figura 22 - Venda de ativos, O Globo.....	76
Figura 23 - Venda de ativos, O Globo.....	77
Figura 24 - Anúncio da Renúncia de Torres Lima	78
Figura 25 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	81
Figura 26 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	82
Figura 27 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	83
Figura 28 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	83
Figura 29 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	84

Figura 30 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	84
Figura 31 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	85
Figura 32 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	86
Figura 33 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	87
Figura 34 - Mudanças no formato partilha, Folha de S.Paulo.....	88
Figura 35 - Mudanças no formato partilha, O Globo	89
Figura 36 - Mudanças no formato partilha, O Globo	90
Figura 37 - Mudanças no formato partilha, O Globo	91
Figura 38 - Mudanças no formato partilha, O Globo	92
Figura 39 - Mudanças no formato partilha, O Globo	92
Figura 40 - Mudanças no formato partilha, O Globo	93
Figura 41 - Mudanças no formato partilha, O Globo	93
Figura 42 - Mudanças no formato partilha, O Globo	94
Figura 43 - Mudanças no formato partilha, O Globo	95
Figura 44 - Mudanças no formato partilha, O Globo	96
Figura 45 - Mudanças no formato partilha, O Globo	97
Figura 46 - Mudanças no formato partilha, O Globo	97
Figura 47 - Mudanças no formato partilha, O Globo	98
Figura 48 - Mudanças no formato partilha, O Globo	98
Figura 49 - Mudanças no formato partilha, O Globo	99
Figura 50 - Mudanças no formato partilha, O Globo	100
Figura 51 - Mudanças no formato partilha, O Globo	100
Figura 52 - Mudanças no formato partilha, O Globo	101
Figura 53 – Nuvem de vocábulos negativos sobre a Petrobras na Folha S.Paulo.....	109
Figura 54 - Nuvem de vocábulos negativos sobre a Petrobras em O Globo.....	110
Figura 55 - Ibope aponta Lava Jato/Petrobras como assunto mais lembrado	112
Figura 56 - Títulos	114
Figura 57 - Imagem negativa da Petrobras.....	115
Figura 58 - Grupo Folha: impressos, plataformas de internet, gráficas, distribuidores e outros	120
Figura 59 - Grupo Globo: impressos, rádio, tv, plataformas de internet, gravadora, outros...	121

Figura 60 - Matriz energética Mundial.....	128
Figura 61 - Matriz energética Brasileira.....	128
Figura 62 - Capa livro “O Poço do Visconde.....	130
Figura 63 - Da descoberta à fundação da Petrobras	132
Figura 64 - Petrobras: Valor 6 vezes maior em 12 anos.....	136
Figura 65 - Prejuízo recorde	149
Figura 66 - Infraestrutura da Petrobras no território brasileiro	167
Figura 67 - Arte Petrobras na mídia	177
Figura 68 - Arte Petrobras do Brasil	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Primeira amostra, notícias da Petrobras entre 2007/2016.....	54
Gráfico 2 - Retranças para Petrobras utilizadas pelos veículos O Globo e Folha de S.Paulo no período de 01/06/2015 a 31/07/2017	111
Gráfico 3 - Impactos da Lava Jato no PIB por Octaviani e Nohara	113
Gráfico 4 - Amostra quantitativa das notícias sobre Petrobras publicadas por Folha de S. Paulo e o Globo, entre 01 de junho de 2015 e 31 de julho de 2017	116
Gráfico 5 - Maiores consumidores de petróleo no planeta.....	137
Gráfico 6 - Consumo, produção e refino no mundo	138
Gráfico 7 - Reservas mundiais de petróleo provadas em 2017	140
Gráfico 8 - O Globo - Queda das ações da Petrobras na bolsa de valores	152
Gráfico 9 - Folha de S.Paulo – Queda nas ações da Petrobras.....	152
Gráfico 10 - Variação do preço do petróleo no mercado internacional.....	152
Gráfico 11 - Edições O Globo	155
Gráfico 12 - Edições Folha de S. Paulo.....	155
Gráfico 13 - Lava jato: perdas com a operação e estornos	156
Gráfico 14 - Pré-sal: Estrangeiras com a maior parte do campo de Mero.....	162
Gráfico 15 - Lucros brutos da Petrobrás 2008 a 2017	164

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição impressa e presença física do Grupo Folha no território nacional	120
Mapa 2 - Distribuição impressa e presença física do Grupo Globo no território nacional	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes e opiniões sobre: Conteúdo local, venda de ativos e mudanças no modo partilha.....	106
Quadro 2 - Relação de políticos proprietários de mídia.....	123
Quadro 3 - Empreiteiras de ontem e de hoje	159
Quadro 4 - Um olhar sobre a conjuntura do entorno da Petrobras	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplares: média diária auditada pelo IVC (2015;2016;2017).....	29
Tabela 2 - Demissões nas empreiteiras	156

LISTAS DE JORNAIS - PESQUISA POR LEITURA DIRETA

Folha de S. Paulo

9 de novembro de 2007; 10 de novembro de 2007; 11 de novembro de 2007; 13 de novembro de 2007; 14 de novembro de 2007; 16 de novembro de 2007; 30 de agosto de 2009; 31 de agosto de 2009; 1º de setembro de 2009; 02 de setembro de 2009; 03 de setembro de 2009; 04 de setembro de 2009; 05 de setembro de 2009; 02 de dezembro de 2010; 13 de dezembro de 2010; 14 de dezembro de 2010; 15 de dezembro de 2010; 21 de março de 2014; 22 de março de 2014; 23 de março de 2014; 25 de março de 2014; 01 de junho de 2015; 05 de junho de 2015; 06 de junho de 2015; 10 de junho de 2015; 11 de junho de 2015; 12 de junho de 2015; 17 de junho de 2015; 19 de junho de 2015; 20 de junho de 2015; 21 de junho de 2015; 23 de junho de 2015; 24 de junho de 2015; 25 de junho de 2015; 26 de junho de 2015; 27 de junho de 2015; 28 de junho de 2015; 29 de junho de 2015; 30 de junho de 2015; 01 de julho de 2015; 02 de julho de 2015; 03 de julho de 2015; 05 de julho de 2015; 07 de julho de 2015; 08 de julho de 2015; 09 de julho de 2015; 10 de julho de 2015; 11 de julho de 2015; 13 de julho de 2015; 14 de julho de 2015; 15 de julho de 2015; 16 de julho de 2015; 17 de julho de 2015; 18 de julho de 2015; 19 de julho de 2015; 20 de julho de 2015; 21 de julho de 2015; 22 de julho de 2015; 23 de julho de 2015; 24 de julho de 2015; 25 de julho de 2015; 26 de julho de 2015; 27 de julho de 2015; 28 de julho de 2015; 29 de julho de 2015;

30 de julho de 2015; 31 de julho de 2015; 01 de agosto de 2015; 02 de agosto de 2015; 03 de agosto de 2015; 04 de agosto de 2015; 05 de agosto de 2015; 06 de agosto de 2015; 07 de agosto de 2015; 08 de agosto de 2015; 09 de agosto de 2015; 10 de agosto de 2015; 11 de agosto de 2015; 13 de agosto de 2015; 14 de agosto de 2015; 15 de agosto de 2015; 18 de agosto de 2015; 19 de agosto de 2015; 20 de agosto de 2015; 22 de agosto de 2015; 23 de agosto de 2015; 24 de agosto de 2015; 26 de agosto de 2015; 27 de agosto de 2015; 28 de agosto de 2015; 29 de agosto de 2015; 30 de agosto de 2015; 31 de agosto de 2015; 02 de setembro de 2015; 04 de setembro de 2015; 05 de setembro de 2015; 06 de setembro de 2015; 10 de setembro de 2015; 12 de setembro de 2015; 13 de setembro de 2015; 15 de setembro de 2015; 14 de setembro de 2015; 16 de setembro de 2015; 17 de setembro de 2015; 18 de setembro de 2015; 22 de setembro de 2015; 23 de setembro de 2015; 24 de setembro de 2015; 25 de setembro de 2015; 26 de setembro de 2015; 28 de setembro de 2015; 29 de setembro de 2015; 30 de setembro de 2015; 01 de outubro de 2015; 02 de outubro de 2015; 03 de outubro de 2015; 05 de outubro de 2015; 07 de outubro de 2015; 08 de outubro de 2015; 10 de outubro de 2015; 11 de outubro de 2015; 12 de outubro de 2015; 13 de outubro de 2015; 15 de outubro de 2015; 16 de outubro de 2015; 17 de outubro de 2015; 18 de outubro de 2015; 19 de outubro de 2015; 20 de outubro de 2015; 21 de outubro de 2015; 22 de outubro de 2015; 23 de outubro de 2015; 24 de outubro de 2015; 25 de outubro de 2015; 27 de outubro de 2015; 28 de outubro de 2015; 29 de outubro de 2015; 30 de outubro de 2015; 31 de outubro de 2015; 01 de novembro de 2015; 02 de novembro de 2015; 04 de novembro de 2015; 05 de novembro de 2015; 06 de novembro de 2015; 07 de novembro de 2015; 08 de novembro de 2015; 09 de novembro de 2015; 10 de novembro de 2015; 11 de novembro de 2015; 12 de novembro de 2015; 13 de novembro de 2015; 15 de novembro de 2015; 16 de novembro de 2015; 17 de novembro de 2015; 18 de novembro de 2015; 19 de novembro de 2015; 20 de novembro de 2015; 22 de novembro de 2015; 23 de novembro de 2015; 24 de novembro de 2015; 25 de novembro de 2015; 26 de novembro de 2015; 27 de novembro de 2015; 28 de novembro de 2015; 29 de novembro de 2015; 30 de novembro de 2015; 01 de dezembro de 2015; 02 de dezembro de 2015; 03 de dezembro de 2015; 04 de dezembro de 2015; 08 de dezembro de 2015; 09 de dezembro de 2015; 10 de dezembro de 2015; 11 de dezembro de 2015; 13 de dezembro de 2015; 15 de dezembro de 2015; 16 de dezembro de 2015; 17 de dezembro de 2015; 18 de dezembro de 2015; 20 de dezembro de 2015; 21 de dezembro de 2015; 22 de dezembro de 2015; 23 de dezembro de 2015; 24 de dezembro de 2015; 26 de dezembro de 2015; 27 de dezembro de 2015; 28 de dezembro de 2015; 29 de dezembro de 2015; 30 de dezembro de 2015; 06 de dezembro de 2016; 07 de dezembro de 2016; 13 de dezembro de 2016.

Jornal O Globo

9 de novembro de 2007; 10 de novembro de 2007; 11 de novembro de 2007; 13 de novembro de 2007; 14 de novembro de 2007; 16 de novembro de 2007; 31 de agosto de 2009; 1º de setembro de 2009; 02 de setembro de 2009; 03 de setembro de 2009; 04 de setembro de 2009; 03 de dezembro de 2010; 13 de dezembro de 2010; 21 de março de 2014; 22 de março de 2014; 26 de março de 2014; 02 de junho de 2015; 07 de junho de 2015; 12 de junho de 2015; 13 de junho de 2015; 14 de junho de 2015; 16 de junho de 2015; 17 de junho de 2015; 18 de junho de 2015; 19 de junho de 2015; 20 de junho de 2015; 21 de junho de 2015; 22 de junho de 2015; 23 de junho de 2015; 24 de junho de 2015; 25 de junho de 2015; 26 de junho de 2015; 27 de junho de 2015; 29 de junho de 2015; 30 de junho de 2015; 01 de julho de 2015; 02 de julho de 2015; 03 de julho de 2015; 04 de julho de 2015; 05 de julho de 2015; 08 de julho de 2015; 10 de julho de 2015; 11 de julho de 2015; 13 de julho de 2015; 14 de julho de 2015; 15 de julho de 2015; 16 de julho de 2015; 17 de julho de 2015; 18 de julho de 2015; 20 de julho de 2015; 21 de julho de 2015; 22 de julho de 2015; 23 de julho de 2015; 24 de julho de 2015; 25 de julho de 2015; 27 de julho de 2015; 30 de julho de 2015; 31 de julho de 2015; 01 de agosto de 2015; 02 de agosto de 2015; 03 de agosto de 2015; 04 de agosto de 2015; 06 de agosto de 2015; 07 de agosto de 2015; 08 de agosto de 2015; 10 de agosto de 2015; 13 de agosto de 2015; 14 de agosto de 2015; 15 de agosto de 2015; 18 de agosto de 2015; 19 de agosto de 2015; 20 de agosto de 2015; 21 de agosto de 2015; 22 de agosto de 2015; 26 de agosto de 2015; 27 de agosto de 2015; 28 de agosto de 2015; 29 de agosto de 2015; 01 de setembro de 2015; 02 de setembro de 2015; 03 de setembro de 2015; 04 de setembro de 2015; 05 de setembro de 2015; 06 de setembro de 2015; 08 de setembro de 2015; 11 de setembro de 2015; 12 de setembro de 2015; 16 de setembro de 2015; 17 de setembro de 2015; 23 de setembro de 2015; 28 de setembro de 2015; 01 de outubro de 2015; 02 de outubro de 2015; 03 de outubro de 2015; 04 de outubro de 2015; 06 de outubro de 2016; 07 de outubro de 2015; 08 de outubro de 2015; 09 de outubro de 2015; 10 de outubro de 2015; 11 de outubro de 2016; 15 de outubro de 2015; 16 de outubro de 2015; 17 de outubro de 2015; 18 de outubro de 2015; 19 de outubro de 2015; 20 de outubro de 2015; 21 de outubro de 2015; 23 de outubro de 2015; 24 de outubro de 2015; 26 de outubro de 2015; 27 de outubro de 2015; 28 de outubro de 2015; 29 de outubro de 2015; 30 de outubro de 2015; 31 de outubro de 2015; 01 de novembro de 2015; 02 de novembro de 2015; 03 de novembro de 2015; 04 de novembro de 2015; 05 de novembro de 2015; 06 de novembro de 2015; 08 de novembro de 2015; 10 de novembro de 2015; 11 de novembro de 2015; 13 de novembro de 2015; 14 de novembro de 2015; 15 de novembro de 2015; 16 de novembro de 2015; 17 de novembro de 2015; 18 de novembro de 2015; 19 de novembro de 2015; 20 de novembro de 2015; 24 de novembro de 2015; 25 de novembro de 2015; 26 de novembro de 2015; 27 de novembro de 2015; 28 de novembro de 2015; 29 de novembro de 2015; 30 de novembro de 2015; 01 de dezembro de 2015; 02 de dezembro de 2015; 03 de dezembro de 2015; 04 de dezembro de 2015; 05 de dezembro de 2015; 06 de dezembro de 2015; 08 de dezembro de 2015; 10 de dezembro de 2015; 12 de dezembro de 2015; 13 de dezembro de 2015; 15 de dezembro de 2015; 16 de dezembro de 2015; 17 de dezembro de 2015; 18 de dezembro de 2015; 19 de dezembro de 2015; 20 de dezembro de 2015; 22 de dezembro de 2015; 23 de dezembro de 2015; 28 de dezembro de 2015; 31 de dezembro de 2015; 06 de outubro de 2016; 07 de outubro de 2016; 11 de outubro de 2016.

O Monitor Mercantil

10 de fevereiro de 2017

JORNAIS – PESQUISA COM SCRIPT EM PYTHON

Folha de S. Paulo

01/06/2015 a 31/07/2017

Jornal O Globo

01/06/2015 a 31/07/2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - Informação e imagem da Petrobras: eventos decisivos na construção de uma psicofera hostil	27
1.1 - Primeira amostra da imagem da Petrobras projetada no território.....	28
1.1.1 - Anúncio oficial da descoberta do pré-sal	30
1.1.1.1 - Folha de S. Paulo.....	31
1.1.1.2 - Jornal O Globo	34
1.1.2 - Mudanças nos contratos de concessão para o modo partilha	38
1.1.2.1 - Folha de S.Paulo.....	38
1.1.2.2 - Jornal O Globo	43
1.1.3 - Denúncia <i>WikiLeaks</i> : Lobby internacional pelo pré-sal.....	49
1.1.3.1 - Folha de São Paulo.....	49
1.1.3.2 - Jornal O Globo	50
1.1.4. - Lava Jato	51
1.1.4.1 - Folha de S.Paulo.....	51
1.1.4.2 - Jornal O Globo	52
CAPÍTULO 2 - Informação e imagem da Petrobras: discursos e interesses em disputa no território	55
2.2 - Segunda amostra da imagem da Petrobras projetada no território.....	55
2.2.1 - Conteúdo Local/Nacional.....	55
2.2.1.1 - Folha de S.Paulo.....	56
2.2.1.2 - Jornal O Globo	58
2.2.2 - Venda de ativos	65
2.2.2.1 - Folha de S.Paulo.....	65
2.2.2.2 - Jornal O Globo	67
2.2.3 - Mudanças na lei de partilha.....	81
2.2.3.1 - Folha de S.Paulo.....	82
2.2.3.2 - Jornal O Globo	89
2.2.3.3 - Contratos de exploração do petróleo brasileiro.....	102
2.2.4 - Lava Jato	107
2.2.4.1 - Folha de S.Paulo.....	107

2.2.4.2 - Jornal O Globo	109
2.3 - Terceira amostra da imagem da Petrobras projetada no território	115
CAPÍTULO 3 - Bases técnicas e políticas para circulação de ideias no território.....	117
3.1 - Uma psicofera de desconfiança e ceticismo	117
3.2 - Tecnosfera da mídia e capilaridade no território.....	118
3.3 - Poder político partidário nos meios de comunicação.....	123
CAPÍTULO 4 -Petrobras: matriz energética, desenvolvimento e soberania nacional	126
4.1 - Transição de matriz energética.....	127
4.2 - Commodity geopolitizada	129
4.3 - Petróleo Brasileiro S/A.....	130
4.4 - Fim do monopólio	133
4.5 -Valor de mercado da Petrobras	135
4.6 - Hard ou Soft Power?	142
4.7 - A imagem distorcida da Petrobras	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS	180

“Assim refeito, o espaço pode ser entrevisto através da tecnosfera e da psicofera [...] A psicofera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.” (SANTOS, 1994, p.32)

“Todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal, [...] são instrumentos de poder, estreitamente controlados na maioria dos casos, pois permitem encerrar uma população numa trama informacional [...] É exatamente por isso que os atores políticos ou econômicos se garantem no domínio das redes de comunicação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 218- 220)

“Em que medida cada sociedade local poderá incorporar os vetores verticais sem recusar sua participação no mundo e sem comprometer a realização de seu próprio telos? Tal é a verdadeira questão moral e política colocada pelo processo e pelas realidades da globalização.” (SANTOS,1994, p.57)

“A garantia do abastecimento de energia é uma responsabilidade essencial de qualquer Estado[...] Dotados de poderes soberanos para decidir sobre o uso dos recursos energéticos existentes em cada país e para impor as políticas de energia, os Estados dispõem de diversos instrumentos para cumprir suas responsabilidades nesse setor. Em muitos casos, eles constituem empresas estatais de hidrocarbonetos, como a Aramco (Arábia Saudita), a Gazprom (Rússia) e a brasileira Petrobras (com participação também de capital privado a partir da década de 1990).” (FUSER, 2013, p.49,50)

INTRODUÇÃO

A Petrobras é a empresa mais importante do Brasil, pois além de ser imprescindível para a segurança energética nacional, possui grande capacidade para fomentar o crescimento econômico, dinamizando o circuito espacial de produção do petróleo, sobretudo, após a descoberta do pré-sal, que só foi possível após vultosos investimentos de dinheiro público. Em função dessa centralidade, o objeto desta pesquisa é capturar a imagem da Petrobras, que chega aos brasileiros através das informações que recebem pela mídia, e as contribuições desta imagem para os destinos de tão importante patrimônio nacional. As reflexões propostas por Santos, em epígrafe, darão suporte teórico a este estudo sobre a imagem da Petrobras, com o conceito de psicofera de Santos (1994, p.32) como “resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo”. Tal entendimento joga luz sobre o papel da comunicação, na construção de imagens no processo das relações territoriais, que são mediadas pela informação.

Os estudos de Raffestin complementam o arcabouço teórico da análise, na medida em que alertam para o “domínio das redes de comunicação” por atores do mercado e da política e a possibilidade de “envolver a população numa trama informacional”, esse conceito de Raffestin nos ajuda a pensar sobre o papel dos meios de comunicação e a possibilidade de imposição de um “espírito” hegemônico:

Todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal, obedecendo a uma estrutura formal, são instrumentos de poder, estreitamente controlados na maioria dos casos, pois permitem encerrar uma população numa trama informacional que as super determinam em relação às estratégias das organizações [...] as mídias não são "poder", mas instrumentos de poder combinados em estratégias. É exatamente por isso que os atores políticos ou econômicos se garantem no domínio das redes de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 218- 220)

Imprescindível analisar se ocorreu combinação de estratégias entre atores políticos e econômicos, nas redes com projeção de leis e discurso hegemônicos, via mídia, da qual nos fala Raffestin. Se a criação de uma imagem de fracasso corroborou com projetos de dominação do petróleo da Petrobras, se favoreceu aos interesses dos que ensejam o controle internacional do petróleo e a cooptação de atores da política para normatizar verticalmente o território de acordo com seus negócios, se o sentimento de desconfiança com a corrupção na empresa apontou como saída render-se ao desfazimento de ativos da estatal. Completando a reflexão oferecida em epígrafe, Fuser (2013) ratifica a “importância decisiva aos atores estatais” na garantia de

fornecimento da energia que move o território, com “poderes soberanos[...]para impor as políticas de energia”.

A Petrobras, que já figurava entre as gigantes do Petróleo, ganhou ainda mais importância no cenário mundial, a partir da descoberta das jazidas do pré-sal e viu aumentar a controvérsia em torno das mudanças das regras contratuais, que norteiam a parceria da estatal com petroleiras internacionais e outros interesses do mercado, tanto interno quanto externo. Aqui neste ponto se faz necessário um esclarecimento sobre o conceito de mercado que estamos usando. Estamos falando da ampla arena mundial de interessados em transformar tudo em mercadoria para compra e venda visando altos lucros:

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político. (SANTOS, 1996, p.259)

Nesse processo de disputa de narrativas, a favor e contrárias às mudanças, os meios de comunicação comporiam um fórum com capacidade para mediar as discussões sobre os diferentes interesses contidos nos rumos da Petrobras, nesse embate entre Mercado e políticas de Estado, desde que levem em conta o alerta de Sauer e Rodrigues, nas notícias sobre a Petrobras, na medida em que “o debate efetivo se situa no campo político, há conflitos de interesses entre os vários atores envolvidos: a população, os acionistas ou controladores da Petrobras, e de outras empresas interessadas e os próprios consumidores de derivados de petróleo no país”, (Sauer; Rodrigues, 2016, p.186). Logo, a discussão precisa ser ampla e plural.

A Petrobras, apesar de ter capital aberto, segundo a legislação, o interesse público deve ser seu fundamento. “A lei das S.A. (Lei Nº 6.404/1976) se aplica às sociedades de economia mista, desde que seja preservado o interesse público que justifica sua criação e atuação (artigo 235)” Bercovici (2019, p.38). Interessa a este trabalho saber se a imagem formatada pelos meios de comunicação esclarece o suficiente, permitindo que todos os interessados participem das tomadas de decisões sobre os destinos da Petrobras. Os jornais Folha de S. Paulo e O Globo foram selecionados para o estudo, em função da abrangência territorial e perfil de agência de notícias, que pautam outros meios, (internet, rádio, TV) garantindo a cobertura em todo o país.

Outros estudos já analisaram o papel da imprensa na criação de imagens. Costa (2016) buscou entender que tipo de relação existe entre a exposição que uma empresa tem na mídia e o seu valor de mercado e o volume de negócios com suas ações: “Relação entre cobertura da

mídia, valor das empresas e liquidez das ações”². Com o artigo: “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros”³, Nascimento, et al, (2018) buscaram apresentar a constituição da imagem pública do então deputado federal Jair Bolsonaro, a partir das pautas políticas associadas a ele em 30 anos de matérias jornalísticas, veiculadas pelos jornais impressos Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo. O coletivo Brasil de Comunicação, Intervozes, com “Vozes silenciadas, Mídia e protestos” analisou a cobertura das manifestações de junho de 2013⁴. No livro intitulado “A notícia como máquina de Guerra”, Zanotelli, et al, (2019)⁵, a partir do projeto de pesquisa “A Geografia econômica e regional do petróleo e do gás no litoral do Espírito Santo”, analisam como a mídia enuncia determinados fatos ou acontecimentos sobre temas relacionados com a Petrobras, como esses meios de comunicação constroem suas “verdades”. Pasti (2013), no artigo “Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do Território brasileiro”⁶, retoma a teoria geográfica para analisar a circulação de notícias, do ponto de vista do território usado e a configuração da psicosfera através das notícias.

Este estudo focaliza o papel da mídia, na maioria das vezes, de produtor de significados alheios ao real, refazendo o espaço com apoio na psicosfera. Importante acrescentar que Ribeiro (2013, p.265) em sua análise do processo de ampliação e modernização da estrutura de comunicação no Brasil, a partir da década de 1960, afirma que “o sistema moderno de comunicação no Brasil em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados”. Por sua vez, Kahil (1997, p. 218), aponta que “se na esfera técnica o espaço se organiza de modo descontínuo, como psicosfera o espaço se mundializa, internacionalizando crenças, desejos,

² Costa, Fernando Torres Baptista da (Catálogo USP), disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-05052016-123429/pt-br.php>> Acessado em 16/11/2019;

³ Nascimento, Leonardo; Alecrim, Mylena; Oliveira, Jéfte, Oliveira, Mariana; Costa, Saulo. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019/146180>>. Acessado em 18/11/2019.

⁴ “Vozes Silenciadas”: A cobertura da mídia sobre o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em< <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas/>>. Acessado em 15/10/2011.

⁵ ZANOTELLI, Cláudio Luiz, et al. A notícia como máquina de guerra. Análise dos discursos sobre a Petrobras e a produção de petróleo e gás nos jornais: um enfoque no Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 2019.

⁶ PASTI, André. “Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do Território brasileiro”. Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287414>. Acessado em: 27/11/2019.

hábitos e comportamentos”. Na face política da comunicação, observa-se uma estratégia de controle do território e imbricada com o mercado, que comporta o objetivo de incutir crenças, desejos, modelar comportamentos, nos lugares; trata-se do conflito existente entre o espaço vivido e o espaço global, apontado por Santos (1996), pela chegada de um conteúdo ideológico de origem distante e que chega a cada lugar, com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los.

Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial (SANTOS, 1996, p.18).

Este trabalho, recortado para entender como se constitui uma psicofera, a partir dos meios de comunicação de massa, num contexto de disputa do mercado internacional do petróleo, pretende analisar como a atuação da empresa Petrobrás foi apresentada nas notícias veiculadas pela mídia nacional, em particular nos jornais impressos Folha de S. Paulo e O Globo, pertencentes aos dois maiores grupos de comunicação do país, com capacidade para levar informação em todo o território. Julgamos importante espelhar também o debate realizado em publicações fora da academia, justamente pelo perfil da pesquisa, que se debruçou sobre a qualidade das notícias publicadas por veículos de comunicação, que resultou na constatação da falta de informações e pluralidade.

Metodologia de pesquisa

Iniciamos a busca da imagem da Petrobras que chega aos brasileiros, via meios de comunicação, com notícias associadas a quatro eventos, que consideramos importantes e correlacionados, envolvendo a Petrobras, ocorridos entre 2007 e 2014: (1) em 2007, anúncio oficial de jazidas importantes de petróleo abaixo da camada de sal, o pré-sal, descobertas em 2006; (2) em 2009, anúncio de mudanças nos contratos de exploração do petróleo, para a área do pré-sal, para modo partilha. A votação só ocorreu em 2010; (3) também em 2010, denúncia do site *WikiLeaks* sobre o lobby das petroleiras estrangeiras junto a políticos brasileiros, para desfazer as mudanças para o modo partilha, nos contratos de exploração de petróleo do pré-sal; (4) em março de 2014, início da Operação Lava Jato que expôs um esquema de corrupção

montado por alguns diretores da Petrobras, políticos e representantes de construtoras e fornecedoras de serviços e equipamentos para a estatal.

O material foi obtido no acervo de ambos os veículos – Folha de S. Paulo e O Globo – Através de busca, leitura direta e análise das notícias relacionadas a esses eventos. Procedeu-se à leitura direta das notícias associadas a cada um dos quatro eventos, a partir de suas ocorrências e num período de sete dias, 29 publicações de cada veículo em estudo, perfazendo um total de 58 publicações. Exceção apenas para o contrato de partilha, observamos sete dias a partir do anúncio de mudanças, ocorrido em 2009, como a votação ocorreu apenas em 2010, verificou-se apenas o dia posterior à votação do projeto, como complemento. De forma qualitativa foi feita a verificação da frequência de vocábulos e expressões, representatividade, pluralidade e diversidade do pensamento das fontes entrevistadas.

Com base no panorama traçado a partir dessa leitura, delimitamos o tempo da pesquisa e os assuntos importantes para analisar a construção da imagem da Petrobras na mídia. No período entre 2015 e 2017, seria possível capturar: a) parte dos impactos da operação Lava Jato nos negócios da Petrobras; b) as controvérsias em torno do formato partilha, na medida em que após as mudanças implementadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foram tão criticadas pelo mercado principalmente pelas petroleiras internacionais, o senador José Serra do PSDB apresentou projeto para modificar o modo partilha, que foi votado em 2016, e virou lei; c) as exigências de conteúdo local e d) a discussão em torno da venda de ativos, patrimônio da Petrobras.

Para o levantamento qualitativo, extraímos uma primeira amostra com um recorte de sete meses de cada veículo: junho a dezembro de 2015, ao todo 428 publicações. Elegemos quatro assuntos considerados por nós como importantes para a estatal: conteúdo nacional/local; vendas de ativos; contratos de partilha e Lava Jato. Procedeu-se a busca nos acervos de ambos os jornais em análise, para leitura direta das notícias associadas aos quatro assuntos. As amostras passaram por verificação da frequência de cada assunto; verificação de palavras e expressões utilizadas, para identificação dos sentidos e representatividade e da pluralidade do pensamento das fontes entrevistadas.

Para o levantamento quantitativo das notícias, que abordaram os mesmos assuntos pré-determinados, contratos de partilha; conteúdo local/nacional; vendas de ativos e Lava Jato, foi desenvolvido um script em *Python*, utilizando técnicas de *webscraping*, para uma amostra que abrange o período entre 1º de junho de 2015 e 30 de julho de 2017. São 792 edições do jornal

Folha de S. Paulo e outras 792 edições do jornal O Globo, num total de 1584 edições. O script em *Python* orientou a busca pelos seguintes conjuntos de palavras: Petrobras partilha; Petrobras venda de ativos; Petrobras Lava-Jato, Petrobras conteúdo nacional e Petrobras conteúdo local (mesmo assunto pode aparecer com ambas as denominações).

Em todo o processo de pesquisa, com o intuito de analisar a psicofera criada no entorno da Petrobras, que resulta numa imagem, buscamos nas amostras das publicações respostas para as seguintes perguntas:

Título, data, página

1) Na primeira amostra, quantas vezes cada um dos eventos foi abordado no período? Quais fontes, além do editorial dos veículos, tiveram espaço para emitir opinião?

2) Na segunda e na terceira amostras: quantas vezes cada assunto foi tema da matéria?

3) Nos assuntos polêmicos da primeira e da segunda amostra: Partilha; venda de ativos e conteúdo local/nacional. Quais fontes, além do editorial dos veículos, tiveram espaço para emitir opinião?

4) Foram encontradas divergências entre as opiniões das fontes ouvidas?

5) Nas matérias sobre a Lava Jato, caso a Petrobras não seja o tema principal, qual conteúdo da matéria faz referência à Petrobras?

6) As referências à Petrobras abordam o papel da Estatal na segurança energética nacional?

Cabe registrar que nossa pesquisa está inspirada no pressuposto de que “O jornalismo... é formado por práticas discursivas que tem pretensão à verdade a pretensão à verdade aparece na linguagem e nas fontes procuradas ...para dar respaldo às notícias.” (Intervezes, 2011, p.11).

O trabalho está dividido em 4 capítulos. O primeiro capítulo joga luz sobre a cobertura pela mídia de eventos que envolveram a Petrobras, desde o anúncio da descoberta do pré-sal em 2007 até 2014. Nesse período, logo após a descoberta do pré-sal, o governo anunciou mudanças para o formato partilha, que impunha o controle da exploração e produção, para a Petrobras e aumentava as exigências de conteúdo local/nacional no novo marco regulatório de exploração do petróleo do pré-sal, e o início das manifestações de descontentamento do mercado com as mudanças, inclusive nos telegramas enviados pela embaixada dos EUA a

Washington, nos quais eram relatados descontentamentos e incidências políticas de petroleiras internacionais, para mudar a lei de partilha, conforme denúncias do site *WikiLeaks*. Em 2014, focalizamos o início da operação o Lava Jato, que já trazia um dos diretores da Petrobras como investigado por possível lavagem de dinheiro. As notícias de cada evento foram analisadas como ponto de partida para a construção do objeto da pesquisa, e com base nos resultados selecionamos 04 “assuntos-chave” analisados no Capítulo 2: formato partilha; exigência de conteúdo local/nacional; venda de ativos da Petrobras e Lava Jato. Delimitamos o período junho de 2015 até julho de 2017, nesse período fizemos dois levantamentos, recortamos 7 meses, (1º de junho a 31 de dezembro/2015) para um levantamento qualitativo, conforme descrito na metodologia e um levantamento quantitativo da abordagem de cada um dos 4 assuntos. No Capítulo 3, apresentamos a psicofera negativa alicerçada no entorno da Petrobras, com as notícias do período, associada a uma tecnosfera, que estrutura a capacidade dos grupos de comunicação para ter capilaridade em todo território; essa dinâmica conta com a possibilidade de alianças através das concessões de rádio e TV, outorgadas a políticos. O quarto capítulo foi reservado para refletir sobre a Petrobras, com seu papel, definido na Constituição, de provedora da principal matriz energética, da qual depende o desenvolvimento, a soberania e a segurança da nação. Na verdade, traz um pouco da história da estatal, mas, principalmente um olhar sobre a geopolítica do petróleo e sobre os danos causados à imagem da Petrobras pela mídia.

CAPÍTULO 1 - Informação e imagem da Petrobras: eventos decisivos na construção de uma psicofera hostil

“O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional [...] A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, [...] a informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização.” (SANTOS, 1994, p.45-51)

“Hoje nos encontramos no momento auge dessa tragédia que transformou a razão esclarecedora em razão instrumental...momento em que a cultura, a ciência e a política, dominadas por uma técnica marcadamente informacional e instrumental ao capital...administram o ritmo de nossas vidas e a dinâmica dos territórios...sob a égide do mercado, o meio geográfico, agora um meio técnico, científico e informacional se organiza para atender aos interesses dos agentes hegemônicos da economia, da cultura e da política.” (KAHIL, 2010, P.478)

“A concorrência entre as redes públicas e privadas é sem dúvida satisfatória do ponto de vista político: pelo menos é uma condição necessária, se não suficiente, para uma “comunicação democrática”. Necessária, mas não suficiente, pois os meios não são repartidos de forma igual e as redes de comunicação custam caro [...] As mídias não são um “poder”, mas instrumentos de poder combinados em estratégias. (RAFFESTIN, 1993, P. 219, 220)

A partir deste capítulo, analisaremos a cobertura da mídia do anúncio do governo da descoberta do pré-sal, em 2007 e mais três eventos relacionados à Petrobras, as mudanças para o formato partilha anunciadas pelo governo logo após a descoberta do pré-sal, o descontentamento do mercado internacional com as mudanças, conforme denúncias do site *WikiLeaks* e o início da operação o Lava Jato, que já trazia um dos diretores da Petrobras como investigado por possível lavagem de dinheiro. De cada evento, fizemos levantamento das notícias por sete dias consecutivos, a partir da ocorrência. No caso da implantação do formato partilha, verificamos no anúncio em 2009, e acrescentamos mais um dia após a votação em 2010.

1.1 - Primeira amostra da imagem da Petrobras projetada no território

A defesa de interesses existentes no território, o controle dos discursos, e a imposição de narrativas são fundamentais para a instalação de atividades hegemônicas que determinam a “utilização e funcionamento do espaço”, evidenciado a informação como “instrumento de poder” (Raffestin, 1993). A mídia exerce o papel de transmissora desse pensamento que requalifica os espaços, de acordo com “interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade” (Santos, 1994, p.45-51), e esse risco de instrumentalização dos discursos, pelos interesses do capital, é constante, conforme Kahil (2010), inspirada em Santos (1994). A possibilidade de direcionamento é maximizada pela posse dos meios técnicos, científicos e informacionais, os quais permitem o oferecimento de um pseudodebate, pautado por interesses de agentes hegemônicos, com o intuito de dominar a dinâmica dos territórios. No alicerce dessa instrumentalização está o conceito que dá fundamentação teórica a este trabalho: a “psicosfera, resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos” (Santos, 1994, p.34). Esse conceito nos ajudará a jogar luz sobre a imagem da Petrobras, construída no imaginário dos brasileiros, através das informações que recebem pela mídia, e possíveis contribuições dessa imagem para os destinos da estatal, de suma importância para a segurança energética do Brasil. Não só os meios de comunicação corroboram na imposição de um “espírito” hegemônico no território, mas também a possibilidade de cooptação de atores da política, (Arroyo, 2006, p.6), que contribuem para normatizar verticalmente o território.

Interessa-nos, neste estudo, focalizar as informações sobre a Petrobras, estatal que ganhou ainda mais importância no cenário mundial após a descoberta do pré-sal. O petróleo,

commodity altamente geopolitizada, ainda é visto por especialistas como a principal matriz energética mundial até 2050. E a Petrobras com a descoberta do pré-sal, viu aumentar a controvérsia em torno das regras contratuais, que norteiam a parceria da estatal com petroleiras internacionais, e interesses do mercado, tanto interno quanto externo. Escolhemos dois jornais: Folha de S. Paulo e O Globo, em função da abrangência territorial e perfil de agência de notícias, devido à possibilidade de ambos pautarem os círculos de informação (internet, rádio, TV) em território brasileiro. A tabela I traz números da média diária da circulação impressa e acesso digital dos dois veículos, no período de pesquisa:

Tabela 1 – Exemplares: média diária auditada pelo IVC⁷ (2015;2016;2017)

Posição do Veículo	Junho 2015		Dez. 2015		Junho 2016		Dez. 2016		Julho 2017	
	Impr.	Digital	Impr.	Digital	Impr.	Digital	Impr.	Digital	Impr.	Digital
1º) Folha de S. Paulo	334.948	144.982	310.336	134.895	298.646	138.235	313.274	167.812	299.428	167.852
2º) O Globo	314.038	121.144	304.053	120.649	289.883	119.669	307.339	151.032	237.188	97.523
3º) Super Notícia	294.670	49.418	272.300	51.329	265.264	46.444	247.815	45.869	210.975	48.898
4º) O Est. de S. Paulo	239.674	78.615	220.387	71.146	215.452	72.762	202.260	83.459	205.973	86.072
5º) Zero Hora	197.769	51.611	189.638	50.888	204.547	70.719	194.398	72.032	188.906	80.069

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo IVC – Instituto Verificador de Comunicação

A tabela I, construída a partir de informações fornecidas pelo IVC – Instituto Verificador de Comunicação, ratifica a importância de ambos os veículos em estudo. Os números atestam a média diária de circulação impressa e acesso digital com abrangência nacional (todos os estados e regiões). Ao longo do período recortado para pesquisa (junho 2015 – julho 2017), ambos os veículos se mantiveram à frente no ranking, ocupando as duas primeiras posições, nas versões impressa e digital.

⁷ Dados fornecidos pelo Instituto Verificador de Comunicação. Média dos períodos com abrangência Nacional, todos os estados e regiões.

Iniciamos a busca pela imagem da Petrobras, que chega ao imaginário dos brasileiros, analisando um panorama mais ampliado, com as notícias associadas aos quatro principais eventos, que envolveram a Petrobras, desde 2007 até 2014, no acervo dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo: (1) em 2007, anúncio oficial da descoberta de petróleo abaixo da camada de sal, o pré-sal; (2) em 2009, anúncio pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, de que faria mudanças na legislação, que baliza os contratos de exploração do petróleo no Brasil, e votação em 2010; (3) em 2010, denúncia do site *WikiLeaks* de *lobby* das petroleiras estrangeiras, contra mudanças na lei de exploração de petróleo brasileiro; (4) em 2014, início da Operação Lava Jato.

A pesquisa se deu através de busca nos acervos, de ambos os veículos em estudo, procedeu-se à leitura direta das notícias associadas a cada um dos quatro eventos, a partir de suas ocorrências e num período de sete dias, 35 publicações de cada veículo em estudo, perfazendo um total de 72 publicações. A exceção ocorreu apenas para o contrato de partilha, sete dias no anúncio de mudanças em 2009 e, para a votação ocorrida em 2010, verificou-se apenas o dia posterior à votação do projeto, como complemento. De forma qualitativa foi feita a verificação da frequência de palavras e expressões, representatividade e pluralidade do pensamento das fontes entrevistadas e quando a Petrobras não era o assunto principal, de que maneira era abordada, sobretudo, nas matérias relacionadas à Lava Jato.

1.1.1 - Anúncio oficial da descoberta do pré-sal

Em julho de 2006, a Petrobras descobriu óleo leve abaixo da camada de sal, uma nova fronteira na exploração. Com muito investimento de dinheiro público em pesquisas foi possível o desenvolvimento de tecnologias, que tornaram viável a descoberta e produção no pré-sal. A Petrobras foi premiada três vezes pela OTC – Offshore Technology Conference, por conquistas técnicas relacionadas ao desenvolvimento de sistemas de produção em águas profundas: 700 metros, em 1992; 1.800 metros em 2001, e em 2015, pelo conjunto de tecnologias desenvolvidas para a produção da camada Pré-Sal. Foi preciso ultrapassar 2 mil metros de lâmina de água do mar e romper mais 2 mil metros de camada de sal. A província do pré-sal se estende por uma extensão de quase 800 km, são 149 mil km², estima-se entre 80 e 120 bilhões de barris de óleo leve. Analisamos as notícias veiculadas no período de uma semana, a partir do anúncio oficial da descoberta, período compreendido entre o dia 9 e o dia 16 de novembro de 2007.

1.1.1.1 - Folha de S. Paulo

No dia 9 de novembro de 2007, a manchete de capa do Jornal Folha de S. Paulo afirmava: **“Petrobras anuncia mega campo de petróleo”**. Logo abaixo do título, o texto da capa informava:

“Volume achado no campo de Tupi, na Bacia de Santos tem volume estimado em até 8 bilhões de barris de petróleo e gás, que pode representar até 60% de tudo que o país já descobriu.”

Ademais, a edição do dia 9 trouxe, na capa, duas manchetes secundárias, como também foi capa do *Caderno Dinheiro* com o título: **“País entra na elite do petróleo, diz governo”**, com texto afirmando que:

“Segundo Dilma, descoberta pode levar Brasil a se tornar exportador e integrar o grupo dos 10 maiores produtores”

Na edição do dia 9, a informação foi encontrada nas páginas B4, B6, B7 e B8 do *Caderno Dinheiro*, abordando diferentes aspectos relacionados ao mega campo descoberto:

“As novas reservas de petróleo são de fato um feito, mas há planejamento econômico para lidar com o ‘Emirado Tupi?’”

"São campos de longa duração de 20 a 25 anos ou mais"

“Petrobras estima volume de óleo leve de 28 API em 5 a 8 bilhões de barris, pequena parte da nova fronteira que se estende (ES, Campos e Santos) em rochas denominadas pré-sal. Petrobras única operadora, perfurou, testou e avaliou as rochas do pré-sal.”

“Haverá mudança positiva na balança comercial, o Brasil pode se tornar um grande exportador, mas custos de exploração são altos”

“Os temas tratados no encontro com Dilma foi sobre como mudar a forma com que a União licita áreas de exploração de petróleo”

“Além dos investimentos a Petrobras deverá lidar com aumento de custos, a nova descoberta está abaixo da camada de pré-sal entre 5000 e 7000m, a Petrobras explora petróleo em até 2,700m”

“Embaladas pela informação de descoberta de uma grande reserva ações da Petrobras dispararam”

No dia 10 de novembro de 2007, o pré-sal foi manchete de capa: **“Governo quer fatia maior do petróleo”**. O texto abaixo da manchete principal dava conta que:

“Representantes da indústria de petróleo e gás criticam alteração no formato, de concessão para partilha, afirmando que medida afeta previsibilidade dos contratos com a União e gera insegurança jurídica dos investidores”

O pré-sal também foi tema do editorial do jornal no mesmo dia 10, com o título: **“Reserva estratégica”**. A empresa de comunicação defendia:

“É prudente a decisão de postergar licitações de 41 blocos para exploração de petróleo após o campo Tupi ter sido descoberto. A descoberta muda o status energético do país e deveria levar também a um amplo debate sobre a modalidade de exploração mais adequada ao interesse nacional”

A descoberta também foi capa do *Caderno Dinheiro* com o título: **“Petróleo terá novo modelo de exploração”**. No texto, a informação diz que as regras da licitação vão mudar. A justificativa é que o modelo atual segue padrão de alto risco, diferente das áreas da bacia de Santos. Sobre isso, Giuseppe Bacoccolli, pesquisador da Coppe (Pós-Graduação e Pesquisa) da UFRJ, afirma:

"Mercado internacional do Petróleo agora é dominado por empresas nacionais NOCs, e que o contrato no modelo de concessão é usado em países de produção média."

O assunto aparece nas páginas B3, e B4 do *Caderno Dinheiro*, com a repercussão do ato do governo retirar do leilão os blocos da área do pré-sal, até a mudança na legislação para exploração: **“Indústria crítica retirada de blocos do leilão”**:

"Exclusão dos blocos afeta previsibilidade e credibilidade", João Carlos de Lucca - Presidente do IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo;

"Precisamos de clareza para planejar investimentos", Jorge Camargo-Presidente da Statoil (Norueguesa);

"É um retrocesso muito grande", Guilherme Vinhas-Advogado especialista em petróleo;

"Retirada dos blocos foi muito infeliz." Murilo Marroquim-Presidente da Devon Energy;

"O ponto vital do novo modelo é como os agentes vão participar", Júlio Moreira, presidente da Encana;

"Não pode é a Petrobras correr o risco de furar 15 poços, desembolsar quase Us\$ 1 bi e depois entregar tudo de mão beijada", Heitor Pereira, AEPT – Associação dos Engenheiros da Petrobras”

No dia 11 de novembro de 2007, o assunto foi capa do *Caderno Dinheiro* com o título: **“Exploração de mega campo terá alto custo”**. No texto, há o parecer de Giuseppe Bacoccolli, que chamou atenção para os custos:

“Especialista calcula que cada plataforma para exploração em águas ultraprofundas custará o triplo das atuais.

Na página *Brasil* A21 com o título: “**Petróleo é uma dádiva de Deus', afirma Lula**”, o texto traz a palavra do presidente afirmando que:

“A descoberta das reservas de petróleo pela Petrobras permitirá que o Brasil entre na Opep.”

No dia 13, apenas uma matéria no *Caderno Dinheiro* B5, com o título: “**Não faltarão recursos para a exploração, diz Petrobras**”.

“Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli disse que não existem dificuldades para equacionar o campo de Tupi”.

Em 14 de novembro de 2007, uma chamada de capa sem destaque: “**Diretor da ANP afirma não ser preciso mudar lei do petróleo**”. O texto da chamada diz que:

“Não está em pauta rever o marco regulatório, o que faremos é um contrato específico”, disse Haroldo Lima”.

Na capa do *Caderno Dinheiro*, a manchete: “**Mudança no Petróleo pode vir por decreto**”:

“O que vamos fazer são ajustes, disse Haroldo Lima, diretor da ANP; “E não pode ser por medida provisória”, para a advogada Sonia Angel criar dois tipos de contrato concessão e partilha quebraria a isonomia entre os países,” escritório especializado na área de petróleo e gás.

No *Caderno Dinheiro* B3, “**Relatório alerta sobre custo de mega campo**”. O texto informa que:

“Agência internacional do petróleo advertiu que custo de exploração deverá ser alto devido exploração em águas profundas.”

Dia 16 de novembro de 2007, no *Caderno Brasil*, A10, informações de preocupação com segurança do pré-sal. Título: “**Jobim quer submarino pra proteger área de petróleo**”. No texto:

‘Não pensem que vamos conseguir proteger essa reserva exclusivamente com navios de superfície.’

Entre as fontes ouvidas encontram-se: consultores do mercado; representantes de petroleiras; deputados; membro do governo; um geólogo, um historiador e um professor de relações internacionais. Nesse estágio, as notícias informaram sobre o “mega campo” de óleo leve⁸ (grau 28 API)⁹, com duração prevista entre 20 e 25 anos, dando chances ao Brasil de

⁸ Óleo leve tem maior valor, é utilizado na fabricação de produtos como a nafta para o setor petroquímico, gasolina e gás; o tipo mais denso é utilizado para produtos mais baratos

⁹ Dados ANP: óleo leve (>=31°API), médio (>=22 API e <31 API) e óleo pesado (<22 API).

integrar o grupo dos 10 maiores produtores. Aparecem também as preocupações com custos de exploração e a informação de que “Governo quer fatia maior”. Em editorial, a Folha de S. Paulo afirma ser: “Reserva estratégica”; e avalia que foi “prudente postergar licitações de blocos”; também indica a necessidade de “amplo debate e exploração mais adequada ao interesse nacional”. Outras matérias deram conta de que haveria mudanças nas regras dos contratos de exploração, e começa a aparecer a polêmica sobre as mudanças no marco regulatório de exploração do petróleo. Para discutir, ouviram João Carlos de Lucca - Presidente do IBP¹⁰; Jorge Camargo - Presidente da Statoil (Norueguesa); Guilherme Vinhas - Advogado especialista em petróleo; Murilo Marroquim - Presidente da Devon Energy. Para representantes da indústria de petróleo e gás, a mudança geraria insegurança jurídica dos investidores. Outra preocupação que começa a surgir diz respeito à segurança do pré-sal. “Jobim quer submarino pra proteger área de petróleo”, Ministro da Defesa Nelson Jobim. Para justificar a retirada dos blocos do pré-sal dos leilões, a AEPT (Associação de Engenheiros) chamou a atenção para um dado importante, que não foi aprofundado nas diferentes notícias, o alto investimento de dinheiro público, feito pela estatal, para que fosse descoberto óleo abaixo da camada de sal: “não pode é a Petrobras correr o risco de furar 15 poços, desembolsar quase US\$ 1 bi e depois entregar tudo de ‘mão beijada’”.

1.1.1.2 - Jornal O Globo

Nas notícias veiculadas no mesmo período, no Jornal O Globo, dia 9 de novembro de 2007, a manchete de capa afirmava: **“Governo diz que descoberta fará país virar exportador de petróleo”**. Logo abaixo do título, o texto da capa informa:

“Anúncio reflete luta interna para impedir que grupos estrangeiros assumam áreas vizinhas à descoberta...Dilma, citada como presidenciável, deu cunho político ao anúncio”.

O assunto também foi capa do *Caderno Economia* com o título: **“Entre os grandes exportadores”**

“Governo anunciou descoberta de petróleo que poderá alçar o Brasil ao grupo dos 10 maiores produtores de petróleo do mundo, superar a marca de 70 bilhões de barris em reserva, 5 vezes o atual... Pesquisa custou US\$1 bilhão”.

¹⁰ Instituto Brasileiro do Petróleo Gás e biocombustíveis (IBP) reúne representantes de petroleiras transnacionais e da Petrobras (Shell, Exxon mobil, Chevron, Brasken entre outras)

Nessa edição, a informação foi desmembrada nas páginas 24, 25, 27 e 28 do *Caderno Economia*, abordando diferentes aspectos relacionados ao mega campo descoberto, conforme os títulos:

"Governo retira 41 blocos ligados à descoberta, do próximo leilão da ANP"

Serão estudadas mudanças no marco legal, **"Grande retrocesso. Instabilidade nas regras afugenta investidores"**, Paulo Valois, da Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Angel Advocacia;

"Risco de clientelismo"

"Ações da Petrobras sobem 14,45% com anúncio"

"Discurso eufórico, cautela no aviso a investidores" **"Por estratégia política, Dilma foi a porta voz"** **"Destaque em sites especializados"**

"Câmbio reduz em 21% Lucro da Petrobras"

No dia 10 de novembro de 2007, o assunto pré-sal aparece apenas no texto de uma chamada secundária sobre outro assunto: "Chaves chamou Lula de 'Magnata do Petróleo'". Nas páginas 44, 45 e na 47 (três vezes). As notícias destacaram que:

"Presidente da Venezuela (Hugo Chaves) se referiu várias vezes às novas reservas, ora dizendo que o Brasil poderá fazer parte da OPEP, ora propondo que o Brasil passe a vender petróleo mais barato para países pobres;

"É uma tecnologia de ponta, altamente sofisticada e cara", Giuseppe Bacocoli - Geólogo COPPE, UFRJ;

"Patrícia Branco da Global Equity com barril chegando a US\$ 100 e novas descobertas resultado vai melhorar";

"Empresas do setor afirmam que a 9ª rodada perde atratividade";

"Se mudar a lei para entregar (o pré-sal) à Petrobras, você claramente está trabalhando para o processo de monopolização". David Zylbersztajn- ex-diretor da ANP nos governos FHC, PSDB, oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores;

"Se a Petrobras 'tivesse nascido' no EUA seria a 5ª maior", estudo feito pela consultoria Econômica";

"A produção da nova reserva... só deve começar depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixar o mandato, mas, enquanto isso ele já desfruta politicamente a boa nova".

No dia 13 de novembro de 2007, o assunto foi manchete de capa: **"Governo vai propor uma nova lei geral do petróleo"**. O texto da chamada de capa dá conta de que:

“A ideia é manter o de concessão e criar dois outros, um deles seria o de partilha, em que a União fica dona das reservas. E que, “parlamentares alertaram para o risco de afugentar investidores”.

Além disso, também é manchete da capa do Caderno Economia: **“Mudança de regras à vista”**. O assunto é abordado nas páginas 30 e 31. A matéria principal informa que “os contratos de partilha são usados, em geral, por detentores de grandes reservas, Venezuela, Angola e países do Oriente Médio”. Entrevistados destacam que:

"Mudança pode gerar insegurança jurídica"; Gustavo Leite, Campos-Mello, Pontes, Vince & Shiller;

"Monopólio da Petrobras afeta credibilidade do governo", Nelson Narciso-ANP;

"Não se pode mudar regras no meio do jogo", João Maia-Deputado PRN;

“Se a viabilidade e a robustez dessa reserva se confirmar...melhora o cacife do Brasil...”, Arnaldo Jardim-Deputado PPS;

“Podemos olhar para a Noruega que tem um fundo nacional de petróleo para financiar projetos sociais”, José C. Aleluia-Deputado do DEM;

"Com o campo de Tupi o Brasil será um dos maiores produtores de petróleo do mundo", Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entrevista "As relações de poder são determinadas pela disputa por fontes de energia...Ao passarmos de autossuficientes para exportadores (de petróleo), muda significativamente nossa projeção internacional. Seremos um interlocutor privilegiado", Williams Gonçalves, Professor de relações internacionais da UFF

Repercussão na mídia internacional. “O jornal Britânico ‘Financial Times’ publicou reportagem em que classifica a descoberta da área de Tupi, como um potencial instrumento de transformação do papel do Brasil, em termos geopolíticos. E destaca que o pré-sal foi noticiado pela BBC; Wall S Jornal; Lá Nacion; Clarin...”

No dia 14, apenas uma notícia na página 31, do *Caderno Economia* com título, **“Governo estuda elevar taxa de petrolíferas”**:

“Decreto seria forma de implementar novas regras de exploração para 41 blocos de Tupi.”

No dia 16 de novembro de 2007, uma chamada secundária de capa **“Jobim: petróleo pode atrair terrorismo”**. No texto abaixo da chamada de capa:

“O ministro da Defesa Nelson Jobim defendeu o reaparelhamento das forças armadas para que o Brasil proteja riquezas como o mega campo de petróleo “não da invasão de qualquer país, mas de ações do terror.”

Na página 3 da seção *País*, com o título **“Jobim explora petróleo”**, a notícia informa que o ministro cita descoberta de reserva para justificar necessidade de aparelhar força:

"No momento que você tem uma grande riqueza nacional, na área do Atlântico, temos que ter condições de protegê-la. Não da invasão de qualquer país apenas, mas de ações que possam vir do terror". Aqui nesse texto fica claro que existia preocupação com a segurança do pré-sal.

O perfil dos atores que tiveram fala no início da discussão foi muito semelhante àquele encontrado na Folha de S. Paulo (1.1); dentre eles aparecem: consultores do mercado; representantes de petroleiras; deputados; um geólogo, um historiador e um professor de relações internacionais. As matérias destacaram a retirada dos 41 blocos do leilão pelo Conselho Nacional de Política e o a preocupação do Grupo Globo com a possibilidade de uso político da descoberta; teve início o debate sobre mudanças no marco regulatório. David Zylbersztajn – ex-diretor da ANP nos governos FHC, declarou-se contrário ao modo “partilha”. “Se mudar a lei para entregar (o pré-sal) à Petrobras, você claramente está trabalhando para o processo de monopolização”. Serão estudadas mudanças no marco legal, **“para proteger o que Dilma Rousseff chamou de "riqueza e soberania nacional"**. Importante também a informação de que a “Pesquisa custou US\$1 bilhão à Petrobras”, ou seja, investimento de dinheiro público.

Entrevistados têm opiniões diversas: "Mudança pode gerar insegurança jurídica"; Gustavo Leite - Campos-Mello, Pontes, Vince & Shiller; "monopólio da Petrobras afeta credibilidade do governo", Nelson Narciso- ANP; "não se pode mudar regras no meio do jogo", João Maia Deputado PRN; “Se a viabilidade e a robustez dessa reserva se confirmar...melhora o cacife do Brasil”, Arnaldo Jardim- Deputado PPS; “podemos olhar para a Noruega que tem um fundo nacional de petróleo para financiar projetos sociais”, José C. Aleluia - Deputado do DEM. Uma discussão inicial sobre a soberania e geopolítica do petróleo, na entrevista com Willians Gonçalves - Professor de relações internacionais da UFF: "As relações de poder são determinadas pela disputa por fontes de energia... Ao passarmos de autossuficientes para exportadores (de petróleo), muda significativamente nossa projeção internacional. Seremos um interlocutor privilegiado". O Globo também repercutiu o que falou a mídia internacional sobre o pré-sal. O jornal Britânico "Financial Times" publicou reportagem em que classifica a descoberta da área de Tupi, como um potencial instrumento de transformação do papel do Brasil, em termos geopolíticos. E destaca que o pré-sal foi noticiado pela BBC; Wall S Jornal; Lá Nacion; Clarin. No dia 16 de novembro de 2007, uma chamada secundária de capa “Jobim: petróleo pode atrair terrorismo”.

1.1.2 – Mudanças no contrato de concessão para o modo partilha

Conforme os registros dos jornais nos itens 1.1.1.1 e 1.1.1.2, a partir do anúncio da descoberta do pré-sal o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva comunicou que faria mudanças no marco regulatório de exploração. Até então o Brasil fazia uso do modelo de concessão, no qual a petroleira vencedora do leilão paga Royalties e impostos e é dona de todo o petróleo encontrado. Segundo alguns especialistas, esse modelo de concessão é um atrativo para que parceiros invistam na exploração, pois para cada 10 poços perfurados, a possibilidade de encontrar petróleo pode ser em apenas 1. No caso do pré-sal, os investimentos já tinham sido feitos pela Petrobras, cerca de US\$1 bilhão, de dinheiro público, e o óleo já estava todo lá, era só retirar, praticamente sem riscos, óleo de qualidade e em grande quantidade; diante disso, o governo decidiu modificar a legislação. A proposta feita pelo governo do Partido dos Trabalhadores foi o modo partilha, no qual vence o consórcio que oferecer maior parcela de lucros à União; os custos com operação são descontados e o óleo excedente é da União e do consórcio formado pela PPSA - Pré-sal Petróleo S/A, criada para representar a União, e empresas vencedoras da licitação. A Petrobras seria operadora única, obrigatoriamente, com ao menos 30% de participação em cada bloco, e com regras obrigatórias de uso de conteúdo local na produção do pré-sal. A renda obtida com a venda do petróleo que ficasse com a União seria destinada à educação, saúde, pesquisas, combate à pobreza, inovação tecnológica. Essas mudanças no marco regulatório desagradaram o mercado.

Bercovici (2015) lembra que países produtores de petróleo do Mar do Norte, abandonaram o modo tradicional de exploração por meio de concessões¹¹ e destaca a Noruega, que ainda na década de 1960 abandonou a concessão e ampliou o controle estatal sobre o petróleo produzido:

A Noruega priorizou sua própria política econômica nacional, não os interesses dos grupos econômicos privados... Embora as empresas privadas pudessem atuar diretamente na exploração e produção, foram implementadas uma série de taxações suplementares e imposições legais para reter boa parte da renda gerada pelo petróleo, como a chamada “participação governamental”, ampliou-se o controle estatal sobre os recursos produzidos, por meio do papel central da empresa estatal *Statoil*, ainda hoje sob controle

¹¹ BERCOVICI, Gilberto. “Modelo das concessões petrolíferas, do país é inconstitucional”. Revista Consultor Jurídico, 13 de setembro de 2015, 8h00. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2015-set-13/estado-economia-modelo-concessoes-petroliferas-pais-inconstitucional>>. Acessado em: 09/02/2021.

do Estado norueguês, buscando acomodar os interesses privados sob o controle direto estatal...O modelo dos contratos de concessão, criticado e abandonado em praticamente todos os países detentores de reservas petrolíferas consideráveis, foi o adotado pelo Brasil em 1997.” (BERCOVICI, 2015, p. 4)

O autor faz também um outro questionamento com relação ao modo concessão, e garante que para a produção de petróleo esse tipo de contrato é inconstitucional. Voltaremos ao assunto no próximo capítulo.

1.1.2.1 - Folha de S. Paulo

Analisamos as notícias veiculadas no jornal Folha de S. Paulo, no período de uma semana, a partir do anúncio oficial das propostas de mudanças, no marco regulatório dos contratos de exploração do petróleo do pré-sal, para o modo partilha, período compreendido entre o dia 31 de agosto de 2009 e dia 6 de setembro de 2009; e acrescentamos a publicação do dia 02 de dezembro de 2010, posterior à votação do projeto, conforme indicado na metodologia.

Em 31 de agosto de 2009, a manchete de capa do Jornal Folha de S. Paulo afirmava **“Lula cede a governadores no pré-sal”**. O texto da manchete de capa informava:

“Além de revisão da redução dos Royalties pagos aos estados produtores, o planalto aceitou retirar pedido de urgência nos projetos que criam a “Petrosal” e instituem o sistema de partilha na produção”.

Também no dia 31 de agosto o assunto foi capa do *Caderno Dinheiro*: **“Lula cede a governadores para lançar pré-sal”**. O texto detalhava que:

“Além de revisão da redução na parcela dos Royalties pagos aos estados produtores, o planalto aceitou também o pedido do governador José Serra¹², de retirar a urgência na tramitação dos projetos, que criam a nova estatal e instituem o sistema de partilha”.

Ainda em 31 de agosto de 2009, no *Caderno Dinheiro*, página B4, a manchete informa **“Lula, Dilma e Petrobras delinearão modelo para novas regras”**. O texto dizia:

“O centro das discussões foi a comissão interministerial criada por Lula, com a missão de montar um modelo com forte controle estatal e que a futura estatal terá a missão de fiscalizar os custos de produção no pré-sal”.

¹² José Serra, naquele momento (2009), governador de São Paulo pelo PSDB, aparecerá em diferentes ocasiões na polêmica sobre o marco regulatório de exploração do petróleo da Petrobras. Nesta fase, ele estava trabalhando contra o pedido de urgência na tramitação do projeto que instituiria a partilha.

No dia 1º de setembro de 2009 o assunto foi novamente manchete de capa: **“Governo lança pré-sal e anuncia megacapitalização da Petrobras”**. O texto afirmava:

“Em tom nacionalista e estatizante, o presidente Lula anunciou as propostas do marco regulatório para a exploração do pré-sal”.

Também no dia 1º de setembro de 2009, o assunto mereceu chamada na capa do *Caderno Dinheiro*, **“Lula lança o pré-sal com ataque a tucanos”**. O texto mais uma vez destacava:

“Em discurso nacionalista e estatizante, presidente Lula anunciou propostas de novo marco regulatório para extração do petróleo na região do pré-sal”.

Avaliação sobre o “estatismo” segue em artigo de Valdo Cruz, que figura também na capa do *Caderno Dinheiro*, com o título: **“PT retoma estatismo em solenidade sem sal”**, no qual o articulista do jornal afirmava:

“Governo se esforçou para enviar sua mensagem de que ‘o pré-sal é um patrimônio da União, riqueza do povo e futuro do Brasil’, mensagem para justificar nova lei do petróleo, de forte apelo nacionalista, focada no fortalecimento do Estado”.

O assunto é abordado em outras cinco matérias no dia 1º de setembro, nas páginas B3, B4 e B6. Com os títulos: **“Petrobras é grande vitoriosa na definição de novas regras”**; **“Propostas do governo para o petróleo”**; **“Aprovação de projetos deverdemorar”**; **“Para oposição debate precisa de mais tempo”**; **“Serra critica e Cabralfaz elogio à proposta”**, as quais destacaram:

“As novas regras confirmaram que a Petrobras será operadora única do pré-sal e terá uma participação de 30% garantida nos consórcios e a Petrosal fiscalizará os custos de produção”;

“Quem ganha o direito de explorar o bloco, quem é a operadora do pré-sal, participação das petroleiras nos consórcios, escolha direta da Petrobras, Nova Estatal e Renda do Petróleo”;

“Para dar celeridade às votações, governo excluiu das novas regras a divisão dos royalties”;

“Líderes da oposição (DEM, PSDB e PPS) reclamaram da urgência constitucional dada aos projetos sobre o pré-sal”;

“Cabral comemorou manutenção dos Royalties e Serra reclamou da urgência no congresso”;

No dia 02 de setembro de 2009, as mudanças no marco regulatório da exploração do pré-sal mereceram editorial do jornal com o título: **“Petróleo na urna”**.

“Governo tenta atropelar Congresso com proposta inconvincente de marco regulatório, repleta de armadilhas estatistas. Uma

revanche contra a abertura do mercado e contra quebra de monopólio da Petrobras, e antecipação do calendário eleitoral para viabilizar candidatura de Dilma Rousseff”.

Ainda no dia 2 de setembro o assunto foi capa do *Caderno Dinheiro*, com o título: **“Modelo limita produção, dizem estrangeiros”**:

“Risco é país não aproveitar grandes empresas querendo entrar”, Christopher Garman da Eurásia Group, consultor para a América Latina;

“Frank MacGann do Bank Of America, para ele desafios técnicos e financeiros podem forçar participação de empresas”;

“Avaliação da Standard & Poor's, indica ‘tendência de longo prazo é bastante animadora’”.

O assunto também apareceu nas páginas B3 e B4 do *Caderno Dinheiro*. Com os seguintes títulos: **“Propostas do governo para o pré-sal”**; **“Zylbersztajn faz crítica ao novo modelo estatal”**; **“Lula afirma que oposição joga contra o país”**. As mudanças no marco regulatório foram detalhadas em box:

“1-modelo de exploração; 2-Quem ganha o direito de explorar o bloco; 3-quem é a operadora do pré-sal; 4-participação da Petrobras nos consórcios; Escolha da Petrobras; 6-Nova Estatal; 7-Renda do Petróleo; 8-Royalties e participação especial; 9-capitalização da Petrobras.”

“Não vi argumentos técnicos. A ministra Dilma Rousseff disse que a participação do Estado pode chegar a 80%, mas isso poderia ser feito aumentando a taxaço”, David Zylbersztajn - ex-diretor da ANP nos governos FHC;

"A parcela reservada à união será distribuída entre educação, cultura e ciência e tecnologia, o dinheiro que nunca pensamos ter servirá para fazer uma revolução nos próximos 20 anos", Lula;

No dia 3 de setembro de 2009, o assunto apareceu em uma chamada de capa sem destaque: **“Lula pode rever urgência para áreas do pré-sal”**. O texto da chamada informava:

“Oposição na Câmara ganhou apoio de grande parte da base aliada para reverter o regime de urgência na tramitação dos projetos sobre a exploração do pré-sal”.

A matéria está na página B8, do *Caderno Dinheiro*, com o título, **“Lula pode rever urgência de regras do pré-sal”**. O texto informava:

“Líderes da oposição na Câmara com apoio de base aliada, conseguiram promessa de Lula de voltar a ouvir congressistas sobre urgência dos projetos que regulamentam exploração do pré-sal”.

No dia 04 de setembro de 2009, a manchete principal da capa informava: **“Governo quer maioria das ações da Petrobras”**. No texto da manchete:

“Hoje a União controla a empresa, mas tem só 32% dos papéis. Governo tem 55% das ações ordinárias, com poder de administrar a Petrobras... Lula decidiu manter regime de urgência na tramitação dos projetos do pré-sal”.

Na página B4 do *Caderno Dinheiro*, o título: **“Lula mantém urgência para aprovar pré-sal”**, no texto:

“Apesar de pressões, presidente decide seguir com pedido de votação acelerada dos projetos que mudam a lei do petróleo”.

Ao lado da matéria um box detalhado:

“1-**Modelo de exploração** - Cria sistema de partilha, Petrobras será operadora única; 2-**Fundo Social**-renda será destinada a fundo social e ambiental, parte aplicada a educação, combate à pobreza, inovação tecnológica, ambiente e cultura; 3- **Petro Sal** para gerir riqueza; 4- **Capitalização Petrobras**”.

No dia 05 de setembro, página A6, *Caderno Brasil*: **“Serra evita debate de modelo de exploração do petróleo no país”**, a matéria deu conta de que:

“Os principais consultores de Serra são contrários à mudança de marco regulatório proposta pelo governo”

O projeto foi aprovado quinze meses depois, em 1º de dezembro de 2010. No dia seguinte, 02 de dezembro de 2010, não mereceu a manchete de capa, apenas uma chamada sem destaque: **“Câmara aprova partilha para exploração na camada do pré-sal”**. O texto da chamada informava:

“Câmara aprovou projeto que muda o modelo de exploração no pré-sal, de concessão para o regime de partilha, foi criado ainda o fundo social para aplicação dos recursos”

A matéria aparece na página A10 *Poder*, com o título: **“Câmara aprova partilha e fundo do pré-sal”**. O texto informava que:

“Novo modelo será aplicado na área do pré-sal, que ainda não foi leiloada. Governo receberá parte da produção em óleo e Petrobras participará de todos os consórcios com ao menos 30% e será a única operadora. Projetos Petro-Sal e capitalização já foram sancionados”.

Nessa fase, percebe-se alguma diferença na cobertura do fato, em relação à fase anterior (1.1.1.1). Em novembro de 2007, em editorial, a empresa de comunicação Folha de S. Paulo afirmava que o pré-sal era **“Reserva estratégica”** e defendia um amplo debate sobre o interesse nacional:

“É prudente a decisão de postergar licitações de 41 blocos para exploração de petróleo após o campo Tupi ter sido descoberto. A descoberta muda o status

energético do país e deveria também a um amplo debate sobre a modalidade de exploração mais adequado ao interesse nacional”.

Passados três anos, o editorial da empresa jornalística muda a retórica e demonstra outras preocupações: declara que o governo está fazendo capitalização político-partidária com as mudanças implementadas no marco regulatório do petróleo, **“Petróleo na urna”**. Também não foi encontrada pluralidade, suficiente para o amplo debate nacional, defendido no editorial de 2007, na representatividade dos entrevistados; exceção para o governo, todos tiveram discursos contrários às mudanças nas regras do marco regulatório, não houve diversidade de ideias. Desta feita, foram ouvidos: articulista do próprio veículo e consultores ligados ao mercado do petróleo e declaradamente contrários ao modo “partilha” dos contratos, e os representantes: da *Eurásia Group*, consultor para a América Latina; *Bank Of America Standard & Poor's*; Consultor ex-diretor da ANP no governo de Fernando Henrique Cardoso, classificado como neoliberal. As notícias informavam sobre o empenho do governador José Serra em retirar a urgência na tramitação dos projetos, avaliavam como intenção do governo o forte controle estatal e a intenção da Petrobras de fiscalizar os custos de produção no pré-sal, falavam sobre a capitalização da Petrobras e num tom de reprovação, classificavam o discurso do presidente Lula como “nacionalista e estatizante”. Avaliação sobre o “estatismo” segue em artigo com Valdo Cruz, articulista do jornal. Destaque-se a preocupação do veículo com o uso político partidário, como visto no editorial, **“Petróleo na urna”**, que fala de armadilhas estatistas e antecipação do calendário eleitoral para eleger Dilma Rousseff. O jornal informava ainda que os estrangeiros também avaliam o modelo como estatizante e a promessa do governo de que a parcela reservada à união seria distribuída entre educação, cultura e ciência e tecnologia.

1.1.2.2 - Jornal O Globo

Nas publicações do Jornal O Globo, também analisamos as notícias veiculadas no período de uma semana, a partir do anúncio oficial das propostas de mudanças, no marco regulatório dos contratos de exploração do petróleo do pré-sal, período compreendido entre o dia 31 de agosto de 2009 e dia 6 de setembro de 2009; e a publicação do dia 03 de dezembro de 2010, posterior à votação do projeto que ocorreu na madrugada de 02 de dezembro de 2010.

Em 31 de agosto de 2009, a manchete de capa do Jornal O Globo afirmava: **“Lula faz festa com pré-sal e oposição ataca uso eleitoral”**. O texto da manchete de capa informava:

“PSDB, DEM E PPS anunciam articulação para barrar novas regras do setor. Governo pretende implantar regime de partilha pelo qual será dono dos campos e receberá maior parte do petróleo produzido no pré-sal”.

Também no dia 31 de agosto o assunto foi capa do *Caderno Economia*: **“Pré-sal no palanque”**. O texto afirmava que:

“Oposição ataca uso eleitoral do tema e anuncia articulação para barrar novas regras. Em nota partidos atacaram o ‘oba oba’ palaciano”.

Ainda em 31 de agosto de 2009, no *Caderno Economia*, página 16, a manchete dizia: **“Governo reduz o número de projetos do pré-sal que levará ao Congresso”**. A matéria informava que:

“Deve-se costurar em um projeto o regime de exploração e o Fundo social, o outro seria para a nova estatal do petróleo que representara a União frente à empresa ou consórcio que explorará os blocos”.

No dia 1º de setembro de 2009, o assunto foi novamente manchete de capa: **“Regras estatizantes para o pré-sal assustam mercado”**. O texto informava que:

“Lançamento das regras para exploração do pré-sal foi marcado por tom nacionalista. Depois de 14 anos da emenda constitucional que quebrou o monopólio do petróleo, Brasil entrou em fase de interferência do Estado na economia. Governo cria a Petro Sal para fiscalizar e ditar o ritmo de produção e exploração. Petrobras que no regime de concessão disputa leilões como qualquer outra empresa, passaria a ser operadora de todos os campos e teria 30% dos blocos. Concepção estatizante e dúvidas sobre capitalização deixaram mercado apreensivo”.

Também no dia 1º de setembro de 2009 o assunto mereceu um box na capa, **“Perguntas e respostas”**. O texto detalhava:

“Por que é importante explorar o pré-sal?; Só tem pré-sal no Brasil?; Por que essa riqueza não pode ser explorada com as mesmas regras de hoje?; Quem vai ficar com essa riqueza?; Qual o temor dos empresários?”

O formato de partilha do marco regulatório mereceu editorial do jornal, também no dia 1º de setembro, com o título **“Delírio estatista”**, no qual o Globo expressava sua defesa do formato de concessão:

“O preocupante é a visão estreita de que a abertura ao mercado é prejudicial ao Brasil. O governo abandona a concessão e adota a partilha, situando o Brasil ao lado de regimes políticos autoritários ou pouco democráticos, com estruturas tributárias, muitas vezes vulneráveis à corrupção”.

O assunto foi abordado em outras três matérias na capa do caderno de Economia, do dia 1º, com os títulos, **“De volta ao passado”**; **“Saiba mais sobre o novo modelo - Box detalhado”**; **“Especialistas: Petro-Sal traduz viés estatizante do governo Lula”**:

“Reservas do pré-sal serão controladas pela União, como na época do monopólio da Petrobras. Os braços estatais surgem via, fortalecimento da Petrobras, criação da estatal Petro-Sal, e o novo formato para exploração no país. Para pré-sal e áreas estratégicas será adotado regime de partilha”

“Como é/Como fica: Propriedade do petróleo e do gás; o que fica com o governo; o que fica com a empresa; propriedade das instalações gerência e controle; Petrobras; ANP; Petro Sal (nova estatal)”

E na visão dos atores entrevistados, com a Petro Sal o governo garantiu papel preferencial ao poder público, na atividade econômica:

"Função poderia ser dada ao Ministério das Minas e Energia e Agência Nacional do Petróleo", Lúcia Hipólito - Cientista política;

“Petro-Sal esvaziará setor privado”; Luiz Werneck Vianna - Instituto Universitário de Pesquisas do RJ (IUPERJ);

"Pré-sal recuperou 'petróleo é nosso'", Murilo Aragão - Cientista político;

"Temo pelo uso político do pré-sal", Rafael Cortez - Tendências;

Ainda no dia 1º de setembro, o assunto foi abordado em três outras notícias, nas páginas 20, 23 e 24 do *Caderno Economia*, com os títulos: **“Empresários e especialistas criticam modelo de exploração do pré-sal”**; **“Anúncio foi arma para levantar imagem de Dilma”**; **“Risco do novo modelo”**, as quais informaram:

“Petrobras operadora em todos os blocos elimina competição e atratividade”, João Carlos de Lucca, Presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo;

"Não vi nada que afete valor econômico do projeto", Manuel Ferreira Oliveira, Presidente mundial Galp Energia (Portugal);

"Talvez só o BNDES não seja capaz de financiar. Será necessária a participação de organismos multilaterais", Paulo Godoy, Presidente da Abdib;

“É preciso que toda sociedade opine...a escolha do modelo partilha é política, e nada técnica, pois dessa forma o governo consegue controlar melhor esse petróleo”, Daniela Santos, L.O. Batista Advogados”;

“O modelo partilha é inconsistente e representa um retrocesso...governo que passou do papel de regulador para participar ativamente da produção”, Gorete Pereira Paulo Núcleo de Energia da FGV;

“Modelo de concessão poderia ser mantido...Petrobras volta a ter monopólio no setor de forma clara...representa retrocesso...,” Guilherme Vinhas, advogado”;

“Pode levar à discussão de inconstitucionalidade do marco regulatório”, Marilda Rosado Ribeiro, advogada;

“Dilma reapareceu em público com a agenda positiva do marco regulatório do pré-sal. Evento foi preparado para que Dilma recuperasse imagem de grande gerente, figurino considerado essencial para alavancar sua candidatura presidencial em 2010”;

"Petrolíferas estrangeiras estão praticamente fora, as que ficarem terão papéis subservientes, em relação à Petrobras", Wall Street Journal;

"Petrolíferas aceitarão qualquer condição", Blog Journal;

"Risco de corrupção e gastos descontrolados", Associated Press; "retorno de lucro está superestimado", Bloomberg;

Dow Jones destaca que BG Group elogiou fato de que "honrará atuais contratos de concessão".

Ainda em 1º de setembro de 2009, com o título **"A Toque de Caixa"**, no Panorama Econômico, Regina Alvares afirmava:

"O discurso presidencial com forte viés nacionalista, deixou claro que o governo tem pressa porque a sucessão presidencial ocupa corações e mentes... O ideal seria um debate qualificado, de alto nível, em que a sociedade civil pudesse também se manifestar".

Dia 02 de setembro de 2010, o jornal O Globo dedicou outro editorial ao tema: **"Saudosismo"**:

" 'O pré-sal é nosso'. Enquanto vigorou o monopólio, o petróleo era nosso, mas continuava debaixo da terra. No pré-sal volta-se a correr risco semelhante. Desafios financeiros e tecnológicos, mercado financeiro tem razão em avaliar se melhor caminho é Petrobras operadora isolada".

Ainda no dia 2 de setembro o assunto mereceu um box na capa do *Caderno Economia*, com o título, **"Conheça os quatro projetos de lei"**, detalhando:

Marco regulatório, partilha;

Fundo social;

Petro-Sal;

Capitalização da Petrobras.

O assunto também apareceu nas páginas 22, 24 e 26 do *Caderno Economia*, com os seguintes títulos: **"Serra: pré-sal é futuro do país e requer debate"**; **"Projeto prevê gatilho que eleva ganho do governo"** e **"Atividade é lucrativa mesmo na partilha"**. Os textos destacavam:

"Governador de São Paulo, José Serra reafirmou considerar curto o prazo para discussão no Congresso, dos quatro projetos do novo modelo de exploração do petróleo";

"Governo introduziu no projeto de lei do marco regulatório do pré-sal dispositivo para assegurar maiores ganhos ao Estado, no regime de partilha";

"As companhias vão para onde tem petróleo, mesmo para países com maiores riscos políticos, ou regimes menos atrativos, mas é claro que dá lucro." Entrevistado identificado como 'executivo do setor', em uma coluna no pé da página.

Dia 03 de setembro o marco regulatório voltou a ser abordado em editorial pelo jornal O Globo: **“Risco do pré-sal”**:

“Obrigatoriedade da Petrobras ser única operadora é um dos riscos que envolvem alteração dos Marcos Regulatórios. O sistema de partilha é adotado em países de pouca transparência. Por isso a Venezuela não está conseguindo atrair interessados para exploração da faixa do Orinoco”.

Na página 26, do *Caderno Economia*, o assunto foi abordado com o título: **“Partilha é inconstitucional e deve abrir disputa judicial, diz especialista”**. No texto, Luiz Antônio Lemos, sócio da Tozzini Feire advogados, afirmou:

"A constituição cita relações que o Estado pode ter com a iniciativa privada, nada parece com modelo de partilha. Escolha da Petrobras como operadora única fere princípios da livre iniciativa, a Petrobras tem maior parte de seu capital nas mãos de investidores, apesar do controle do governo”.

No dia 04 de setembro, o assunto foi abordado em duas matérias nas páginas 24 e 26 do *Caderno Economia*, com os títulos: **“Chevron diz que é capaz de produzir no pré-sal”** e **“Aspectos polêmicos”**.

“Petrolífera americana informou ter tecnologia e experiência necessárias, para, em qualquer regime descobrir petróleo em grandes profundidades, em nota. A Chevron afirma que o governo brasileiro é soberano para decidir sobre o marco regulatório do pré-sal”.

Em artigo, Giuseppe Bacocoli, especialista em petróleo e energia afirmou que:

“O marco regulatório para regulação do petróleo sugere abandono do modelo de concessão, bem-sucedido no Brasil, EUA, Noruega e Reino Unido e introdução do modelo de partilha. Pouco muda, e que preocupa as restrições à competitividade, com a Petrobras operadora com 30% de todos os blocos”.

No dia 03 de dezembro de 2010, na página 31 do *Caderno Economia* com o título **“Definição do marco regulatório chega ao fim”**, notícia registrou a votação das mudanças.

“Partilha substitui concessão, Petrobras fica mais poderosa e nova estatal, a Petro-Sal, é criada. Principal mudança desejada pelo Palácio do Planalto era introduzir sistema de Partilha. Por esse regime o óleo é da União. Petrobras fura e opera poços e tem pelo menos 30% de participação nos blocos”.

Desde o início, as notícias indicaram preocupação com o “uso eleitoral” da descoberta do pré-sal, as notícias classificavam as mudanças como “oba, oba” palaciano”, adjetivavam como “Regras estatizantes”, indicavam “tom nacionalista”, nas decisões do governo. A decisão de tornar a “Petrobras como operadora de todos os campos” foi analisada como “De volta ao passado”, com “viés estatizante do governo Lula”.

As informações destacaram que as “Reservas do pré-sal serão controladas pela União, como na época do monopólio da Petrobras” e avaliavam que a mudança “Elimina competição e atratividade”. Tanto as notícias dos veículos quanto a opinião do seletivo grupo de entrevistados demonstravam ver, nas mudanças, “figurino essencial para alavancar candidatura presidencial em 2010”. O Governador de São Paulo, José Serra aparece batalhando para aumentar o tempo de discussão da lei de partilha. Encontramos até uma especulação de que “Partilha é inconstitucional e deve abrir disputa judicial, diz especialista”, avaliação de Luiz Antônio Lemos, Sócio da Tozzini Freire advogados.

Os atores, que tiveram fala nessa fase, têm perfil parecido, com o início da discussão: consultores do mercado; representante de petroleiras, cientistas políticos e pesquisador da área do petróleo. O diferencial principal ocorreu na manifestação do pensamento do Grupo Globo. Foram três editoriais contrários às mudanças no marco regulatório de exploração do petróleo:

“Delírio estatista”: “preocupante visão estreita de que a abertura ao mercado é prejudicial ao Brasil...adota a partilha, situando o Brasil ao lado de regimes políticos autoritários ou pouco democráticos, com estruturas tributárias, muitas vezes vulneráveis à corrupção”;

“Saudosismo”: “Enquanto vigorou monopólio, petróleo continuava debaixo da terra...”;

“Risco do pré-sal”: “Petrobras única operadora é um dos riscos... sistema de partilha é adotado em países de pouca transparência...”

1.1.3 - Denúncia *WikiLeaks*: Lobby internacional pelo pré-sal

Em dezembro de 2010, com base em vazamentos de informações feitas pelo ex-agente americano da NSA - National Security Agency, Edward Snowden, o site *WikiLeaks* revelou seis telegramas enviados, daqui do Brasil, pelo consulado norte-americano a Washington, envolvendo a questão do pré-sal brasileiro. Interessante notar a manifestação de contrariedade das petroleiras estrangeiras e a manifestação de disposição em influenciar atores da política brasileira, para derrubar o novo marco regulatório de exploração do petróleo da Petrobras. O título de um dos telegramas: “A indústria do petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal?”. A cônsul Elizabeth Lee Martinez, por exemplo, referiu-se ao pré-sal como “uma nova e excitante descoberta” e uma “oportunidade de ouro”, para as empresas americanas. Os telegramas traziam também um diálogo que teria ocorrido entre o então governador José Serra do PSDB, candidato à presidência, prometendo a representante da Chevron que depois de eleito mudaria a lei de partilha. Dentro dos objetivos desta pesquisa, fomos verificar como o assunto foi tratado pelos veículos em análise, Folha de S. Paulo e O Globo, num período de uma semana, sete dias, a partir de 13 de dezembro de 2010.

1.1.3.1 - Folha de São Paulo

No jornal Folha de São Paulo, do dia 13, verificamos que a notícia apareceu em uma chamada secundária de capa com o título: “**Petroleiras se opunham à nova regra do pré-sal**”. O texto da chamada informava que:

“Telegrama diplomático dos EUA de 2009, obtido pelo site *WikiLeaks*, revelam que petroleiras americanas rejeitavam alteração nas normas do pré-sal, que o governo aprovou no Congresso. Segundo o despacho uma das empresas ouviu de José Serra (PSDB) promessa de que a regra seria mudada, se ele vencesse. “Deixa esses caras [do PT] fazerem o que eles quiserem”.

Na página A4, do *Caderno Poder*, a notícia recebeu título semelhante: “**Petroleiras foram contra novas regras para pré-sal**”. A matéria informava que:

“Segundo telegrama do *WikiLeaks*, Serra prometeu alterar regras caso vencesse. O despacho relata a frustração das petroleiras com a falta de empenho da oposição, em tentar derrubar a proposta do governo brasileiro. A Folha teve acesso a seis telegramas do consulado dos EUA Rio sobre a descoberta da reserva de petróleo, obtidos pelo *WikiLeaks*, datados entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009, mostram a preocupação da diplomacia dos EUA com as novas regras. O crescente papel da Petrobras como operadora chefe também é relatado com preocupação”.

No dia 14 de dezembro de 2010, o assunto foi retomado na coluna Toda Mídia, página A8 do *Caderno Poder*, com o seguinte título: “**EUA no pré-sal**”. O pequeno texto chamava a atenção para o fato de que:

“Um dia após a revelação, via *WikiLeaks*, do Lobby de Chevron e Exxon contra as novas regras do pré-sal, que incluíram conversa com José Serra, o destaque de Brasil no Google News foi que a também americana General Elétric comprou a inglesa Wellstream, de equipamentos para exploração”.

No dia 15 de dezembro de 2010, o assunto foi retomado na seção dos leitores, página A3 do *Caderno Opinião*, com uma correspondência do então Candidato do PSDB à Presidência, José Serra do PSDB: "A propósito do texto...que menciona meu nome...esclareço que nunca me reuni com a companhia Chevron nem com qualquer outra do ramo".

No decorrer da semana o assunto foi abordado em apenas três edições, obteve apenas uma chamada de capa, secundária, não repercutiu o assunto com nenhuma fonte, nem manifestou a opinião da empresa jornalística, em editorial.

1.1.3.2 - Jornal O Globo

No Jornal O Globo, o assunto apareceu apenas no dia 13 de dezembro de 2010, em chamada secundária de capa com o título: “EUA criticam ação da Petrobras no pré-sal”. O texto da chamada aborda o assunto do ponto de vista das petroleiras internacionais, e continuava demonstrando preocupação com a disputa pela Presidência da República:

“Telegramas enviados ao governo dos EUA sobre as perspectivas de negócio com o óleo brasileiro revelaram uma possível estratégia da Petrobras de adiar leilões, para assegurar futuras licitações, levando os empresários americanos a recear atrasos na produção dos novos campos. Segundo os documentos, as novas reservas trariam ganho político à então ministra Dilma Rousseff”.

Na página 29, caderno *O mundo*, o título, “**Americanos de Olho no pré-sal**”, linha: “**Petrolíferas estrangeiras temiam atraso na produção**”. O texto manteve o foco da chamada:

“Telegramas sobre perspectivas de negócios no pré-sal, enviados ao governo americano por funcionários do Consulado dos EUA no Brasil, entre 2008 e 2009, revelam "uma aparente" estratégia da Petrobras de adiar os leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para assegurar a dianteira em futuras licitações de blocos do pré-sal e o receio de empresários americanos com eventuais atrasos na produção petrolífera dos novos campos. Documentos, obtidos pelo GLOBO, mostram ainda que as descobertas de grandes reservas nessa região trariam ganhos políticos para a então provável candidata do governo à presidência, Dilma Rousseff”.

Interessante perceber que diante de tantas informações de interesse nacional, o jornal O Globo optou por focalizar aquelas de interesse internacional e manteve a preocupação político-partidária.

1.1.4. – Lava Jato

A Operação Lava a Jato foi deflagrada em 17 de março de 2014, pela Polícia Federal (PF). No dia 21 de março, o nome da Petrobras começou a ser vinculado à investigação. Na próxima mostra voltaremos ao assunto, já que a operação se prolongou por todo o período da pesquisa e na finalização ainda continua em processo.

1.1.4.1 - Folha de S. Paulo

Para este recorte pontual, analisamos as notícias que abordaram o assunto nas edições do jornal Folha de S. Paulo no período compreendido entre os dias 21 de março até 27 de março.

No dia 21 de março de 2014, a informação foi manchete da capa do jornal Folha de São Paulo com o título: **“Operação da PF prende ex-diretor da Petrobras”**. O texto da manchete informava:

“Detido é suspeito de destruir documentos em investigação sobre lavagem de dinheiro. PF prendeu ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, também investigado pela participação na compra da refinaria de Pasadena”.

O título do editorial do dia 21 de março de 2014, **“Sombras na Petrobras”**, tratava principalmente da compra de Pasadena, mas também abordou a prisão do Paulo Roberto Costa pela Lava Jato:

“[...]surge a notícia da prisão, pela polícia Federal, de um ex-diretor da área de refino e abastecimento da Petrobras...acusado de tentar destruir provas e documentos que supostamente o incriminariam num caso de lavagem dinheiro[...]”

Na página A4, *Poder*, **“Ex-diretor da Petrobras é preso pela Polícia Federal”**.

A informação principal foi similar à chamada de capa:

“Paulo Roberto Costa é alvo de operação que apura lavagem de dinheiro”.

No dia 22, o assunto foi abordado na página A8 do *Caderno Poder*, com o título: **“Ex-diretor da estatal foi transferido a Curitiba”**. O texto dizia:

“Preso sob suspeita de destruir documentos e obstruir investigação da PF, ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa... além de ser alvo da operação Lava Jato é também investigado pelo MPF por participação na compra da refinaria Pasadena”.

Ainda no dia 22, na página A12 do caderno *Poder*, o assunto apareceu com o título: **“Doleiro preso pela PF afirma que recebeu '12 mi' de empreiteira”**. O texto informava que:

“Alberto Yousseff que recebeu 12 milhões da Camargo Corrêa. PF trabalha com a suspeita de que o dinheiro possa ter sido usado para pagar propina para políticos ou funcionários públicos. PF apreendeu planilha sobre comissões...aparece a sigla CNCC, provável referência ao consórcio Camargo Corrêa, planilha enviada pela Sanko Sider, fornecedora de tubos de aço para a Petrobras. Uma das hipóteses da PF é que a Sanko Sider repassava a políticos dinheiro que recebia da Petrobras. Diretor da Sanko Sider aparece na Lava jato em diálogo com doleiro”.

Em 23 de março, o assunto foi retomado com o título: **“Autonomia dos diretores da estatal incomodava Dilma”**, na página A5, do *Caderno Poder*. O texto informava que:

“Dilma reclamava que diretores tinham autonomia demais, entre eles Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa, preso pela PF. Além de Pasadena estão na lista de dores de cabeça a Refinaria Abreu e Lima e acusações de que empresa Holandesa pagou propina a funcionários da Petrobras”.

Dia 25 de março de 2014, a informação apareceu na página A4 do *Caderno Poder*, com o título: **“Com mais provas justiça prorroga prisão de Costa”**. O texto informava que:

“Justiça Federal do Paraná prorrogou prisão do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, com base em novas provas que o acusam de corrupção passiva pelo recebimento de propina referente à construção da refinaria de Abreu e Lima (PE), entre 2011 e 2013, de Alberto Yousseff”.

As informações sobre a prisão de Paulo Roberto Costa e a possibilidade de recebimento de propina caminhavam em paralelo, elo forte estava no fato de Costa ser ex-funcionário da Petrobras. Nessa fase, pode se perceber que o foco maior estava na destruição de provas que comprovariam lavagem de dinheiro, por um “ex-diretor da Petrobras”. Estavam no início as denúncias de suspeita de corrupção na compra de Pasadena e refinaria Abreu e Lima.

1.1.4.2 - Jornal O Globo

Para este recorte pontual, analisamos também as notícias que abordaram o assunto nas edições do jornal O Globo, no período compreendido entre os dias 21 de março até 27 de março.

No dia 21 de março de 2014, a informação foi manchete da capa do jornal O Globo com o título: **“Ex-diretor da Petrobras é preso com R\$1,16 milhão”**. O texto da manchete informava:

“Paulo Roberto Costa foi preso pela polícia Federal por suspeita de envolvimento com quadrilha de lavagem de dinheiro, ele estaria destruindo documentos, após deixar a Petrobras, que comprovariam suposta ligação com doleiro”.

Na capa do *Caderno Economia* do dia 21, o assunto apareceu sob o título: “**Homem de negócios polêmicos**”. A informação principal deu conta de que:

“Ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi preso por suspeita de envolvimento com uma quadrilha de lavagem de dinheiro”.

No dia 22, na página 25 do *Caderno Economia*, o assunto apareceu após o intertítulo: “**Costa: Fim de semana na prisão**”. Na continuidade da matéria sobre Pasadena, a informação de que Paulo Roberto Costa suspeito de envolvimento com o doleiro Alberto Yousseff deveria passar o fim de semana na prisão.

Ainda no dia 22, o editorial tratou do assunto Pasadena: “**Os custos do aparelhamento da Petrobras**”. Com o foco principal em Pasadena e Cerveró, acrescentou que:

“Polícia Federal prendeu Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da empresa, foi apanhado pela operação Lava Jato contra lavagem de dinheiro”.

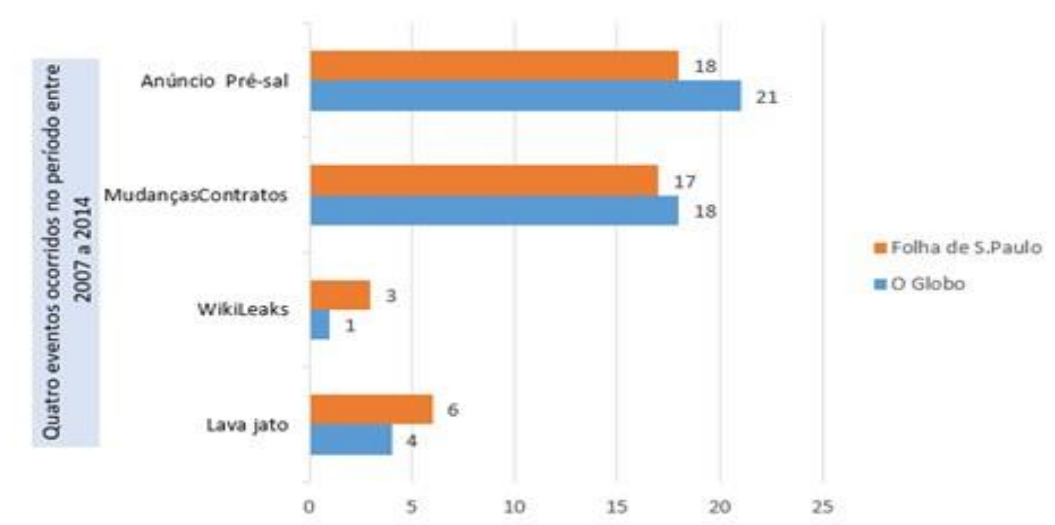
No dia 26 de março, a manchete de capa trouxe o título: “**Graça Foster diz que 'não fica pedra sobre pedra'**”. O texto complementava:

“Um dos objetivos é investigar a participação do ex-diretor Paulo Roberto Costa que está preso e é investigado por suspeita de envolvimento em lavagem de dinheiro”.

Ainda no dia 26, no *Panorama político*, página 2, o assunto foi retomado com o título: “**Boca no Trombone**”. O texto informava:

“Ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, recebeu proposta de delação premiada da Polícia Federal, responsável pela Lava Jato. Costa ainda não decidiu se fala ou não o que sabe sobre os negócios da Empresa”.

Também nas notícias de O Globo o foco inicial foi a prisão de Paulo Roberto Costa, “ex-diretor da Petrobras”, suspeito de envolvimento com doleiro e lavagem de dinheiro. Em editorial apareceu o assunto Pasadena, “**Os custos do aparelhamento da Petrobras**”. Apareceu também Nestor Cerveró, outro nome ligado à Petrobras com promessa de delação de Costa. Era o início de um escândalo que se estenderia pelos próximos anos, a partir das descobertas que ocorreriam, como veremos nas próximas amostras quantitativas e qualitativas.

GRÁFICO 1 – Primeira amostra, notícias da Petrobras entre 2007/2014

Fonte: Elaboração própria a partir de edições dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo entre os anos 2007 e 2014

O Gráfico 1 demonstra uma exposição maior, numericamente, da descoberta do pré-sal e da mudança no marco regulatório de exploração do petróleo, do formato concessão para o formato partilha, mudança que desagradou fortemente petroleiras internacionais. O posicionamento dos veículos foi contrário às mudanças, em sintonia com o mercado. Os perfis dos atores, que tiveram espaço de fala, apesar de diferentes, não apresentaram diversidade de pensamento importante. Apenas uma inicial discussão sobre a soberania e geopolítica do petróleo, na entrevista com Willians Gonçalves - Professor de Relações Internacionais da UFF, mas o insuficiente para gerar um debate que possa representar diversas parcelas da sociedade.

CAPÍTULO 2 - Informação e imagem da Petrobras: discursos e interesses em disputa no território

A agenda construída historicamente em torno da democratização da comunicação é uma arena de disputa de significados e concepções sobre os agentes, políticas e ações que promoveriam as condições para uma comunicação mais democrática. A efetividade dessa agenda exige um olhar mais geográfico, buscando compreender as dinâmicas de centralização e descentralização do comando dos fluxos de informação, bem como questões de acesso, de produção e circulação de informações e sentidos a partir do território. Essas questões envolvem um olhar para as materialidades do espaço geográfico, que condicionam os usos possíveis do território – e as possibilidades de comunicação – e para as ações e normas que transformam essas materialidades. Cabe, assim, indagar, de uma perspectiva geográfica: qual seria o significado de democratizar a comunicação no território? (PASTI, 2018, p. 40)

Com base no panorama oferecido pelas informações do Capítulo 1, delimitamos o período da pesquisa e quatro assuntos, avaliados por nós como importantes para delinear a imagem da Petrobras projetada pela mídia no território. A amostra contou com uma verificação quantitativa das notícias publicadas sobre cada um dos assuntos: partilha, conteúdo local, venda de ativos e Lava Jato, no período entre 1º de junho de 2015 e 30 de julho de 2017 e uma menor, qualitativa, dentro do período, por sete meses, (1º de junho a 31 de dezembro de 2015), para capturar parte dos impactos da operação “Lava Jato” nos negócios da Petrobras, atores sociais e narrativas sobre exigências de “conteúdo local”, “venda de patrimônio” da Petrobras e formato partilha (implementado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criticado pelo mercado e modificado pelo senador José Serra do PSDB com a promulgação da Lei 13.365/2016). No levantamento qualitativo, procedeu-se a busca nos acervos de ambos os jornais em análise, para leitura direta das notícias associadas aos quatro assuntos, por nós considerados importantes para a Petrobras. As amostras passaram por verificação da frequência de cada assunto; verificação de palavras e expressões utilizadas, para identificação dos sentidos e de representatividade e pluralidade do pensamento das fontes entrevistadas, portanto, estarão destacadas apenas as notícias nas quais foram entrevistadas pessoas opinando sobre os assuntos selecionados.

2.2 - Segunda amostra da imagem da Petrobras projetada no território

2.2.1 - Conteúdo Local/Nacional

O segredo, praticado pela Noruega ou Reino Unido, é desenvolver,

juntamente com a produção de petróleo, uma indústria local com instalações adequadas, qualidade requerida, tecnologia necessária e engenharia bem desenvolvida, fatores que dispomos no Brasil e que, agora, correm o risco de serem destruídos. Hoje, para a Noruega, por exemplo, a indústria é mais importante que a produção de petróleo. (ABIMAQ, 2017)

Em carta aos governantes, cuja parte do texto destacamos em epígrafe, a ABIMAQ chama a atenção para o papel do circuito espacial de produção do petróleo no desenvolvimento da indústria nacional e dá exemplos internacionais. Na produção de petróleo da Petrobras, a legislação do conteúdo local/nacional exigia, na fase de operação em águas rasas e profundas, índice mínimo de 37% e máximo de 55%; em fase de desenvolvimento, o índice mínimo de 55% e máximo de 65% de aquisição de produtos e serviços nacionais. Vamos analisar como essa discussão foi intermediada pelos veículos em estudo.

2.2.1.1 - Folha de S. Paulo

Para o levantamento qualitativo extraímos um recorte de sete meses, num total de 214 publicações do jornal Folha de São Paulo. De junho a dezembro de 2015, entre 35 notícias verificadas sobre o assunto conteúdo local/nacional, 03 (três) contaram com opiniões, 1 delas em forma de artigo, para discutir consequências da exigência de conteúdo local/nacional na produção de petróleo da Petrobras.

Figura 1 – Conteúdo local, Folha de S. Paulo

Folha de S. Paulo

Brasil com conteúdo local

Pela dimensão do pré-sal e o desafio de tornar seu desenvolvimento ainda mais seguro, o país irá demandar novas tecnologias "offshore"

19 junho 2015 JORGE CAMARGO JORGE CAMARGO, 61, é presidente do IBP - Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

A indústria de petróleo brasileira é uma extraordinária história de sucesso. De um início marcado por grandes esperanças e muitas dúvidas a uma posição de vanguarda e liderança tecnológica no mundo.

A conquista pela Petrobras, este ano pela terceira vez, do prêmio da Offshore Technology Conference — o Oscar do setor petróleo — confirma o Brasil como um dos principais polos de desenvolvimento e irradiação de novas tecnologias "offshore".

À admirável capacitação tecnológica desenvolvida no país nas últimas décadas, soma-se agora o fabuloso potencial exploratório da província do pré-sal.

Pela dimensão do pré-sal — dezenas de bilhões de barris já descobertos e ainda a descobrir — e o desafio de tornar seu desenvolvimento ainda mais econômico e seguro, o Brasil é o país que mais irá demandar, e mais oportunidades tem a oferecer para o surgimento de novas ideias e tecnologias "offshore".

Escala, horizontes de longo prazo, demandas de alto valor agregado, essa é a combinação ideal para o desenvolvimento de uma indústria local de bens e serviços. Esse é o objetivo estratégico de todo país abençoado pela abundância de recursos naturais, para assim multiplicar a geração de empregos e benefícios para a sociedade.

No entanto, a construção de uma indústria local sólida e sustentável, como o fez a Noruega, não é tarefa trivial. Muitos são os exemplos de fracassos, apesar das melhores intenções e pesados investimentos em subsídios e barreiras de entrada.

A presença de uma diversificada oferta de bens e serviços locais é também o sonho das empresas operadoras de petróleo. Essa é, por exemplo, uma das principais razões do extraordinário desenvolvimento recente do petróleo e gás não convencional nos EUA que revolucionou o mercado de energia global.

A indústria "offshore" brasileira vem se desenvolvendo desde a década de 70, a partir da descoberta de petróleo na bacia de Campos, e resultados expressivos já foram atingidos. Destaco as indústrias de equipamentos e serviços submarinos, complexas e de alta tecnologia, que atendem, de forma competitiva, à grande demanda local. Mas é preciso, e possível, avançar.

Atender a outros mercados a partir da forte plataforma de produção no Brasil, competir internacionalmente e capturar o potencial dos investimentos que aqui estão sendo realizados, tornando-os capazes de enfrentar variações de demanda local, como a que vemos hoje.

Para tanto é preciso um esforço conjunto — governo e indústria — e o aperfeiçoamento contínuo das políticas de conteúdo local, tornando-as melhor capazes de responder aos desafios atuais e futuros.

O IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) tem o conteúdo local no alto de sua agenda prioritária e o benefício da ampla experiência de suas empresas associadas tanto no Brasil como no exterior.

Divulgamos recentemente o trabalho feito pela consultoria Bain & Company com sugestões para o desenvolvimento sustentável da indústria local de bens e serviços para o setor de óleo e gás.

São ideias simples e razoáveis, como focar em segmentos de maior valor socioeconômico e nos quais o Brasil possui vantagens comparativas — afinal, nenhum país é capaz de produzir tudo o que necessita —, a simplificar procedimentos de controle e fomentar por meio de incentivos, em vez de aplicar penalidades que afugentam investimentos.

Nós, da indústria do petróleo, estamos plenamente convencidos de que não teremos cumprido plenamente a nossa missão se daqui a 10, 20, 30 anos — mesmo que tenhamos desenvolvido o pré-sal de forma eficiente, rentável, limpa e segura —, não tivermos aproveitado a excepcional oportunidade que hoje se apresenta para também edificar uma indústria local de bens e serviços forte e competitiva.

Write a comment...

Ouvir Ver página Partilhar Guardar Mais

Supporte Opor

Fonte: Folha de São Paulo, 19 de junho de 2015.

Em 19 de junho de 2015, Jorge Camargo do IBP, em artigo sobre conteúdo local, afirmou que o pré-sal era uma boa oportunidade para desenvolver uma indústria local de bens e serviços, mas avaliou que era difícil construir esse movimento com a solidez da Noruega, e afirmava que “nenhum país é capaz de produzir tudo que necessita” e sugeriu simplificar procedimentos de controle, defendeu o fomento por meio de investimentos em vez de penalização.

Figura 2 – Conteúdo local, Folha de S. Paulo

Mudança em regra de conteúdo local é avanço, diz indústria

Setor de petróleo, no entanto, ainda quer saber como medida, antecipada pela **Folha**, funcionará na prática

Proposta pode ajudar petroleiras, que têm tido dificuldade para cumprir acordos acertados em leilões

NICOLA PAMPLONA
DO RIO



Reunida em evento internacional no Rio, a indústria do petróleo considerou positivo o movimento do governo no sentido de mudanças na política de conteúdo local, mas há dúvidas com relação à efetividade das propostas.

“É uma excelente iniciativa, um primeiro passo do governo. Mas precisamos saber como vai funcionar”, afirmou o secretário-executivo para a área de exploração e produção do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Antônio Guimarães.

Reportagem da **Folha** desta terça-feira (27) mostrou que o Ministério de Minas e Energia já preparou minuta de decreto que amplia o que pode ser considerado conteúdo local (percentual mínimo de contratação na indústria brasileira de petróleo).

“O resultado da 1ª rodada de licitações da ANP é mensagem clara de que ajustes são necessários”, comentou o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro), Paulo Cesar Martins, re-

pletou Guimarães, do Instituto Brasileiro do Petróleo.

Além da flexibilização das regras de conteúdo local, as companhias pedem leilões periódicos de áreas exploratórias e o fim da exclusividade da **Petrobras** na operação de áreas do pré-sal.

Presente no evento, a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, disse que a proposta de mudanças na política de conteúdo local tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de equipamentos competitivos no país.

Magda não quis entrar em detalhes sobre as medidas. Segundo ela, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, será responsável pela divulgação.

Na avaliação do mercado, a proposta pode ajudar também as petroleiras, que têm tido dificuldades para cumprir os compromissos assumidos nos leilões da ANP.

A agência reguladora já aplicou mais de R\$ 600 milhões em multas pelo não cumprimento dos compromissos de conteúdo local.

Fonte: Folha de S. Paulo, 19 de junho de 2015.

Em 28 de outubro de 2015, o diretor do IBP, Antônio Guimarães viu como “excelente” a proposta de mudanças nas exigências de conteúdo local; o presidente da Abespetro também declarou a necessidade de “ajustes”. A notícia informava da flexibilização nas regras de conteúdo local, as companhias pediam o fim da exclusividade da Petrobras na operação de áreas do pré-sal. O contraponto foi encontrado apenas na informação de que a diretora da ANP, Magda Chambriard, informara que a política de conteúdo local tinha por objetivo fomentar o desenvolvimento de equipamentos competitivos no país. Uma fala que pode ter uma avaliação de menor peso por se tratar de representante do governo.

Figura 3 – Conteúdo local, Folha de S. Paulo

Governo alivia regras para atrair investidor

Índices de conteúdo nacional exigidos para investimentos em óleo e gás será reduzido à metade nos próximos leilões

Indústria brasileira protesta e promete agir para tentar reverter as mudanças, que agradam às petroleiras

GUSTAVO URIBE
JULIO WIZIACK
BRASÍLIA
NICOLA PAMPLONA
RIO

O governo reduziu pela metade o índice de conteúdo local que será exigido nas próximas rodadas de leilões de óleo e gás, aliviando as regras que tinham sido definidas pela ex-presidente Dilma Rousseff e geraram multas bilionárias a empresas do setor.

Depois de meses de discussão entre vários grupos de trabalho ligados ao governo e à indústria, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, anunciou nesta quarta-feira (22) que o acordo fechado definiu seis índices e que, na média, eles sofreram uma redução de 50%.

Nas áreas terrestres de exploração, a cota obrigatória será de 50% de componentes nacionais. Para exploração no mar, 18%. Na construção de poços, 25%. Para sistemas de coleta e escoamento, 40%. Em unidades estacionárias de produção, a cota passa a 25%.

Os novos índices vão valer para os dois leilões do pré-sal previstos para setembro e novembro deste ano, mas ainda precisam passar pela aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que se reúne em março.

As mudanças agradaram às petroleiras e receberam fortes críticas da indústria fornecedora de equipamentos. “A indústria está se sentindo vilipendiada, acha que não foi atendida”, disse o presidente executivo da **Abimaq** (Associação Brasileira dos Fabricantes de Máquinas e Equipamentos), José Velloso.

Segundo ele, os percentuais anunciados pelo governo podem ser cumpridos apenas com prestação de serviços, sem necessidade de contratar



Plataforma da Petrobras em construção em Angra dos Reis

produtos fabricados no país. “Nas últimas décadas, a indústria investiu US\$ 60 bilhões em capacidade no Brasil, e agora vai fazer o que com isso? É um cavalo de pau.”

Nesta quinta (23), representantes dos fabricantes se reunirão no Instituto Aço Brasil (IABr), no Rio, para redigir um manifesto contra as mudanças e planejar ações para tentar reverter o processo.

Para o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), que representa as petroleiras, a redução nos índices de conteúdo local ajudará a destravar investimentos. O diretor do IBP Mauro Andrade disse que o novo modelo adequa as regras à capacidade de fornecimento da indústria nacional.

“Foi uma solução construída após bastante diálogo com vários setores”, elogiou.

MULTAS

Como as regras de conteúdo local serão menos duras, também se decidiu pela redução das multas cobradas em casos de descumprimento.

Em vez de 60%, a multa cai para 40% do valor “em aberto”. No entanto, se a multa não for paga em até dez dias, ela sobe para 75% do valor.

As multas aplicadas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) com base na regra atual, que prejudica o cumprimento das cotas pela dificuldade de se encontrar fornecedores locais, gerou um passivo estimado entre R\$ 60 bilhões e R\$ 80 bilhões.

Segundo o ministro de Minas e Energia, as novas medidas devem atrair mais interessados para as duas próximas rodadas de leilões.

A expectativa inicial de arrecadação era de cerca de R\$ 3,5 bilhões com os leilões, mas pode chegar a R\$ 5 bilhões agora, segundo estimativas da equipe econômica.

“Com mais disputa, o preço pelos blocos deve aumentar”, disse Fernando Coelho Filho. “Há um consenso de que, com números mais realistas, vamos ter a oportunidade de dar novo dinamismo à indústria nacional.”

Fonte: Folha de S.Paulo, 23 de outubro de 2015

Em 23 de fevereiro de 2017, a Folha de S. Paulo informou que índices de conteúdo local seriam reduzidos à metade nos próximos leilões, que a notícia agradara a indústria petroleira mas teria sido criticada pela indústria fornecedora: “A indústria está se sentindo vilipendiada, ...nas últimas décadas a indústria investiu US\$ em capacidade no Brasil, e agora vai fazer o quê com isso?”, declarou José Velloso, presidente da Abimaq, na matéria. A notícia traz também a opinião do diretor do IBP Mauro Andrade, o qual afirma que o novo modelo adequa as regras à capacidade de fornecimento da indústria nacional.

2.2.1.2 - Jornal O Globo

No período de sete meses, num total de 214 publicações do jornal O Globo, entre 17 notícias sobre exigências de conteúdo local/nacional, no circuito de produção do petróleo, cinco contaram com entrevistados para discutir o assunto:

Figura 4 – Conteúdo local, O Globo

13 de Junho de 2015, Matutina, Economia, página 23



Conteúdo local em leilão de petróleo pode afastar investidor

Governo espera arrecadar até R\$ 2 bi com licitação de 266 blocos

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br
BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A manutenção das regras de exigência de conteúdo local para a 13ª Rodada de Licitações de áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural desagradou a empresários do setor. Para eles, manter a obrigação de contratação de fornecedores locais pode afugentar os investidores do leilão, que prevê a oferta de 266 blocos terrestres e em mar, e está marcado para o dia 7 de outubro.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o valor do bônus mínimo previsto para todos os blocos soma R\$ 978,7 milhões. O governo prevê arrecadar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões com o alçó oferecido na rodada, segundo estimativas do ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga feitas antecitem. Especialistas ressaltam que o sucesso da rodada vai depender também do apetite da Petrobras, que passa por processo de redução de investimentos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM MENOS DE UM MÊS
Segundo o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Jorge Camargo, as regras de conteúdo local poderiam ser mais flexíveis. Segundo ele, é um erro o governo manter o índice de conteúdo local como formação de preço para as propostas vendedoras no leilão. Pelo pré-edital da ANP, o conteúdo local tem peso de 20% no leilão.

— O nosso pleito não foi atendido, que é ter regras mais simples de conteúdo local. Sem essas mudanças, o leilão pode perder a atratividade, afugentando os investidores. Hoje, as companhias do setor estão com redução de investimento — disse Camargo, destacando que ainda tem esperança de que seu



Na floresta. Produção em Urucu, no Amazonas, onde serão oferecidos blocos na 13ª Rodada

pleito seja atendido durante o período de consulta pública.

O advogado Fernando Villela, especialista de regulação da Siqueira Castro Advogados, disse que, apesar de a questão do conteúdo local, uma das principais reivindicações da indústria de petróleo não ter sido atendida, a apresentação do pré-edital pela ANP é positivo.

— Vejo com bons olhos o anúncio da 13ª rodada, e acredito que vai chamar a atenção da indústria que, se ficar muito tempo sem novas rodadas, vai investir em outros países — alertou Villela, ao lembrar que, no período de consulta pública, a ANP receberá sugestões e o patamar de conteúdo local poderá sofrer alterações.

Dos blocos previstos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), 112 estão localizados nas bacias terrestres do Amazonas, Parnaíba, Recôncavo e Potiguar. Outras 84 áreas estão nas bacias marítimas de Sergipe-Alagoas, Jacuípe (Alagoas), Espírito Santo, Campos, Camamu-Almada (Bahia) e Pelotas (Rio Grande do Sul).

A ANP informou que realizará audiência pública no dia 9 de julho, precedida de consulta pública pelo período de 20 dias até 2 de julho para obter sugestões e propostas para o pré-edital e a minuta do contrato.

Em outro dia ainda a ser marcado, será realizada uma segunda etapa da 13ª rodada, para a oferta de 11 áreas inativas que são campos antigos com declínio de produção que foram devolvidas à ANP pela Petrobras nas bacias do Recôncavo (Bahia), Tucano Sul (Bahia), Paraná, Barreirinhas (Maranhão), Potiguar (Bahia) e Espírito Santo. A oferta dessas áreas tem como objetivo atrair pequenas e médias empresas. ●

Fonte: O Globo, 13 de junho de 2015.

Em 13 de Junho de 2015, o título da matéria do *Caderno Economia* informava: “Conteúdo local em leilão de petróleo pode afastar investidor”. No texto, “Manutenção de regras de exigência de conteúdo local para a 13ª rodada desagradou empresários do setor para eles, manter obrigação de contratação de fornecedores locais pode afugentar investidores”. E a reclamação de Fernando Villela, advogado especialista em regulações da Siqueira Castro advogados, de que uma das principais reivindicações, da indústria do Petróleo, “conteúdo local”, não ter sido atendida. Idem a opinião de Jorge Camargo do IBP e um consultor de mercado são semelhantes: “O nosso pleito não foi atendido, que é de ter regras mais simples de conteúdo local”.

Figura 5 – Conteúdo local, O Globo

MOREIRA FRANCO

A política de conteúdo local nas cadeias industriais já está incorporada às nossas práticas de planejamento. No passado, no Governo JK, foi adotada para o bem. Nos anos 70 do século passado, auge da ditadura militar brasileira, ela retornou para proteger nosso mercado de fabricação de computadores, a Política Nacional de Informática. O discurso dos militares foi de que se tratava de uma grande oportunidade para capacitar mão de obra e para desenvolver a indústria local. O resultado, entretanto, acabou punindo consumidores obrigados a adquirir equipamentos obsoletos, inferiores e caros e comprometendo nossa capacidade de absorver e criar tecnologia.

É um paralelo bem próximo do que se chama hoje de política de conteúdo local, adotada, a partir de 2003, pelo governo federal para o setor de petróleo e gás natural. O discurso é o mesmo: aproveitar os recursos investidos no setor para ampliar a participação nacional no fornecimento de bens e serviços, em geração de emprego e renda e novas tecnologias para o país. Os exemplos mais significativos de políticas de conteúdo local para petróleo e gás estão na Noruega, no Canadá, na Nigéria e na Malásia.

Noruega e Canadá adotam políticas não mandatárias, incentivando a participação das indústrias locais em pesquisa e desenvolvimento, para garantir a participação delas nas licitações em igualdade de condições com as concorrentes externas. Nigéria e Malásia, assim como o Brasil, adotam o modelo de política mandatária, onde as empresas são obrigadas a comprar

um percentual mínimo de bens e serviços produzidos localmente.

Na Noruega, o exemplo preferido dos que defendem por aqui a obrigatoriedade, após um período mandatário onde a presença do Estado era predominante, iniciou-se a abertura de mercado, por coincidência, nos primeiros anos da década de 1970. As empresas norueguesas passaram a receber a preferência, caso fossem competitivas em preço, qualidade, serviços e prazo de entrega.

Paralelamente à garantia, foi estabelecida

*Política adotada gera
protecionismo industrial e privilegia
contratação de empresas não
competitivas e ineficientes,
aumentando custo dos investimentos*

uma política de cooperação em pesquisa e transferência de conhecimento entre as empresas estrangeiras e as locais. Criou-se assim uma cultura de cooperação com a prática das empresas estrangeiras informarem às empresas domésticas seus planos e soluções para futuros projetos de desenvolvimento de campos, permitindo que as empresas domésticas se preparassem para a atividade.

No Brasil atual, os contratos de concessão incluem a exigência de conteúdo local, aplicada pela Agência Nacional do Petróleo. Além disso, o percentual mínimo exigido e o peso do conteúdo local foi sendo modificado com o passar das rodadas, criando instabilidade de regras, elevando ainda mais o risco regulatório, o que

desestimula e adia decisões de investimentos.

Além disso, o governo considera a Petrobras como um dos pilares dessa política, impondo custos adicionais à empresa. Sem falar na possível ausência de qualidade. Com a crise recente e a restrição de caixa, o Brasil tem que decidir se quer monetizar as reservas e gerar riqueza para a sociedade ou retardar o processo.

Conteúdo local com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de setores ligados à cadeia do petróleo é legítimo e desejável. Mas, não é o que estamos vendo. A principal crítica à política de conteúdo local adotada é a de que ela gera o protecionismo industrial, privilegiando a contratação de empresas locais não competitivas, ineficientes, aumentando o custo dos investimentos, o gasto de dinheiro público e de espantados acionistas.

Está passando da hora de refletirmos, sem dogmatismos, se é bom para os brasileiros investirem seu dinheiro e seus impostos nesta política de conteúdo local. Se não é muito mais produtivo induzir parcerias e transferências de tecnologias que realmente desenvolvam a nossa cadeia produtiva. Assim, empresas locais estariam em igualdade de condições com as estrangeiras, o que as capacitaria para ser competitivas no mercado de exploração e produção de petróleo e gás natural. Aqui e no mundo.

Na prática, até agora, nossa política mandatária apenas nos leva aos efeitos perversos de uma reserva de mercado e, é bom não esquecer, a debilitar a economia do Estado do Rio, hoje totalmente dependente do setor de óleo e gás. ●

Moreira Franco é presidente da Fundação Ulysses Guimarães

Fonte: Jornal O Globo, 20 de junho de 2015

Em 20 de junho de 2015, Moreira Franco, MDB, em artigo para o jornal O Globo, expressou sua opinião: “Conteúdo local com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de setores ligados à cadeia do petróleo é legítimo e desejável... (mas enfatiza) política adotada gera protecionismo industrial e privilegia contratação de empresas não competitivas e ineficientes, aumentando custos de investimentos”.

Figura 6 – Conteúdo local, O Globo

Disputa em próximo leilão de petróleo terá 39 empresas

ANP recebe mais inscrições do que na última rodada. Certame será em outubro

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou ontem que 39 empresas nacionais e estrangeiras se inscreveram para participar da 13ª Rodada de Licitações de áreas para exploração de petróleo no país. Esse número é maior do que as 26 inscritas no leilão anterior, realizado em 2013.

A 13ª Rodada está prevista para o dia 7 de outubro, com a oferta de 266 blocos em dez bacias sedimentares.

Apesar de não significar que todas as empresas inscritas, de fato, participarão do leilão, o número foi considerado positivo por especialistas. Para o advogado Cláudio Pinho, apesar dos preços do petróleo muito baixos, as petroleiras precisam

recompor suas carteiras de projetos. Segundo Pinho, o número de inscritos mostra que o setor petrolífero brasileiro continua atraindo o interesse de investidores:

— Isso significa que as petroleiras estão buscando opções para aumentar sua carteira de projetos e mostra que o Brasil é considerado boa opção de investimentos.

Paulo Valois, advogado do escritório L.O. Baptista-SVMFA, avalia que o número de inscritos poderia ser bem maior caso as condições dos contratos fossem mais favoráveis e a cotação do petróleo fosse mais alta:

— Se as condições contratuais fossem outras, poderia ter um número três vezes maior. Os níveis exigidos de conteúdo local continuam elevados, ao mesmo tempo em que temos um número menor de empresas que podem prestar esses serviços. A política industrial nacional teve um papel importante no passado, mas hoje não é mais atraente. ●

Fonte: O Globo, 13 de agosto de 2015

Em 13 de agosto de 2015, na notícia sobre o leilão de petróleo, O Globo informava a opinião de Paulo Valois, advogado do escritório L.O. Baptista, o qual avaliava que, “os níveis exigidos de conteúdo local continuam elevados... Se as condições contratuais fossem outras, poderia ter um número três vezes maior (de participantes)”.

Figura 7 – Conteúdo local, O Globo

Leilão de petróleo desperta pouco interesse

ANP realiza 13ª rodada esta semana com preços em queda, áreas e regras questionadas pelo setor

Rafaela Onofre
rmonag@globo.com.br

Em meio à profunda crise econômica do país, ainda há forte queda dos preços internacionais do petróleo, para um patamar abaixo dos US\$ 50 o barril, o leilão de áreas para exploração de petróleo que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizará no próximo dia 7 não tem despertado interesse das petrolíferas, nacionais ou estrangeiras. É a primeira vez que isso ocorre desde 1995, quando foram instituídos os certames. A grande movimentação que ocorreu nos dias que antecedem a disputa praticamente não aconteceu dessa vez, dizem executivos do setor.

Além do cenário desfavorável, a oferta de áreas pouco atraiu e as condições destacadas dos contratos são apontadas por executivos e especialistas como razões para o pouco interesse pelo leilão. Uma das principais questões se refere à exigência de conteúdo local, considerado pelos interessados pouco atrativo. A ANP vai oferecer na 13ª rodada de licitações um total de 206 blocos de petróleo.

As áreas estão inscritas para participar do leilão: 27 empresas, das quais 22 são estrangeiras. Para se ter uma ideia, na 11ª rodada, em 2013, 64 empresas se inscreveram para participar, das quais 17 eram estrangeiras no Brasil. Já na 12ª rodada, realizada no mesmo ano, 21 companhias, das quais 11 eram estrangeiras, decidiram participar de um certame focado apenas em áreas terrestres.

OLÁDIO, MAS DESISTIU

O cenário, porém, era muito diferente. Em 2013, o petróleo era cotado em média, a US\$ 108 o barril. O Brasil ainda não tinha mergulhado na crise econômica e ainda não havia sido designado a Operação Lava Jato, da Po-

lícia investigar casos de corrupção envolvendo a Petrobras.

Segundo Carlos Maurício Ribeiro, da Vieira Rezende Advogados, disse que uma petrolífera que ainda não atua no país chegou a comprar o pacote de dados do leilão, mas ainda não decidiu se participará do certame. Já outra empresa de nome mais conhecido desistiu de participar.

— Na avaliação de algumas empresas, não vale a pena investir nas áreas oferecidas. Além disso, os empresários não estão satisfeitos com algumas regras fixadas. Foi um verdadeiro banho de água fria, por exemplo, a manutenção dos percentuais exigidos e das regras em relação ao conteúdo local — destacou Ribeiro.

No fase de exploração em áreas rasas e profundas, o índice de conteúdo local mínimo é de 37% e máximo, de 58%. Na fase de desenvolvimento, o percentual mínimo é de 35% e o máximo, de 65%.

O secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Antonio Guimarães, destacou que a regularidade e a continuidade dos leilões são fundamentais, independentemente dos preços do petróleo no momento, porque as companhias trabalham com cenário de longo prazo.

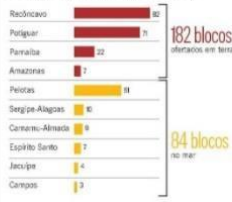
— O IBP espera que o leilão seja um sucesso para mobilizar as empresas e a cadeia de fornecedores. Esperamos que os leilões tenham regularidade e continuidade todos os anos, e vamos trabalhar junto com a ANP para aprimorar as condições contratuais para tornar o Brasil mais atrativo e competitivo — destacou Guimarães.

Segundo Ribeiro, da Vieira Rezende Advogados, as empresas interessadas não são contra o conteúdo local, mas defendem maior flexibilidade dos percentuais exigidos. As companhias

MAPA DA OFERTA

AS ÁREAS E OS INTERESSADOS

O que está à venda? 206 blocos, distribuídos em dez bacias sedimentares:



37 empresas participaram da disputa

- 22 de origem estrangeira: Canadá: Aloubo; EUA: ExxonMobil Brasil e Anadarko; Bermuda: Azores e Geoscak; Reino Unido: BP Energy e Premier Oil Brasil; China: CNOC, Petrobras e Tak; Colômbia: Ecocombi; Portugal: Galp Energia Brasil e Paros Brasil Sp; França: GDF Suez Brasil e Total; Japão: Mitsui; Argentina: O 365; Panamá: Petrosunergy; Tailândia: PTTCP Brasil; Rússia: Rosneft; Arábia Saudita: Saudi Aramco; Noruega: Statoil Brasil.
- 15 brasileiras: Petrobras, SPM3; Paratela, Geopar, Geopar, H2 O&G, Inuterra, CIP Energia, Paratela Cia, Paratela Participações, Petrobras, Quercus Energia, Ternar, TEL, LTC, Cockroach e Protégia, Viperio.

Exigência de conteúdo local é uma das principais questões em relação à oferta

local não fazem parte na participação que define o vencedor da disputa pelos blocos.

— Temos três clientes que se inscreveram, mas acabou não demonstrando grande entusiasmo em participar do leilão, preferem ficar apenas como observadores. Com a queda dos preços do petróleo, todas as empresas estão tendo que cortar custos, reduzir pessoal, com menos recursos disponíveis. E se as áreas não são atraentes e as regras não satisfazem, elas não vão investir no Brasil — disse um advogado do setor que preferiu não se identificar.

PETROLÍFERAS MENOS PRESENTES

Haroldo Lima, ex-diretor geral da ANP, também se insinuou pessimista em relação ao resultado do leilão, mas defendeu a realização da rodada por considerar fundamental e Brasil voltar a ter uma sequência de leilões.

— O momento não é ideal para uma rodada, não pelas questões internas do país, mas pelo quadro internacional dos preços do petróleo. Podemos ter um leilão que não seja um grande sucesso, mas é importante manter a regularidade, significa que as regras do jogo não estão sendo alteradas e isso é bom para o Brasil. O Brasil tem um leilão mais sério e também não teve um bom resultado.

Outro fator de desânimo é que, ao contrário de rodadas anteriores, devido a dificuldades financeiras, a Petrobras não deve ter participação muito relevante.

Por sua vez, a advogada Sônia Aguiar, do escritório L.O. Baptista-SVMFA, destacou que, neste cenário, o governo deveria ter procurado ofertar áreas mais atrativas e mudar regras fixadas: — Ninguém é contra o conteúdo local, mas tem de estar de acordo com a realidade. É difícil conseguir esses índices fixados e quando isso não é cumprido as multas são elevadas. Deveria se

“Para algumas empresas, não vale a pena investir nas áreas oferecidas. Os empresários não estão satisfeitos com algumas regras. Foi um banho de água fria a manutenção dos percentuais exigidos de conteúdo local”

Carlos Maurício Ribeiro
Advogado da Vieira Rezende Advogados

“Podemos ter um leilão que não seja um grande sucesso, mas é importante manter a regularidade, significa que as regras do jogo estão mantidas”

Haroldo Lima

Fonte: O Globo, 04 de outubro de 2015.

Em 04 de outubro de 2015, Carlos Maurício, da Vieira Rezende Advogados, teve sua opinião sobre conteúdo local destacada na matéria: “Os empresários não estão satisfeitos com algumas regras. Foi um balde de água fria a manutenção dos percentuais exigidos de conteúdo local.” Outro advogado não identificado também opinou: “Se as regras não satisfazem, elas não vão investir no Brasil.” Para a advogada Sônia Angel da L.O. Baptista SVMFA: “É difícil conseguir esses índices fixados, e quando isso não é cumprido as multas são elevadas. Deveria se equilibrar os interesses do mercado com o do Estado”.

Figura 8 – Conteúdo local, O Globo

Petroleiras terão exigências mais flexíveis de conteúdo local

Proposta em estudo pelo governo prevê acúmulo de créditos com equipamentos

Bruno Rosa
bruno.rosa@oglobo.com.br

Após forte pressão da indústria, o governo prepara mudanças na política de conteúdo local no setor de petróleo, informou ontem a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriani, em evento no Rio. A decisão ocorre menos de um mês depois do fracasso da última rodada de licitações, quando apenas 14% dos blocos ofertados foram arrematados.

Segundo Magda, o governo prepara um decreto com mudanças nas regras, mas ela evita dar detalhes e prazos. As mudanças são esperadas pelo mercado que prevê a contratação de equipamentos e serviços no exterior. Segundo fontes, as principais novidades incluem a possibilidade de as empresas acumularem bônus de conteúdo local.

— Vai poder acumular créditos

de. Mas quando olhamos para outros tipos de equipamentos, como sonda de perfuração e plataforma, ainda restam questões como prazo, preço e qualidade a serem atingidos. O que estamos fazendo agora é trabalhar para ter produtos com preço e qualidade a nível internacional — disse Magda, na abertura da OTC, principal feira do setor de petróleo, no Riocentro, no Rio.

QUALIDADE INTERNACIONAL

O secretário executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Antônio Guimarães, disse que a ideia do governo é criar um comitê que determinará as novas regras. Segundo ele, o decreto levará em conta iniciativas que já são feitas pelas empresas, como os investimentos na cadeia de fornecedores.

— A iniciativa é boa, mas não sabemos qual será o impacto.

Magda destacou que o conteúdo local é política do governo.

— Temos um sucesso com o conteúdo local inequívoco, como os equipamentos subsea (submarinos), que são até exportados. Eles já têm prazo e qualida-

de. Mas quando olhamos para outros tipos de equipamentos, como sonda de perfuração e plataforma, ainda restam questões como prazo, preço e qualidade a serem atingidos. O que estamos fazendo agora é trabalhar para ter produtos com preço e qualidade a nível internacional — disse Magda, na abertura da OTC, principal feira do setor de petróleo, no Riocentro, no Rio.

Mas fez questão de avisar ao mercado que o *assínter* (perdido previsto em contrato para o não cumprimento do conteúdo local) é considerado uma anormalidade, que só é analisado para item e subitem, sem atingir o número global do projeto.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), “foi identificado que, ao longo do tempo, alguns operadores do setor de petróleo realizam iniciativas que geram impactos positivos para a indústria brasileira, mas que não são conciliadas na regulamentação atual como itens de cumprimento da política de conteúdo local. A medida permitirá que tais benefícios passem a ser mensurados e reconhecidos no cumprimento de metas”.



Exigência. Para Magda Chambriani, diretora-geral da ANP, falta resolver questões de prazo e qualidade de alguns equipamentos

“Se o conteúdo local inviabiliza projetos, devem ser feitos ajustes. Não se deve jogar tudo fora porque neste caso vamos apenas produzir petróleo. É preciso ver as áreas com maior dificuldade”

Segen Estefen
Professor da Coppe/UFRJ e
conselheiro da Petrobras

Para o geólogo Pedro Zalan, as novas regras vão permitir mais rapidez na entrega dos equipamentos da área de produção, como plataformas e tubulações: — Hoje, o Brasil ainda não tem competitividade no setor de produção. Por isso, as obras levam mais tempo e custam mais caro.

‘MENSAGEM DA INDÚSTRIA’

Para Segen Estefen, professor da Coppe/UFRJ e conselheiro da Petrobras, o programa deve passar por ajustes, sem ser abandonado:

— Se o conteúdo local inviabiliza projetos, devem ser feitos ajustes. Não se deve jogar tudo fora porque neste caso vamos apenas produzir petróleo. É preciso ver as áreas com maior dificuldade”

biliza projetos, devem ser feitos ajustes. Não se deve jogar tudo fora porque neste caso vamos apenas produzir petróleo. É preciso ver as áreas com maior dificuldade. Há desafios com o desenvolvimento de tecnologia.

O presidente da Abespetro, Paulo César Martins, disse que as mudanças ocorrem após o resultado do último leilão. — É um sinal de que o governo ouviu a mensagem da indústria — disse ele, lembrando que a Abespetro representa cerca de 50 empresas de serviços. ■

Fonte: O Globo, 28 de outubro de 2015

Em 28 de outubro de 2015, O Globo informou que “regras mais flexíveis para conteúdo local” estavam sendo preparadas após pressão das indústrias. Para o professor Segen Estefem, da Coppe/UFRJ, “Se o conteúdo local inviabiliza projetos, devem ser feitos ajustes. Não se deve jogar tudo fora porque nesse caso vamos apenas produzir petróleo”. E que para o Geólogo Pedro Zalan, que presta consultoria, as novas regras vão permitir mais rapidez na entrega dos equipamentos da área de produção. Paulo César Martins, presidente da Abespetro, afirmou, na matéria que: “É um sinal de que o governo ouviu a mensagem da indústria”.

Acrescentamos parte da manifestação da indústria nacional publicada em 2017, já anunciada em epígrafe, para dar a dimensão da riqueza do debate que deixou de ser feito. Diante da iminência de mudanças nas exigências de conteúdo local/nacional, em 10 de fevereiro de 2017, o Monitor Mercantil publicou carta com a manifestação do setor (Abimaq/Sindimaq) sobre a possibilidade de mudanças nas regras de conteúdo local, a íntegra no rodapé, “**Acabar com conteúdo local é crime de lesa-pátria**”¹³

“Abimaq diz que fim do conteúdo local eliminará mais 1 milhão de empregos. A indústria do petróleo não é composta só pelas empresas petrolíferas. Os países onde o modelo é esse estão em má situação ou falidos, como Angola, Venezuela e Nigéria. O segredo, praticado pela Noruega ou Reino Unido, é desenvolver, juntamente com a produção de petróleo, uma indústria local com instalações adequadas, qualidade requerida, tecnologia necessária e engenharia bem desenvolvida, fatores que dispomos no Brasil e que agora correm o risco de serem destruídos. “O custo do Não Conteúdo Local poderá

¹³ Monitor Mercantil. “Acabar com conteúdo local é crime de lesa-pátria”. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/acabar-com-conteudo-local-e-crime-de-lesa-patria/>>. Acessado em: 21/02/2020.

ser contabilizado na perda de aproximadamente 1 milhão de empregos, além daquelas centenas de milhares de empregos que já perdemos”, alerta Cardoso, que classifica o fim do conteúdo local como “crime de lesa-pátria. Leia a carta da Abimaq na íntegra: ‘O governo deverá decidir na próxima quinta-feira (16) as novas regras de conteúdo local para a indústria de petróleo e gás. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o objetivo das mudanças não é beneficiar nenhum setor específico, mas fazer uma política sustentável. ‘Desde o primeiro leilão de blocos exploratórios, em 1999, as exigências de conteúdo local têm sido empregadas como ferramenta de desenvolvimento nacional por meio da inserção de nossa indústria no mercado até então monopolista, onde havia uma “política industrial” conduzida com sucesso pela Petrobras...A forma de introdução das exigências de conteúdo local foi sendo modificada até a introdução, em 2005, da metodologia de uso de uma cartilha que estabelece conteúdo local por itens...’¹⁴ (ABIMA/SINDIMAC, 2017)

Não encontramos um debate, amplo e profundo, sobre o impacto das exigências de conteúdo local, no circuito de produção do petróleo, para o desenvolvimento das indústrias e serviços e geração de empregos no Brasil. As poucas matérias que contaram com opiniões trouxeram preponderantemente entrevistados contrários às exigências de conteúdo local, representantes de empresas do petróleo; um dos entrevistados é identificado apenas como Geólogo, mas é também consultor no mercado do petróleo.

¹⁴ O Monitor Mercantil: “Abimaq diz que fim do conteúdo local eliminará mais 1 milhão de empregos. A indústria do petróleo não é composta só pelas empresas petrolíferas. Os países onde o modelo é esse estão em má situação ou falidos, como Angola, Venezuela e Nigéria. O segredo, praticado pela Noruega ou Reino Unido, é desenvolver, juntamente com a produção de petróleo, uma indústria local com instalações adequadas, qualidade requerida, tecnologia necessária e engenharia bem desenvolvida, fatores que dispomos no Brasil e que agora correm o risco de serem destruídos.

O alerta foi feito pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Preocupada com a possibilidade de o governo acabar com o conteúdo local de bens no setor de óleo e gás, a entidade enviou esta semana um documento ao governo alertando sobre os efeitos nefastos que esta decisão poderia causar ao Brasil. De acordo com José Velloso Dias Cardoso, presidente-executivo da Abimaq, ‘os investimentos estrangeiros são vitais para o desenvolvimento do país e são bem-vindos, desde que não venham na forma de bens importados. O capital estrangeiro tem que gerar empregos e renda aqui’. “O custo do Não Conteúdo Local poderá ser contabilizado na perda de aproximadamente 1 milhão de empregos, além daquelas centenas de milhares de empregos que já perdemos”, alerta Cardoso, que classifica o fim do conteúdo local como “crime de lesa-pátria. Leia a carta da Abimaq na íntegra: ‘O governo deverá decidir na próxima quinta-feira (16) as novas regras de conteúdo local para a indústria de petróleo e gás. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o objetivo das mudanças não é beneficiar nenhum setor específico, mas fazer uma política sustentável. ‘Desde o primeiro leilão de blocos exploratórios, em 1999, as exigências de conteúdo local têm sido empregadas como ferramenta de desenvolvimento nacional por meio da inserção de nossa indústria no mercado até então monopolista, onde havia uma “política industrial” conduzida com sucesso pela Petrobras...A forma de introdução das exigências de conteúdo local foi sendo modificada até a introdução, em 2005, da metodologia de uso de uma cartilha que estabelece conteúdo local por itens...

Cabe esclarecer que o investimento em um campo de petróleo está, grosso modo, assim dividido: 50% são serviços, 30% são máquinas e equipamentos, e 20% são materiais (chapas, tubos, tintas etc.).

2.2.2 – Venda de ativos

De acordo com informações de agosto de 2017, disponibilizadas no site da empresa, a Petrobras atuava nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Presente em 19 países, com produção diária de 2 milhões 144 mil barris de óleo; reservas provadas de 9,5 bilhões de barris de óleo; 123 plataformas de produção (61 Fixas, 62 flutuantes); 13 refinarias (três no exterior); produzia 1 milhão e 887 mil barris por dia de derivados; frota de 184 navios (sendo 56 de propriedade da Petrobras); possuía 68.829 empregados; quatro usinas de biodiesel (duas próprias e duas em parceria); 20 usinas termelétricas operadas; uma usina de energia Eólica, uma usina solar voltaica; 8.176 postos de combustível (no Brasil) e 388 (exterior) e uma fábrica de fertilizantes. Uma das 15 maiores petroleiras do planeta e com know-how exclusivo, de exploração de petróleo em águas profundas. Parte desses ativos foram colocados à venda.

2.2.2.1 - Folha de S. Paulo

De junho a dezembro de 2015, um período de sete meses, num total de 214 publicações dos jornais Folha de S. Paulo, buscamos por notícias relacionadas à venda de ativos da Petrobras para verificar quais atores participam dos debates. Das 15 notícias encontradas no período, duas delas apresentaram posicionamento de entrevistado e encontramos também um artigo.

Figura 9 – Venda de ativos, Folha de S. Paulo

Petrobras estuda privatizar até 80% de seus gasodutos

Proposta passaria também o controle de companhia, cujo valor de mercado é estimado em até US\$ 5,2 bi

Estatal apresenta a investidores outros 2 modelos, em que vende fatia de 49% ou 60%, mas mantém controle

BRASIL, SÃO PAULO, 15 DE JULHO

A Petrobras estuda privatizar sua subsidiária Transportadora AssOCIada de Gás (TAG). A estatal apresentou ao mercado três modelos para a venda da companhia, que controla a malha brasileira de gasodutos.

No mais recente, prevê a transferência de 80% do capital e da operação para o novo controlador.

A venda da TAG é parte do pacote de desinvestimento anunciado pela estatal em março, visando reduzir o seu endividamento. Também estão no pacote a Gaspetro (que concentra participações em distribuidores de gás canalizado), a Sanebrás e duas exploradoras no pré-sal.

Segundo a Folha, alguns dos possíveis investidores têm sido apresentadas três propostas: venda de 80% com transferência do controle e venda de fatias de 49% ou 60%, com manutenção do controle estatal.

Não há ainda definição sobre qual será adotada.

No primeiro caso, a Petrobras permitiria a arrecadação de recursos em curto prazo. Entretanto, contudo, resistência de trabalhadores e setores do governo com relação à privatização de ativos. A opção por se desfazer de apenas 49% traria a mesma receita.

Procurada pela reportagem, a Petrobras não se pronunciou sobre o assunto. Em seu balanço financeiro de 2014, informou que a TAG fecha o ano com lucro de R\$ 572 milhões e patrimônio líquido de R\$ 6,4 bilhões.

Contribuindo as projeções de receita futura, seu valor de mercado pode variar de US\$ 3,8 bilhões a US\$ 5,2 bilhões, segundo avaliação da consultoria Haskins & Squire.

A empresa deverá ser fatiada em duas companhias regionais — uma com os ativos das regiões Norte e Nordeste e outra com Sul e Sudeste — respeitando termo de compromisso firmado em 2003 com a ANP (agência reguladora), o que pode empurrar a venda para o ano que vem.

A Folha aponta que um desses modelos já foi apresentado à ANP. A divisão foi negociada para tentar minimizar os efeitos do monopólio na cadeia do gás natural.

A TAG é responsável por levar o gás natural a pontos de entrega das distribuidoras estaduais de gás canalizado. Tem grande investimento na última década com a construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste, que integrou a malha de transporte brasileira.

Para a indústria, o controle da Petrobras prejudica a concorrência. O governo deveria aproveitar o momento para facilitar o aparecimento de novos fornecedores, diz o consultor Marco Antônio Tavares, da Gas Energy.

Com mais competidores, a indústria é o que os preços do gás costumam para indústria e residências.

TRANSPORTE DE GÁS

O que é a TAG?

— A Transportadora AssOCIada de Gás é uma subsidiária da Petrobras que controla toda a malha brasileira de gasodutos.

— A empresa tem o controle de 6.500 km de tubulação, que transporta o combustível até as distribuidoras estaduais de gás canalizado.

Fonte: Folha de S. Paulo, 15 de julho de 2015

Em 15 de Julho de 2015, o título da matéria do *Caderno Mercado*, “**Petrobras estuda privatizar até 80% de seus gasodutos**”. “Para a indústria, o controle da Petrobras prejudicaria a concorrência. O governo deveria aproveitar o momento para o aparecimento de novos fornecedores”, diz o consultor Marco Antônio Tavares¹⁵, *Gas Energy*.

Figura 10 - Venda de ativos, Folha de S. Paulo

TENDÊNCIAS / DEBATES
 Os artigos publicados com assinatura são traduções a partir de jornais. Sua publicação obedece ao propósito de estimular a debate dos problemas brasileiros e mundiais e refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
 debates@uol.com.br www.folha.com/tendencias

Desafios da Petrobras
 ADRIANO PIRES

Dentre os enormes desafios que a Petrobras enfrentará para reverter a sua atual situação provocada pelas barreiras comerciais pelo governo do PT, estão a definição de uma política de preços dos derivados de petróleo e a implementação do plano de desinvestimentos.

Com a chegada do partido ao poder, a estatal se viu obrigada a fixar o preço de seus produtos utilizando critérios políticos, gerando, ao longo desse tempo, sinais econômicos os mais distorcidos possíveis para o mercado e um rombo para a empresa superior a R\$ 60 bilhões.

A política de preços praticada no passado chegou a manter congelado por 12 anos o preço nas refinarias do GLP (gás liquefeito de petróleo), utilizado para enchimento de botijões de gás de cozinha. Parabenos à atual diretoria e ao Conselho de Administração da empresa por terem, finalmente, aumentado o preço do combustível.

Apesar dessa boa-nova, a correção de distorções trazidas com a política de preços está longe de terminar e a direção da empresa precisa continuar a tomar decisões acertadas e corajosas como fez com o gás de cozinha. Uma dessas distorções diz respeito aos preços domésticos da gasolina e do diesel.

Nesse momento, o setor de agronegócio está sendo penalizado duplamente por a gasolina estar sendo vendida com preços quase sempre abaixo do mercado internacional e com o valor da Cide baixo e o diesel com preço acima do mercado. Enquanto o preço da gasolina impede uma competição justa do etanol, o preço elevado do diesel pressiona os custos do agronegócio e reduz a competitividade do setor.

Outra indústria afetada é a petroquímica. Nesse caso, falta uma política de preços para a nafta que possibilite a celebração de contratos de suprimento mais longos que permitam manter competitividade do setor em relação ao mercado externo.

Uma nova política de preços precisaria ser implantada em duas fases. Na primeira, os preços seriam determinados por uma fórmula paramétrica que levaria em consideração os preços internacionais, a rentabilidade da empresa, a política industrial e a questão ambiental.

Essa fase é necessária dado que a Petrobras detém o monopólio da produção de derivados, da importação e da infraestrutura necessária para importar produtos. A adoção de uma fórmula impediria a Petrobras de se apropriar de uma receita de monopólio, protegeria a estatal das intervenções políticas, e

A direção da empresa precisa de uma política que corrija as distorções de preço dos combustíveis e implemente um plano de venda de ativos

incidente sobre os combustíveis fósseis, por sua vez, poderia se transformar em um imposto ambiental, em favor dos biocombustíveis.

O desafio de venda de ativos é imenso. Chama a atenção, porém, que não tenham sido incluídas refinarias num Plano de Desinvestimentos, que anuncia a maior privatização já ocorrida no Brasil, com objetivo de vender US\$ 58 bilhões de ativos entre 2015 e 2019. O desafio é aproveitar a venda para resolver o problema de caixa e deixar o setor de petróleo e gás natural com maior concorrência no país.

No fundo, uma privatização feita com qualidade, não priorizando apenas o caixa, seria fundamental para que, por meio da venda de refinarias, por exemplo, o país tivesse uma política de preços de combustíveis que fornecesse sinais econômicos que incentivassem investimentos, trouxessem competitividade e gerassem empregos. É disso que o Brasil precisa.

ADRIANO PIRES, economista, é diretor do Centro

Fonte: Folha de S. Paulo, 25 de setembro de 2015

Em 25 de setembro de 2015, o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, obteve espaço na Folha de S. Paulo, para opinar sobre “Os desafios da Petrobras”. Em artigo que critica as medidas do governo, do Partido dos Trabalhadores, Pires propõe uma nova política de preços de combustíveis e um plano de venda de ativos que incluísse as refinarias.

¹⁵ (Sócio Fundador da consultoria empresarial que tem entre os clientes as principais petrolíferas internacionais (Shell, Chevron, BP ...)

Figura 11 - Venda de ativos, Folha de S. Paulo

Petroleiros iniciam greve por tempo indeterminado na 6ª

Objetivo é pressionar Petrobras a rever processo de venda de ativos, que visa enfrentar crise financeira

Empresa diz estar aberta ao diálogo; paralisações anteriores da categoria não causaram problema ao abastecimento do país

NICOLA PAMPLONA
DO RIO

A partir de sexta (4), a Petrobras terá um novo problema para resolver: seus funcionários vão parar. A FUP (Federação Única dos Petroleiros) informou nesta terça (2) que protocolou na empresa comunicado oficial de greve por tempo indeterminado. A greve foi aprovada pela federação — que é ligada à CUT e representa 12 sindicatos de funcionários da Petrobras — para pressionar a empresa a rever o processo de venda de ativos para enfrentar a crise financeira.

A Petrobras tem 86 mil empregados diretos e enfrenta sua pior crise, desde que a Operação Lava Jato revelou o rombo causado por sucessivos desvios e derrubou a confiança dos investidores.

De acordo com o coordenador da FUP, José Maria Rangel, a estratégia da greve será definida em reunião na própria sexta. Entre as ações em estudo pela federação, es-

tá a paralisação de atividades em plataformas de petróleo e em refinarias. “A ideia de uma greve é imputar algum prejuízo ao capital.”

A Petrobras disse que agendou reunião com os representantes da federação para esta quinta (3) para tratar do processo de negociação do acordo coletivo de 2015. Disse ainda que está aberta ao diálogo.

Nas paralisações anteriores da categoria, não houve problemas de abastecimento. A Petrobras tem conseguido responder com planos de contingência para manter as atividades de exploração e refino. Nesses planos, a empresa costuma realocar funcionários para áreas sensíveis.

A mais recente grande greve de petroleiros com impacto, de fato, na economia foi realizada em 1993 e motivada pela expectativa de privatização da companhia.

O novo plano de negócios da estatal prevê a venda de um total de US\$ 15,1 bilhões em ativos até o fim de 2016. A estratégia de capitalização inclui a venda de participações em campos de petróleo, gasodutos, distribuidoras de gás e na BR Distribuidora.

O objetivo da Petrobras é reduzir sua dívida — de US\$ 120 bilhões — e gerar caixa para investimentos.

Petrobras recorre de estatização na Argentina

DE BUENOS AIRES

A Petrobras recorre à Suprema Corte da Argentina para não perder o controle de uma área de exploração de petróleo e gás na província de La Pampa.

A concessão da área, chamada Jagüel de los Machos, termina no próximo dia 6, e o governador kirchnerista Oscar Mario Jorge já informou a empresa brasileira de que vai transferir o controle dos campos de exploração para a estatal Pampetrol.

A decisão foi aprovada no Parlamento local na quinta-feira (27).

Políticos de La Pampa argumentam que o potencial da região petrolífera não está sendo explorado por falta de investimentos da Petrobras.

A empresa brasileira não aceita a decisão e argumenta que a província não teria poderes de renegociar o contrato. (MARIANA CARNEIRO)

Fonte: Folha de S. Paulo, 25 de setembro de 2015

Em 25 de setembro, matéria sobre greve dos petroleiros informava que, segundo o sindicalista, José Maria, um dos motivos da greve era “pressionar a empresa a rever o processo de venda de ativos”.

Também aqui não encontramos debate significativo, sobre a condução do patrimônio da Petrobras, ativos adquiridos durante décadas com dinheiro público e projetados para desempenhar papéis no desenvolvimento nacional.

2.2.2.2 – Jornal O Globo

No Jornal O Globo, de junho a dezembro de 2015, num total de 214 publicações, foram encontradas 21 notícias, em 08 delas foram ouvidos entrevistados, mais três artigos e dois editoriais com o posicionamento do veículo. As notícias, em sua maioria, pontuais, sem uma discussão ampla sobre vender ou não e quais ativos poderiam ser vendidos. Os editoriais e os artigos foram objetivos nessa discussão.

Figura 12 - Venda de ativos, O Globo

16 | O GLOBO

Quarta-feira 1.7.2015

O GLOBO

Opinião

Petrobras abandona delírio e entra na fase realista

Acabou a fase do delírio. Às voltas com um endividamento excessivo, a Petrobras terá de andar com as próprias pernas por um bom tempo, sem depender tanto de recursos de terceiros. Nos próximos anos, a companhia terá de se financiar com os resultados dos próprios negócios, e isso significa que terá de se concentrar nos projetos que lhe assegurem rentabilidade e retorno mais rápidos.

Sob esse prisma, é compreensível que a Petrobras tenha revisto seu plano de negócios até 2019 com um corte de 37% sobre a programação anterior. A estatal investirá o equivalente a US\$ 130,3 bilhões, 83% dos quais direcionados para as áreas de exploração e produção. E, ainda nesse caso, a preferência recairá sobre campos descobertos no pré-sal e que estão sendo

As inversões ainda serão altas, apesar do corte de 37%, e é forte sinal do abandono da ideologia a venda de ativos, o que significa que o PT privatizará parte da empresa

preparados para produzir.

Mesmo com o corte de 37%, os investimentos do plano de negócios serão suficientes para movimentar toda a cadeia produtiva do petróleo, com uma média anual de US\$ 26 bilhões e mensal de quase US\$ 2,2 bilhões.

É alentador que a empresa tenha posto de lado a ideologia e assumido uma atitude pragmática. A forma mais eficaz para se reduzirem os níveis de endividamento é a alienação de

ativos, materiais ou não. A Petrobras tem em seu portfólio campos de petróleo que não se encaixam mais na estrutura de indústrias pesadas, mas que podem atrair o interesse de investidores menores. Manter participações ou controle de unidades fora do foco central faria sentido em uma companhia altamente capitalizada, que precisa se diversificar, e esse não é o caso hoje da estatal. Dos US\$ 130 bilhões de investimentos programados, quase a metade poderá vir da alienação de ativos, viabilizando assim seu plano de negócios. Resta a ironia de ser num governo do PT que parte da estatal será privatizada.

Entre as premissas para execução desse plano, a Petrobras considera que o governo não vai mais impor à companhia uma política irresponsável para os preços dos combustíveis.

Preços internos alinhados aos internacionais são uma precondição para que o Brasil consiga atrair investidores e parceiros para a própria Petrobras, nos segmentos de abastecimento e distribuição de combustíveis.

Essa revisão do plano de negócios da Petrobras é também uma oportunidade para o governo reavaliar a política de conteúdo local, separando o que deu errado do que está caminhando bem. Bem como é necessário acabar com a participação compulsória da estatal em um terço de todos os consórcios no pré-sal. Sequer há dinheiro para o delírio. Não executar a mudança significa retardar a exploração das áreas.

O ideal é fazer o desmonte do modelo de partilha e seus complementos, como o monopólio na operação no pré-sal, outra ideia estatista inexecutável. ●

Fonte: O Globo, 01 de julho de 2015

Em 1º de julho de 2015, a defesa da venda de ativos da estatal mereceu editorial do jornal O Globo com o título: **“Petrobras abandona delírio e entra na fase realista”**. “Forma mais eficaz de reduzir endividamento é alienação de ativos, o ideal é o desmonte do modelo de partilha e seus complementos como o monopólio na operação do pré-sal”.

Figura 13 - Venda de ativos, O Globo

Petrobras pode vender parte de Libra

Estatual põe informações à disposição de investidores para se desfazer de outros 6 blocos

Roberta Oliveira
roberta@oglobo.com.br
Roberta Oliveira
roberta@oglobo.com.br

Na busca por recursos, a Petrobras analisa a possibilidade de se desfazer até de um pedaço da mina de Libra, o pré-sal da Bacia de Santos, considerada a "joia da coroa". Libra é a primeira mina no pré-sal a ser explorada pelo novo regime de petróleo, onde se estimam reservas gigantes entre 8 bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo. Segundo uma fonte petroleira à estatal, os estudos consideram a hipótese de a Petrobras se desfazer de 10% de sua participação no bloco. Assim, a falta da estatal possuiria de 80% para 70%, o mínimo exigido pela lei. Além da Petrobras, participam do consórcio a Total e a Royal Dutch Shell, com 20% cada uma, e as refinarias CNV e CNOOC, com 10% cada.

Mas a Petrobras tem pressões para tocar seu plano de desinvestimento, que prevê a realocação de US\$ 15,1 bilhões só neste ano. Além de Libra, a estatal já abriu outras minas virtuais (para com documentos dos ativos à venda) para a venda de participações acionárias em seis blocos exploratórios, dos quais um pré-sal e cinco pré-sal na Bacia de Santos.

CAUSA COMPLEXA E INTERESSADOS
Segundo uma fonte do setor, a venda em vista conta com a aprovação de algumas empresas que poderiam estudar as áreas e apresentar propostas. Para especialistas e estatísticos do setor, é muito difícil avaliar quanto a Petrobras poderia arrecadar com a venda, pois depende do percentual de que a companhia vai se desfazer. Mas análises feitas por especialistas podem variar de US\$ 5 bilhões, além da mina de Libra, que não foi incluída na lista.

O único campo no pré-sal é o de Tartaruga Verde e México, na Bacia de Campos. Os outros blocos no pré-sal são Lipiari (IM-S-04), Caraná (IM-S-8), Pico de Agulhas (IM-C-20), Leme (IM-S-51) e Sagitário (IM-S-40). E, segundo uma fonte, um ativo bloco estaria sendo cogitado para ser incluído na lista.

Das áreas que a Petrobras quer vender, Caraná é o bloco com o maior volume de reservas e Lipiari (sem estimativa de 1,2 bilhão de barris de petróleo e gás) tiveram suas planilhas de produção enviadas do início de 2015 até 2018. Assim, estão sendo avaliadas para entrar em operação em 2018 e 2019, respectivamente. Apenas a área de Tartaruga Verde e México tem reservas de 100 milhões de barris de petróleo e gás, mantendo sua unidade de produção prevista para entrar em operação em 2017.



Mina de Santos: Petrobras está planejando vender US\$ 15 bilhões em ativos até o fim do ano e deve esboçar o plano de distribuição de lucros em setembro de 2015

OBSTÁCULOS À VISTA

PREÇO DO ÓLEO, MÉXICO E IRÃ AUMENTAM DESAFIOS

A venda de ativos da Petrobras enfrenta obstáculos. Primeiro, está a queda de quase 50% no preço do petróleo no mercado internacional e o preço do petróleo no Brasil. Além disso, o preço do petróleo caiu em outros mercados, como o Irã, o México e o México. Segundo, o preço do petróleo caiu em outros mercados, como o Irã, o México e o México. Segundo, o preço do petróleo caiu em outros mercados, como o Irã, o México e o México.

— A venda de ativos da Petrobras enfrenta obstáculos. Primeiro, está a queda de quase 50% no preço do petróleo no mercado internacional e o preço do petróleo no Brasil. Além disso, o preço do petróleo caiu em outros mercados, como o Irã, o México e o México. Segundo, o preço do petróleo caiu em outros mercados, como o Irã, o México e o México.

As empresas controladas pela Petrobras analisam os termos de credibilidade em relação às informações a que terão acesso. Em geral, o dono possui dados de produção, jurídicos e comerciais. Durante o processo, as informações ainda ficam em um nível de sigilo (especialmente de produção) dos ativos que poderiam adquirir.

Segundo fontes e por desconfiança, a Petrobras não aceita o percentual de sua participação que deseja colocar à venda em blocos, o que significa que está aberta a qualquer proposta, o que inclui até a compra de sua participação integral.

— É muito difícil de estimar o valor que podem alcançar as propostas. Mas o preço médio por barril de petróleo em reservas a explorar varia de US\$ 5 a US\$ 8 por barril atualmente no mercado internacional — destaca o analista. De acordo com fontes do setor, essas áreas, a estatal recebe propostas em ofertas dos interessados. Conforme o tipo de contrato, a Petrobras precisa comunicar a oferta aos sócios no bloco, que podem optar por exercer seu direito de preferência, ou seja, comprar o bloco pelo valor que foi ofertado. Em outros contratos, não há essa exigência. Segundo fontes, algumas parcerias já se movimentam para avaliar esses ativos.

— Investidores petroleiros ainda sempre são atraídos em qualquer momento para as parcerias. Mas, o momento de preços baixos do petróleo é o melhor para aqui-

ção de novos investidores e preços mais altos, para o seu desenvolvimento futuro — disse um técnico do setor.

Além dos blocos exploratórios, a Petrobras tem outras participações em suas subsidiárias, como a Petrobras Distribuidora (PD), dona de postos de combustíveis, e a Gaspetra, que possui participações em concessionárias estaduais de gás e empresas detentoras de gasodutos como a TAG e a Gasoduto Brasil-Bolívia.

PETROBRAS NÃO COMENTA

No caso da TAG, a Petrobras seria que se desfizesse do ativo em razão da Lei do Gás, que não permite que a detentora do pré-sal seja a mesma empresa que controla o gasoduto. A exigência foi introduzida na lei para permitir a competição no setor. Segundo uma fonte, a TAG será dividida em duas para ser vendida, uma parte com ativos das regiões Norte e Nordeste e outra com ativos de Sul e Sudeste. Isso em estado dos negócios de venda do contrato.

— Se a Petrobras não vender o contrato da TAG, o comprador não poderia fazer novos investimentos no ativo em razão da Lei do Gás, já que a Petrobras continuará sendo a dona do gás — explicou a fonte. Por isso, a Petrobras disse que não tem interesse sobre "hipotéticas negociações ou acordos envolvendo ativos" e que qualquer informação concernente ao negócio no país ou no exterior será divulgada por meio de fato relevante. ■

Fonte: O Globo, 16 de julho de 2015

Em 16 de julho de 2015, O Globo informou que a Petrobras poderia vender uma parte de Libra, no pré-sal, considerada a “joia da coroa”. Além de fontes anônimas, ouviram David Zylbersztajn e Haroldo Lima, ex-diretores da ANP. Ambos afirmaram que seria difícil achar investidores, por aumento de oferta e queda de demanda, que a viabilidade do pré-sal era perigosa, que extrair óleo no Irã era mais fácil.

Figura 14 - Venda de ativos, O Globo

Conselho da Petrobras discutirá privatização de empresa de gás

Petroleiros prometem paralisação de 24 horas hoje contra venda de ativos

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br
Bruno ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

O Conselho de Administração da Petrobras vai analisar hoje a reestruturação da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Gaspetro. A TAG controla a rede de gasodutos da Petrobras em todo o país. De acordo com uma fonte, existem ao menos duas propostas em discussão: uma alternativa é vender uma fatia de até 49% do capital da companhia. Outra hipótese seria a Petrobras se desfazer do controle da TAG, vendendo 80% da empresa.

Segundo analistas, a venda da TAG é considerada inevitável já que a Petrobras precisa se adaptar à Lei do Gás, que não permite que a detentora do projeto seja a mesma empresa controladora do gasoduto. A exigência foi introduzida na legislação para permitir a competitividade no setor. Segundo uma fonte, já é certo que a TAG será dividida em duas: uma com ativos das regiões Norte e Nordeste e outra com ativos de Sul e Sudeste.

— Se a Petrobras não vender o controle da TAG, o investidor interessado não poderia fazer novos investimentos no ativo (em razão da Lei do Gás), já que a Petrobras continuará sendo a dona do gás. Sem o controle, o negócio terá que ter cláusula com o chamado direito de preferência — disse a fonte, explicando que neste caso o eventual sócio teria o direito de, no futuro, comprar a fatia da Petrobras.

MOVIMENTO DE PROTESTO

Enquanto a Petrobras discute quais ativos vender para fazer caixa e reduzir seu endividamento, os petroleiros pretendem fazer hoje uma paralisação de 24 horas, em todo país, em protesto contra os cortes de investimentos pre-



Em discussão, Conselho da Petrobras analisará renovação do registro da companhia na SEC

Opinião

IMPREVIDÊNCIA

A ABERTURA de processo, nos Estados Unidos, contra a Eletrobras é mais um motivo de preocupação para o lulopetismo. Soma-se às reclamações, também na Justiça dos EUA, envolvendo a Petrobras.

CONFIRMA-SE a constatação de que os operadores financeiros de PT, PMDB e PP foram imprevidentes ao atuar em estatais com ações em bolsa americana.

vistos no Plano de Negócios 2015/2019 da estatal e contra as vendas de ativos no valor de US\$ 37 bilhões. O coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, disse que a categoria está mobilizada.

— A categoria entendeu o movimento de protesto. Se esse plano for adiante, vamos reduzir a empresa quase à metade. O momento é difícil, e a redução das atividades da Petrobras afeta toda a economia do país, todos os trabalhadores — destacou José Maria.

Em seu blog na internet, Derivyl Bacelar, conselheiro que representa os funcionários, disse que o conselho vai discutir a reestruturação da TAG, a renovação do registro na Securities and Exchange Commission (SEC, o órgão regulador do mercado de capitais americano) e a análise do regimento interno dos comitês, que passarão a assessorar decisões das diretorias. ■

EM OBRAS

DIRETORIA MUDA PARA PRÉDIO NA LAPA

Enquanto o Conselho de Administração da Petrobras discute a venda de ativos para fazer caixa, a diretoria da estatal está prestes a se mudar para o Centro Empresarial Senado, na Lapa. O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, e sete diretores ficarão provisoriamente na Lapa enquanto a petroleira faz obras no 23º andar do edifício-sede. O objetivo é adequar as instalações ao novo estilo de governança, com a derrubada das paredes que separam os gabinetes.

O prédio também passou por obras para receber os novos ocupantes. Na garagem do subsolo, foi construída uma sala vip para a entrada privativa. O hall recebeu uma espécie de biombo para separar um dos elevadores. A adaptação incluiu obras em três andares do prédio.

Segundo uma fonte, as mudanças no edifício-sede custarão R\$ 5 milhões. Procurada, a Petrobras não informou o valor, mas confirmou a mudança da diretoria com o objetivo de "adequar os espaços aos nossos novos processos de governança". O foco do novo modelo de gestão, segundo a estatal, é buscar mais sinergia entre diretorias e maior agilidade aos processos. (Ramona Ordoñez)

Fonte: O Globo, 24 de julho de 2015

Em 24 de julho, o jornal O Globo informou que o conselho da Petrobras discutiria privatização de empresa de gás para se adaptar à Lei do gás e a promessa de paralisação dos petroleiros contrários. A notícia trouxe a opinião favorável à venda do controle da Transportadora Associada de Gás (TAG) de um “anônimo” e o posicionamento de José Maria da Federação dos Petroleiros, de fazer uma paralisação contra a venda de ativos.

Figura 15 - Venda de ativos, O Globo



À venda e com vaga na presidência
Petrobras quer mudar comando da BR antes da oferta pública de 25% das ações

Roberto Indech — presidente da Petrobras
Roberto Indech — presidente da Petrobras

Petrobras quer mudar o comando da BR antes da oferta pública de 25% das ações. O conselho de administração da estatal quer nomear o engenheiro de Minas Gerais para substituir o atual presidente da companhia, Roberto Indech. A decisão é considerada uma surpresa, pois Indech chegou à presidência em 2009, logo após a saída de Luiz Antonio de Souza, fundador da estatal. Segundo fontes da estatal, o conselho de administração quer nomear o engenheiro de Minas Gerais para substituir o atual presidente da companhia, Roberto Indech. A decisão é considerada uma surpresa, pois Indech chegou à presidência em 2009, logo após a saída de Luiz Antonio de Souza, fundador da estatal.

Questão de 'timing' — Foto: M. F. / Agência Brasil

Roberto Indech, presidente da Petrobras, em reunião com o conselho de administração da estatal. A decisão de nomear o engenheiro de Minas Gerais para substituir o atual presidente da companhia, Roberto Indech, é considerada uma surpresa, pois Indech chegou à presidência em 2009, logo após a saída de Luiz Antonio de Souza, fundador da estatal.

Fonte: O Globo, 19 de agosto de 2015

Em 19 de agosto de 2015, a possibilidade de venda da BR foi noticiada pelo O Globo. Roberto Indech, analista da Rico, avaliava que “a necessidade de angariar recursos é urgente”. Flávio Conde, analista da consultoria WhatsCall, avaliava que “a BR é um ativo atraente” e que renderia entre 50 e 100% mais se a venda fosse após uma reestruturação.

Figura 16 - Venda de ativos, O Globo

Petrobras acerta ao vender parte da sua distribuidora

O mercado de ações no Brasil não passa por um bom momento. Ainda assim, é louvável a decisão do Conselho de Administração da Petrobras de aprovar a venda de 25% da distribuidora de combustíveis BR, controlada pela empresa. A distribuição foi uma das poucas atividades ligadas ao petróleo não atingidas pelo monopólio estatal instituído em 1953. Devido a isso, manteve-se razoavelmente competitiva, embora, em função do monopólio, os vantagens comparativas da Petrobras fossem tantas que, em poucos anos, a sua distribuidora acabou se tornando líder do segmento. Tabelamentos prolongados de preços também contribuíram para consolidar essa posição.

As distribuidoras são responsáveis por abastecer com combustíveis os quatro cantos do país. Os desafios de logística e armazenamentos são tamanhos que poucas companhias regionais têm conseguido sobreviver. Quatro grandes distribuidoras hoje dominam o segmento. Mas, seguindo a tendência já dominante no mercado americano, o varejo é pulverizado em inúmeras redes de postos.

Com 25% das ações em bolsa, a BR Distribuidora terá que ser uma companhia mais independente, menos manipulável pelos interesses políticos do governo. Se não for assim, seus papéis não se valorizarão, e deixarão de atrair o interesse dos investidores. Para que a abertura de capital seja bem-sucedida, esse processo de mudanças tem que começar desde já.

Para a Petrobras como um todo, a iniciativa é positiva, pois confirma a disposição da empresa de se desfazer de bens para reduzir seu endividamento excessivo e, assim, conseguir andar com as próprias pernas. O lançamento das ações obrigará a companhia a ter mais transparência, o que é fundamental para sua recuperação e, especialmente, para evitar que se repitam esquemas de corrupção como os desvendados pela Operação Lava-Jato.

A medida que a Petrobras multiplicar suas parcerias, seja com outras companhias ou com novos acionistas, a empresa formará uma barreira de “anticorpos” às ingerências políticas desastrosas como as que ocorreram nos oito anos do governo Lula e nos quatro primeiros da presidente Dilma. Quanto mais cedo isso ocorrer, melhor.

Um bom exemplo é o dos campos do pré-sal da Bacia de Santos que entraram em produção. Todos estão sob a concessão de consórcios, e desse modo as decisões de investimento são necessariamente compartilhadas com os demais parceiros da Petrobras, o que diminui a possibilidade de ingerência política nas questões técnicas. Se a Petrobras fizer o mesmo em outras áreas em que atua, um novo modelo de gestão passará a ser predominante e perene na companhia, essencial para a empresa se restabelecer e recuperar a credibilidade perdida. O governo até faria melhor se privatizasse a BR. ●

Fonte: O Globo, 21 de agosto de 2015

Em 21 de agosto de 2015, novamente o assunto “venda de ativos” mereceu editorial do jornal O Globo com o título: “Petrobras acerta ao vender parte da sua

reduzir endividamentos. Haroldo Lima, ex-diretor da ANP, também foi ouvido e afirmou que a Petrobras precisaria vender seus ativos para reforçar o caixa.

Figura 18 - Venda de ativos, O Globo

Rasgando (o nosso) dinheiro

ARMÍNIO FRAGA E
MARCELO TRINDADE

O presidente do Conselho da Petrobras votou contra a abertura de capital da BR Distribuidora, por ponderáveis razões: ainda "há passos a cumprir", disse ele; antes de abrir o capital a companhia deveria "contratar profissionais com experiência em varejo altamente qualificados", que preparariam "um plano de negócios e gestão para a BR". Foi acompanhado pelo conselheiro representante dos empregados, que destacou as dificuldades da economia neste momento, a recomendar o adiamento da venda de parte de um ativo tão relevante e valioso.

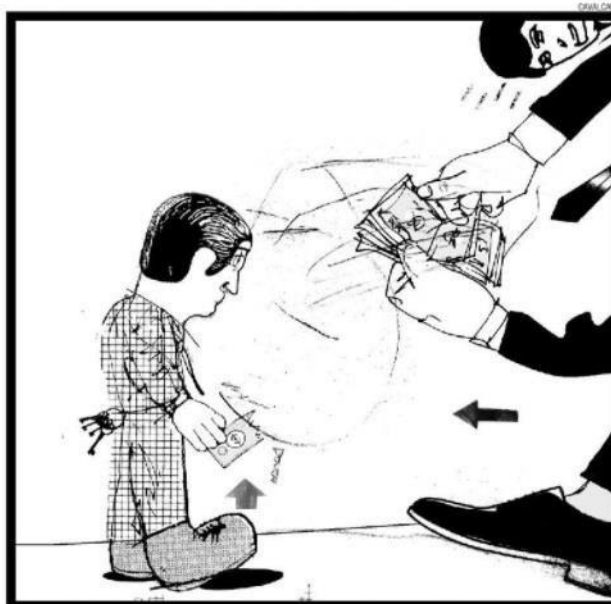
É alvissareiro que a passividade dos ministros de Estado que outrora presidiam o conselho de nossa mais importante sociedade de economia mista tenha sido substituída pelo voto atento e arguto de um reputado profissional de mercado e de um representante dos empregados. Mas isto não basta.

Abriu o capital de uma companhia no Brasil e vender parte das ações, neste momento de cotações depreciadas, é uma decisão que somente se justificaria por condições muito peculiares. Basta ver que praticamente nenhuma companhia privada brasileira está se movendo nessa direção. Somente a União Federal deseja fazê-lo, e com alguns de seus ativos mais preciosos.

A condição peculiar alegada para a imprensa é a necessidade de recursos. Essa é, realmente, uma razão muitas vezes presente em decisões desse tipo. Dívidas vencendo, estouro de limites de endividamento, risco de rebaixamento de rating, e outros que tais. Mas uma companhia privada somente decide liquidar seus ativos em más condições de mercado se não tem alternativa. E esse não é o caso da União.

De fato, esse mesmo governo que se dispõe a vender muito barato participações minoritárias, em companhias que ele seguirá controlando, poderia privatizar integralmente outros ativos, que passariam a ser controlados pelo setor privado. Pelo comando dessas empresas ou ativos os particulares estariam dispostos a pagar bem mais, e eventualmente até um prêmio sobre o preço justo. E isso para não falar no efeito positivo nas expectativas dos agentes econômicos que seria gerada por um movimento de privatização.

Quem se dispôs a pagar o preço justo de uma companhia para ser minoritário de um governo que fez o que fez com a Petrobras, que não apoia os projetos de lei de alteração da governança das estatais, e que nem mesmo se dispôs ao mínimo, que seria aderir aos padrões de governança criados pela BM&FBovespa para as sociedades de economia mista?



PT tem ojeriza à privatização — mais à palavra que ao conceito, diga-se. Prefere-se doar parte do patrimônio nacional ao mercado a dar o braço a torcer

A resposta é muito óbvia: os investidores estão dispostos a pagar pelas ações da BR Distribuidora, e pelas outras que virão. Mas pagarão um preço muito menor que o valor econômico potencial da companhia. Exigirão um grande desconto, que justifique correr o enorme risco de ser minoritário de uma sociedade de economia mista controlada ao bel-prazer dos governos, na qual a boa qualidade dos gestores continuará dependendo da boa vontade (ou do mau momento político) dos governantes, ao invés de decorrer de mecanismos incluídos na lei, como deveria. E em que mesmo o voto dos bons gestores será ig-

norado, se assim quiser o poder central.

A única razão aparente para optar-se pelo caminho da venda de participações minoritárias em companhias muito valiosas, a preços muito baixos, ao invés de vender outros ativos integralmente, a preços melhores, é a ojeriza do PT à privatização — mais à palavra que ao conceito, diga-se. Prefere-se doar parte do patrimônio nacional ao mercado a dar o braço a torcer.

À vista da determinação do governo de insistir no erro, contra tudo e contra todos, só resta ao Congresso Nacional reconhecer a urgência da tramitação dos projetos que alteram a governança das estatais, de maneira que, mesmo contra a vontade do governo, possam entrar em vigor a tempo de evitar, ou reduzir, mais essa lesão ao patrimônio nacional. ●

Armínio Fraga é economista e foi presidente do Banco Central e Marcelo Trindade é advogado e foi presidente da Comissão de Valores Mobiliários

Fonte: O Globo, 22 de agosto de 2015

No dia 22 de agosto de 2015, Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e Marcelo Trindade, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários, tiveram artigo publicado pelo O Globo. O artigo elogiava o voto de conselheiros contra a abertura de capital da BR, em momento de cotação depreciada, e falava sobre os riscos para o investidor privado, de ser minoritário numa sociedade de economia mista, controlada ao bel prazer dos governos. Os autores apontaram os problemas com a Petrobras, a não adesão a alterações de governança das estatais, e não adesão a padrões de governança criados pela BM&FBovespa, para as sociedades de economia mista, como fator de desconfiança do governo pelo mercado.

Figura 19 - Venda de ativos, O Globo

Petrobras negocia venda de 49% da Gaspetro

Analistas estimam operação com a japonesa Mitsui em até US\$ 1,3 bilhão

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br

A Petrobras anunciou ontem que está em fase final de negociação com a japonesa Mitsui para vender fatia de 49% da Gaspetro, subsidiária que detém participações em 19 distribuidoras estaduais de gás canalizado e controla o Gasoduto Brasil-Bolívia.

Segundo fontes a par do negócio, a Petrobras fará uma cisão na empresa. A nova Gaspetro, que está com ações à venda, reunirá as participações em distribuidoras de gás. Os demais ativos da subsidiária, como fatias em empresas de transporte e

comercialização de gás, ficarão em outra companhia. A Mitsui já é sócia da Gaspetro em oito distribuidoras estaduais de gás canalizado.

O valor do negócio não foi revelado, mas o mercado estima que pode oscilar entre US\$ 700 milhões e US\$ 1,3 bilhão. Segundo fontes, nove companhias enviaram propostas à estatal. Apenas duas empresas asiáticas, porém, se mantiveram na disputa ao final: a chinesa Beijing Gas e a japonesa Mitsui.

Uma das interessadas era a Gas Natural Fenosa, controladora da CEG. Procurada, a Gas Natural Fenosa informou que tem interesse em ativos na área de distribuição no Brasil. O negócio não foi adiante, porém, porque ela quer ser operadora, e a Petrobras optou por vender participação minoritária.

De acordo com a Petrobras, a conclusão do negócio ainda

está sujeita à aprovação de seus termos e condições finais pela diretoria e pelo Conselho de Administração.

TAG É A PRÓXIMA DA LISTA

O principal ativo da Gaspetro são as participações acionárias em 19 das 26 distribuidoras estaduais de gás canalizado. No ano passado, a subsidiária registrou lucro líquido de R\$ 1,646 bilhão.

A Gaspetro participa das distribuidoras de forma minoritária, em sociedade com governos estaduais e mais um sócio privado.

Para Márcio Balthazar, sócio da consultoria NatGas Economics, a venda de uma fatia da Gaspetro para a Mitsui é positiva para o mercado de distribuidoras de gás canalizado:

— A participação privada é salutar porque vai melhorar a governança e a transparência na discussão com os sócios em cada uma das distribuidoras.

A Petrobras já cogita aumentar sua lista de bens à venda. Segundo uma fonte próxima, a meta de se desfazer de US\$ 15,1 bilhões em ativos até o fim de 2016 está mantida. Analistas, no entanto, consideram difícil atingir esse valor. Na área de Exploração e Produção, a companhia já começou a oferecer ao mercado participações acionárias em ao menos seis blocos, dos quais cinco são no pré-sal.

Na lista de ativos à venda, alguns dos principais destaques estão na área de gás e energia. Outra empresa que está sendo preparada para a venda é a Transportadora Associada de Gás (TAG), que tem mais de 7 mil quilômetros em gasodutos. Na área de energia, a Petrobras tem participação em dez termelétricas, com capacidade instalada de 2.065 megawatts (MW), e ainda controla outras 16 usinas, que somam 5.302 MW. ●

Fonte: O Globo, 23 de setembro de 2015

Em 23 de Setembro, a notícia sobre a negociação com a Mitsui da venda de parte da Gaspetro contou com a opinião favorável de Márcio Balthazar, sócio da consultoria *NatGas Economics*, para ele “A participação privada é salutar porque melhora a governança e a transparência da discussão com os sócios, em cada uma das distribuidoras”.

Figura 20 - Venda de ativos, O Globo

Greve na Petrobras atinge Bacia de Campos

FUP quer retomada de investimentos e conclusão de Abreu e Lima e do Comperj

RENATA SIQUEIRA
renata.siqueira@oglobo.com.br

Trabalhadores ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) trancaram ontem greve por tempo indeterminado à paralização — contra a venda de ativos e a redução de investimentos da Petrobras — prevê a diminuição da produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, no Norte Fluminense, que concentra mais de 70% da produção do país. A FUP concentra 13 sindicatos e afirma representar 70% da força de trabalho da Petrobras.



Bacia de Campos. Sindicato diz que estará desabastecimento de petróleo

impedir que a estatal siga em frente com o seu plano de redução de investimentos e de venda de ativos.

— Com o atual cenário do setor, este não é o momento de vender ativos — afirmou José Maria Rangel, da FUP, que também pede uma nova política de segurança para a empresa, que já registrou 19 mortes no ano, segundo Rangel.

De acordo com Marcos Hel- da do sindicato do Norte Flumi-

minense, o objetivo da greve é reduzir ao mínimo a produção das plataformas em Campos.

— Nossa intenção é de que as plataformas produzam o mínimo para seguir funcionando. Mas vamos fazer um monitoramento constante do nível de produção. Se for necessário, vamos sub-ir para evitar consequências ao abastecimento da população — explicou o sindicalista.

De acordo com a FUP a greve foi decidida depois de negocia-

ções da Petrobras terem falhado, na quinta-feira, a uma audiência realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

— Na gestão de Aldemir Bordini (presidente da Petrobras desde fevereiro), não há diálogo. Nos grandes anteriores, por mais que houvesse momentos de tensão, o diálogo vinha — criticou Rangel.

Outra federação sindical, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), já lidera greve desde quinta-feira, também contra o plano de venda de ativos.

PETROBRAS: PRODUÇÃO INTERRUPIDA

Em nota, a Federação informou “que não há prejuízo à produção ou ao abastecimento do mercado”. Quanto às reivindicações dos trabalhadores, a empresa não comentou sobre investimentos.

Desse apenas “está disposta a discutir as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho” (ACT).

“Nova proposta na última quarta — 8,11% de reajuste — e a proposição de detalhar as cláusulas do ACT reforçam esse comprometimento”, diz o texto. ●

Fonte: O Globo, 02 de novembro de 2015

Em 02 de Novembro de 2015, matéria de O Globo do *Caderno Economia* com título, **“Greve na Petrobras atinge Bacia de Campos”** informava que um dos motivos da grevedos funcionários da Petrobras seria por conta da venda de ativos. Para sindicalista José Maria Rangel, “com o atual cenário do setor, este não é o momento de vender ativos”.

Figura 21 - Venda de ativos, O Globo

Petrobras desiste de abrir capital da BR

Estatual busca sócio estratégico
para subsidiária e conversa com
chineses e fundos de investimento

Bruno Rosa
bruno.rosa@oglobo.com.br

RIO e BRASÍLIA - A Petrobras decidiu colocar em prática seu plano B para vender parte da BR Distribuidora, dona da maior rede de postos de combustíveis do país. Como decidiu adiar a abertura de capital da subsidiária na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) por tempo indeterminado, a estatal anunciou ontem que a diretoria executiva autorizou a busca de um parceiro estratégico. O objetivo é tentar fazer o negócio o mais rápido possível e gerar caixa para fazer frente ao elevado nível de endividamento e ao pesado cronograma de investimentos, que soma US\$ 19 bilhões somente em 2016.

Segundo uma fonte na estatal, a Petrobras já está em conversas com empresas chinesas e fundos de investimento, mas ainda não está nem perto de fechar algum tipo de acordo. Na opinião de especialistas, a busca por um sócio privado reflete a dificuldade da companhia em tentar abrir o capital da BR. O objetivo inicial da Petrobras era vender na Bolsa 25% das ações da BR. A busca de um sócio era tida apenas como alternativa.

Para John Albuquerque Forman, presidente da consultoria JF, o fato de a companhia ter perdido o grau de investimento por duas agências de classificação de risco — Moody's e Standard & Poor's — dificulta ainda mais o interesse de investidores pela empresa. Muitos fundos de pensão têm restrição para investir em empresas sem o selo de bom pagador.

— Agora, eles partiram para a negociação direta para tentar buscar um bom preço e gerar caixa — disse Forman.

Fonte: O Globo, 15 de outubro de 2015

Em 15 de Outubro de 2015, o título da notícia no Caderno Economia de O Globo informava, **“Petrobras desiste de abrir capital da BR”**. Ouviram John Albuquerque, Consultoria JF: “Partiram para a negociação direta pra tentar buscar um bom preço e gerar caixa,” e Cláudio Pinhoz - Fundação Dom Cabral: “É uma operação mais rápida e efetiva, mas...Como vai ser o acordo de acionistas? Qual será a regra?”

Figura 22 - Venda de ativos, O Globo

Quarta-feira, 2 de julho de 2015

Economia

O GLOBO 23

Petrobras busca sócio estratégico para BR

Outra opção é abrir capital da subsidiária. Estatal vende 20% de dois campos para PetroRio por US\$ 25 milhões

BIRNEVO ROSA
birnevo.ros@oglobo.com.br

RAMONA OZDIOK
ramona.oz@oglobo.com.br

Dois dias após anunciar um audacioso plano de desinvestimentos de US\$ 57,7 bilhões até 2018, a Petrobras informou ao mercado que iniciou estudos para abrir o capital da BR distribuidora. Outra alternativa considerada pela empresa é encontrar um sócio para a sua subsidiária, dona de 7.000 postos de gasolina. A decisão de abrir o capital da BR depende da aprovação de órgãos reguladores e de condições favoráveis no mercado.

Em outro sinal do esforço para levantar recursos, a Petrobras fechou ontem a venda de 20% de participação nos campos de Jipirã e Salema, no pré-sal da Bacia de Campos, por US\$ 25 milhões para a PetroRio (ex-BRT). Os campos produzem 22 mil barris de petróleo por dia. Procurada, a Petrobras informou que não comenta "hipotéticas negociações ou acordos envolvendo ativos", e a PetroRio confirmou o negócio em laço relevante. Trata-se do primeiro negócio envolvendo um campo no país na gestão de Aldemir Bendine, que assumiu a companhia em fevereiro. Em março, a estatal vendeu por US\$ 101 milhões campos na Argentina para a Companhia General de Combustíveis (CGC).

VENDA DE PRÉ-SAL NA LISTA
Na busca por recursos para reduzir seu endividamento, a Petrobras informou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que "autorizou a elaboração de estudos com o objetivo de analisar alternativas estratégicas para a sua subsidiária BR". Dentre as possi-

bilidades que serão exploradas, disse a companhia, "encontrar-se a atração de um sócio estratégico e a abertura de capital".

E outros negócios devem sair do papel em breve. Segundo fontes, na lista de ativos à venda do pré-sal na Bacia de Campos, estão participações em áreas como Carcará, Jipirã e Sagitário. No pré-sal da Bacia de Campos, estão à venda Plão de Açúcar e outros cinco blocos (CM333, CM401, CM417, CM473, CM533). Já no pós-sal, além de campos de águas rasas, estão áreas exploratórias como as de Tartaruga Verde e Tartaruga Mexilão, na Bacia de Campos.

Segundo uma fonte, a venda de parte desses ativos ganhou força após a Petrobras ter adiado a construção de unidades de produção para esses campos.

Quando a Petrobras retirar de seu Plano de Negócios unidades de produção para Tartaruga Verde e Mexilão, Carcará e Jipirã, que estavam previstas para entrar em operação entre 2017 e 2018, é sinal de que as áreas poderão ganhar novos sócios.

Fran Flávio Conde, analista de investimentos, apesar do valor da venda dos campos para a PetroRio não ser significativo, trata-se de sinal positivo do compromisso da diretoria com a execução das metas do plano de negócios. Na avaliação de Conde, as vendas de ativos devem se tornar mais frequentes. Para ele, a estatal deve se desvencilhar de parte dos 40% de participação que possui no campo de Libra no pré-sal.

— O negócio é positivo porque mostra o comprometimento da diretoria — ressumiu Conde. Apesar de ter reduzido investimentos entre 2015 e 2019 em 40%, para US\$ 130,2 bilhões, a es-



Sobrelha. Abertura de capital da BR faz parte das iniciativas da Petrobras para levantar recursos e reduzir endividamento

LAVA-JATO

BRASKEM É ALVO DE PROCESSO NOS EUA

NOVA YORK Um acionista da petrolífera Braskem entrou com um processo contra seu tribunal de Manhattan pela suposta ligação da empresa com a Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que investiga a Petrobras. Douglas Peters ingressou com a ação, alegando ter sido ligado à queda dos papéis (ADR) da companhia negociados na Bolsa de Nova York. Segundo ele, a Braskem não informou ter pago no mesmo US\$ 5 milhões por ano à Petrobras entre 2006 e 2012 para adquirir refina e pagar mais baixos. As ADRs da Braskem caíram mais de 20%

desde que as denúncias contra a Petrobras foram a público, de acordo com o processo.

A Petrobras é a principal fornecedora de refina para a Braskem em acordos de longo prazo. Segundo o processo, a estatal fornece cerca de 70% da refina usada pela Braskem. Ações ordinárias da petrolífera fecharam em baixa de 3,04% na Bovespa. Os papéis preferenciais recuaram 4,69%.

Em nota, a Braskem informou não ter sido notificada sobre qualquer pleito indenizatório nos EUA e não comentar o assunto. (Da Bloomberg News)

cidente do BR e atual diretor financeiro da estatal. O escolhido como suplente de Mauro Ferreira, presidente da Vale à frente do conselho da Petrobras, é Cláudio Torres, consultor geral da Vale. Foi eleito Dan Conrado, ex-presidente da Previ, como suplente do adido Luiz Nassar.

SUPLENTE SÓ POR DOIS ANOS

Com esses novos gastos, a Petrobras elevou a previsão de gastos para a remuneração do Conselho de Administração, que passou de R\$ 1,4 milhão para R\$ 3,8 milhões entre junho de 2015 e março de 2016. Cada suplente vai receber mensalmente 70% do valor pago a um conselheiro. Já os integrantes dos comitês de assessoramento vão receber por mês 50% do que é pago a cada um dos conselheiros. Serão cinco comitês: "Estratégia", "Financeiro", "Auditoria", "Remuneração e Sucessão" e "Segurança e Meio ambiente".

Porém, os cargos de suplentes dos membros do conselho terão mandato de apenas dois anos.

— A proposta veio do Dest (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), que é contra a criação de suplência para os estatais. Mas a justificativa do Dest é que a Petrobras passa por um momento excepcional. E por isso aprovou e afirmou que será algo de dois anos — disse Maria Tereza Pereira Lima, procuradora da Fazenda e representante da União.

As ações ON (com direito a voto) da Petrobras caíram 3,64% e as PN (sem voto) recuaram 4,17%. PN, sem voto) em razão do recuo do preço do petróleo. O barril do tipo Brent fechou a US\$ 62,01 (-2,4%), com o anúncio de estoques em alta nos EUA. ■

Fonte: O Globo, 2 de julho de 2015

O Globo de 2 de julho de 2015 informava sobre o plano de desinvestimentos da Petrobras, que incluía venda de ativos e a possibilidade de abertura do capital da distribuidora BR. Flávio Conde, analista de investimentos, avaliou o movimento como “positivo. Nenhum contraponto ao projeto.

Figura 23 – Venda de ativos, O Globo

Um mau negócio

RICARDO MARANHÃO

A Petrobras pretende vender US\$ 58 bilhões em ativos. A justificativa é a necessidade de reduzir o endividamento. A política equivocada de combate à inflação causou prejuízo de R\$ 60 bilhões, com preços de combustíveis defasados. Sacrifício inútil. A inflação voltou.

Agravando as dificuldades, os preços do petróleo caíram de US\$ 120 para US\$ 52/barril. Além de reduzir investimentos em US\$ 90 bilhões, a empresa pretende vender ativos. Os ativos são patrimônio público e pertencem a centenas de milhares de acionistas.

A Petrobras é empresa estatal. Deve obediência aos preceitos constitucionais da publicidade e legalidade. O momento é inoportuno para venda. Crise mundial. Inflação. Preços do petróleo deprimidos. É incerto o que se pretende vender. São notícias, na imprensa, imprecisas. Especula-se: vendas no pré-sal? Navios da Transpetro? Participações no gás natural?

Não duvido das boas intenções dos dirigentes. Receio decisões equivocadas, fruto do pouco conhecimento do setor petróleo. A Petrobras não é banco. Tão pouco mineradora. A venda, sem cautelas, pode desintegrá-la.

Para o Instituto Francês do Petróleo, a integração e o porte são fundamentais para o sucesso de uma petrolífera.

Imagino empresa com US\$ 300 milhões de capital. Iria à falência ao perfurar seis poços, secos, ao custo de US\$ 50 milhões cada. A integração se justifica pelos investimentos e riscos, nos diferentes segmentos (exploração, perfuração, produção, transporte, refino, comercialização).

O futuro da Petrobras não pode depender de uma "visão de mercado". Os interesses dos acionistas, embora importantes, não são objetivos únicos. A companhia tem compromissos inarredáveis com o desenvolvimento do país,

apoio à indústria, independência tecnológica, segurança energética, emprego, meio ambiente.

A venda de navios da Transpetro é admitida por quem não conhece a atividade. O país tem déficit enorme na rubrica fretes. Vamos seguir o exemplo americano. Lá, os navios, são, por lei, projetados, construídos e operados por americanos. Subordinam-se ao Jones Act (1920). Os Estados Unidos consideram a frota mercante extensão da Marinha de Guerra.

Os ativos da Petrobras, bilhões de dólares, podem ser vendidos sem exame do Congresso?

A venda é a única solução para o endividamento? Por que não indenizar a Petrobras pelos prejuízos causados?

Por que cortar o braço petroquímico? Por que não examinar, com coragem, o fornecimento de nafta à Odebrecht, cancelando-o, se comprovadas fraudes, com prejuízos de US\$ 6 bilhões?

Vamos nos desfazer de participações no etanol quando o consumo de gasolina cai e a demanda de álcool cresce com vigor? Vamos abdicar do gás e das térmicas, essenciais ao suprimento do país nas crises hídricas? Por que não cobrar do setor elétrico dívidas com a BR Distribuidora, superiores a R\$ 14 bilhões? Por que não adotar política de preços que não cause prejuízos à Petrobras? Desejando o governo subsidiar combustíveis, use seus recursos. Não sacrifique sua maior empresa, com graves consequências para o país. ●

Ricardo Maranhão é conselheiro do Clube de Engenharia

Fonte: O Globo, 8 de setembro de 2015

Em 8 de setembro, o engenheiro Ricardo Maranhão obteve espaço, no jornal O Globo. No artigo “Um mau negócio”, criticou a venda de ativos da Petrobras e citou que seria momento inoportuno para a venda. “O futuro da Petrobras não pode se pautar por uma visão de mercado... o interesse dos acionistas... não são objetivos únicos. A companhia tem compromissos inarredáveis com o desenvolvimento do país”, afirmou.

Figura 24 - Venda de ativos, O Globo

A Petrobras sob intervenção

RONALDO TEDESCO

Mais do que exercer seu direito de sócio majoritário, o governo Dilma pratica uma intervenção direta na Petrobras. O objetivo é claro: fragilizar a companhia com uma política de investimentos que privilegia a entrega de ativos e o fracionamento da Petrobras em seu papel de integração nacional.

A empresa está nas mãos de Aldemir Bendine e de seu diretor financeiro, Ivan Monteiro. Ambos vieram do sistema financeiro e nada entendem do negócio que precisariam gerir. Nem querem entender. Os demais diretores não apitam. Estão todos interinos, com exceção de João Elek, o diretor de governança, risco e conformidade contratado em meio à crise. Este assiste impassível às mudanças que Bendine e Monteiro promovem.

A Petrobras pagou recentemente mais R\$ 3,1 bilhões em Imposto sobre Operações Fi-

nanceiras (IOF). Em junho, pagou R\$ 1,6 bilhão à Receita, em função de uma autuação relativa a outras operações controladas no exterior. O governo federal tenta fortalecer seu caixa com a cobrança de impostos da compa-

A postura dos interventores Aldemir Bendine e Ivan Monteiro é manter o cofre aberto para o governo, sem salvaguardar os interesses da companhia

nhia que estão sendo questionados pelo seu corpo técnico. Somente nestas duas operações, foram drenados quase R\$ 5 Bilhões. Segundo comenta-se, o acordo da dívida da Eletrobras não foi admitido pela fiscalização, tamanha a generosidade praticada com o cofre da petroleira.

A postura dos interventores Aldemir Bendine

e Ivan Monteiro é manter o cofre aberto para o governo, sem salvaguardar os interesses da companhia. Ao contrário do que dizem, estrangulam o fluxo de caixa da companhia. Mesmo assim, a Petrobras apresentou mais de R\$ 41 bilhões, lucro sem considerar dedução de impostos, taxas, depreciação e amortização (EBTIDA) — ajustado no primeiro semestre de 2015.

Apostam na mesma cartilha de maldades neoliberais de seus antecessores. Retiram direitos dos petroleiros e promovem demissões de milhares de trabalhadores contratados indiretos. Precarizam a companhia, fatiam e privatizam. Não restou outra solução senão a greve, com a Federação Nacional de Petroleiros e a Federação Única dos Petroleiros à frente para defender os direitos dos petroleiros e a força da empresa. ●

Ronaldo Tedesco é diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras e conselheiro fiscal da Petros

Fonte: O Globo, 5 de novembro de 2015

No dia 05 de novembro de 2015, O Globo publicou artigo de Ronaldo Tedesco, Diretor da Associação de Engenheiros da Petrobras com o título, “**A Petrobras sob intervenção**”. E no texto afirma: “Mais do que exercer seu direito de sócio majoritário, o governo Dilma pratica uma intervenção direta na Petrobras. O objetivo é claro: fragilizar a companhia com uma política de investimentos que privilegia a entrega de ativos e fracionamento da Petrobras em seu papel de integração nacional. A empresa está nas mãos de Aldemir Bendine e seu diretor financeiro, Ivan Monteiro. Ambos vieram do sistema financeiro e nada entendem do negócio que precisariam gerir”.

Entre os entrevistados, em ambos os veículos preponderou a opinião de consultores de mercado, cujos clientes tinham interesses de negócios com a Petrobras ou em seus papéis na bolsa. O Grupo Globo dedicou dois editoriais no período da amostra defendendo a venda de ativos da estatal: Em 1º de julho de 2015, com o título: “**Petrobras abandona delírio e entra na fase realista**”. O grupo defendeu que a “Forma mais eficaz de reduzir endividamento é alienação de ativos, o ideal é o desmonte do modelo de partilha e seus complementos como o monopólio na operação do pré-sal”. Em 19 de agosto de 2015, novamente em editorial O Globo, afirmou que “Petrobras acerta ao vender parte de sua distribuidora”. Dez atores de mercados ouvidos fizeram coro com o pensamento do grupo. Como contraponto à ideia de venda de ativos, ouviram o mesmo sindicalista por duas vezes e dois engenheiros ligados a associações de funcionários da Petrobras, cuja opinião pode ser interpretada como interesse de classe e, dessa maneira, deixar transluzir um viés negativo. Apesar da possibilidade desse viés, importante o questionamento feito por Ronaldo Tedesco, sobre a presença e atuação na

administração da Petrobras de Ivan Monteiro e Aldemir Bendine, que vieram do sistema financeiro. Nessa linha dos questionamentos de Ronaldo Tedesco, com relação à presença de atores do mercado na administração da estatal e para jogar um pouco mais de luz na discussão, é importante registrar que este tipo de questionamento já foi inclusive parana justiça como atesta a denúncia do professor William Nozaki¹⁶, **“Censura Bateu Na Minha Porta”**¹⁷:

Fui surpreendido essa semana com a intimação judicial de um processo criminal movido contra mim pelo atual presidente da Petrobras.

Como professor e pesquisador tenho me dedicado no último período a estudar questões relacionadas a grupos de pressão e conflitos de interesse em empresas do setor de petróleo e energia.

Parte dessa reflexão tem sido publicizada em algumas revistas e blogs. Em um dos meus artigos chamei a atenção para três fatos que me parecem passíveis de problematização:

(I) Pedro Parente mesmo depois de ter assumido a presidência da Petrobras permanece como presidente da Bm&fBovespa;

(II) além disso mantém uma consultoria financeira privada que gere patrimônios de famílias ricas;

(III) tudo isso em um momento delicado de privatização de ativos da Petrobras.

Mapear redes de relações e averiguar a existência de interesses cruzados entre a esfera pública e a iniciativa privada é um procedimento normal de diversas pesquisas nas áreas de ciência política e economia.

Como gestor de uma empresa estatal de natureza pública, Pedro Parente poderia ter prestado esclarecimentos sobre suas atividades junto ao mercado empresarial privado, pois tal fato é inclusive objeto de denúncia no Ministério Público Federal.

Entretanto, o atual presidente da Petrobras optou por mover um processo criminal contra um professor e pesquisador. Tal decisão soa como uma tentativa de intimidação, de ameaça e de censura contra a reflexão crítica e a liberdade de expressão.

¹⁶ William Nozaki é economista, sociólogo, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política e coordenador do Mestrado Estado, Governo e Políticas Públicas (FLACSO-FPA). Disponível em:

<https://www.facebook.com/search/top/?q=William%20Nozaki%20pedro%20parente&epa=SEARCH_BOX>.

Acessado em 10/03/2020

Quando o presidente de uma das maiores empresas da América Latina se ocupa de processar injustamente um professor é porque há algo de muito errado acontecendo no país.

Em tempo, deixo abaixo o link de dois dos meus artigos sobre o tema supracitado:

<https://www.cartacapital.com.br/economia/os-conflitos-de-interesse-na-petrobras>

<https://www.cartacapital.com.br/economia/grupos-de-pressao-e-o-pre-sal-antecedentes-da-crise>

A falta de diversidade de fala entre os entrevistados impede questionamentos e discussão com a sociedade como está feita no artigo do professor William Nozaki. Mas, além da presença de atores do mercado nacional na diretoria da Petrobras, no ano seguinte, 2018, o governo Temer teve, inclusive, José Alberto de Paula Torres Lima, ex-Shell, que foi indicado para o Conselho Administrativo da Petrobras:

“A primeira composição do Conselho Administrativo da Petrobras no governo Temer evidenciou a proeminência de interesses do capital financeiro na petrolífera brasileira, com o próprio presidente da Petrobras e outros diretores acumulando cargos no Conselho de Administração da BMF-Bovespa (B3), além da intensa presença de diretores e conselheiros oriundos de grandes bancos e instituições financeiras como Citibank, BTG Pactual e Associação Brasileira de Mercado de Capitais. A nova proposta de composição do CA, por seu turno, sugere agora o enraizamento dos interesses do capital petrolífero internacional no interior da Petrobras.

José Alberto de Paula Torres tem uma larga trajetória profissional na petrolífera anglo-holandesa Shell, tendo sido gerente de finanças e planejamento corporativo (1989-1996), presidente da Shell US Gas & Power (2002-2006), vice-presidente da Shell Upstream Americas (2009-2012) e vice-presidente da Shell Chemicals (2012-2016). Se, por um lado, pesa a favor do novo indicado sua trajetória no setor petrolífero internacional, por outro lado, vale lembrar que a Shell foi partícipe de alguns dos episódios mais ostensivos de conflitos de interesse contra a Petrobras, com destaque para o lobby feito pela anglo-holandesa junto ao então ministro das relações exteriores José Serra para a mudança no marco regulatório da exploração e da produção nas áreas do pré-sal e para a negociação direta feita entre o ministro do comércio exterior do Reino Unido, Greg Hands, e o secretário-executivo do ministério de minas e energia brasileiro, Paulo Pedrosa, para melhorar a participação da Shell nos leilões do pré-sal brasileiro.” (FUP,2018)¹⁸

Desta feita, não vingou, “*Renunció*”, diante da pressão:

¹⁸ “Nova composição do Conselho de Administração da Petrobras: financeirização e desnacionalização”. Disponível em: < <https://www.fup.org.br/geep-fup/item/22571-nova-composicao-do-conselho-de-administracao-da-petrobras-financeirizacao-e-desnacionalizacao> >. Acessado em 10/03/2020

Figura 25 – Anúncio da renúncia de Torres Lima

Fonte: Site da Petrobras, 30 de maio de 2018.

Importante também retomar a defesa, em editorial, da venda de ativos da Petrobras, sem um debate ampliado sobre o que diz a lei no que diz respeito ao assunto, na medida em que, de acordo com (Bercovici, 2018) “o Estado deve ser o controlador de direito e de fato, ou seja, não pode compartilhar o poder de controle de sociedade de economia mista. Afinal, o Estado não tem disponibilidade para negociar livremente o interesse público, pois está vinculado à Constituição e à legalidade.”¹⁹ O editorial de O Globo de 21 de agosto de 2015, por exemplo, já no título afirmou: **“Petrobras acerta ao vender parte de sua distribuidora”**. Levando-se em conta preceitos constitucionais, que norteiam a administração das estatais, conforme apontado pelo Professor Gilberto Bercovici, Titular de Direito Econômico e Economia Política, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, deduzimos que mesmo que a empresa praticasse a liberdade de opinião, também prevista na constituição, para defender a venda de ativos, teria que garantir outras opiniões, sobretudo, para esclarecer a população sobre as especificidades relacionadas à venda de uma estatal ou de parte dela. Voltaremos ao assunto no próximo capítulo quando abordaremos o papel da Petrobras.

2.2.3 - Mudanças na lei de partilha

Como vimos nos itens **1.1.1.1** e **1.1.1.2**, após o anúncio da descoberta do pré-sal, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou o marco regulatório de exploração do pré-sal do modo concessão para o formato partilha. A justificativa do governo do Partido dos Trabalhadores era de que no modo concessão, o vencedor da licitação seria dono de todo o petróleo encontrado para atrair investimentos, na medida em que as petroleiras parceiras teriam

¹⁹ BERCOVICI, Gilberto. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/A-Decisao-de-Lewandowski-e-a-Restauracao-da-Legalidade/40/40790>. Acessado em 02/07/2018.

grandes custos para pesquisar e poderiam não encontrar petróleo em todos os poços perfurados. Enquanto no pré-sal, a Petrobras já havia investido cerca de US\$ bilhão de dinheiro público em pesquisas, e a existência de uma jazida gigantesca com óleo de qualidade e preço no mercado estava confirmada, e principalmente pela avaliação de que energia barata e em grande quantidade poderia ser um fator muito importante no desenvolvimento do país. Então com o modo partilha, a ideia foi aumentar o controle do Estado sobre esse patrimônio nacional. Houve embate com o mercado que preferia a forma anterior, de concessão. E como vimos, em 2010, José Serra, governador PSDB, candidato à presidência combateu o formato partilha implementado pelo governo do Partido dos Trabalhadores, e teria feito promessas ao mercado, de retorno ao modo concessão. Em 2015, o então Senador José Serra apresentou o projeto de lei N°131/25, com o intuito de mudar o modo partilha dos contratos de exploração do petróleo para o pré-sal.

2.2.3.1 - Folha de S. Paulo

Destacamos a seguir as notícias, de junho a dezembro de 2015, com opiniões sobre as mudanças propostas pelo projeto de José Serra, para o formato partilha, nos contratos, incluindo editorial, com opinião do veículo.

Figura 26 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 24 de junho de 2015

Em 24 de Junho de 2015, em editorial do Grupo Folha defendia as mudanças no modo partilha, como sendo um aperfeiçoamento institucional: “A direção da Petrobras”:

“Ganha tração no Congresso Nacional o projeto que modifica a legislação do pré-sal, desobrigando a Petrobras de participar com 30% e de atuar como operadora única. A proposta parece contar com a simpatia de várias frentes, incluindo políticos de localidades produtoras...A mudança dos ventos em direção ao aperfeiçoamento institucional é ampla”.

Figura 27 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo

Senado pode votar hoje mudança na lei de exploração do pré-sal

GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

Sob protestos de aliados da presidente Dilma, o Senado se articula para votar nesta terça (30) projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que desobriga a Petrobras de participar de pelo menos 30% da exploração do pré-sal no país.

O projeto acaba com a obrigatoriedade de a estatal estar presente, como operadora exclusiva, nos consórcios criados para a exploração, realizada no modelo de partilha.

O PT vai tentar impedir a votação do projeto por considerar que ele é o primeiro

passo para o Congresso alterar o regime de partilha na exploração do pré-sal.

Há duas semanas, o Senado aprovou urgência para que o texto seja votado diretamente no plenário, mas os petistas querem o seu retorno às comissões da Casa, o que poderia retardar sua análise por vários meses.

Ao justificar a proposta, Serra afirmou que as denúncias de corrupção envolvendo a estatal têm levado prejuízos econômicos à Petrobras, o que coloca em risco sua capacidade de estar presente em todas as licitações da camada pré-sal.

Fonte: Folha de S. Paulo, 30 de junho de 2015

No dia 30 de junho, a Folha de S. Paulo noticiou a iminência de votação do projeto de José Serra, que mudaria a lei de partilha. A notícia avaliava que os protestos eram de aliados da presidente Dilma Rousseff e afirmava que o Partido dos Trabalhadores tentaria impedir a votação. A notícia dá espaço para a opinião do Senador José Serra que justificava a proposta de mudanças afirmando que os escândalos de corrupção tinham levado prejuízos à Petrobras e colocava em risco sua capacidade de estar presente em todas as licitações.

Figura 28 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo

MUDANÇAS NO PRÉ-SAL	
<p>O projeto de José Serra Altera a lei que criou o regime de partilha de produção em áreas não concedidas do pré-sal</p>	<p>Argumento para mudar A exploração do pré-sal tem urgência, e a Petrobras tem convivido com pressões financeiras que põem em risco o cumprimento de suas ações.</p>
<p>O que muda A Petrobras deixa de ser sócia obrigatória, com ao menos 30% de participação, de qualquer novo consórcio de empresas que desenvolvam atividades de exploração e produção no pré-sal. Também deixa de ser a operadora única obrigatória de todos os campos do pré-sal. O operador é o responsável operacional por procurar petróleo, avaliar áreas, perfurar poços, produzir</p>	<p>GLOSSÁRIO Partilha: o consórcio de empresas —hoje operado pela Petrobras— divide o óleo extraído com uma companhia estatal, dona das reservas Concessão: o consórcio de empresas escolhidas por leilão para explorar as áreas do pré-sal é dono do petróleo e paga royalties pela exploração dos campos</p>

Fonte: Folha de S. Paulo, 30 de junho de 2015.

No pé da matéria, um quadro detalha as mudanças e apresenta como argumento para as mudanças, a “urgência da exploração” e as “pressões financeiras” sobre a Petrobras.

Figura 29 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 01 de julho de 2015

No dia 1º de julho, a Folha de S. Paulo anunciou que a Petrobras via com “simpatia” mudanças nas regras do pré-sal, preocupada com a falta de caixa para disputar leilões. Trouxe também a opinião do ex-presidente Lula que, segundo a notícia, defendeu que a base aliada garantisse ao menos o direito de preferência da Petrobras e que a presidente Dilma Rousseff orientara sua equipe a não aceitar qualquer tipo de mudança.

Figura 30 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 9 de julho de 2015

No dia 9 de julho de 2015, a Folha de S. Paulo publicou artigo de Wellington Moreira Franco, Ministro da Secretaria de assuntos estratégicos do governo Dilma, indicado pelo PMDB, hoje MDB. “Coragem para mudar”, no qual defendia que “Modificar a Lei de partilha é vital para a Petrobras,” e acreditava que o projeto do senador José Serra, “tira da Petrobras o ônus da obrigatoriedade e lhe devolve o bônus da escolha”.

Figura 31 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo

O tamanho da Petrobras

O Conselho da Petrobras aprovou a venda de pelo menos 25% da BR Distribuidora, sua unidade de distribuição de combustíveis. A negociação, que deve ocorrer a partir do final do ano, se inscreve num contexto em que a estatal tenta reduzir o endividamento excessivo.

Apesar dos esforços de contenção, a dívida (em larga medida indexada ao dólar) continuou a crescer neste ano, passando de R\$ 351 bilhões para R\$ 415,5 bilhões.

Verdade que a petroleira exibiu progressos gerenciais. O legado de problemas, contudo, ainda é pesado, com a regularização de impostos atrasados, baixa de ativos e pagamento de juros. O lucro líquido nesse período caiu para R\$ 5,9 bilhões, 43% a menos do que nos mesmos meses de 2014.

A geração de caixa continua insuficiente para atender simultaneamente a dois grandes objetivos — cumprir o cronograma de investimentos e reduzir a dívida.

No primeiro semestre, a Petrobras lucrou R\$ 22,8 bilhões nas suas operações, mas pagou R\$ 11,7 bilhões em juros e, ao mesmo tempo, investiu R\$ 36,2 bilhões. Ou seja, encargos e investimentos consumiram mais que o dobro do que a

empresa obteve em suas atividades.

Não por acaso a Petrobras busca acelerar a negociação de ativos. A BR Distribuidora está avaliada em cerca de R\$ 35 bilhões, mas, em momentos de aperto financeiro, as vendas de patrimônio não necessariamente ocorrem nas melhores condições — mais um custo dos erros cometidos nos últimos anos.

Controlar a dívida e sanear as finanças é imperativo. Além de renegociar contratos e incrementar sua gestão, a Petrobras precisa executar um plano de encolhimento de atividades que não sejam essenciais.

Também é necessário evoluir em outras frentes. A regra atual do pré-sal determina que a estatal participe com 30% dos investimentos em todos os campos, além de ser operadora única. É um ônus excessivo que precisa ser reduzido.

Um caminho é tornar a participação facultativa, com o que a empresa não estaria obrigada a arcar com investimentos além de sua capacidade. Para o país, seria possível acelerar a licitação de campos e a produção de petróleo.

Passa da hora de o governo reconhecer os problemas do modelo atual e aceitar mudanças que preservem o interesse nacional.

Fonte: Folha de S. Paulo, 19 de agosto de 2015

Em 19 de agosto de 2015, em editorial, a Folha de S. Paulo informou sobre a decisão do Conselho da Petrobras de vender ao menos 25% da BR Distribuidora, a dívida da estatal em R\$ 415, bilhões e defendeu a necessidade de a Petrobras aplicar um plano de encolhimento de atividades que não sejam essenciais. Apontou a regra atual dos 30% e a obrigatoriedade de ser operadora única como ônus excessivo que precisa ser reduzido.

Figura 32 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo

Operação de guerra

Perda de selo de boa pagadora, desvalorização do real e queda do preço do barril deterioram ainda mais as finanças da **Petrobras**

A batalha para reconstruir a **Petrobras** tornou-se ainda mais dura na semana passada. A decisão da agência de risco Standard & Poor's de retirar o selo de boa pagadora da estatal foi uma péssima notícia. Com isso, o custo de financiamento de sua gigantesca dívida aumentará.

Não surpreende a imediata reação do mercado: o preço das ações da petrolífera caiu ao nível mais baixo desde novembro de 2004.

A despeito dos esforços da nova gestão, a empresa está encurralada. De um lado, a queda no preço do petróleo reduz a lucratividade do pré-sal; de outro, a dívida está indexada ao dólar. Desde meados do ano, a disparada da moeda norte-americana fez o passivo crescer R\$ 75 bilhões, chegando a cerca de R\$ 430 bilhões.

A conta não fecha. O plano de negócios anunciado em maio se tornou obsoleto. Considerava a cotação do dólar em R\$ 3,10 e o barril de petróleo em US\$ 60 (estão em R\$ 3,88 e US\$ 42, respectivamente).

Com os parâmetros atualizados, a **Petrobras** não consegue gerar caixa suficiente para cumprir seu programa de investimentos (que já diminuirá 40% após revisão feita meses atrás) e, ao mesmo tempo, pagar os juros e evitar o crescimen-

to explosivo de suas obrigações.

A continuar a tendência, o mercado se recusará a financiá-la em algum momento, com consequências imprevisíveis.

O tempo de ações paliativas passou. É necessária uma operação de guerra para evitar um cenário de insolvência — e ela não deve envolver apenas a diretoria. À luz da inoperância do Executivo, é preciso sensibilizar o Congresso para a gravidade da situação.

A empresa pretende anunciar novos cortes, a fim de economizar cerca de US\$ 12 bilhões nos próximos anos. Também estão na mesa a aceleração da venda de ativos e aumento no preço interno da gasolina para auxiliar no caixa.

Quanto ao governo e ao Congresso, é preciso aceitar ampla revisão nas regras de exploração no pré-sal. A esta altura, todos já enxergam que não é viável manter a obrigatoriedade de a empresa ser operadora única e ainda participar com 30% dos investimentos.

Mesmo que tudo isso seja feito, não é claro que bastará para equilibrar as finanças. O mercado teme, justificadamente, que a solução tenha de passar por novo aumento de capital, ou seja, emissão de mais ações para trazer dinheiro e reduzir a relação entre dívida e geração de caixa.

Nesse caso, se não quiser ver sua participação na empresa diminuída, a União terá de colocar mais recursos no negócio. Como fazer isso no atual estado de penúria do Tesouro?

Fonte: Folha de S. Paulo, 14 de setembro de 2015

O editorial da Folha de S. de Paulo, de 14 de setembro de 2015, abordou o rebaixamento da nota da Petrobras, pela agência de risco, a oscilação do preço do petróleo no mercado internacional, dívida indexada ao dólar, em alta e mais uma vez defendeu as mudanças no formato partilha, propostas pelo projeto de Serra: “Quanto ao governo e ao congresso, é preciso aceitar ampla revisão nas regras de exploração no pré-sal. A esta altura todos já enxergam que não é viável manter a obrigatoriedade de a empresa ser operadora única e ainda participar com 30% de investimento”.

Figura 33 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 01 de novembro de 2015

Em 01 de Novembro de 2015, a matéria do *Caderno Mercado*, da FSP, com o título, “**Regra do pré-sal pode ser revista, afirma Levy**”, trouxe no texto a opinião de dois ministros e da Presidente da República:

“Ministro da Fazenda, Joaquim Levy disse que o governo pode rever a obrigatoriedade de a Petrobras ter participação de ao menos 30% no pré-sal... Em abril o ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, também citou a possibilidade de mudança na regra. A presidente Dilma Rousseff, porém, descartou mudanças no modelo. Projeto do Senador José Serra (PSDB-SP) libera a Petrobras de ser obrigada a participar de 30% dos campos”.

Figura 34 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S.Paulo, 5 de novembro de 2015.

Em 5 de novembro de 2015, o economista José Scheinkman, nascido no Brasil, formado nos EUA, onde é professor universitário, foi entrevistado pela Folha de S. Paulo. Ele criticou “atrasos” no pré-sal, a obrigatoriedade imposta pelos contratos de partilha, e o que ele avaliou como “desmonte” da capacidade de financiamento da Petrobras. “O pré-sal foi atrasado até um ponto que não é muito claro que ele seja aproveitável. E é um pouco tarde para rever a participação obrigatória da Petrobras”, diz Scheinkman.

Figura 35 – Mudanças no formato partilha, Folha de S. Paulo



Fonte: Folha de S. Paulo, 27 de novembro de 2015

Em 27 de Novembro de 2015, a matéria do *Caderno Mercado* com o título, **“Perda de receita com petróleo passa de 70% em cidades do RJ”**, trouxe a opinião de Aluizio dos Santos, prefeito de Macaé-RJ e Presidente da Ompetro, que também defende o fim da exigência da Petrobras como operadora única. "O cenário atual, é de grandes empresas terem de deixar o país, pela dificuldade de atuação no setor de petróleo e gás, caso a Petrobras se mantenha como operadora única”.

Conforme registrado, não foi encontrado debate sobre as diferenças entre os modelos concessão e partilha, mas apenas a desqualificação das exigências do formato partilha.

2.2.3.2 – Jornal O Globo

Destacamos a seguir as notícias, de junho a dezembro de 2015, com opiniões sobre as mudanças propostas pelo projeto de José Serra, para o formato partilha, nos contratos, incluindo também os editoriais, nos quais o grupo de comunicação manifesta sua opinião.

Figura 36 – Mudanças no formato partilha, O Globo

15 de Junho de 2015, Matutina, Opinião, página 11



Quatorze razões para ser uma líder única

FELIPE COUTINHO

A propriedade do petróleo é estratégica e sua produção deve ser compatível com o desenvolvimento da economia nacional e submetida ao interesse social. Ao petróleo e ao gás natural deve ser agregado valor, com o refino para a produção de derivados e na conversão para a produção de petroquímicos e fertilizantes. Com a renda petroleira, devemos investir em infraestrutura para a produção de energias renováveis visando à sustentabilidade e à resiliência da sociedade, nos preparando para o futuro. Para evitar que interesses privados se imponham aos interesses da maioria da população brasileira, a Petrobras deve liderar a produção do pré-sal na condição de operadora única.

A capacidade financeira da Petrobras é evidenciada pela competência no acesso aos créditos externos e internos. Fato evidenciado recentemente pela captação de US\$ 2,5 bilhões em títulos de dívida com vencimentos em 100 anos. Dispõe de reservas de mais de 30 bilhões de barris, produção atual de cerca de 2,8 milhões de barris de óleo equivalente por dia, além de 11 refinarias (mais uma em construção), três terminais de GNL, duas fábricas de fertilizantes. Isso em falar na liderança em mercado com grande potencial de crescimento de um dos mais importantes países do mundo.

Destaco 14 razões para identificar a liderança da Petrobras na exploração do pré-sal com o in-

teresse da maioria dos brasileiros:

1 — A Petrobras, como operadora única no pré-sal, possibilita maior controle social sobre a taxa de produção e evita a extração predatória.

2 — Evita o risco de fraude na medição da vazão do petróleo produzido e a consequente redução da fração partilhada com a União.

3 — Impede o risco de fraude na medição dos custos dos empreendimentos e da operação, custos que são contabilizados pela operadora e descontados do petróleo que é partilhado com a União.

A operação e a máxima participação da Petrobras nos consórcios permitem que a maior parcela do petróleo produzido seja propriedade da União

4 — Para viabilizar uma política industrial que fortaleça fornecedores locais de bens e serviços, em bases competitivas, além de promover tecnologias nacionais.

5 — Garante o desenvolvimento tecnológico e as decorrentes vantagens comparativas. A experiência operacional é essencial para garantir o contínuo aprendizado tecnológico.

6 — Para garantir tecnologia, capacidade operacional e financeira (veja exemplo recente do aporte da China de US\$ 10 bilhões) e liderar a produção, na medida do interesse nacional. No pré-sal, a produção alcançou 800 mil barris por

dia em tempo recorde.

7 — A Petrobras assumiu o risco exploratório e já fez enormes investimentos no pré-sal.

8 — A operação e a máxima participação da Petrobras nos consórcios permitem o acesso de maior parcela dos resultados econômicos aos brasileiros.

9 — Promove a geração de mais empregos de qualidade no Brasil.

10 — A operação e a máxima participação da Petrobras nos consórcios permitem que a maior parcela do petróleo produzido seja propriedade da União, garantindo vantagem geopolítica estratégica.

11 — Não há necessidade de novos leilões e de urgência no desenvolvimento de novos campos para atender e desenvolver o mercado interno.

12 — Hoje, os riscos são mínimos. A produtividade dos campos é alta e os custos são conhecidos pela companhia. Não há necessidade de partilhar riscos que já são bem conhecidos.

13 — A Petrobras é a companhia da indústria mundial do petróleo com melhores perspectivas futuras, em termos de reservas, da produção de petróleo e derivados e de garantia de acesso a mercados com potencial de crescimento.

14 — O petróleo não é uma mercadoria qualquer e não existe substituto potencial compatível para a produção de combustíveis líquidos, petroquímicos e fertilizantes. ●

Felipe Coutinho é presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras

Fonte: O Globo, 15 de junho de 2015.

No dia 15 de junho, O Globo publicou artigo de Felipe Coutinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, no qual ele teve a oportunidade de defender a estratégia do controle da produção do petróleo para o desenvolvimento, a competência da Petrobras para acesso a créditos internos e externos, diante de seu patrimônio, e enumerar 14 razões para manter a Petrobras como operadora única. Um contraponto bastante interessante, a todo o empenho editorial e ao espaço dado a vozes contrárias ao modo partilha. Apenas chamamos a atenção para a falta de destaque do artigo de Coutinho. A “Verdade e Política” de Paulo Guedes está no topo da página, as reflexões de Coutinho no pé da página, tão pouco o título colabora para chamar a atenção: “Quatorze razões para ser uma líder única”, não informa que se está falando sobre a Petrobras, energia e soberania, conforme imagem da página inteira da Figura 37.

Figura 37 – Mudanças no formato partilha, O Globo

15 de junho de 2015 **O GLOBO** **11**

PAULO GUEDES

Verdade e política

"A verdade é a política antes de tudo... e a política sempre se dá em nome da verdade política", escreve Guedes em sua coluna de opinião. "Mas a verdade política não é a verdade real, é a verdade que se constrói no jogo das ideias e dos interesses."

...mas o jogo das ideias e dos interesses... a verdade política não é a verdade real, é a verdade que se constrói no jogo das ideias e dos interesses. Mas a verdade política não é a verdade real, é a verdade que se constrói no jogo das ideias e dos interesses.

Como se dá a política em nome da verdade política?
Verdade e política
Como se dá a política em nome da verdade política?

"A verdade política não é a verdade real, é a verdade que se constrói no jogo das ideias e dos interesses. Mas a verdade política não é a verdade real, é a verdade que se constrói no jogo das ideias e dos interesses."

Não Rio mais, agora eu choro...

RICARDO MOURATI
 Com o anúncio da venda do Rio de Janeiro, o Brasil se despede de uma cidade que foi o coração do país. O Rio de Janeiro não é apenas uma cidade, é um símbolo de uma época, de uma cultura, de um modo de vida. A cidade que foi o berço da República, a cidade que viu nascer o Brasil moderno, a cidade que se tornou o maior polo econômico do país. Agora, com a venda para o grupo de investimentos chineses, o Rio de Janeiro se despede de um capítulo importante de sua história. O que será o futuro da cidade? Será apenas um pedaço de concreto e aço, ou será uma cidade que continue a crescer e a se desenvolver? O Rio de Janeiro não é apenas uma cidade, é um símbolo de uma época, de uma cultura, de um modo de vida. A cidade que foi o berço da República, a cidade que viu nascer o Brasil moderno, a cidade que se tornou o maior polo econômico do país. Agora, com a venda para o grupo de investimentos chineses, o Rio de Janeiro se despede de um capítulo importante de sua história. O que será o futuro da cidade? Será apenas um pedaço de concreto e aço, ou será uma cidade que continue a crescer e a se desenvolver?

Isa se despede do Rio de Janeiro, cidade que foi o berço da República. Agora, o grupo de investimentos chineses compra a cidade para o grupo de investimentos chineses.

Cultura da transgressão

CARLOS ALBERTO RIBEIRO
 O Brasil é um país de cultura de transgressão. Desde o samba, o carnaval, o futebol, até a música, o cinema, a literatura, o Brasil sempre foi um país que se recusou a se conformar com o que os outros consideravam como o padrão de civilização. A cultura de transgressão é uma forma de expressão que busca desafiar as normas estabelecidas e criar algo novo e único. É uma forma de arte que se alimenta da rebeldia e da vontade de fazer diferente. É uma forma de cultura que se orgulha de ser brasileira e de não se conformar com o que os outros consideravam como o padrão de civilização. A cultura de transgressão é uma forma de expressão que busca desafiar as normas estabelecidas e criar algo novo e único. É uma forma de arte que se alimenta da rebeldia e da vontade de fazer diferente. É uma forma de cultura que se orgulha de ser brasileira e de não se conformar com o que os outros consideravam como o padrão de civilização.

Quatorze razões para ser uma líder única

PAULO GUEDES
 A liderança é uma qualidade que pode ser ensinada, mas também pode ser descoberta. Há quatorze razões para ser uma líder única: 1. Ser autêntico. 2. Ser transparente. 3. Ser vulnerável. 4. Ser empático. 5. Ser corajoso. 6. Ser resiliente. 7. Ser curioso. 8. Ser humilde. 9. Ser generoso. 10. Ser paciente. 11. Ser firme. 12. Ser justo. 13. Ser honesto. 14. Ser apaixonado. Essas são algumas das características que fazem de uma líder única. Ser autêntico é ser quem você realmente é, sem tentar ser alguém que não é. Ser transparente é ser aberto sobre seus pensamentos e sentimentos. Ser vulnerável é admitir que você não sabe tudo e que precisa da ajuda dos outros. Ser empático é tentar entender o ponto de vista dos outros. Ser corajoso é ter a coragem de tomar decisões difíceis. Ser resiliente é ser capaz de lidar com a adversidade e se recuperar. Ser curioso é ter o desejo de aprender e descobrir coisas novas. Ser humilde é reconhecer que você não é perfeito e que precisa da ajuda dos outros. Ser generoso é estar disposto a ajudar os outros sem esperar nada em troca. Ser paciente é ser capaz de esperar e não se desesperar quando as coisas não acontecem da maneira que você quer. Ser firme é ser capaz de manter suas convicções e não se deixar levar pelos outros. Ser justo é ser capaz de tratar todos de maneira equitativa. Ser honesto é ser capaz de dizer a verdade, mesmo quando isso é difícil. Ser apaixonado é ter um forte senso de propósito e estar disposto a lutar por ele.

1 - Ser autêntico. 2 - Ser transparente. 3 - Ser vulnerável. 4 - Ser empático. 5 - Ser corajoso. 6 - Ser resiliente. 7 - Ser curioso. 8 - Ser humilde. 9 - Ser generoso. 10 - Ser paciente. 11 - Ser firme. 12 - Ser justo. 13 - Ser honesto. 14 - Ser apaixonado.

Fonte: O Globo, 15 de junho de 2015

Figura 38 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Para Pezão, partilha no pré-sal é ruim para o país

Senado aprova urgência para votar projeto que elimina exigência de Petrobras como operadora

ANDRÉ DE SOUZA
andru.souza@bbsb.oglobo.com.br
CRISTIANE JUNGBLUT
crisjung@bbsb.oglobo.com.br

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, voltou a defender mudanças no regime de partilha na exploração do petróleo do pré-sal. Ontem, em sessão tumultuada, o Senado aprovou a urgência para a votação do projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora do pré-sal e de ter pelo menos 30% de participação nos consórcios. Pezão defendeu a mudança e lembrou que a adoção da partilha, aprovada em 2010, foi ruim para o país.

— Eu acredito muito na Petrobras, mas acho que a empresa precisa tirar essa riqueza com parceiros. Eu acredito que esse regime mostra que a gente não vai conseguir tirar essa riqueza na velocidade que a gente precisa. Então eu me posicionei, como o ex-governador Sérgio Cabral já tinha se posicionado na época da discussão da mudança do regime. Eu acho que essa mudança não foi benéfica para o Brasil e principalmente para o Rio de Janeiro — afirmou o governador.

Pezão estima que os problemas na Petrobras resultaram em perdas de R\$ 13,5 bilhões ao estado. Em busca de novos recursos, ele se reuniu com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para tratar de



Tumulto. Funcionários da Petrobras que fizeram manifestação no plenário do Senado foram expulsos da sessão

investimentos no Rio, como a instalação de uma fábrica de carros elétricos da Nissan.

— A gente quer muito instalar a fábrica de carro elétrico. A Nissan quer trazê-la para o Rio. O meu apelo é que a gente acelere essa decisão. Ela é importantíssima neste momento de crise do setor automobilístico, vai ser uma base também de exportação essa fábrica no Estado do Rio. Meu principal pleito foi esse. E outras discussões sobre o Porto do Açu (...). Vai levar pleitos do estado para gerar emprego e renda no estado — afirmou Pezão.

Após tumulto entre sindicalistas e a oposição do PT, o Senado aprovou, em voto simbólico, a urgência para a votação do projeto. Mas o texto final só será votado no fim de junho, após audiência pública do Senado. O clima tenso começou cedo. Diante de singamentos, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), mandou esvaziar as galerias — o que deflagrou cenas de empurra-empurra e palavrões. Quatro pessoas foram detidas. Os manifestantes, do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo, saíram aos gritos de: “Entreguistas!”

Fonte: O Globo, 17 de junho de 2015

Em 17 de junho de 2015, o título da notícia no *Caderno Economia* informava a opinião do governador do RJ: “Para Pezão, partilha no pré-sal é ruim para o país”: “Acho que a empresa precisa tirar essa riqueza com parceiro...Eu me posicionei como o ex-governador Sérgio Cabral já tinha se posicionado na época da discussão da mudança do regime. Eu acho que essa mudança não foi benéfica...principalmente para o Rio de Janeiro”, Luiz Fernando Pezão, Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 39 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Opinião

Congresso tem chance de corrigir equívocos no petróleo

Depois do leilão do Campo de Libra, que, embora seja altamente promissor, foi arrematado pelo preço mínimo (já que apenas um consórcio apresentou proposta), esperava-se que o próprio governo tomasse a iniciativa de promover uma mudança nas condições de exploração de futuros blocos do pré-sal, estabelecidas em mais um momento de megalomania no segundo mandato do presidente Lula. Isso não aconteceu. Desde então, as cotações internacionais do petróleo recuaram significativamente, e as condições da economia brasileira se degradaram, amplificando o ambiente de desconfiança que passou a predominar entre os investidores.

Coube a um parlamentar de oposição, o senador José Serra (PSDB-SP), romper com essa

Depois do leilão do Campo de Libra, arrematado ao preço mínimo pelo único consórcio participante, esperava-se que o próprio governo buscasse mudar as regras do setor

inércia submetendo ao Congresso um projeto de lei que altera dois pontos relevantes dessas regras. Se aprovado, a Petrobras não teria mais a obrigação de ser a operadora única dos blocos do pré-sal e nem ter uma participação compulsória nos consórcios de pelo menos 30%. Sem tais amarras, a empresa teria liberdade de escolha dos eventuais sócios, assumindo compromissos de investimentos compatíveis com a sua realidade financeira.

O projeto do senador não restabelece o regime de concessões para a exploração do pré-sal, mantendo o modelo de partilha de produção. É no mínimo discutível se a partilha é o regime mais adequado, mas a adoção de critérios flexíveis já seria um avanço, pois poderia atrair mais grupos para investir no pré-sal. O modelo de concessões já foi intensamente testado no país e mostrou-se exitoso. Portanto, deveria substituir o de partilha no pré-sal. Mas é melhor se avançar no que é politicamente possível no momento do que ficar dando voltas em círculos.

Muitas das premissas que nortearam as diretrizes governamentais para a indústria do petróleo nos últimos anos se baseavam em cotações elevadas, acima de US\$ 100 o barril, e em um mercado bastante aquecido, com dificuldades para contratações de equipamentos e

serviços. Esse quadro mudou radicalmente, as margens de ganhos se estreitaram e já não há gorduras que possam compensar os menos eficientes das cadeias produtivas. Assim, as exigências de conteúdo local também deveriam ser revistas ou adaptadas à realidade, concentrando-se esforços nos segmentos que vêm apresentando bons resultados ou naqueles em que a indústria considera bem mais vantajosa a proximidade geográfica com os fornecedores. A entidade que representa o setor (Instituto Brasileiro do Petróleo) recentemente preparou um estudo com propostas nesse sentido, mas a ANP, o órgão regulador, certamente por orientação do governo, ignorou essas recomendações ao definir as regras da próxima rodada de licitações de blocos para exploração de petróleo e gás no Brasil. Deveria repensar. ■

Fonte: O Globo, 21 de junho de 2015

No editorial do dia 21 de junho de 2015, o Grupo Globo fez a defesa da votação do projeto de José Serra para implementação das mudanças no modo partilha para “corrigir equívocos”, segundo eles.

Figura 40 – Mudanças no formato partilha, O Globo

O país precisa rever a questão da Petrobras como operadora única, além da política de conteúdo local, pois a indústria nacional não tem como atender às exigências impostas hoje. A Petrobras não tem como arcar com o custo de ser operadora única no pré-sal. Ou divide a operação, ou não vai ter pré-sal algum. São esses os dilemas que temos de enfrentar, em vez de baixar a cabeça para a crise. Se a indústria do petróleo for bem, Macaé irá bem e o Brasil melhor ainda. ●

Aluizio dos Santos Júnior é prefeito de Macaé

Fonte: O Globo, 29 de junho de 2015

Em 29 de junho de 2015, o prefeito de Macaé fez coro com o discurso de O Globo contrário ao modo partilha: “Petrobras não tem como arcar com custo de ser operadora única no pré-sal”.

Figura 41 – Mudanças no formato partilha, O Globo

01 de Julho de 2015, Matutina, Opinião, página 16

O GLOBO

Opinião

Petrobras abandona delírio e entra na fase realista

Acabou a fase do delírio. Às voltas com um endividamento excessivo, a Petrobras terá de andar com as próprias pernas por um bom tempo, sem depender tanto de recursos de terceiros. Nos próximos anos, a companhia terá de se financiar com os resultados dos próprios negócios, e isso significa que terá de se concentrar nos projetos que lhe assegurem rentabilidade e retorno mais rápidos.

Sob esse prisma, é compreensível que a Petrobras tenha revisado seu plano de negócios até 2019 com um corte de 37% sobre a programação anterior. A estatal investirá o equivalente a US\$ 130,3 bilhões, 83% dos quais direcionados para as áreas de exploração e produção. E, ainda nesse caso, a preferência recairá sobre campos descobertos no pré-sal e que estão sendo

As inversões ainda serão altas, apesar do corte de 37%, e é forte sinal do abandono da ideologia a venda de ativos, o que significa que o PT privatizará parte da empresa

preparados para produzir.

Mesmo com o corte de 37%, os investimentos do plano de negócios serão suficientes para movimentar toda a cadeia produtiva do petróleo, com uma média anual de US\$ 26 bilhões e mensal de quase US\$ 2,2 bilhões.

É alentador que a empresa tenha posto de lado a ideologia e assumido uma atitude pragmática. A forma mais eficaz para se reduzirem os níveis de endividamento é a alienação de

ativos, materiais ou não. A Petrobras tem em seu portfólio campos de petróleo que não se encaixam mais na estrutura de indústrias pesadas, mas que podem atrair o interesse de investidores menores. Manter participações ou controle de unidades fora do foco central faria sentido em uma companhia altamente capitalizada, que precisa se diversificar, e esse não é o caso hoje da estatal. Dos US\$ 130 bilhões de investimentos programados, quase a metade poderá vir da alienação de ativos, viabilizando assim seu plano de negócios. Resta a ironia de ser num governo do PT que parte da estatal será privatizada.

Entre as premissas para execução desse plano, a Petrobras considera que o governo não vai mais impor à companhia uma política irresponsável para os preços dos combustíveis.

Preços internos alinhados aos internacionais são uma pré-condição para que o Brasil consiga atrair investidores e parceiros para a própria Petrobras, nos segmentos de abastecimento e distribuição de combustíveis.

Essa revisão do plano de negócios da Petrobras é também uma oportunidade para o governo reavaliar a política de conteúdo local, separando o que deu errado do que está caminhando bem. Bem como é necessário acabar com a participação compulsória da estatal em um terço de todos os consórcios no pré-sal. Sequer há dinheiro para o delírio. Não executar a mudança significa retardar a exploração das áreas.

O ideal é fazer o desmonte do modelo de partilha e seus complementos, como o monopólio na operação no pré-sal, outra ideia estatista inexecutável. ●

Fonte: O Globo, 01 de julho de 2015

Em editorial de 01 de julho de 2015, O Globo, entre outras coisas, defendeu ser uma oportunidade para rever a política de conteúdo local e necessário acabar com a obrigatoriedade dos 30% da Petrobras, declara ser ideal o desmonte do modelo de partilha.

Figura 42 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Tema em discussão

Mudança nas regras de exploração do pré-sal

Nossa opinião

Modelo deformado

É verdade que o petróleo não é um segmento como qualquer outro da economia. Um cartel formado por países exportadores, concentrados especialmente no Oriente Médio (região do planeta que vive sob permanente estado de tensão ou conflito), controla mais da metade da oferta de óleo cru no mercado internacional, influenciando a formação de preços.

Petróleo e carvão ainda respondem por mais da metade energética no mundo. Essa dependência em relação a esses combustíveis fósseis está por trás de muitas questões geopolíticas que parecem incompreensíveis se vistas de fora. Companhias estatais detêm também parte considerável das reservas de petróleo.

Em função dessas características, o Brasil, com suas dimensões continentais e grande população, mantém uma companhia estatal para o petróleo, a Petrobras. A empresa nasceu monopolista, embora nos anos 1980 o país impusesse todo o petróleo de que necessitasse. Uma contradição para uma nação carrega de capital.

Tal distorção, fruto de uma visão obtusa no passado, somente foi corrigida em 1995, por meio de uma emenda constitucional (o monopólio, definido originalmente apenas em lei, fora inserido como artigo na Constituição de 1988) que possibilitou a abertura do mercado brasileiro, sem discriminação da origem do capital. A abertura fez com que a Petrobras a ser mais competitiva e também daria a oportunidade para a empresa fazer parcerias, in-

tercambiar tecnologias e remunerar mais adequadamente seu corpo técnico.

O modelo estava cambiando bem até que o governo do PT, após as descobertas do pré-sal, resolveu retroceder vários passos. Conseguia que o Congresso mudasse o modelo de exploração, adotando a partilha da produção no lugar das concessões. E estabeleceu a velha concepção do monopólio, ao tornar obrigatório que, nesse modelo, a Petrobras fosse o operador única com participação de pelo menos 30% no negócio vencedor da licitação.

Por essa mudança, a Petrobras perdeu a opção de escolher sócios e investimentos que lhes fossem mais apropriados em futuros blocos do pré-sal.

Se o governo decidisse hoje licitar um novo campo no pré-sal, isso seria trágico para a Petrobras, que está com sua capacidade limitada por um encolhimento excessivo. Para cumprir o que determina a legislação, seria de se destacar de outros projetos, que agora concentram suas produções.

Assim, em favor da Petrobras e do próprio país, é preciso corrigir novamente essa distorção. A companhia não pode ser obrigada a participar de um consórcio que não seja de sua escolha e nem ser a operadora se essa não for a melhor opção para seus negócios.

Pelas regras que existiam antes de o governo do PT mudar o modelo, o Brasil já tinha controle absoluto sobre a política de exploração e produção do petróleo. E isso é o que importa, considerando-se as especificidades desse segmento. ■

Outra opinião

Ações entreguistas

SIBÁ MACHADO

Mais uma vez, os interesses nacionais são ameaçados por entreguistas sintorizados com grupos estrangeiros. Com a ajuda de seus propósitos, petrolíferos estrangeiros tentam pôr suas garras nas jazidas do pré-sal. O PSDB, por intermédio do senador José Serra (SP) e do deputado Jurely Magalhães (BA), quer trocar o regime de partilha pelo de concessão, adotado no governo FHC com o objetivo de atender aos interesses de petrolíferos estrangeiros.

É o mesmo PSDB que atacou o RNDIS por empregar a empresas brasileiras que exportam serviços de engenharia e geram empregos e renda no Brasil. A sede de entregar as riquezas nacionais está no DNA de certas elites brasileiras. É muito o que está em jogo, e isso ajuda a entender a intensidade dos ataques do PSDB contra a Petrobras.

As jazidas do pré-sal valem entre US\$ 8,3 trilhões e US\$ 20 trilhões. É uma riqueza que pertence ao povo brasileiro. Garantir, nas próximas décadas, pelo menos R\$ 1,3 trilhão para as áreas de educação e saúde.

Retirar a obrigatoriedade de participação da Petrobras em ao menos 30% nos consórcios de exploração do pré-sal é recuar no tempo e aplicar a política colonial de atender à metrópole em detrimento do país, como se o Brasil estivesse condenado a ser eternamente periférico, com o destino ditado pelas nações centrais.

Crítica-se a Petrobras por ser uma política de apropriação de alguns funcionários. Mas os que cometeram muitos erros políticos, e os necros

ses desviados, desviados. Uma nova governança da estatal está em pleno curso. Deixar que a estatal seja capaz de explorar o pré-sal no regime exclusivo é um erro grave da oposição. Com os investimentos já realizados e os que estão em curso, a Petrobras está produzindo 5,2 milhões de barris em 2015, o que tornará o Brasil autossuficiente e um dos maiores exportadores mundiais de petróleo.

O pré-sal, sob o regime de partilha, é o passaporte para o Brasil resolver suas históricas mazelas sociais. É uma oportunidade única que tem de impulsionar nosso desenvolvimento econômico e social.

Mudar o sistema de partilha significa abrir mão de uma riqueza nacional para beneficiar empresas estrangeiras. A propriedade do petróleo é estratégica e sua produção deve ser compatível com o desenvolvimento da economia nacional e submetida ao interesse social. Para evitar que interesses privados se imponham aos interesses da maioria da população brasileira, a Petrobras deve liderar a produção do pré-sal na condição de operadora única.

A estatal é uma empresa símbolo da nacionalidade e de nossa capacidade de realização. Não pode ser objeto de ações entreguistas por parte da oposição, que, na falta de propostas concretas para o país, inventa, distorce e ataca a estatal. No sistema de partilha implementado pelos governos petistas priorizamos o interesse nacional e de todo o povo brasileiro, tendo por mote "O petróleo é nosso!" ■

Sibá Machado é deputado federal (PT-AC)

Fonte: O Globo 13 de julho de 2015.

No dia 13 de julho, o editorial do jornal O Globo trouxe a opinião do veículo, contrária ao formato partilha, espelhada com a opinião do deputado do PT Sibá Machado defendendo o modo partilha. Com o título “Modelo deformado”, o Globo afirmou que o monopólio era uma visão obtusa que foi corrigida, e chamou o formato partilha de retrocesso que precisava ser corrigido novamente. Em contraponto, o artigo do deputado Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores, afirmou que o projeto de José Serra visava atender aos interesses de petrolíferas estrangeiras, que as jazidas do pré-sal valiam entre US\$8 e US\$20 trilhões e que ao menos R\$ 1 trilhão, desse patrimônio dos brasileiros, seria destinado à educação e saúde. O deputado apontou também que o país estava diante de uma oportunidade única de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, que a propriedade do petróleo era estratégica e sua produção deveria ser compatível com o desenvolvimento da economia nacional e submetida ao interesse social.

Figura 43 – Mudanças no formato partilha, O Globo

O petróleo e as moedas imaginárias

JOSÉ SERRA

O traço mais preocupante do governo Dilma não é o de cometer erros em série: é o de querer preservá-los com a paixão que um entomologista dedica à sua coleção de besouros mortos. Confirma esse juízo a declaração do ministro da Educação, feita por vídeo no Facebook, de que meu projeto sobre o pré-sal retiraria recursos da área.

A Petrobras foi quase arruinada pelas administrações petistas, apesar da competência de seus técnicos, da sua liderança na exploração em águas profundas e da notável riqueza contida no pré-sal. No duelo titânico que infelicitou a empresa, a péssima gestão conseguiu superar as lambanças. As perdas com o controle oportunista de preços e os projetos aloprados das novas refinarias chegam a R\$ 140 bilhões. Como eu disse no plenário do Senado: recuperar a Petrobras é hoje uma tarefa patriótica.

A dívida da companhia é de R\$ 340 por barril de petróleo produzido, enquanto a média das grandes petroleiras mundiais é de R\$ 60. Entre 1997 e 2010, sob o regime de concessão introduzido no governo FHC, a produção da Petrobras cresceu 2,5 vezes, de 800 mil para 2 milhões de barris/dia. Desde 2010, quando foi aprovado o regime de partilha, o aumento foi de píffos 18%, apesar de a companhia ter recebido a maior capitalização da história e ter contraído uma dívida equivalente a cinco vezes a sua geração anual de caixa, índice insustentável pelos padrões internacionais. A atual diretoria não restou senão promover imensos cortes nos investimentos e reduzir em 1/3 a meta de produção para 2020.

É triste que o óleo do pré-sal continue adormecido por mais algumas eras geológicas, enquanto o desemprego e o subemprego avançam em ritmo galopante no Brasil. Em anos recentes, a indústria do petróleo respondia por 13% do PIB! Imagine-se o efeito devastador da crise do setor nos estados e municípios diretamente ligados à extração do produto.

Por isso tudo, para ajudar a recuperação da Petro-

bras, atrair investimentos para o pré-sal e reanimar um foco poderoso de dinamização do conjunto da economia, apresentei um PL, projeto de lei, logo no início do meu mandato. Sua configuração é singela: remove a obrigatoriedade — só isso — de a Petrobras ser a operadora única do pré-sal e bancar no mínimo 30% de todos os investimentos nessa área. São encargos que a empresa não suporta no estado em que foi deixada pelos governos Lula-Dilma.

Mas o fato é que dirigentes petistas não param de dizer falsidades sobre o projeto. Afirmaram até que o PL alteraria os critérios de conteúdo nacional dos investimentos da Petrobras, bem como o modelo de partilha e as regras de distribuição de royalties, do Fundo Social e da parcela destinada à educação! Tudo falso! A maior densidade de mentiras já proferidas por centímetro escrito de um projeto de lei.

Mais ainda: omitiram que o PL não retira da companhia a faculdade de participar, quando e como quiser, da exploração do pré-sal. Livra-a, portanto, de um ônus sem lhe retirar qualquer bônus. Bônus? Claro que sim: permanece inalterado o art. 12 da Lei nº 12.351, que dá ao chefe do Executivo a prerrogativa de conceder à companhia — sem licitação e por decreto — a exploração integral de qualquer campo, se for do interesse nacional. Se um novo Kuwait for descoberto hoje no pré-sal, a exploração poderá ser concedida amanhã diretamente à Petrobras.

O governo escamoteia também o fato de que outra empresa estatal, a Pré-Sal Petróleo S/A, tem presença obrigatória em todos os consórcios. Essa empresa deve, entre outras atribuições: “avaliar, técnica e economicamente, os planos de exploração e monitorar e auditar a execução de projetos de exploração e dos custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção”. Alguém acha isso pouco? Lembre então do peso da ANP - Agência Nacional do Petróleo, que permanece intacto.

O último espantelho foi brandido — vejam só — pelo ministro da Educação. Se nada sabia sobre o tema, cabia estudá-lo antes de lecionar a respeito. Alegou, sem qualquer fundamento técnico, que o

meu projeto “faz com que 75% dos royalties que iam para educação deixem de ir para este tão nobre fim”. É mesmo? Como? O único campo do pré-sal já licitado pelo método da partilha é o de Libra, cujo operador único é a Petrobras, dentro das regras atuais. Mas como ela não terá nenhuma condição de investir em novos campos nos próximos anos, não teremos aumentos de produção nem, por consequência, de royalties e outras receitas para a área social.

Circula ainda uma versão pretensamente sofisticada desses disparates. Afirma-se que o custo de produção da Petrobras é sempre mais baixo do que o das outras petroleiras. Por isso, a parcela da educação no Fundo Social seria maior se a exploração ficasse exclusivamente com a nossa estatal, já que a receita do Fundo depende do saldo entre valor e custo da produção. Mesmo que essa diferença de custos fosse empiricamente verificável, o que não é o caso, o argumento não faria sentido, pois se baseia em uma produção que não existirá, dada a incapacidade atual da Petrobras de participar de novos leilões. O aumento no ritmo da exploração só pode se dar com mudança na lei, isto é, se meu PL for aprovado.

Sabe o leitor que a diretoria da empresa cogita vender 1/4 de sua participação no próprio consórcio de Libra, que será reduzida de 40% para 30%? E que, na mesma direção, diminuiu a estimativa de produção para 2020 em 500 milhões de barris? Isso, sim, vai comprometer as transferências à educação, por reduzir os royalties e o dinheiro do Fundo Social!

Enquanto o governo e seu ministro anseiam por dotar a educação com receitas imaginárias de petróleo, as verbas reais destinadas ao ensino vão sendo cortadas. O que me faz repetir o alerta do economista italiano Vilfredo Pareto ao filósofo Benedetto Croce: “É preciso distinguir uma moeda de ouro de uma moeda imaginária; e se alguém afirmasse que não há diferença, proporia uma simples troca: eu lhe dou moedas imaginárias em troca de moedas de ouro”. ●

José Serra é senador (PSDB-SP)

Fonte: O Globo, 23 de julho de 2015

Em 23 de julho, o Senador José Serra teve um artigo seu publicado em O Globo: “O petróleo e as moedas imaginárias”. Atribuiu a dirigentes petistas, falsidades sobre seu projeto de lei, que operava modificações no modo partilha. Afirmava que o Ministro da Educação não tinha conhecimento técnico, quando afirma que seu projeto iria impedir que “75% dos royalties” deixariam de ir para a educação. Garantiu que a Petrobras só teria capacidade de investir em novos leilões, caso seu projeto de lei fosse aprovado.

Figura 44 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Projeto de Serra é motivo de confusão e bate-boca

Proposta libera Petrobras de ter fatia de 30% em todos os investimentos de exploração do pré-sal

MARIA LIMA
marlima@bsb.globo.com.br

BRASÍLIA. Muito bate-boca e confusão marcaram, ontem, a segunda reunião da comissão especial criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para debater o projeto de lei que desobriga a Petrobras de participar, com 30%, dos projetos de produção de petróleo na camada pré-sal. Contrários à proposta, governistas liderados pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) abandonaram a comissão em protesto contra as indicações feitas por Renan e a proibição da entrada de sindicalistas da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Ao sair da comissão, o autor do projeto, senador José Serra (PSDB-SP), foi cercado por sindicalistas aos gritos de “entreguis-

ta” e “senador, não entrega não, recursos da saúde e educação”.

— Dizer que tira verba da educação é uma aberração. É uma bobagem de quem formula esse argumento e ignorância de quem protesta. O projeto só tira a obrigatoriedade da Petrobras de participar com 30% dos investimentos nos projetos de exploração do pré-sal. Isso neste momento em que a empresa enfrenta problemas gravíssimos, é uma trava para a exploração — disse Serra.

O projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e estava na pauta do plenário. Inconformado e muito exaltado, o senador Lindbergh Faria (PT-RJ) abandonou a comissão e foi ao plenário denunciar que Renan havia rejeitado as indicações de Humberto Costa (PT-PE), Telmário Miranda (PDT-AP) e Fátima Bezerra (PT-RN), e desrespeitado um habeas corpus obtido no Supremo Tribunal Federal, que garantia a entrada dos sindicalistas da FUP. ●

Fonte: O Globo, 13 de agosto de 2015

Em 13 de agosto de 2015, a notícia do *Caderno Economia* informava que “Projeto de Serra é motivo de confusão e bate-boca”, mas não traz as opiniões contrárias em ordem direta, nem em detalhes e publicou a opinião de Serra: “Dizer que tira verba da educação é uma aberração...O projeto só tira a obrigatoriedade da Petrobras de participar com 30% ...nesse momento que a empresa enfrenta problemas é uma trava para a exploração”, José Serra, Senador, autor do projeto em discussão.

Figura 45 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Opinião

AO CONTRÁRIO

ASSIM COMO no universo da vida política mais valem as versões que os fatos, no mundo das ideologias impera a cegueira do sectarismo.

ISSO EXPLICA a oposição radical de setores do PT, e do sindicalismo ligado ao partido, ao projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que desobriga a Petrobras de deter 30% de todos os consórcios na área do pré-sal.

ORA, A medida favorece a estatal e o país. Em fase de forte aperto de cintos, a empresa precisa ter liberdade para entrar apenas nos consórcios mais promissores. Nem dinheiro, aliás, ela tem para cumprir a norma dos 30% cativos.

E ASSIM está decretado o congelamento da exploração do pré-sal, outrora considerado "o passaporte do Brasil para o futuro".

Fonte: O Globo 14 de agosto de 2015

Em 14 de agosto de 2015, mais uma vez o Grupo Globo declarou sua opinião favorável ao projeto de José Serra, desta vez, feita fora do espaço do editorial. Para o veículo, a oposição às mudanças é exercida por setores do PT e pelo sindicalismo ligado ao partido, porque “no mundo das ideologias impera a cegueira”. Na opinião do jornal, as mudanças propostas pelo projeto de Serra favorecem a Petrobras e o Brasil, e afirma que a estatal não tem dinheiro para cumprir os 30% obrigatórios.

Figura 46 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Avança projeto que acaba com exclusividade da Petrobras no pré-sal

Proposta que vai ao plenário do Senado elimina exigência de estatal ter 30%

DANILO FARIELLO
daniio.fariello@bsb.oglobo.com.br
CRISTIANE JUNGBLUT
crisjung@bsb.oglobo.com.br

BRASILIA— O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), acolheu pedido do senador Otto Alencar (PSDB-BA) e encerrou a comissão especial criada para debater o

projeto de lei de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que derruba a exigência de a Petrobras atuar como operadora única dos campos do pré-sal. Com isso, o texto segue para votação no plenário, como desejavam os parlamentares favoráveis ao fim da exigência de participação mínima de 30% da estatal nessas áreas.

Os governadores do Rio, Luiz Fernando Pezão, e do Espírito Santo, Paulo Hartung, foram à Brasília participar da sessão. Mas, pela terceira vez consecutiva, a reunião foi cancelada por falta de quórum.

Segundo Alencar, a Petrobras enfrenta dificuldades para explorar poços maduros e do pré-sal, com falta de liquidez. Com o fim a exigência de participação mínima da Petrobras nos campos do pré-sal, empresas privadas que atuam no setor poderão também ser operadoras (líderes de consórcios).

— Este momento não é momento de discutir ideologia do “petróleo é nosso”. Eu sou totalmente favorável ao monopólio da Petrobras, mas não para ela deixar de explorar e deixar de dar oportunidade

para as empresas privadas explorarem — diz Alencar.

Após se reunir com o presidente do Senado, Pezão defendeu a aprovação do projeto. Na visão do governador, a Petrobras não tem condições de, sozinha, fazer a exploração.

PEZÃO: ‘SOZINHA, NÃO HÁ COMO’
Ele disse que várias empresas têm interesse em participar da operação e bastará o Senado aprovar as novas regras e dar segurança jurídica aos empresários. Apesar das denúncias de corrupção na estatal, Pezão fez uma defesa da estatal, afir-

mando que ela não pode ser julgada por 30 a 40 pessoas que passaram por lá. Segundo ele, é preciso pensar nos empregos e revitalizar o mercado do petróleo.

— A Petrobras precisa de US\$ 1 trilhão para tirar o resto do petróleo. Sozinha, não vai conseguir tirar. Não há como. O país não pode ficar esperando, os estados e municípios que têm royalties para receber (não podem ficar esperando). E há a atividade econômica. Trazendo novos parceiros, pode ter a alavancagem do país de novo e da própria Petro-

bras — afirmou o governador do Rio. — Não se pode ficar lá vendo os empregados dos estaleiros sendo demitidos, a tecnologia toda indo embora. Muitos parceiros estão interessados. Vai vir o mundo inteiro, porque estamos aqui num regime democrático e com regras claras. Agora, é botar as regras claras e ir para o mercado.

A data da votação do projeto de lei no plenário do Senado dependerá, agora, do presidente da Casa, Renan Calheiros. O relator é o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). ●

Fonte: O Globo, 27 de agosto de 2015

Em 27 de agosto de 2015, O Globo noticiou “Avança projeto que acaba com exclusividade da Petrobras no pré-sal”. Os atores ouvidos eram favoráveis às mudanças. O

senador Otto Alencar opinou “não é o momento de discutir ideologia do ‘Petróleo é nosso’”, declarou que era a favor do monopólio, mas não para deixar de explorar e impedir que empresas privadas o explorem. O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, estava convicto de que a Petrobras precisaria de “US\$ 1 trilhão, para tirar o resto do petróleo, sozinha não vai conseguir retirar”, afirmou. Pezão declara que está preocupado com os empregos e os royalties.

Figura 47 – Mudanças no formato partilha, O Globo

SERRA PEDE PRIVATIZAÇÃO DA BR
 No Rio, o senador José Serra (PSDB-SP) defendeu a privatização da BR Distribuidora, da Transpetro e da Gaspetro — mantendo, porém, a maioria das ações em poder da Petrobras. Em palestra sobre o futuro do pré-sal na Câmara de Comércio Americana, Serra disse acreditar que, em breve, será votado no Congresso o projeto de lei de sua autoria que propõe mudanças na lei da partilha, retirando da Petrobras a obrigatoriedade de ser operadora única nos campos do pré-sal e de ter no mínimo 30% de participação em todos os campos. Serra disse acreditar que seu projeto será votado no Congresso em dois meses.

— Não tem cabimento a Petrobras fazer óleo de mamona, ela tem de produzir petróleo. A Petrobras está vendendo ações da Gaspetro a preços de banana. Era muito melhor vender o controle e ficar com a maioria das ações, isso fortalece a empresa — destacou Serra.

O senador disse acreditar que, apesar da recente turbulência nos mercados financeiros, haveria investidores interessados no controle acionário dessas empresas.

Serra afirmou ainda que as perdas da Petrobras com a má gestão dos últimos anos chega a US\$ 150 bilhões. Dentre os maus negócios feitos pela estatal, o senador citou os projetos das refinarias Abreu e Lima, e Premium 1 e 2, além do Comperj e da compra de Pasadena.

Participaram do debate ainda Oswaldo Pedrosa, presidente da PPSA, estatal responsável por coordenar os contratos de partilha, e o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Jorge Camargo. Ele disse que, enquanto no mundo os investimentos na exploração do petróleo deveriam chegar a US\$ 650 bilhões, no Brasil seriam investidos apenas US\$ 30 bilhões. Para Camargo, o fato de a Petrobras ser a operadora única é um dos entraves. ●

Fonte: O Globo, 28 de agosto de 2015

Em 28 de agosto de 2015, o senador José Serra e Jorge Camargo, do IBP, defenderam o projeto de Serra, com mudanças no modo partilha, no O Globo. Jorge Camargo viu a Petrobras operadora única como entrave aos investimentos.

Figura 48 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Opinião

SINAL

A INAÇÃO perante o rebalsamento da nota de risco será desastrosa. No caso do Brasil, a perda do “grau de investimento” força governo e Congresso a fazerem um ajuste fiscal de fato, e pelo corte de despesas.

JÁ NA questão da Petrobras, importante resposta pode ser dada pelo Legislativo, com a aprovação do fim da participação compulsória da estatal em todos os consórcios do pré-sal.

SINALIZARÁ QUE a empresa não será obrigada a empatar dinheiro — que, por sinal, não tem — em investimentos no pré-sal menos promissores. Será boa notícia para acionistas e credores.

Fonte: O Globo, 12 de setembro de 2015

Em 12 de setembro de 2015, em função do rebaixamento da nota da Petrobras, O Globo mais uma vez defendeu mudanças no formato Partilha: “Na questão da Petrobras, importante resposta pode ser dada pelo legislativo, com a aprovação do fim da participação compulsória da estatal em todos os consórcios do pré-sal... Será boa notícia para acionistas e credores.”

Figura 49 – Mudanças no formato partilha, O Globo



Fonte: O Globo, 17 de setembro de 2015

O título de um box no jornal O Globo de 17 de setembro de 2015 chamou a atenção: “Em entrevista ao MST, Chico defende Petrobras”. A notícia foi reproduzida do Blog do Moreno; em entrevista, após partida de futebol com o MST, é perguntada a opinião do cantor sobre o projeto de José Serra, que prevê mudanças no sistema partilha do pré-sal. Chico respondeu que não acreditava que o projeto passe no Senado. “Há uma cobiça permanente em torno da Petrobras...” declarou.

Figura 50 – Mudanças no formato partilha, O Globo

ENTIDADES PEDEM FIM DO MONOPÓLIO NO PRÉ-SAL

Enquanto a estatal busca reorganizar as contas, ontem, 23 associações do setor de petróleo se reuniram para enviar ao governo novas propostas para o setor. A principal delas, segundo Eloi Fernández y Fernández, diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), é o fim da Petrobras como operadora única do pré-sal. Ele destacou, ainda, mudanças na política industrial para o setor, com regras mais simples de conteúdo local e regularidade de leilões de blocos de exploração. Para Fernández, o fim da obrigação da Petrobras como operadora no pré-sal é importante para viabilizar novos leilões na área e evitar que a rede de fornecedores trabalhe com apenas um único cliente. ●

Fonte: O Globo, 07 de outubro de 2015

Em 07 de outubro de 2015, matéria do *Caderno Economia* informava a partir do intertítulo, “**Entidades pedem fim do monopólio no pré-sal**”, que: “...23 associações do setor do petróleo se reuniram para enviar ao governo nova proposta. A principal delas, segundo Eloi Fernandez Y Fernandez, diretor da ONIP²⁰ - Organização Nacional da Indústria do Petróleo, o fim da Petrobras como operadora única do Pré sal, para evitar que a rede de fornecedores trabalhe com um único cliente.”

Figura 51 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Opinião

Governo deixa Petrobras à beira do abismo

O tempo passa e a Petrobras não se move. Submersa em gestão temerária e corrupção durante o período Lula, a administração da maior empresa estatal do país virou tema de um folhetim policial no governo Dilma Rousseff.

Sua produção estagnou na faixa dos 2,8 milhões de barris diários; a receita entrou em declínio também por efeito da queda à metade dos preços do petróleo, em comparação com os valores de 2014; o endividamento em moeda estrangeira ascende a US\$ 100 bilhões; e a companhia já não consegue renovar créditos, porque foi banida do mercado.

Dilma, reeleita, sinalizou uma faxina na empresa e mudanças na política setorial. No Congresso, alguns partidos aliados do governo e da oposição uniram-se na reavaliação do “mo-

O tempo passa, o governo não mexe no seu irrealista ‘modelo’ de partilha, e a Petrobras, sem crédito e sem caixa, continua próxima ao precipício

delo” de partilha da produção, adotado para o pré-sal numa conjuntura em que a Petrobras era outra companhia — tinha caixa, crédito, gastava menos dinheiro com exércitos de advogados e menos tempo e energia com problemas em tribunais do Brasil e do exterior.

O tempo passou, porém quase nada foi feito. Por fé ideológica, o governo resolveu manter o seu irrealista “modelo” de partilha, com monopólio da Petrobras na operação e imposição

do controle de 30% de todos os consórcios.

A cúpula da empresa, por sua vez, manteve-se refém de um outro “modelo”, o político: cumpre ordens de Brasília enquanto, tacitamente, compõe interesses corporativos com os da nomenclatura sindical, usufrutuária de benesses por se alinhar ao partido do governo, o PT.

Da lassidão surgiu a atual greve de petroleiros, organizada em torno de uma “pauta política”, com efeito vinculante sobre “um novo acordo coletivo”, conforme a federação dos petroleiros.

Nele, essa burocracia beneficiária da gestão política que conduziu a Petrobras ao abismo pretende decidir o rumo da empresa controlada pelo Estado, à margem da vontade da coletividade, acionistas e representados no Legislativo.

Sob o silêncio obsequioso do governo e da direção da empresa, exigem que a Petrobras “as-

suma o interesse em permanecer como operadora única do pré-sal”, conforme a atual lei da partilha. E mais: compromisso de não realizar “qualquer abertura de capital” da BR Distribuidora, incorporação “integral e imediata” das subsidiárias Transpetro e Aracária Nitrogenados, “manutenção e/ou ampliação” das atividades de exploração e produção no país e preservação da política de conteúdo local.

Fosse privada, a Petrobras já estaria em concordata, devido ao cardápio de malfeitos lulopetistas. Sem realismo sobre o seu papel (o ideal seria o retorno ao exitoso formato de concessões), não se realizam leilões para o pré-sal, porque a estatal não consegue participar. Assim, não entra dinheiro no caixa, não há crédito e o endividamento se multiplica. A Petrobras está à beira do precipício. ●

Fonte: O Globo 11 de novembro de 2015

Em 11 de Novembro de 2015, na opinião do Grupo Globo, sobre a Petrobras, “a companhia já não consegue renovar créditos porque foi banida do mercado... Por fé ideológica o governo resolveu manter o irrealista “modelo” de partilha... não realizar abertura do capital da BR Distribuidora... preservação de conteúdo local... a Petrobras está à beira do precipício”.

²⁰ “Organização Nacional da Indústria do Petróleo nasce em 1999. A ONIP vem para ser a voz das empresas instaladas no Brasil com atividades nos diversos elos da cadeia de valor de óleo e do gás.” Informações disponíveis no site: < <https://www.onip.org.br/institucional/apresentacao> >. Acessado em 18/03/2020.

Figura 52 – Mudanças no formato partilha, O Globo

Empresários esperam leilão de áreas do pré-sal em 2016 para atrair investimentos

Ao menos 20 blocos contíguos a campos em exploração têm 2 bilhões em reservas de óleo e gás

Empresários do setor de petróleo esperam que mais áreas do pré-sal sejam leiloadas no próximo ano. De acordo com o secretário executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Antônio Guimarães, o governo federal deve licitar áreas contíguas às de campos já em exploração.

Segundo o executivo, existem cerca de 20 áreas nesta classificação, com reservas que ainda não foram concedidas para a exploração. De acordo com Guimarães, essas áreas podem atrair importantes investimentos privados, por conterem até 2 bilhões de barris de petróleo e gás natural. Essas áreas são consideradas em processo de unitização, o que normalmente requer acordo entre petroleiras e governo. O termo se refere a reservas de petróleo que se estendem para

fora do campo em exploração, tanto no regime de partilha, usado na exploração do pré-sal, como no regime de concessão. Nestas 20 áreas, foi comprovado que as jazidas petrolíferas se estendem para fora dos campos concedidos e estão, portanto, em poder da União.

GRUPO DE TRABALHO

O secretário-executivo do IBP destacou a importância de se “destravar” alguns pontos na regulamentação do setor para permitir a volta de investimentos privados no país. Guimarães citou como exemplo que somente o leilão de Libra, no pré-sal em 2013, resultou na arrecadação para o governo de R\$ 15 bilhões, cerca de metade dos recursos que o governo pretende arrecadar com a volta da CPME.

— Estamos tentando resolver essa questão de unitização. Hoje, existem recursos descobertos que precisam fazer essa unitização e que são do tamanho de Libra. São mais de 20 acumulações que precisam passar por esse processo. E provavelmente a gente deve ter um lei-

lão do pré-sal no ano que vem para destravar esses investimentos — destacou Guimarães. Segundo o executivo, justamente para viabilizar e agilizar esse processo foi criado um grupo de trabalho pelo Ministério de Minas e Energia que está reavaliando a regulamentação. Esses casos são complexos porque envolvem campos explorados no regime de concessão, enquanto as áreas contíguas serão exploradas no regime de partilha.

O resultado desse trabalho será encaminhado para aprovação no conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ainda neste ano.

Guimarães, que participou de seminário sobre o futuro da Indústria do Petróleo no Brasil, destacou que, com pequenos ajustes regulatórios, o país pode atrair mais investimentos para o setor. Dois pontos sempre defendidos pelos empresários são o fim da obrigação de a Petrobras atuar como operadora única e mudanças nas regras de conteúdo local. *(Rafaela Oliveira)*

Fonte: O Globo, 04 de dezembro de 2015

Em 4 de dezembro de 2015, O Globo trouxe a opinião do secretário executivo do IBP, Antônio Guimarães, sobre exigências do modo Partilha: “Guimarães destacou que dois pontos sempre defendidos pelos empresários são o fim da obrigação de a Petrobras atuar como operadora única e mudanças nas regras de conteúdo local”.

É visível na exposição dos materiais que o mercado, o grupo de comunicação e seus entrevistados eram contrários às exigências do modo partilha e defenderam mudanças. Exceção apenas para a opinião do deputado Sibá, que por pertencer ao partido autor do modo partilha, Partido dos Trabalhadores, pode ter sua opinião vista com viés contrário. Também aqui não encontramos um debate detalhado e profundo sobre o significado de cada formato dos contratos e qual seria o melhor para o país.

Para nos auxiliar nessa análise é preciso retomar que, com a descoberta do pré-sal, e após a constatação da existência de uma gigantesca jazida de petróleo, aumentou a controvérsia em torno das regras contratuais, que norteiam a participação de petroleiras, principalmente as internacionais, na exploração desse importante patrimônio do Brasil e dos brasileiros. Uma nova regulamentação do setor foi providenciada, pelo governo da época, com vistas ao controle do petróleo pelo Estado, e atrelamento dos recursos do pré-sal à educação, saúde e redução da pobreza no Brasil. Políticas estas tidas como nacionalistas, e questionadas pelos representantes dos interesses do mercado e pela oposição, dos neoliberais, àquele governo classificado como neodesenvolvimentista. Detalharemos a seguir.

2.2.3.3 Contratos de exploração do petróleo brasileiro

Três leis mudaram a regulamentação da exploração do petróleo brasileiro em 2010. A mudança tornou a Petrobras operadora única dos blocos, estabeleceu participação mínima de 30% na exploração e produção do pré-sal e impôs exigência de conteúdo nacional. As modificações tinham o objetivo de diminuir o controle das petroleiras internacionais e aumentar o controle do Estado brasileiro, sobre o petróleo. Tais mudanças operadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, desagradaram ao mercado e vêm sendo anuladas, desde o governo de Michel Temer, a partir de 2016, após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

a - Concessão:

Na forma de concessão, a propriedade do petróleo extraído é exclusiva do concessionário, pelo período estipulado em contrato. As empresas concessionárias pagam bônus na assinatura, royalties sobre o valor de produção e tributos.

b - Partilha:

Na forma de contrato de partilha, o Estado é proprietário do petróleo prospectado e das reservas que não forem extraídas. A empresa contratante explora e extrai, em troca de uma parte do petróleo extraído. Segundo o Cambridge Research Energy Associates, (consultoria estadunidense) sob a concessão, o Estado brasileiro arrecadou entre 50% e 60% da receita do petróleo, enquanto países que adotaram o sistema de partilha ficavam com até 90%.²¹

c - Controle de Custos, quantidades e ritmo de produção:

Os que defendem maior controle do petróleo pelo Estado, afirmam que a Petrobras, sendo operadora, pode controlar o ritmo da produção e venda do petróleo e esperar os melhores preços do petróleo no mercado internacional, para aumentar a produção e diminuir a oferta nos períodos de baixa. E mais, Fernando Siqueira – vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, afirmou que a estatal como operadora, inibe os dois maiores focos de corrupção na produção mundial do petróleo, o superdimensionamento dos custos de produção e a medição fraudulenta:

“Se ela for operadora única, ela inibe os dois maiores focos de corrupção que é o superdimensionamento dos custos de produção. Por exemplo, uma empresa compra um sistema, plataforma etc.- por 2 bilhões de dólares. Ela manipula as despesas e declara que gastou 3 bilhões. O que vai acontecer? Essa despesa será ressarcida em petróleo. Então, ela vai ganhar ressarcimento em petróleo de 1 bilhão de barris absolutamente ilícitos. Dois bilhões, ela vai gastar. Mas, 1 bilhão que ela vai ter de retorno, ela vai gastar sem pagar

²¹ Carta Capital. “O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros?” 25 de outubro de 2017.

impostos, sem dar retorno nenhum para o povo brasileiro. Outro foco muito comum no mundo todo é a medição fraudulenta. O cara produz 500 mil barris e declara que 300 mil. Nossa fiscalização é extremamente fraca. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) não fiscaliza nada. Então, nós vamos ter implantado no Brasil esses 2 focos de corrupção. Isso é extremamente preocupante.”²²

Como vimos, as afirmações Siqueira corroboram com os 14 pontos elencados por ele no O Globo e não encontraram eco nos defensores da abertura da Petrobras ao mercado. O contrato de partilha foi chamado de “armadilha estatista”, modelo estatizante na contramão da abertura de mercado. Sobretudo, as petroleiras internacionais não aceitaram as mudanças e fizeram incidência política no Congresso Nacional para retorno à forma de concessão conforme os telegramas denunciados e publicados pelo *WikiLeaks* já expostos no item **1.1.3**.

A ausência de contraponto para as opiniões expostas nas matérias não significa que não existiam opiniões contrárias. Abaixo outras questões importantes apontadas pelo geólogo Guilherme Estrella²³, em entrevista, após o período da pesquisa, embora os aspectos levantados por ele já estivessem lá, não foram pautados para discussão da sociedade. **“O povo brasileiro está sendo saqueado”**, publicada pelo “Brasil de fato”, em 3 de setembro de 2019:

“Brasil sempre foi carente de combustíveis, como petróleo e gás natural... Atingimos a autossuficiência em 2006 com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos”;

“Somos a 9ª economia do mundo e um país deste tamanho e com esta economia, se tiver uma boa distribuição de renda, tem potencial para consumir 3, 4, 5 milhões de barris por dia, fácil”;

“Essa área do pré-sal estava aberta para exploração de empresas estrangeiras, mas elas não investiram. Porque a atividade de exploração é muito arriscada e então essas empresas não querem correr riscos”;

“O pré-sal é produto de uma decisão política do governo brasileiro associada à competência de um quadro de técnicos e administradores muito bem treinados que nos propiciaram correr esse risco de uma maneira responsável. O governo brasileiro, então, transformou o modelo de gestão do setor petrolífero, passando de concessão para partilha de produção”;

“A Shell detinha um bloco de concessão, ou seja, o petróleo que ela descobrisse era dela. Aí vem a diferença entre a Petrobrás e as outras companhias estrangeiras e privadas. A Shell não quis correr o risco, são poços muito caros. Despendemos, somente em um poço, US\$ 240 milhões e a Shell não quis correr o risco financeiro para enfrentar o risco geológico. Então é

²² “Pré-sal: o ouro do Brasil”, entrevista com Fernando Siqueira, para o site da Federação Nacional dos Petroleiros, em 24 de maio de 2016.

²³ Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/03/descoberta-do-pre-sal-foi-resultado-de-investimentos-da-petrobras/> >. Acessado em 18/03/2020.

uma grande diferença com uma empresa que tem compromisso com o desenvolvimento nacional”;

“Quem investiu na Petrobrás? Os proprietários da Petrobrás somos nós, o povo brasileiro. Quer dizer que o cidadão brasileiro está sendo roubado. Está sendo saqueado nos seus direitos de proprietário da Petrobrás”.

Como visto, os telegramas enviados a Washington pelo consulado dos EUA deram conta de que o então governador José Serra do PSDB, candidato à presidência, prometera à representante da Chevron, que depois de eleito mudaria a lei de partilha, criada pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Serra perdeu a disputa para a presidência para a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, porém, em 2014, foi eleito Senador pelo PSDB, e, seja pela promessa feita ou não, apresentou projeto para mudar o formato partilha, que tanto desagradara o mercado. O Projeto de Lei 131/2015 pretendia revogar a participação obrigatória da Petrobras no modo partilha e acabar com a obrigatoriedade de participação mínima da estatal em ao menos 30% dos projetos do pré-sal. Para ser aprovado, o projeto não derrubou, mas flexibilizou a obrigatoriedade dos 30%, que passou a ser uma opção da Petrobras, se quer ou não exercer o direito de ter, pelo menos, 30% nos blocos.

No dia 11 de outubro de 2016, o assunto mereceu editorial do O Globo, com o título: **“Petrobras pode voltar a crescer na exploração”**:

“Desmonte da regulação estatista do pré-sal atrairá investimentos externos para o setor, e a estatal voltará a atuar na área, dentro de suas condições financeiras. As mudanças feitas na regulação do pré-sal pelo projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP), eram pedidas pela Petrobras, ainda com Dilma Rousseff no planalto. Falta definir em níveis realistas os índices de nacionalização dos equipamentos a serem usados nestes investimentos. Espera-se que seja apenas questão de tempo remover mais este entulho regulatório”.

Dia 13 de outubro de 2016, o assunto mereceu editorial da Folha de S. Paulo com o título: **“Mudanças no pré-sal”**. O grupo reafirmou sua posição chamando de “descabida” a exigência de que a Petrobras seja operadora única:

“Fim da exigência descabida de que a Petrobras seja operadora única dos campos de exploração pode propiciar novo fôlego à indústria local. A arrecadação de tributos e o controle nacional sobre a exploração não são enfraquecidos. A velocidade de operação tende a ser maior com mais operadores e consórcios. O incremento no número de empresas globais operando e comprando no Brasil traria ganho de escala e produtividade”.

Para Gilberto Bercovici, o modo partilha, que encontrou tanta resistência, é constitucional, mas, o autor aponta a inconstitucionalidade do modo concessão para produção de petróleo, e afirma que esse debate foi interdito²⁴, não virou notícia. Inclusive, a inconstitucionalidade do modo concessão foi levada ao Supremo Tribunal Federal, pelo então Governador Roberto Requião/PMDB, por ser um bem da União.

“Os que entendem a inconstitucionalidade da Lei 9.478/1997 afirmam que as jazidas de petróleo são bens públicos indisponíveis da União. No entanto, o artigo 26 da Lei 9.478/1997 atribui a propriedade do petróleo, quando extraído, ao concessionário. A Lei 9.478/1997 teria migrado, assim, do monopólio estatal ao extremo oposto da titularidade dos concessionários. Este artigo seria inconstitucional, pois a propriedade do petróleo e gás natural, mesmo após extraídos, de acordo com o artigo 20, IX da Constituição, é da União. A questão da inconstitucionalidade do artigo 26 da Lei 9.478/1997 estaria ligada também à manutenção ou não do monopólio estatal do petróleo. Se o monopólio foi mantido pela Emenda Constitucional 9/1995, a União não poderia transferir a propriedade do produto da lavra para o concessionário.” (BERCOVICI, 2015, p.2)

Gilberto Bercovici lembra que o então Governador do Paraná, Roberto Requião impetrou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3273-9/DF, no Supremo Tribunal Federal, alegando a inconstitucionalidade de uma série de dispositivos da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997. Na sessão ocorrida em 16 de março de 2005, a decisão da maioria dos ministros do Supremo Tribunal considerou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade. Bercovici afirma que a decisão do STF foi “absolutamente equivocada... A diferença entre o regime jurídico dos recursos minerais em geral (artigo 176) e o regime jurídico do petróleo, gás natural e minérios nucleares (artigo 177) é, justamente, o fato destes últimos terem sido monopolizados pela União”.

²⁴ BERCOVICI, Gilberto. 2015) “Modelo das concessões petrolíferas, do país é inconstitucional”. Revista Consultor Jurídico, 13 de setembro de 2015, 8h00. Disponível em:< <https://www.conjur.com.br/2015-set-13/estado-economia-modelo-concessoes-petroliferas-pais-inconstitucional>>. Acessado em: 09/02/2021.

Quadro - 1: Conteúdo local, venda de ativos e mudanças no modo partilha

Assunto /Jornal	GRUPO	GOVERNO	CONSULTOR MERCADO	SINDICATO	ACADEMIA	ESPECIALISTA	PETROLEIRAS	IND. LOCAL	ANÔN.	POLITICO OPOSIÇÃO	A FAVOR	CONTRA
C. LOCAL FOLHA		1 (uma) favorável à exigência					4 (quatro) contrárias à exigência	1 (uma) favorável à exigência			2	4
C. LOCAL GLOBO		1(uma) favorável à exigência	4 (quatro) contrárias à exigência		1(uma) favorável à exigência		2 (duas) contrárias à exigência		1(uma) contrárias à exigência	2 (duas) contrário à exigência	2	9
V.ATIVOS FOLHA			2 (duas) favoráveis à venda	1 (uma) contrária à venda							2	1
V.ATIVOS GLOBO	2 (duas) favoráveis à venda		11 (onze) favoráveis à venda	2 (duas) contrárias à venda		2(duas) contrárias à venda			3 (três) favoráveis à venda	1 (uma) favorável à venda	17	4
M.PARTILHA FOLHA	3 (três) favoráveis à mudança	2 (duas) contrárias 3 (três) favoráveis à mudança			1(uma) internacional favorável à mudança		1 (uma) favorável à mudança			1 (uma) favorável à mudança	9	2
M.PARTILHA GLOBO	6 (seis) favoráveis à mudança	1 (uma) contrária à mudança			1 (uma) contrária à mudança	1(uma) contrária à mudança	3 (três) favoráveis à mudança			7 (sete) favoráveis à mudança	16	3
TOTAL	11	8	17		3	3	10	1	4	11		

3

Fonte: Produção nossa com base em dados da pesquisa

A compilação apresentada no Quadro 1 ajuda a responder duas das perguntas feitas no início do trabalho: Além dos próprios veículos em seus editoriais, quais fontes tiveram espaço para emitir opinião sobre os assuntos em estudo? Foram encontradas divergências entre as fontes?

Somadas as opiniões dos consultores de mercado 17 (dezesete) e aquelas dos representantes de petroleiras 10 (dez), com as 11 (onze) de políticos de oposição ao governo que implantou as mudanças que desagradaram ao mercado), e as 11 (onze) dos dois grupos de comunicação, temos 49 opiniões. Por outro lado, são 3(três) opiniões de sindicalistas, 3(três) de especialistas, 1(uma) da indústria local, somadas às 8 (oito) de representantes do governo, temos 15 opiniões. Sendo que aparecem 25 (vinte e cinco) opiniões favoráveis a mudanças no formato partilha e 5 (cinco) contrárias; 19 (dezenove) favoráveis à venda de patrimônio da Petrobras e 5 (cinco) contrárias; 13 (treze) opiniões contra às exigências de conteúdo local e 4 (quatro) favoráveis. Ou seja, além do debate não ter sido amplo, nesse período de sete meses, recortado para análise, há um desequilíbrio na diversidade de pensamentos. Nem todos os setores da sociedade tiveram o mesmo espaço para emitir sua opinião.

2.2.4 - Lava Jato

De 2007 até 2014, a partir da descoberta do pré-sal, no entorno da Petrobras surgiu a controvérsia sobre as mudanças nas regras dos contratos da estatal com petroleiras parceiras. Para a exploração do pré-sal o modo concessão, preferido pelo mercado, foi trocado pelo modo partilha, que o governo do Partido dos Trabalhadores implantou com a justificativa de que a nação deveria ter maior controle sobre o petróleo e em consequência a sociedade de posse de energia farta e barata, teria maior oportunidade de desenvolvimento. Então, nos itens anteriores buscamos nas notícias pesquisadas principalmente a qualidade desse debate, para o entendimento e participação dos brasileiros, na decisão. No auge da disputa do mercado contra a implantação da lei de partilha surgiu a Lava Jato.

A Operação Lava Jato foi deflagrada pela Polícia Federal (PF), dia 17 de março de 2014. Informações oficiais dão conta de que o foco inicial da operação seriam as transações do doleiro Alberto Youssef, mas surgiu um primeiro elo entre Petrobras e Lava Jato, Paulo Roberto Costa, (ex-diretor, na empresa de 2004 a 2012), tinha recebido um carro de R\$ 250 mil do doleiro. Em 21 de março, após a prisão de Costa, o nome da Petrobras começou a ser vinculado à investigação. A operação que expôs casos de lavagem de dinheiro, corrupção, evasão de divisas, caixa 2 no financiamento de campanhas de políticos da maioria dos partidos, empresários, diretores de empresas prestadoras de serviços para o poder público, teve entre seus investigados alguns funcionários da Petrobras, com acusação superfaturamento e recebimento de propina, para facilitar obtenção de contratos com a estatal. E o assunto Lava Jato passou a alimentar manchetes diárias arrastando o nome da Petrobras para um escândalo sem precedentes.

Dentro do objetivo desta pesquisa de delinear a imagem da Petrobras disseminada no território, buscamos nas matérias sobre a Lava Jato, no caso de a Petrobras não ser o tema principal, qual conteúdo da matéria fazia referência à estatal e se as referências à Petrobras abordam o papel da Estatal na segurança energética nacional.

2.2.4.1 - Folha de S. Paulo

De junho a dezembro de 2015, o tratamento dado às notícias sobre a Lava Jato mostrou forte incremento. Num total de 214 publicações do jornal Folha de S. Paulo,

passamos por 287 notícias, quatro delas em editoriais do veículo; somadas a 28 manchetes de primeira página; mais 23 chamadas de capa, sobre o escândalo da corrupção envolvendo funcionários da Petrobras, políticos e empresários do setor. As manchetes e chamadas de capa duplicaram a exposição, na medida em que traziam um texto resumido, para facilitar o entendimento da informação, no intuito de motivar a procura pela notícia no interior do caderno.

Nos títulos, subtítulos e excertos recortados da notícia, o nome da “Petrobras” apareceu, nesse período de análise, sempre acompanhada de um adjetivo, verbo ou substantivo de denotação ou com conotação negativa: cartel; corrupção; desvios (ado); escândalo; esquema; fraude/dar; prejuízo; propina, entre outros. O veículo ainda se utilizou de uma retranca²⁵ para vincular as matérias ao nome da estatal pelo substantivo adjetivado: “Petrolão”, que remete a outro escândalo, o mensalão, que também envolveu políticos, em 2005, era Petro (Petrobras)+(lão), de (mensalão), então, estava ligado ao escândalo político de corrupção anterior. O uso da retranca “Petrolão”, vinculada às notícias relacionadas ao escândalo de corrupção da Petrobras, também exerceu importante papel negativo para a imagem da estatal, pois mesmo quando o nome da empresa não foi citado no título, a retranca garante o vínculo, identifica a informação com as denúncias de corrupção na Petrobras.

Fizemos alguns exercícios para buscar alguma materialidade dessa psicofera formada no entorno do nome da empresa. Um deles foi o apoio da tecnologia que transforma as palavras em nuvem²⁶, recurso gráfico usado para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto:

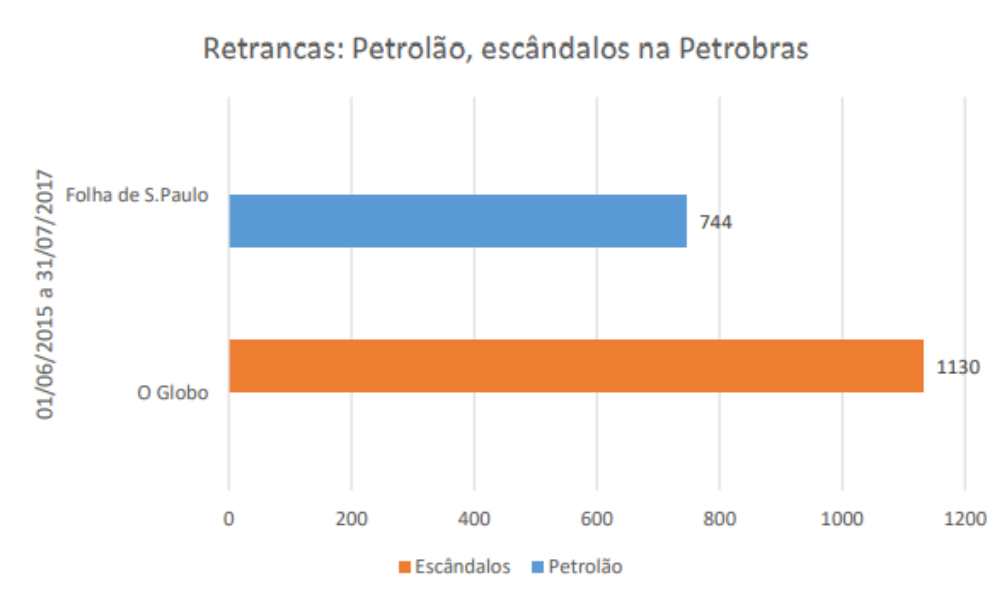
²⁵ Retranca: “Matéria subordinada a outra matéria ou à manchete da página”, (Manual de Comunicação da Secom); “Mais especificamente, designa o código (em letras e números) com que se localiza um texto nos diagramas de qualquer página de uma edição”, (Manual de redação da FSP);

²⁶ Disponível em: < <https://www.jasondavies.com/wordcloud/>>. Acessado em 13/04/2020.

participação de alguns diretores da estatal, políticos e empresários. Nas matérias sobre a Lava Jato, mesmo quando a Petrobras não era tema principal, a frase “Esquema de corrupção na Petrobras” foi direta ou indiretamente encontrada, como mencionado acima, pela retranca “Petrolão”, na Folha de S. Paulo, ou pela retranca “Escândalos em série”, no jornal O Globo.

Apesar das notícias não abordarem, existiam questionamentos não à investigação em si, mas, sobretudo, à forma como o assunto era abordado pela mídia, em geral e os riscos não só para a imagem da Petrobras como para todo o circuito espacial de produção do petróleo brasileiro que cerca a estatal e o peso de tudo isso para economia. Em função disso, acrescentemos à pesquisa a presença das retranscas e com apoio de um script em Python levantamos os dados do Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Retranças para Petrobras utilizadas pelos veículos O Globo e Folha de S. Paulo no período de 01/06/2015 a 31/07/2017



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa

A utilização das palavras “Petrolão” e “Escândalos na Petrobras” também como retranscas, foram verificadas com o apoio de um script em Python, no período de 25 meses, 792 publicações de cada veículo. Conforme aponta o Gráfico III, “Petrolão” foi encontrada 744 vezes na Folha de S. Paulo, e “Escândalos Petrobras” 1130 vezes no jornal O Globo. Nasser (2019) nos ajuda a refletir sobre a possibilidade de uso das coberturas hiperbólicas dos escândalos de corrupção:

Nos anos recentes, o desejo expresso pela opinião pública de finalmente pôr fim à impunidade dos corruptos, tem sido reforçado por uma atuação da imprensa que fez cobertura hiperbólica dos escândalos de corrupção, ajudando a cristalizar a visão de que a corrupção é o maior dos problemas do Brasil. Não à toa, a corrupção e a possibilidade de continuidade da Operação Lava a jato influenciaram a campanha eleitoral para a Presidência da República em 2018. (NASSER, 2019).

A opção preferencial dos meios de comunicação, pelo escândalo, além de reforçar discursos da campanha política, teve consequências catastróficas para o circuito espacial de produção do Petróleo no país, conforme veremos também no próximo capítulo. Mas, para se ter uma ideia, dados de Otaviani e Nohara (2019) indicam que foram 331.705 demissões nas empreiteiras cujos nomes foram ligados ao escândalo.

Figura 55 – Ibope aponta Lava Jato/Petrobras como assunto mais lembrado

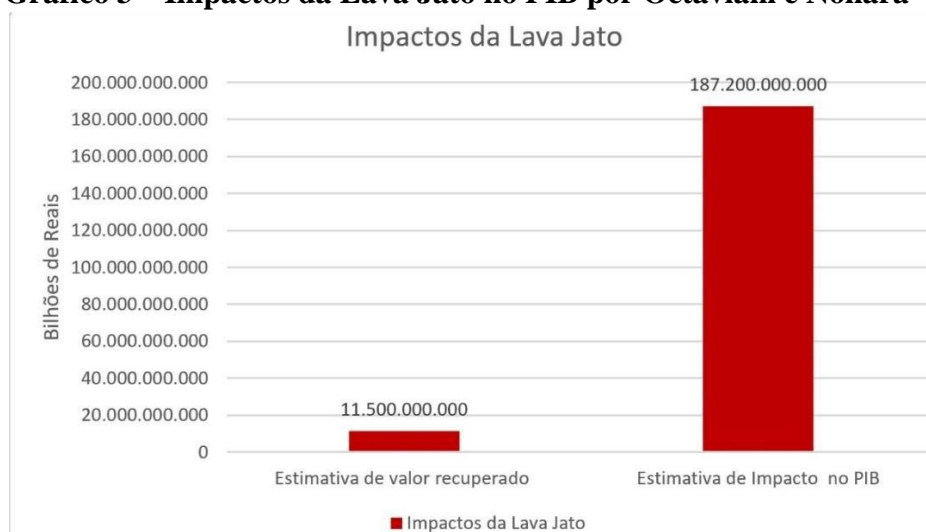
O Ibope também mediu a percepção do eleitor a respeito do noticiário sobre o governo. Os assuntos mais lembrados são a Operação Lava-Jato/Petrobras (20%), mudanças na aposentadoria (16%), mudanças no seguro-desemprego (8%) e corrupção no governo (6%). A pesquisa CNI-Ibope ouviu 2.002 eleitores, em 141 municípios, entre os dias 18 e 21 de junho. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Fonte: O Globo, 02 de julho de 2015

Cada um dos mais de mil procedimentos instaurados, cada um dos mais de quatrocentos mandados de busca e apreensão, cada um dos cerca de cinquenta acordos de delação premiada, cada uma das mais de seis dezenas de condenações, rendiam uma miríade de notícias, e em praticamente todas elas, era encontrada a frase aniquilante para a imagem da estatal: “esquema de corrupção da Petrobras”, fosse no título, na linha de destaque, no olho, fosse no meio ou finalzinho do texto. Pesquisa Ibope da época demonstrou que as pessoas estavam pensando mais na Lava Jato vinculada à Petrobras, que na possibilidade de se aposentar ou ficar sem seguro-desemprego.

Importante reafirmar que não se trata de questionar a Lava Jato ou qualquer operação que se proponha a realmente combater a corrupção, mas debater a forma como a imprensa mergulhou o nome da Petrobras num escândalo diário, sem preocupação em preservar a empresa, cujo papel é estratégico para a manutenção da matriz energética do país e para o dinamismo do circuito espacial de produção do petróleo, que gera emprego e renda e concorre para o desenvolvimento social do Brasil. País que ainda possui um alto percentual de cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza e tem pretensões de sair do subdesenvolvimento.

Gráfico 3 – Impactos da Lava Jato no PIB por Octaviani e Nohara



Fonte: Elaboração própria com base em dados de (OTAVIANI; NOHARA, 2019)

Os gráficos acima e os dados expostos são bastante objetivos. A psicofera criada no entorno da Petrobras, no período estudado é composta por um número reduzido de notícias relacionadas a todos os assuntos, que careciam amplo debate social para influenciar nas tomadas de decisões. O espaço de discussão é dividido entre os veículos, com seus editoriais, e atores com o mesmo pensamento, com raras exceções. Por outro lado, as matérias relacionadas ao escândalo da Lava Jato foram fartamente abordadas e quando a Petrobras não foi o tema principal, a frase que mais se destacou foi “escândalo de corrupção na Petrobras”, repetido à exaustão como se fosse um mantra. Também não foi encontrado debate acerca do papel desempenhado pela Estatal na segurança energética nacional. Nos títulos, subtítulos ou olhos o nome da “Petrobras” apareceu, neste período recortado para análise, sempre acompanhado de um adjetivo, verbo ou substantivo de denotação ou com conotação negativa: venda; ameaça;

corrupção; prejuízo; rombo; cortou; demitiu; suspensos; cancelados; redução; caem; perda; escândalo; baixo; crise, entre outros. Léxico que se repetiu em ambos os veículos em estudo.

Figura 56 - Títulos



Fonte: Elaboração própria com base em dados dos Jornais Folha de S.Paulo e O Globo no período de 01/06 a 3/12-2015

Na frente de uma petroleira atuante nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis, presente em 19 países e detentora de uma riqueza como o pré-sal, o tipo de informação que preponderou na mídia nacional sobre ela, numa amostra de sete meses do período em estudo, foi extremamente seletivo, criando uma visão da empresa com alto grau de ceticismo, desconfiança. Mas quais são os interesses que circundam a Petrobras, uma das 10 maiores petroleiras do mundo? As notícias permitiram entender que petroleiras internacionais têm interesse, que existia descontentamento destas com mudanças no marco regulatório, que deram mais poder de controle para a Petrobras e com as exigências de conteúdo local? E na ausência de debate com outros assuntos e opiniões diversas, o que preponderou foi o tema corrupção, enquanto pouco ou nada se discutia sobre o papel da energia para o desenvolvimento e a soberania nacional.

Figura 57 – Imagem negativa da Petrobras



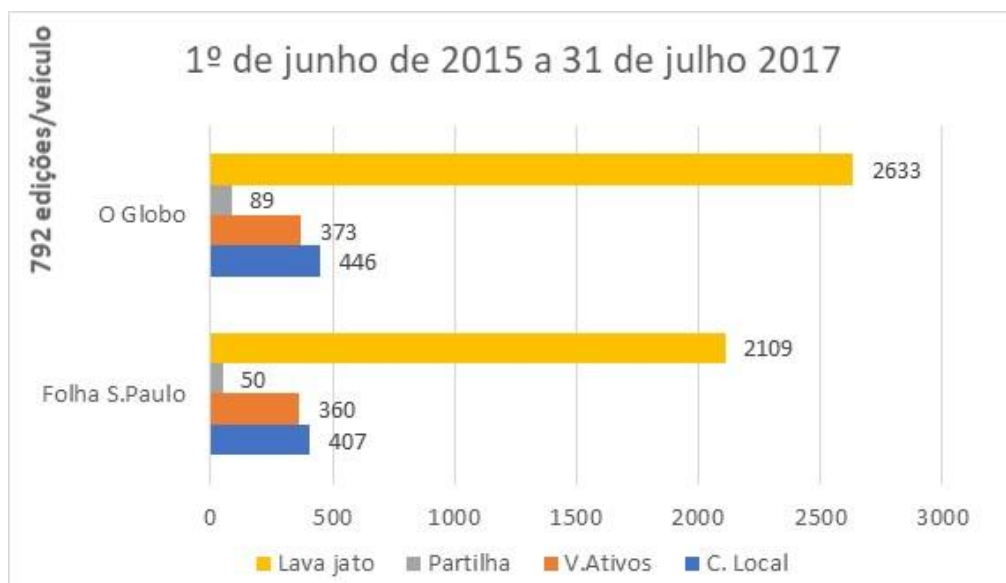
Fonte: Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa do período de 01/06/2015 a 31/07/2017

2.3 - Terceira amostra da imagem da Petrobras projetada no território

Com base no panorama altamente negativo encontrado no entorno da Petrobras, partimos para a última amostra, com os mesmos quatro assuntos considerados por nós como importantes para a estatal: “conteúdo local/nacional”; “venda de ativos”; “contrato de partilha” e “Lava Jato”. No levantamento quantitativo, para um período de dois anos de pesquisa nos arquivos digitais dos jornais, foi criado um script utilizando a linguagem de programação Python, com técnicas de *webscraping*. Tal script permitiu de forma automatizada buscar e quantificar as notícias que estavam dentro dos parâmetros (que possuíam as palavras-chave) pré-determinados. A busca foi orientada pelos seguintes conjuntos de palavras: Petrobras partilha; Petrobras venda de ativos; Petrobras Lava-Jato, Petrobras conteúdo nacional e Petrobras conteúdo local (mesmo assunto pode aparecer com ambas as denominações), para um levantamento no período entre 1º de junho de 2015 e 30 de julho de 2017. São 792 edições do jornal Folha de S. Paulo e outras 792 edições do jornal O Globo, num total de 1.584 edições.

O Gráfico 4 traz a compilação dos dados obtidos sobre cada assunto, no período recortado para estudo:

Gráfico 4 – Amostra quantitativa das notícias sobre Petrobras publicadas por Folha de S. Paulo e o Globo, entre 01 de junho de 2015 e 31 de julho de 2017



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa do período entre 01 de junho de 2015 e 31 de julho de 2017.

Conforme exposto no Gráfico 4, em ambos os veículos foi encontrada uma diferença quantitativa expressiva na abordagem dos assuntos relacionados à condução da Petrobras: exigência de conteúdo local; venda de ativos da empresa e mudanças no marco regulatório, em relação ao escândalo da Lava Jato.

CAPÍTULO 3 - Bases técnicas e políticas para circulação de ideias no território

“A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço... A informação tanto está presente nas coisas, é necessária à realização sobre as coisas como é necessária à ação realizada sobre as coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade.” (SANTOS, 1994, p.51).

Sob este pensamento da informação como vetor do processo social e após análise das publicações, dos jornais Folha de S. Paulo e Jornal O Globo, conforme os dados apresentados, pode-se visualizar a preponderância de notícias negativas vinculadas ao nome da Petrobras e o tipo de psicosfera resultante; a isso, soma-se a análise do conteúdo das notícias, em que fica evidente a ausência da discussão sobre o papel da estatal na segurança energética, desenvolvimento e soberania, para os brasileiros. Neste capítulo analisamos a psicosfera que se criou no entorno da Petrobras, sobretudo, após a excessiva carga de notícias do período, e o fato dessa psicosfera ser projetada por todo o território, uma vez que os grupos de comunicação em estudo contam com uma estrutura, a tecnosfera, de alta capilaridade territorial. Consideramos também a possibilidade de alianças através das concessões de rádio e TV, outorgadas a políticos.

3.1 - Uma psicosfera de desconfiança e ceticismo

A comunicação social é vital para a democracia, pois desempenha papel estratégico na formação da opinião pública. Mas como vimos os editoriais dos grupos de comunicação Folha de S. Paulo e O Globo, ambos expressaram pensamento em consonância com consultores de mercado, que apareceram sempre entre os que tiveram espaço para emitir opinião sobre os assuntos relacionados à administração da Petrobras. Os meios de comunicação devem garantir espaço para as diferentes vozes representantes de uma sociedade plural, de acordo com os preceitos do artigo 1º; inciso 5º da Constituição Federal de 1988. Ocorre que a concentração dos meios de comunicação em mãos de poucos grupos econômicos no Brasil e a possibilidade de uso desta concentração, como ferramenta de influência na elaboração de políticas, contraria as determinações da Constituição.

Ao analisar a forma controversa com que as informações sobre a Petrobras são veiculadas por ambos os veículos em estudo, pode-se concluir que por trás da omissão da abordagem do papel estratégico da Petrobras, responsável pela principal matriz energética do país, impõe-se a presença constante de um discurso negativo sobre a Petrobras, que pode

contribuir para incutir a ideia de uma empresa estatal em decadência e para que os brasileiros aceitem passivamente a entrega de seu controle ao mercado. Diante da criação de um sentimento de desconfiança impresso na psicosfera reinante, que induz ao pensamento de que a corrupção se “prolifera” na empresa, a saída seria render-se ao discurso neoliberal de privatização como saída para a estatal.

A imposição desse “espírito” hegemônico favorável aos interesses dos dominadores, no caso em análise, dos interesses dos que querem o controle internacional do petróleo, além da cooptação de atores da política, para normatizar verticalmente o território de acordo com seus interesses, conta com o papel preponderante da informação para influenciar o pensamento da sociedade. Raffestin (1993) fala sobre as imagens que correspondem às intenções de poder:

A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem. Uma imagem, um guia de ação, que tomou as mais diversas formas. Até fizemos da imagem um "objeto" em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos [...] A cartografia moderna apareceu na Renascença. Seguiu, portanto de perto o nascimento do Estado moderno. Muito rápido, se tornou um instrumento de poder e do "Poder". Essa cartografia privilegiou uma "sintaxe" euclidiana que certamente não deixou de contribuir para modelar os comportamentos do poder [...]. À projeção sobre um espaço qualquer E de um sistema a é preciso fazer corresponder a projeção de um sistema de intenções de poder, que se molda sobre o primeiro. A delimitação de um território, o controle de pontos, de ilhas, de cidades, etc. e o traçado de rodovias, de vias, etc, não surgem de uma axiomática euclidiana traduzida em termos de relações de poder? Não somente estamos tentados a dizê-lo, como o afirmamos!” (RAFFESTIN, 1993, p.145)

A imagem da Petrobras que emergiu do arcabouço de notícias do período não condiz com sua magnitude, seja pela falta de informações e restrição do debate, seja pelo excesso de focalização do escândalo. Faz-se necessário ressaltar que essa imagem altamente negativa surgiu justamente num momento em que decisões importantes precisavam ser tomadas, em função da descoberta do pré-sal. O estudo mostra que preponderaram as informações e opiniões de partidários dos interesses do mercado. Então, ocorreu um desequilíbrio nas disputas de interesses existentes no território.

3. 2 - Tecnosfera da mídia e capilaridade no território

No Brasil, a comunicação social transformou-se em um negócio altamente lucrativo, na forma de propriedade privada fortemente concentrada, conforme Fernandes (2009).

No século XX, o jornalismo tornou-se definitivamente uma atividade empresarial, exigindo organização e capital, e regendo-se pelas regras do sistema capitalista. Data dos anos 1920 a fundação de importantes veículos de imprensa brasileiros, como o jornal O Globo no Rio de Janeiro (1924) e o jornal Folha da Manhã (1925), posteriormente continuada Folha de S. Paulo [...] Dentro da lógica capitalista, as empresas de comunicação passaram a acumular veículos de comunicação social, concentrando poder econômico e político. Esse movimento concentracionista foi facilitado pela ausência, no Brasil de limites legais à concentração de veículos de mídia por um mesmo grupo econômico. (FERNANDES, 2009, p.47)

Essa concentração da comunicação no território brasileiro favorece, em certa medida, o controle do território conforme a análise de Ribeiro, sobre a face econômica e política da mídia brasileira.

O Sistema moderno de comunicação no Brasil, em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados. (RIBEIRO, 2013, p.265)

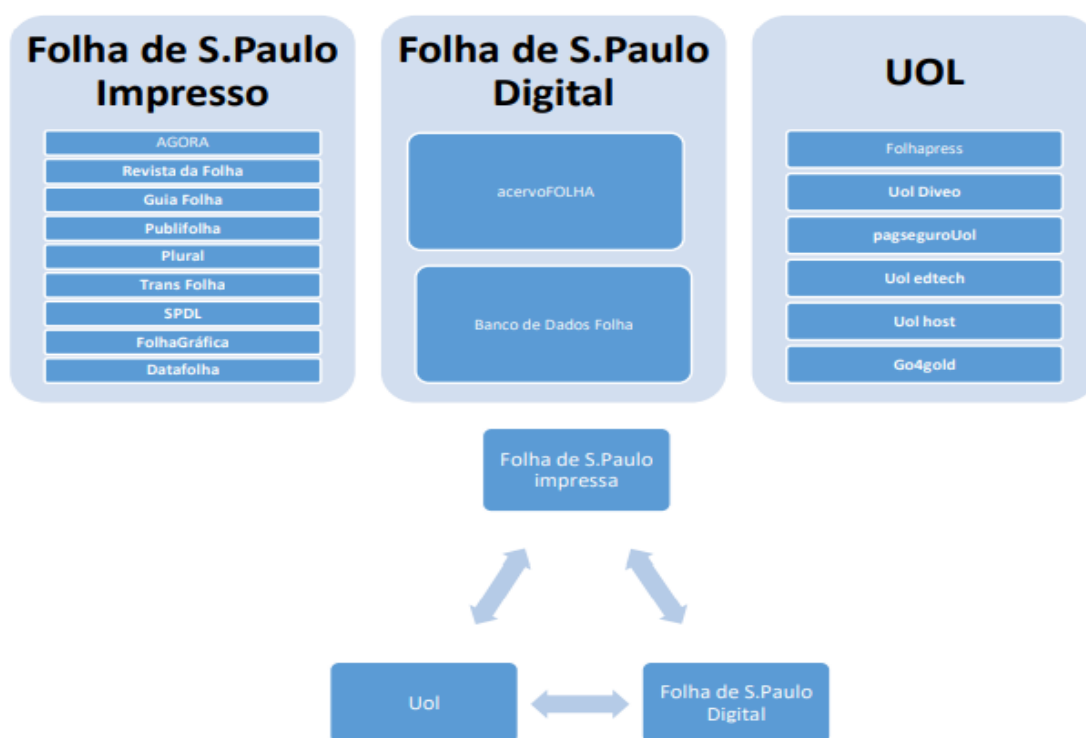
Ribeiro também nos convida a refletir sobre os “polos emissores de valores”, na busca de explicação para a concertação dos grandes grupos de comunicação com o mercado.

É necessário dizer que o ente mercado manifesta-se através de personas, isto é, de defensores dos seus interesses inseridos em diferentes entidades da sociedade civil (como exemplificam alguns órgãos da imprensa e associações de classe) e no Estado. Diferentemente de porta-vozes, estas personas formulam o ente que defendem, fazendo dos interesses atribuídos a este ente uma espécie de plataforma legitimadora dos interesses de terceiros e dos seus próprios[...] (RIBEIRO, 2005, p. 12.467)

A ausência de discussão ampla sobre o formato partilha dos contratos, venda de ativos e exigência de conteúdo local, assuntos considerados pelo mercado como nacionalistas estatistas, entra em choque com o papel da comunicação social, previsto na Constituição. Folha de S. Paulo e O Globo fazem parte de grupos de comunicação com mídias cruzadas, com potencial para alcançar todo o território. Ou seja, os dois impressos em análise são parte dos maiores grupos da comunicação brasileira e têm capacidade de maximizar a reprodução de um pensamento hegemônico, transmitem informações praticamente sem contraponto e ainda pautam outros veículos.

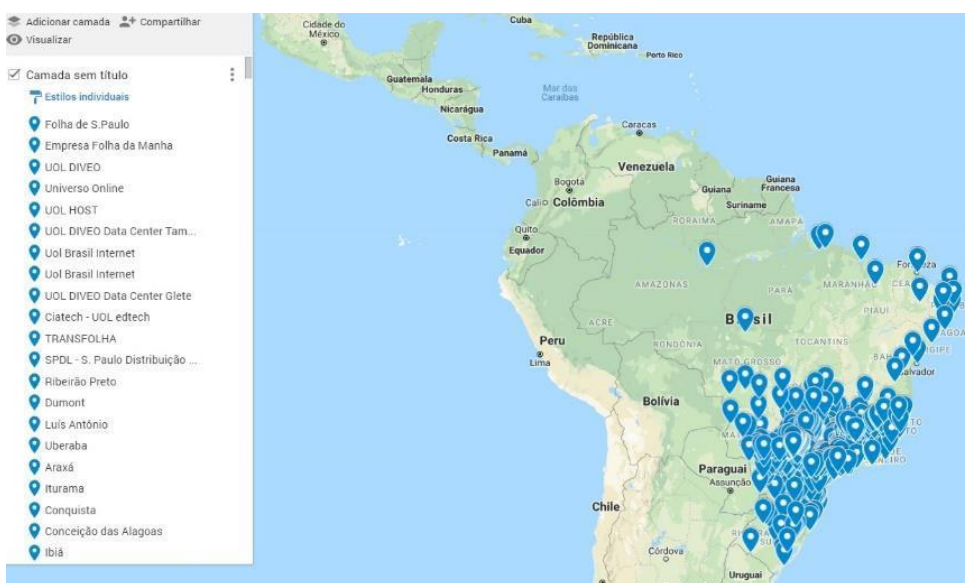
A possibilidade de hegemonização do discurso dominante dos grupos de comunicação, conta com aparato técnico que permite a abrangência territorial através da soma dos canais impressos (em estudo), a outros impressos, emissoras de rádio, TV e internet. Os fluxogramas, gráficos e mapas a seguir ilustram o potencial de ambos os grupos em estudo:

Figura 58 – Grupo Folha: impressos, plataformas de internet, gráficas, distribuidores e outros



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site do Grupo Folha

Mapa 1 - Distribuição impressa e presença física do grupo Folha no território nacional



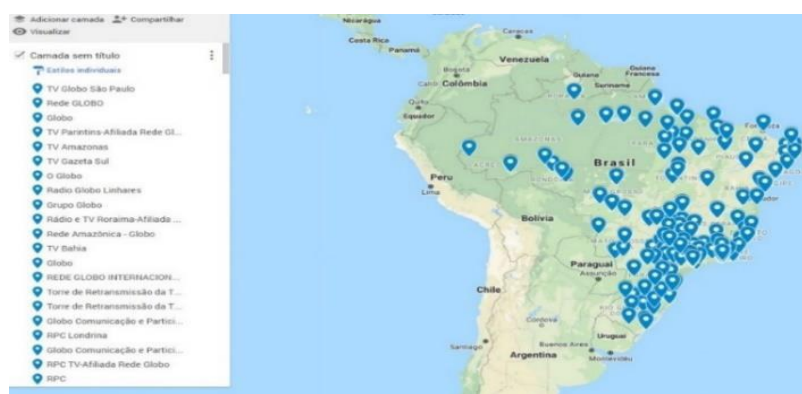
Fonte: Elaboração própria a partir do cruzamento de dados do grupo Folha de S. Paulo sobre a base cartográfica disponível no Google Maps

Figura 59 – Grupo Globo: impressos, rádio, tv, plataformas de internet, gravadora, outros



Fonte: Quem controla a mídia no Brasil. Intervezes/Repórteres sem Fronteiras

Mapa 2 - Distribuição impressa e presença física do Grupo Globo no território nacional



Fonte: Elaboração própria a partir do cruzamento de dados do grupo O Globo sobre a base cartográfica disponível no Google Maps

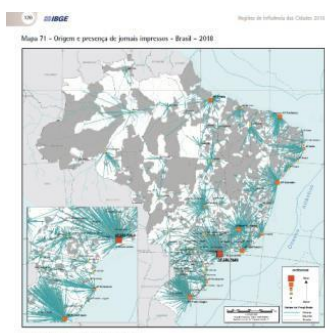
Os mapas 1 e 2 trazem alguma materialidade da tecnosfera de ambos os grupos, ou seja, as estruturas, que dão suporte à capilaridade territorial. No caso do Grupo Folha, além de fazer chegar o exemplar físico do jornal Folha de S. Paulo, diariamente, as notícias também contam com a versão digital e a plataforma Uol, no compartilhamento de informações. O Grupo Globo, além das versões impressa e digital, da plataforma G1, conta ainda com a TV Globo e suas afiliadas e emissoras de rádio locais (Figura 59) no apoio à disseminação de informações por todo o território nacional. Se a tecnosfera lhes garante o suporte necessário para disseminar um pensamento nos diferentes rincões do país e se os atores selecionados para discutir os problemas da Petrobras compartilhavam da opinião do mercado, logo, essa informação foi levada com viés de mercado, num formato de pensamento único, no lugar da pluralidade exigida pela Constituição Federal. Se a opção preferencial de ambos os veículos foi pelo escândalo,

sem, em paralelo, discutir a importância estratégica da empresa para a matriz energética, a imagem da Petrobras chegou distorcida e alijada do papel social da comunicação. No próximo capítulo, abordaremos o papel constitucional da Petrobras.

Iniciamos o capítulo indicando uma das teorias basilares desse estudo. Raffestin analisa “as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal” e as classifica como “instrumentos de poder, estreitamente controlados” e adverte para sua competência para “encerrar uma população numa trama informacional”. O autor não vê as mídias como "poder", “mas instrumentos de poder combinados em estratégias”. E alerta para a estratégia dos “atores políticos ou econômicos se garantem no domínio das redes de comunicação”. (RAFFESTIN, 1993, p. 218-220)

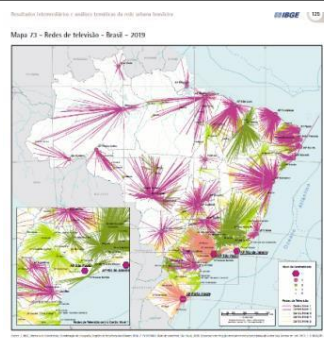
Cabe acrescentar que a capacidade de disseminação de informações por todo o território nacional, graças à tecnosfera de ambos os veículos, é maximizada levando-se em conta essa “crescente artificialização do meio ambiente”, a qual se refere Santos (1994, p.32), como é possível visualizar nos mapas 3, 4 e 5, produzidos pelo IBGE:

Mapa 3 - Jornais impressos
- Brasil (IBGE- 2018)



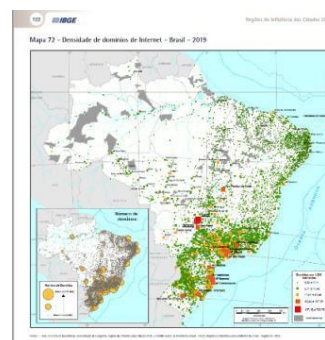
Fonte: IBGE - Regiões de Influência das cidades, 2018, p.120.

Mapa 4 - Redes de
Televisão - Brasil (IBGE-



Fonte: IBGE - Regiões de Influência das Cidades, 2019 – p. 125.

Mapa 5 - Densidade de
domínios de internet -



Fonte: IBGE – Regiões de Influência das Cidades, 2019, p.122

Os mapas sobre as Regiões de Influência das Cidades/IBGE destacam a presença de Jornais impressos (3), Redes de televisão (4) e Domínios de internet (5), o que nos permitem visualizar o potencial do cruzamento de todas as mídias no território brasileiro.

3.3 - Poder político partidário nos meios de comunicação

Outro forte risco para a pluralidade da comunicação, abordado por Marinoni (2015, p.5) é, conforme o previsto na Constituição Federal, a posse dessas concessões públicas por políticos, que podem utilizá-las em benefício de seus próprios interesses políticos em detrimento do bem público, deturpando a finalidade desses meios de comunicação.

Apresentamos, a seguir, a relação dos 40 deputados federais e senadores sócios de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão que aparecem no Sistema de acompanhamento de Controle Societário – Siacco, da Anatel, publicada pela Carta Capital (2015)²⁷:

QUADRO 2 – Relação de políticos proprietários de mídia

	CARGO/NOME CARGO	PARTIDO/ESTADO
01	Dep. Adalberto Cavalcanti Rodrigues	PTB-PE
02	Dep. Afonso Antunes da Motta	PDT-RS
03	Dep. Aníbal Ferreira Gomes	PMDB-CE
04	Dep. Antônio Carlos Martins de Bulhões	PRB-SP
05	Dep. Átila Freitas Lira	PSB-PI
06	Dep. Bonifácio José Tamm de Andrada	PSDB-MG
07	Dep. Carlos Victor Guterres Mendes	PMB-MA
08	Dep. César Hanna Halum	PRB-TO
09	Dep. Damiano Feliciano da Silva	PDT-PB
10	Dep. Dâmina de Carvalho Pereira	PMN-MG
11	Dep. Domingos Gomes de Aguiar Neto	PMB-CE
12	Dep. Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB-PA
13	Dep. Fábio Salustino Mesquita de Faria	PSD-RN
14	Dep. Felipe Catalão Maia	DEM-RN
15	Dep. Felix de Almeida Mendonça Júnior	PDT-BA
16	Dep. Jaime Martins Filho	PSD-MG
17	Dep. João Henrique Holanda Caldas	PSB-AL
18	Dep. João Rodrigues	PSD-SC
19	Dep. Jorginho dos Santos Mello	PR-SC
20	Dep. José Alves Rocha	PR-BA
21	Dep. José Nunes Soares	PSD-BA
22	Dep. José Sarney Filho	PV-MA

²⁷ Carta Capital. Novo alvo do MPF: os políticos donos da mídia por Intervezes — publicado 24/11/2015 09h47, última modificação 24/11/2015 09h53

23	Dep. Júlio César de Carvalho Lima	PSD-PI
24	Dep. Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi	PMDB-SP
25	Dep. Luiz Gionilson Pinheiro Borges	PMDB – AP
26	Dep. Luiz Gonzaga Patriota	PSB-PE
27	Dep. Magda Mofatto Hon	PR-GO
28	Dep. Paulo Roberto Gomes Mansur	PRB-SP
29	Dep. Ricardo José Magalhães Barros	PP-PR
30	Dep. Rodrigo Batista de Castro	PSDB-MG
31	Dep. Rubens Bueno	PPS-PR
32	Dep. Soraya Alencar dos Santos	PMDB-RJ
33	Sen. Acir Marcos Gurgacz	PDT-RO
34	Sen. Aécio Neves da Cunha	PSDB-MG
35	Sen. Edison Lobão	PMDB-MA
36	Sen. Fernando Affonso Collor de Mello	PTB-AL
37	Sen. Jader Fontenelle Barbalho	PMDB-PA
38	Sen. José Agripino Maia	DEM-RN
39	Sen. Roberto Coelho Rocha	PSB-MA
40	Sen. Tasso Ribeiro Jereissati	PSDB-CE

Fonte: Dados de artigo do Coletivo Intervozes, publicados na revista Carta Capital de 24/11/2015

Considerando-se os dados acima, relativos ao legislativo federal, o PMDB aparece como detentor de 17% das concessões; seguido pelo PSB com 12,5%; PSDB e PDT, com 10% cada um; PR e PRB com 7,5%; PMB e PTB com 5%; PMN, PPS, PP e PV, com cerca de 1% das concessões cada. Este quadro indica partidos, em sua maioria que eram oposição ao governo que implantou o modo partilha, que são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. A maioria são veículos reprodutores dos conteúdos produzidos pelos jornais em análise. Ou seja, estamos diante de uma grande possibilidade de mais uma parceria para construção do pensamento hegemônico.

Em 23 de novembro de 2015, Procuradores de São Paulo, do Ministério Público Federal, com a autorização do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, receberam representação, assinada por diversas entidades da sociedade civil, entre elas o Intervozes, pedindo o cancelamento das concessões, permissões e autorizações de radiodifusão outorgadas a pessoas jurídicas, que possuam políticos titulares de mandato eletivo como sócios ou associados (Intervozes, 2015)²⁸.

²⁸ CARTA CAPITAL. “Novo alvo do MPF: os políticos donos da mídia”. Publicado em 24/11/2015.

Munhoz (2008) lembra que até a promulgação da Constituição de 1988, as concessões públicas de rádio e televisão, no Brasil, eram feitas pelo próprio Presidente da República, e aponta duas consequências:

“A primeira refere-se à concessão de canais de rádio e televisão aberta para políticos e parlamentares, que fazem uso político partidário do veículo, embora isso não seja permitido por lei no Brasil. A segunda...acabar concentrando empresas de comunicação nas mãos de grupos que também detém poder político em quase todas as regiões brasileiras...Os políticos concessionários (direta ou indiretamente) desses meios de comunicação inviabilizam uma série de medidas que poderiam ser tomadas para democratizar a comunicação pública, mas não são levadas a cabo graças a interesses empresariais privados.” (MUNHOZ, 2008, p. 54,55)

No quarto e último capítulo trataremos um panorama do petróleo pois, apesar do planeta se encontrar em fase de transição energética, esse recurso natural ainda exerce o papel de principal matriz energética, e como vimos a estatal Petrobras, cuja imagem é objeto desta pesquisa, é detentora do pré-sal, uma cobiçada jazida de óleo de primeira linha, com grande potencial para impulsionar o desenvolvimento da Nação brasileira.

CAPÍTULO 4 - Petrobras: matriz energética, desenvolvimento e soberania nacional

“A garantia do abastecimento de energia é uma responsabilidade essencial de qualquer Estado. Por isso, o estudo da dimensão energética das relações internacionais atribui uma importância decisiva aos atores estatais. Dotados de poderes soberanos para decidir sobre o uso dos recursos energéticos existentes em cada país e para impor as políticas de energia, os Estados dispõem de diversos instrumentos para cumprir suas responsabilidades nesse setor. Em muitos casos, eles constituem empresas estatais de hidrocarbonetos, como a Aramco (Arábia Saudita), a Gazprom (Rússia) e a brasileira Petrobras (com participação também de capital privado a partir da década de 1990). (FUSER, 2013, p.50)

Da perspectiva estritamente geopolítico-militar e da Segurança & Defesa Nacional, entretanto, a detenção e/ou domínio de reservas e de capacidade tecnológica e industrial de exploração e produção de petróleo ainda mantém elevado significado estratégico. [...] a balança do poder militar definido pelo jogo entre forças e fragilidades dos reais ou potenciais contendores tem sido fortemente influenciada pela capacidade de dominar o circuito completo de produção, refino e distribuição de petróleo e de seus derivados. E é por isso que grandes ou médias e antigas ou novas potências do mundo tornaram-se produtoras, criaram suas empresas privadas ou estatais e organizaram-se para liderar as explorações em seus territórios e em regiões e países com reservas abundantes e, desse modo, controlam atualmente parte relevante da produção mundial. (COSTA, 2019, p.4)

A “transição energética” do carvão para o petróleo teve papel decisivo no próprio resultado da guerra.[...] Um século depois, já na terceira década do século XXI, o mundo está atravessando uma transformação geopolítica ciclópica, e ao mesmo tempo está se propondo a realizar uma nova “transição energética”, [...]O Alto Comando Estratégico destes países ainda prevê o uso prioritário da energia fóssil em suas várias plataformas militares, pelo menos até 2050, mas todos trabalham com o mesmo objetivo de substituir a energia carbônica por uma nova matriz que seja construída progressivamente, e que inclua cada vez mais a energia eólica, solar, maremotriz e biocombustível, com o aproveitamento também de fontes ainda subutilizadas de hidrocarbonetos, como é o caso das areias betuminosas e do hidrato de metano.[...] os estrategistas militares das grandes potências estão prevendo que entre 2020 e 2050/60, todos esses novos armamentos e plataformas militares já estejam enquadrados na nova matriz energética – “limpa e renovável” – que estará nascendo, neste caso, da competição militar entre as poucas grandes potências que disputarão o poder global, durante o século XXI, dentro de um sistema que será, com toda certeza, cada vez mais hierárquico, assimétrico e imperial. (FIORI, 2020)

No capítulo quatro jogaremos luz na Petrobras, com seu papel, definido na Constituição, de provedora da principal matriz energética, da qual depende o desenvolvimento, a soberania e a segurança da nação. Trazemos um pouco da história da estatal, mas, principalmente um olhar sobre a geopolítica do petróleo e sobre os danos causados à imagem da Petrobras pela mídia.

Os excertos de Fuser (2013), Costa (2019) e Fiori (2020), em epígrafe, apontam a centralidade da energia para o desenvolvimento, soberania e segurança das nações. É dos Estados a responsabilidade de garantir esse abastecimento energético, que move e protege o território, conforme nos lembra Fuser. Assim como outros autores, Fiori estima em 30 anos o prazo para o uso do petróleo, e aponta o empenho que as grandes potências mundiais já exercem na busca por fontes alternativas durante essa “transição energética” que já está datada. Assim como outras nações, o Brasil, na década de 1950, também constituiu a sua estatal para produzir hidrocarbonetos, e a partir da década de 1990 também conta com a participação de capital privado. “E é por isso que grandes ou médias e antigas ou novas potências do mundo tornaram-se produtoras, criaram suas empresas privadas ou estatais e organizaram-se para liderar as explorações” (Costa, 2019, p.4), seja nos próprios territórios ou onde tiver petróleo em abundância. Cerca de 90% das reservas petrolíferas do mundo pertencem ao Estado, “sendo exploradas por empresas estatais, que controlam aproximadamente 73% da produção... O papel do Estado é central para a política energética”, também enfatiza Bercovici (2017, orelha de livro).

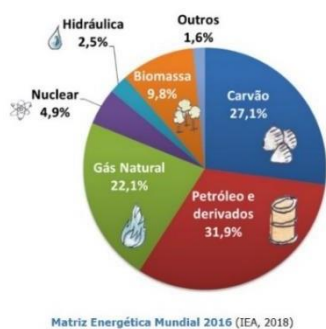
Apesar das garantias constitucionais para o direito dos cidadãos à informação e ao debate das ações governamentais, as informações sobre a Petrobras, pouco ou quase nada aprofundam esses aspectos relacionados ao fornecimento de energia, atrelado ao desenvolvimento, segurança e soberania. O petróleo é muito mais que uma *commodity*, portanto, suas informações não podem receber o mesmo tratamento dispensado à soja, por exemplo. Diante dessa complexidade, decidiu-se pesquisar a imagem da Petrobras propagada pela mídia e para nos balizar formulamos as questões já discutidas nos capítulos anteriores.

4.1 – Transição de matriz energética

Como vimos com Fiori, estamos em fase de transição de matriz energética, o uso do petróleo está datado, seja pela finitude natural por esgotamento, seja pela inviabilização diante do custo da extração e ainda pela existência de forte pressão, diante da poluição e do

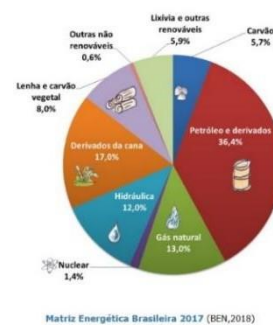
aquecimento global, pela troca por matriz energética renovável (sol, vento, chuva, marés e energia geotérmica...). Ter a Petrobras como produtora, fornecedora, distribuidora interna e exportadora, carrega um grande significado tanto no desenvolvimento quanto nas relações com outros países, como já vimos. Abaixo trazemos os quadros da distribuição da matriz energética brasileira em comparação à mundial, feito pela EPE - Empresa de Pesquisa Energética:

Figura 60 – Matriz energética mundial²⁹



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (IEA/2018)

Figura 61 – Matriz energética brasileira



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (IEA/2018)

A Figura 60, que representa a matriz energética do “mundo”, mostra mais de 80% dessa matriz ainda dependente de carvão, gás natural e petróleo. Em comparação, a taxa do Brasil (Figura 61) é bem menor, 55%. O economista Eduardo Costa Pinto corrobora com o pensamento de Fiori (2020) e lembra que as grandes empresas petrolíferas no mundo estão aumentando investimento em energia limpa pensando na transição energética que vai ser longa; apesar disso, a Petrobras, depois do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, foi colocada na contramão. “A Petrobras que investia bastante em energia renovável até 2015, parou de ampliar esse processo aumentando seu risco e sua vulnerabilidade”, afirma Costa Pinto e José Maria, presidente da Federação Única dos Petroleiros, acrescenta:

A Petrobras está se desfazendo de tudo que ela avalia que não dá lucro. Nós tínhamos algumas usinas de biocombustíveis, simplesmente fechou essas fábricas, energia eólica... não quer mais ser uma empresa que tenha no seu DNA o desenvolvimento do país. Quer se transformar exportadora de óleo cru. Estudos dos últimos cem anos mostram que todas as empresas de petróleo integram verticalmente, do poço ao poste, da produção, do refino, da distribuição, da comercialização, da energia limpa, da questão da energia elétrica ... hoje, por exemplo, na nossa soberania alimentar dependemos totalmente de comprar fertilizantes lá fora, quando tínhamos aqui três fábricas de fertilizantes prontas, produzindo e uma quase pronta. A Petrobras

²⁹ Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acessado em 08/01/2020.

simplesmente saiu desse negócio. E a Petrobras, por ser pública, ela precisa estimular investimento, renda e desenvolvimento nacional.³⁰

Os resultados apresentados nos capítulos anteriores demonstram que esse tipo de indagação e debate fica fora das informações sobre as Petrobras veiculadas pelos dois maiores veículos de comunicação do país, e isso impede que os cidadãos tomem conhecimento, pressionem e participem das decisões.

4.2 - Commodity geopolitizada

Como mostram os gráficos 7 e 8, apesar da transição, o petróleo ainda ocupa grande espaço na produção de energia, no Brasil e no mundo, e está na base de inúmeros produtos, sobretudo dos combustíveis utilizados em veículos, na indústria, no comércio e nos domicílios: gasolina, óleo diesel, querosene, gás de cozinha (GLP). Desde que o petróleo substituiu o carvão, os países têm se tornado dependentes dele, e especialistas avaliam que o período de substituição completa, do petróleo, por energias alternativas, apesar da emergência climática, ainda dure mais três décadas (2050). E o petróleo não se restringe à produção dos combustíveis, como matéria-prima, está presente em lubrificantes, fertilizantes, explosivos, ceras, parafina, asfalto, alimentos, roupas, embalagens, equipamentos eletrônicos, cosméticos, chicletes, giz de cera, remédios, etc e estima-se a existência de mais de 40 mil produtos diferentes.

Com a produção do pré-sal a partir de 2010, o Brasil, além da autossuficiência energética, adquiriu *status* de exportador. Fuser (2013), em epígrafe, lembra-nos do protagonismo do Estado, nesse processo de garantia da energia que permite ao país se mover. E a dependência econômica mundial do petróleo ainda permanece grande, e essa dependência desde o início deu à *commodity* uma dimensão geopolitizada nas relações entre os países fornecedores e importadores de petróleo, portanto, dominar o circuito completo de produção, refino e distribuição de petróleo e de seus derivados continua estratégico, não só para a economia, mas também para a defesa, de acordo com Costa (2019).

Ao apontar o embate geopolítico entre as grandes potências, que disputarão o poder global neste século, já sendo enquadrado na nova matriz energética – “limpa e renovável”, Fiori (2020) enfatiza que “o alto comando estratégico destes países ainda prevê o uso prioritário da energia fóssil em suas várias plataformas militares, pelo menos até 2050”. Ou seja, nos

³⁰ Fonte: Canal Revista Fórum no YouTube. “Balanço da Petrobras e os erros das privatizações”. Debate com José Maria Rangel, coordenador da Federação Única dos Petroleiros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I_A7ukL5CPY&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2mb4HjO_Pq1qyfQtzh_QGsbox1HTediQ7u3RXkUAC9X_Z4c54eoQlv2jQI>. Acessado em 15/05/2020

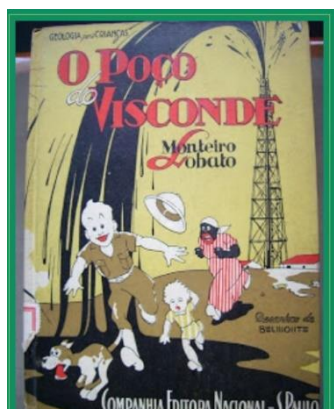
próximos 30 anos muito petróleo ainda vai jorrar “por debaixo da ponte”, e a Petrobras, estatal brasileira é detentora do pré-sal, que fornece petróleo de alta qualidade.

4.3 – Petróleo Brasileiro S/A

A organização para explorar petróleo demorou um pouco para chegar ao Brasil. Até 1930, a existência de petróleo no país era apenas uma suposição, em partes por falta de material e conhecimento geológico. Cohn (2017, p.12) lembra que em 1920, Otávio Brandão anunciou descoberta de petróleo em Alagoas, mas não teve apoio oficial, nem recursos. Nas duas décadas anteriores à criação da Petrobras já existia a polêmica entre grupos privados nacionais e administração pública, sobre como se daria a exploração do petróleo no Brasil e a necessidade de proteger os interesses internos da ingerência externa:

A característica básica desse período é a polêmica entre os órgãos de administração pública e grupos ou cidadãos privados no tocante à política mais adequada para incrementar a exploração do petróleo no país, sem incorrer o risco de fazer o jogo dos grandes grupos internacionais...Eles não hesitavam em acusar os órgãos oficiais...de submissão, ainda quando não deliberada, a esses interesses externos... A manifestação mais vigorosa dessa polêmica partiu de um dos interessados, na época, na exploração do petróleo pela iniciativa privada: Monteiro Lobato. (COHN, 2017, p.30)

Figura 62 – Capa livro “O Poço do Visconde”³¹



Fonte: Blog “Boa semana e outras histórias”

³¹ Fonte: Blog “Boa semana e outras histórias”. Disponível em: < <http://boa-semana.blogspot.com/2008/09/o-poo-do-visconde.html> >. Acessado em 30/11/2020.


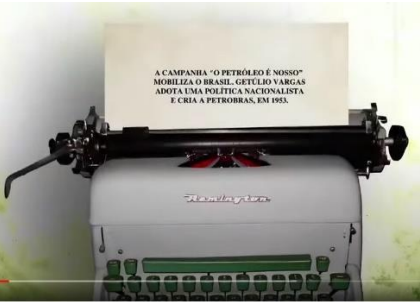

O escritor Monteiro Lobato foi parar na prisão por conta desse embate com o Governo Vargas. Lobato conhecera a indústria automobilística nos Estados Unidos e vislumbrara a importância que o petróleo teria no futuro. Com a Companhia Petróleos do Brasil, furou poços em diferentes regiões do país. Em 1936, ele lançou o livro o “Escândalo do petróleo”, no qual aborda a questão da contribuição do petróleo para o desenvolvimento; e na literatura infantil “O Poço do Visconde”, em 1938. O escritor foi preso, em 1941, pela ditadura Vargas, após enviar uma carta ao governo acusando-o de dificultar o trabalho de empresas nacionais na pesquisa do petróleo:

Em 24 de maio de 1940, o escritor Monteiro Lobato, em plena ditadura do Estado Novo, escreveu uma carta ao presidente Getúlio Vargas, logo seguida de outra ao general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, verberando a “displacência do sr. Presidente da República, em face da questão do petróleo no Brasil, permitindo que o Conselho Nacional do Petróleo retarde a criação da grande indústria petroleira em nosso país, para servir, única e exclusivamente, os interesses do truste Standard-Royal Dutch”. Na missiva ao velho ditador, Monteiro Lobato escreveu que o Conselho perseguia sistematicamente as empresas nacionais, dificultando com “embaraços legais” a exploração do subsolo, disparando verdadeiro tiro de misericórdia nas companhias nacionais com as exigências estabelecidas no Decreto nº 2.179, de 8 de maio de 1940.³²

A descoberta oficial de petróleo no Brasil ocorreu em 1939. Por uma coincidência, o primeiro poço jorrou em Lobato, na periferia de Salvador (BA). O nome do fazendeiro antigo dono do lugar era “Lobato”, mas não tinha parentesco com o escritor.

³² “A Prisão de Monteiro Lobato”: Disponível em:< <http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/a-prisao-de-monteiro-lobato>>. Acessado em 24/04/2020

Figura 63 – Da descoberta à fundação da Petrobras

<p>1939 - Oscar Cordeiro em frente ao poço de Lobato (BA).³³</p>  <p>Fonte: Sindipetro</p>	 <p>34</p> <p>Fonte: Petrobras</p>	<p>1953 – Getúlio Vargas criou a “Petróleo Brasileiro S.A.”³⁵</p>  <p>Em 03/10, pela lei nº 2004, a qual garantiu o monopólio sobre a extração, o refino e o transporte do petróleo em território nacional.</p> <p>Fonte: Petrobras</p>
--	--	---

A Petrobras nasceu como um projeto nacional desenvolvimentista, sua origem, na segunda metade da década de 1940, está relacionada com novos rumos do desenvolvimento brasileiro, que estava no centro das discussões:

Reação nacionalista ganha corpo através das conferências realizadas no Clube Militar, que se tornam o estopim da Campanha do Petróleo, uma das maiores campanhas políticas da história brasileira. Famosa por seu slogan "O petróleo é nosso", em 1948 esta campanha passou a ser articulada pelo recém-criado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, depois Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), que defendeu a tese do monopólio estatal em todas as fases da exploração... Foi esse o quadro encontrado por Getúlio Vargas em janeiro de 1951. Para superar o impasse, em dezembro enviou ao Congresso projeto de lei propondo a criação da "Petróleo Brasileiro S.A." (Petrobras), empresa de economia mista com controle majoritário da União... Mas a essa altura já se encontrava em discussão um outro projeto, apresentado pelo deputado Eusébio Rocha, que mantinha a fórmula de empresa mista, mas estabelecia o rígido monopólio estatal, vedando a participação estrangeira... Enquanto isso, nas ruas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o CEDPEN relançavam a palavra de ordem "O petróleo é nosso". Diante da situação, Vargas optou finalmente pelo monopólio estatal... Em 3 de outubro de 1953, depois de intensa mobilização popular, Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petróleo Brasileiro S. A – Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição. Ao CNP caberia orientar e fiscalizar o

³³ <https://www.sindipetro.org.br/linha-do-tempo-nova/>

³⁴ Memórias Petrobras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4UGB4xZImNs>. Acessado em 25/11/2019

³⁵ Memórias Petrobras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4UGB4xZImNs>. Acessado em 25/11/2019

monopólio da União, sendo reafirmada sua competência, para supervisionar o abastecimento nacional do petróleo.³⁶

Como se pode constatar, desde o processo que antecipou a fundação da Petrobras até os dias atuais, a discussão em torno da forma de administrar a exploração do petróleo brasileiro permanece. Contudo, os autores citados acima corroboram com o pensamento contido na mensagem enviada ao Congresso, pelo então presidente Getúlio Vargas, junto com o projeto n.1516/1951, sobre a constituição da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A.: “Petróleo é um fator básico para a emancipação econômica e o bem-estar social do nosso povo”.

4.4 – Fim do monopólio

Quatro décadas após a fundação da Petrobras, em novembro de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou uma emenda constitucional para acabar com o monopólio da Petrobras na pesquisa, lavra, refino e transporte de óleo e gás. Mas precisou comprometer-se com o Congresso em não privatizar a estatal para ter aprovada a Lei do Petróleo (9.478/97). Silva (2019), citando Lessa (2006), avalia que no período entre (1997- 2006) houve a quebra do monopólio da Petrobras, a emergência do modelo de concessão e o estabelecimento da produção em mar, e que a principal marca não foram os desenvolvimentos técnicos nas atividades de exploração e produção de petróleo, mas a profunda mudança normativa:

Certamente a mais radical desde a promulgação da Lei nº 2.004, de 1953. Isso ocorre a partir da aprovação da Lei nº 9.478, de 1997, conhecida como “Lei do Petróleo”, que revoga a anterior, ao quebrar o monopólio estatal da exploração e produção de petróleo no país e traz profundas alterações à estrutura organizacional da Petrobras. [...] abre diversas frentes de entrada aos agentes privados internacionais no CEP do petróleo no território brasileiro. Dentre elas, claramente está a ampliação dos CCEs financeiros que a Petrobras passa a estruturar no seu interior, dada a alteração do estatuto social da empresa que permite a abertura e negociação de suas ações nas bolsas de valores, logo após essas alterações, há o lançamento de ADRs (American Depositary Receipt) na Bolsa de Nova York e forte movimentação de agentes privados, inclusive estrangeiros, na compra desses ativos financeiros, além de participarem do conselho de administração da empresa (Lessa, 2006 apud SILVA, 2019, p.167,168)

³⁶“Petrobras”.

Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>>.

Acessado em:24/04/2020

A partir daí, o governo passou a leiloar blocos, com a participação das multinacionais do petróleo. Apesar dessa abertura ao mercado, a partir da descoberta do pré-sal, o governo do Partido dos Trabalhadores fez alterações na lei, tornando a Petrobras operadora de todos os blocos do pré-sal, com participação mínima obrigatória de 30% e com exigências de conteúdo local, como visto no capítulo 2. Com base nessas mudanças, agentes do mercado e mídia passaram a acusar o governo de estatismo, mas, em artigo, Bercovicci (2015)³⁷ afirma que apesar de a estatal ser de economia mista não é uma empresa qualquer. A finalidade de sua criação tem os objetivos fixados em lei:

As empresas estatais, como a Petrobrás, estão subordinadas às finalidades do Estado, como o desenvolvimento (artigo 3º, II da Constituição). Neste sentido, é correta a afirmação de que o interesse público é o fundamento, o limite e o critério da iniciativa econômica pública. A legitimação constitucional, no caso brasileiro, desta iniciativa econômica pública, da qual a sociedade de economia mista Petrobrás constitui um exemplo, se dá pelo cumprimento dos requisitos constitucionais e legais fixados para a sua atuação. A criação de uma empresa estatal, como uma sociedade de economia mista ou uma empresa pública, já é um ato de política econômica. Os objetivos das empresas estatais estão fixados por lei, não podendo furtar-se a estes objetivos. Devem cumpri-los, sob pena de desvio de finalidade. Para isto foram criadas e são mantidas pelo Poder Público. A sociedade de economia mista é um instrumento de atuação do Estado, devendo estar acima, portanto, dos interesses privados. (BERCOVICCI, 2015)

Mesmo passando para economia mista, a Petrobras está subordinada ao desenvolvimento da nação brasileira, de acordo com a Constituição, logo, as exigências de conteúdo local com vistas ao desenvolvimento das indústrias e serviços locais estariam em acordo com sua função social. Da mesma forma, o controle sobre as reservas de petróleo encerrados no modo partilha, a venda de ativos, e até as denúncias de casos de corrupção da Lava Jato deveriam levar em conta o interesse público, seja nas relações com o mercado interno, seja com o mercado transnacional. Importante essa pontuação acerca da fundamentação jurídica para o status da Petrobras, em função de todo o debate que permeia a sua administração perenemente em círculos específicos, mas que deveriam estar presente também nas informações veiculadas sobre a empresa, para que o cidadão comum tenha acesso. Diante do interesse manifestado das petroleiras internacionais e agentes do mercado, em regras de contratos para explorar as riquezas do pré-sal que as favorecessem na disputa, o papel constitucional da

³⁷ Brasil Debate. “A natureza jurídica da Petrobras e suas consequências práticas”. Disponível em:< <https://brasildebate.com.br/a-natureza-juridica-da-petrobras-e-suas-consequencias-praticas/#:~:text=Sob%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988%2C%20as%20empresas%20estatais%20como%20a,crit%C3%A9rio%20da%20iniciativa%20econ%C3%B4mica%20p%C3%BAblica>>. Acessado em: 30/11/2020.

Petrobras e o dinheiro público gasto com pesquisas para chegar ao pré-sal precisariam ter sido debatidos à exaustão com a sociedade.

As trocas internacionais fazem parte da globalização, levando-se em conta que “vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 1996, p.15), temos que construir pontes comerciais que garantam trocas bi ou multilaterais que sejam interessantes para as partes envolvidas, buscar respostas objetivas para a pergunta de Santos (1996, p.57): “Em que medida cada sociedade local poderá incorporar os vetores verticais sem recusar sua participação no mundo e sem comprometer a realização de seu próprio telos? Tal é a verdadeira questão moral e política colocada pelo processo e pelas realidades da globalização”. Santos coloca como o principal desafio preservar interesses nas relações entre nações, ele fala nos “pontos de equilíbrio”. A administração da Petrobras, importante patrimônio nacional, nos remete à essa reflexão.

4.5 – Valor de mercado da Petrobras

A partir de 2006³⁸, a Petrobras conquistou a autossuficiência energética e manteve a alta capacidade de gerar empregos e fomentar o dinamismo do circuito espacial de produção do petróleo, e com isso desenvolver papel importante para que o Brasil saia da condição de país subdesenvolvido. A Petrobras é detentora de três prêmios “*OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations, and Institutions*”, como reconhecimento às tecnologias de ponta desenvolvidas para a produção de petróleo em águas profundas.

³⁸ Informações da ANP - Agência Nacional do Petróleo, divulgadas pela mídia.<Disponível em:

Figura 64 – Petrobras: Valor 6 vezes maior em 12 anos



Fonte de dados: Petrobras

Em 2014, a Petrobras publicou em seu site informações sobre o salto que dera seu valor de mercado, entre 2002 e 2014, passando de US\$15,5 bilhões de dólares para US\$ 104,9 bilhões.

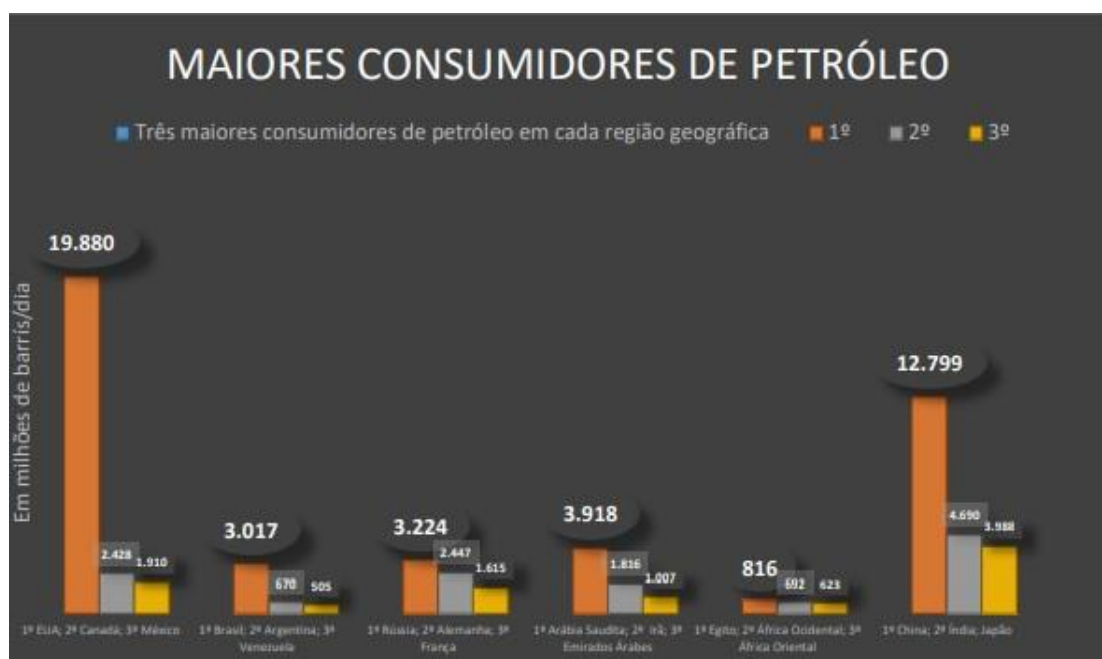
De acordo com informações de junho de 2016, disponibilizadas no site da empresa, a estatal estava nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Para tanto, presente em 19 países; com uma produção diária de 2 milhões 787 mil barris de óleo; com reservas provadas de 13,3 bilhões de barris de óleo; 122 plataformas de produção (64 Fixas, 58 flutuantes); 16 refinarias (três no exterior); produzindo 2 milhões e 26 mil barris por dia de derivados; uma Frota de 181 navios (sendo 55 de propriedade da Petrobras); possuía 78.470 empregados; cinco usinas de biodiesel (três próprias e duas em parceria); 10 usinas de etanol em parceria; 20 usinas termelétricas (próprias e alugadas); uma usina de energia Eólica, uma usina solar voltáica; 8.176 postos de combustível (no Brasil) e uma fábrica de fertilizantes. Ou seja, figurava entre as 15 maiores petroleiras do planeta e com *know-how* exclusivo de exploração de petróleo em águas profundas. Além do papel de fomento aos negócios do circuito nacional de produção do petróleo.

Apesar do potencial e respeito que a empresa amalhou ao longo de seis décadas, em 2015, após escândalos diários relacionados à operação “Lava Jato”, o Brasil e o mundo assistiram ao que mais pareceu uma campanha de esfacelamento da Petrobras. Conforme assinalado em capítulos anteriores, a operação que descobriu um esquema de corrupção

envolvendo políticos, empresários e diretores da empresa chacoalhou a Petrobras com a força de um furacão.

Para visualizar o panorama contemporâneo da geopolítica mundial do petróleo, os próximos gráficos trazem a demanda, produção, importação e exportação e reservas provadas, de petróleo no mundo em 2017, de acordo com os dados do Anuário Estatístico/2018 da Agência Nacional do Petróleo:

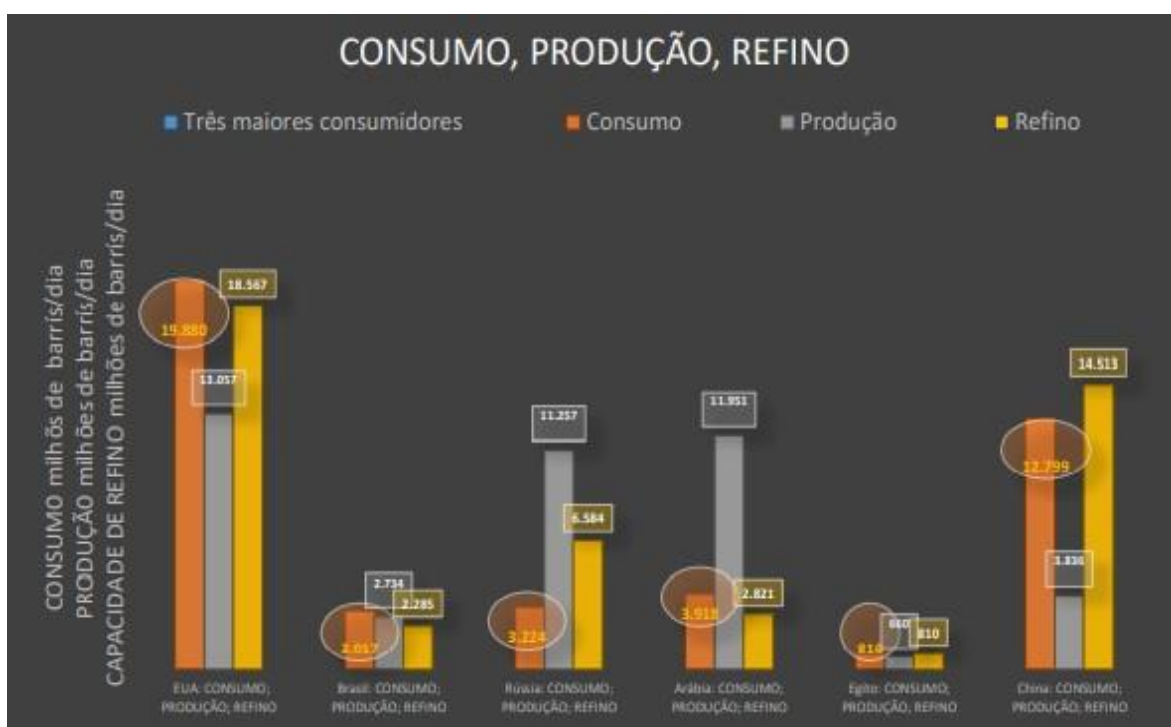
GRÁFICO 5 – Maiores consumidores de petróleo no planeta



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico ANP - 2018

A divisão regional é da ANP, e de acordo com essa divisão em 2017, os grandes consumidores são EUA; China; Índia; Japão; Arábia Saudita; Rússia e Brasil.

Gráfico 6 – Consumo, produção e refino no mundo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico ANP – 2018.

O Gráfico 6 espelha a demanda, a produção e a capacidade de refino em 2018 de cada um dos maiores consumidores em cada região, seguindo a divisão regional da ANP. De acordo com as informações do Anuário da ANP, EUA, o maior consumidor, tinha uma produção um pouco abaixo de sua demanda, porém, uma capacidade de refino que lhe permitia importar óleo bruto, mais barato e refinar; China, segunda maior consumidora, produzia apenas um quarto, contudo, tinha capacidade de refino superior à sua demanda; Arábia Saudita produzindo três vezes mais que sua demanda; Rússia produzindo quatro vezes sua necessidade de consumo e com capacidade de refino para o dobro de sua demanda. O Brasil em 2017 com o pré-sal, já produzia próximo de sua demanda, entretanto, refinava abaixo, apesar das 16 refinarias declaradas pela Petrobras, 13 no Brasil. Em artigo publicado na Revista Carta Capital³⁹, os economistas Rodrigo Pimentel Ferreira Leão e Cloviomar Cararine abordaram as consequências da subutilização e venda das refinarias da Petrobras:

³⁹ *Rodrigo Pimentel Ferreira Leão é economista, mestre em desenvolvimento econômico (IE/UNICAMP). Foi gerente-executivo de planejamento da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). Atualmente é um dos coordenadores do Grupo de Estudos Estratégicos e Propostas (GEEP) da FUP e pesquisador da Cátedra Celso Furtado/FESP-SP.

A taxa de utilização do parque de refino, em um ano, caiu de 84% para 77%. Isso, evidentemente, ocorre em paralelo com o ingresso das empresas importadoras de derivados de combustíveis no Brasil, o que levou ao aumento da importação em 33% somente nos primeiros seis meses deste ano. Sem dúvida, o novo cenário reflete a estratégia de desindustrialização da empresa, estimulando o aumento da concorrência e a perda de mercado, e a venda indiscriminada de ativos... A Petrobras tem direcionado fortemente sua atuação para a exploração e a venda de petróleo cru e abandonado as atividades de processamento para produção de derivados e de produtos químicos. No caso do refino... observa-se, por um lado, tratativas para a venda de refinarias, como a RLAM na Bahia, e, por outro, uma forte retração da utilização do refino, como aponta o último balanço trimestral da companhia. No caso do setor petroquímico, a Petrobras anunciou sua saída deste segmento. Em suma, a estatal deixa de ser a empresa integrada do “poço ao posto” para se tornar uma produtora e exportadora de petróleo cru, ou seja, uma empresa do “poço ao porto”. (CARINE; LEÃO, 2017)⁴⁰

Uma discussão que precisaria ter sido feita à exaustão nas matérias sobre venda de ativos, analisadas nos capítulos anteriores, mas não a encontramos. O que significa exportar petróleo cru e petróleo refinado? Refino é o setor que mais gera recursos, o engenheiro Paulo César Ribeiro Lima contribuiu no tocante a esta questão, em artigo para o site da AEPT intitulado “A importância estratégica do refino para o Brasil e para a Petrobrás”:

De 1954 ao início da década de 1980, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás foi uma empresa, basicamente, de refino. Naquele período, apesar de a produção de petróleo ser muito abaixo da sua demanda, o Brasil se orgulhava de ter uma capacidade de refino superior às suas necessidades de derivados.... Está em curso a privatização não somente das refinarias, mas de oleodutos e terminais das regiões Nordeste e Sul.... Importa ressaltar que os preços praticados pela Petrobrás podem ser administrados pela União, que detém o controle do capital votante da empresa. Um monopólio privado, sem regulação, poderá levar à escassez de suprimento e ao aumento do preço dos derivados. Importa destacar que a Petrobrás produz petróleo e derivados com alta eficiência e baixo custo. As privatizações e desinvestimentos em curso reduzem deliberadamente a participação da Petrobrás em atividades previstas no seu objeto social, a despeito do relevante interesse coletivo, com efeitos sobre a atividade da empresa e sobre a economia brasileira. As atividades de refino e logística não são importantes apenas para o Brasil e para a Petrobrás; elas são fundamentais para todos os países e para as grandes empresas petrolíferas, privadas ou estatais, como a ExxonMobil, Shell, Rosneft e CNPC. Nos Estados Unidos e na China, a capacidade de refino de petróleo é muito superior à capacidade de produção. Na Rússia, segundo maior exportador de petróleo do mundo, a capacidade de refino é duas vezes maior que o consumo. No Brasil, a capacidade de refino é inferior tanto à capacidade de produção quanto ao consumo. (LIMA, 2018)⁴¹

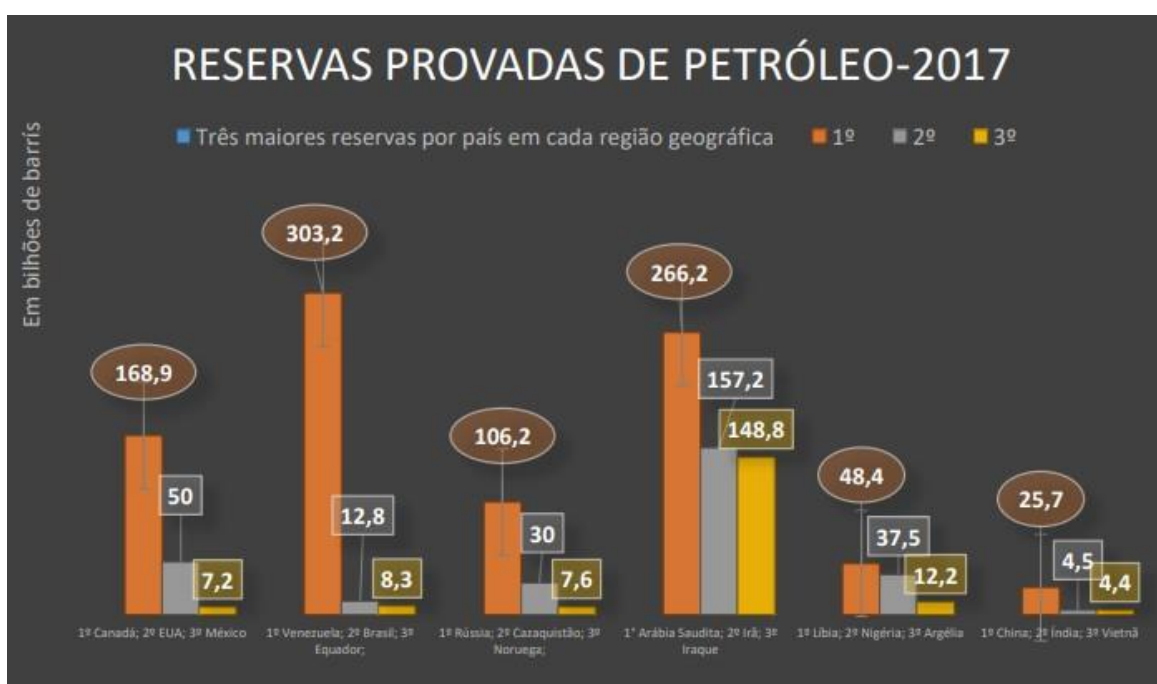
⁴⁰ “A irracionalidade dos desinvestimentos da Petrobras”. Publicado em 14/08/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-irracionalidade-dos-desinvestimentos-da-petrobras/>>. Acessado em: 27/10/2020.

⁴¹ A importância estratégica do refino para o Brasil e para a Petrobrás, Paulo César Ribeiro Lima é PhD em Engenharia Mecânica pela Cranfield University (1999), ex-consultor legislativo do Senado Federal e ex-consultor

Corroborando com o pensamento de Lima, em 2019, em entrevista ao site Brasil 247⁴², o professor Bercovicci, declarou que "só alguém que não tem nenhuma noção de petróleo, que não sabe o que é empresa integrada, não sabe a importância do refino para a geração de recursos para uma empresa petrolífera".

O petróleo está datado com estimativa de uso restrita às próximas três ou quatro décadas, considerando o quadro atual das reservas mundiais, conforme mostra o gráfico 7 de acordo com dados da ANP:

GRÁFICO 7 – Reservas mundiais de petróleo provadas em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico ANP – 2018

A maior reserva provada é a da Venezuela, seguida pela Arábia Saudita, Canadá e Rússia, conforme dados do anuário da ANP. De acordo com Fuser, (2013, p.55), “as reservas provadas correspondem ao volume de óleo que pode ser extraído de uma determinada jazida, em condições economicamente viáveis, com um grau de certeza estimado em 90% ou mais. Em geral, são reservas já comprovadas por meio da perfuração de poços”.

legislativo da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2527-a-importancia-estrategica-do-refino-para-o-brasil-e-para-a-petrobras>>. Acessado em 02/05/2020

⁴² “Bercovicci sobre a Lava Jato: cinco anos de destruição na economia”. Disponível em: < <https://www.brasil247.com/brasil/bercovici-sobre-a-lava-jato-cinco-anos-de-destruicao-na-economia>>. Acessado em: 30/11/2020.

Os dois maiores consumidores, Estados Unidos e China, não estão entre os possuidores das maiores reservas. No caso dos EUA, dos 50 bilhões de barris atribuídos à sua reserva, especialistas avaliam como sendo boa parte extraída de xisto⁴³, e esse fator encarece muito a extração. Oficialmente, a reserva provada do Brasil seria de 12 bilhões de barris em 2017, porém, estima-se que esse número seja muito maior. Em entrevista⁴⁴ para este trabalho, em março de 2020, o professor Igor Fuser afirmou que “as estimativas são muito descontraídas, porém uma estimativa realista fica entre 80 bilhões e 120 bilhões”, lembrando que o petróleo do pré-sal é de primeira qualidade, com maior valor de mercado. Fuser (2013, p.10) cita Hobbes para exemplificar as possibilidades de conflito para se ter acesso aos recursos naturais de energia: “Se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo em que é impossível a ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E, no caminho para o seu fim (...), esforçam-se por destruir ou subjugar o outro”⁴⁵, e acrescenta:

A inserção dos conflitos energéticos globais em uma lógica Norte-Sul se deve a dois motivos: a) concentração geográfica dos recursos energéticos exportáveis no Oriente Médio, América Latina e antiga União Soviética; b) esgotamento rápido das reservas dos EUA, país que a partir da década de 1970 passou de exportador a importador líquido de petróleo. A segurança energética passou, desde então, a ocupar um lugar central nos cálculos dos países mais ricos, que encaram o acesso a recursos de energia a preços aceitáveis como uma prioridade estratégica. O tema foi securitizado na medida em que os EUA passaram a incluir entre os seus “interesses vitais” a garantia do acesso às fontes mundiais de petróleo para si e para os seus aliados. Se é um interesse vital, justifica-se o uso da força militar para garantir que ele seja atendido. Assim a questão partiu do âmbito econômico para se tornar explicitamente uma questão militar. (FUSER, 2013, p. 196-197)

As batalhas também podem ser comerciais, como as travadas com os governos da Venezuela, detentora da maior reserva provada de petróleo do planeta. Artigo da Revista Carta Capital com o título, “As investidas dos EUA na Venezuela e o golpe no Brasil têm explicações no petróleo e na geopolítica”, dá mostras da necessidade de aprofundar o debate:

⁴³ O xisto betuminoso possui atributos de carvão e de petróleo. Por destilação fracionada, a seco, produz gasolina, gás combustível, enxofre, etc.. Entretanto, trata-se de um processo poluente e economicamente desvantajoso. O Brasil possui uma das maiores reservas mundiais de xisto betuminoso. Disponível em: <<http://cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo1A/xisto.html>>. Acessado em 01/12/2020.

⁴⁴ Entrevista realizada via online, ocorrida em 04 de maio de 2020.

⁴⁵ Thomas Hobbes, no Livro XIII do Leviatã, apud, FUSER, Igor. Energia e Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013.

Qualquer julgamento apressado e tutelado pela mídia internacional sobre a situação na Venezuela e o que realmente está por trás dessa Guerra Fria 2.0, como bem define o analista geopolítico independente e jornalista Pepe Escobar, é injusto. Isso se estende ao Brasil e à América Latina, na medida em que seus recursos cometem o “crime” de não estarem em solo norte-americano ou europeu... A despeito de todos os equívocos na condução econômica da Venezuela, não diversificando suas fontes de receita e tendo que importar grande parte da comida e todos os demais problemas que todo país tem, ainda mais dadas as condições extremas inflamadas pelos EUA, desde Chávez os fatos mostram que as intervenções externas, como o embargo criminoso imposto pelos EUA é que são a grande causa da situação venezuelana. (GARCIA, 2019)⁴⁶

Esse olhar para a geopolítica do petróleo indica que a descoberta do pré-sal coloca o Brasil nessa arena de disputa internacional vivenciada historicamente, por países fornecedores e compradores do “ouro negro”.

4.6 – Hard ou Soft Power?

Um evento interessante passou despercebido pela maioria da população brasileira em 2008. A IV frota de navios de Guerra dos EUA que ficou desativada por 58 anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, foi reativada, em 28 de julho de 2008, logo após o anúncio da descoberta do pré-sal. Houve estranhamento da iniciativa por autoridades brasileiras e da região que quiseram saber do governo estadunidense o motivo para a sua reativação oficial. Em matéria da Folha de S. Paulo, do dia 13 de julho, a resposta foi dada pelo chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, almirante Gary Roughead: “O foco da IV Frota estará nas ações humanitárias, mas que ninguém se engane: ela estará pronta para qualquer tipo de ação, em qualquer lugar e a qualquer momento”, afirmou à época. Em 18 de setembro de 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez a seguinte declaração: “os homens já estão aí com a Quarta Frota, quase em cima do pré-sal... Então a nossa Marinha tem que ser a guardiã das nossas plataformas em alto-mar para fiscalizar esse patrimônio”.⁴⁷ O assunto foi abordado com preocupação, em um dos telegramas trocados entre o consulado dos EUA, no Brasil, e

⁴⁶ Diego Fernando Machado Garcia, em artigo publicado na revista Carta Capital, em 17/02/2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/o-que-a-ascensao-da-eurasia-tem-a-ver-com-venezuela-e-brasil/>>. Acessado em 11/12/2020.

⁴⁷ O Globo, 19 de setembro de 2008, p. 31.

Washington, "não poderia ter sido pior", causando uma reação nacionalista e protecionista no Brasil, conforme publicações da Folha de S. Paulo⁴⁸:

“They also expressed concern about the recent announcement of the reestablishment of the Fourth Fleet headquartered in the U.S. Southern Command, which occurred at about the same time as the Santos Basin reserves became public knowledge. They explained that the GOB is very sensitive about sovereignty and that the Fourth Fleet announcement "could not have come at a worse time," causing a nationalist, protectionist reaction in Brazil. There is concern that the United States could threaten to use its considerable military assets to commandeer and exploit Brazil's offshore assets. The IBP officials felt that an offer to help Brazil develop a defense system to protect its "blue Amazon" would hurt her build on an already positive relationship that exists between our two Presidents. Ambassador Sobel assured the IBP officials that the United States does indeed recognize Brazil's economic zone as extending 200 miles off Brazil's coastline. He stated that he would seek guidance on this issue and raise it with DHS Secretary Chertoff and Defense Minister Nelson Jobim.”⁴⁹ (FSP, 2010)

“Há uma preocupação de que os Estados Unidos possam ameaçar usar seus consideráveis ativos militares para comandar e explorar os ativos offshore do Brasil”, informa o telegrama. Contudo, afirma que o embaixador Sobel assegurou que os EUA reconhecem a zona econômica do Brasil e que procuraria Nelson Jobim, Ministro da Defesa na época. Porém, o mesmo conjunto de telegramas dá conta de outra movimentação dos EUA, na direção da riqueza nacional, brasileira, a incidência política vertical, a cooptação de atores internos, que torna as fronteiras porosas ao interesse externo. A mensagem enviada a Washington afirma que o grupo representante das petroleiras internacionais, aqui no Brasil, ainda não teve êxito nos esforços contra a aprovação da nova legislação do pré-sal na Câmara dos Deputados:

ELECTION YEAR MAKING FOR A "HARD BATTLE" FOR INDUSTRY 2. (C) Although major international and independent oil companies (IOCs) continue to view the regulatory framework to develop Brazil's offshore Pre-salt oil and gas reserves as potentially debilitating to their future exploration and production (E&P) operations

⁴⁸ “Empresa ouviu Serra sobre novas regras do pré-sal; leia em inglês”. FSP, 13/12/2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/12/844648-empresa-ouviu-serra-sobre-novas-regras-do-pre-sal-leia-em-ingles.shtml>>. Acessado em 12/04/2019.

⁴⁹ Tradução nossa: “Também expressaram preocupação com o recente anúncio do restabelecimento da Quarta Frota sediada no Comando Sul dos Estados Unidos, ocorrido quase ao mesmo tempo que as reservas da Bacia de Santos se tornaram de conhecimento público. Explicaram que governo brasileiro é muito sensível quanto à soberania e que o anúncio da Quarta Frota "não poderia ter vindo em pior hora", causando uma reação nacionalista e protecionista no Brasil. Há a preocupação de que os Estados Unidos possam ameaçar usar seus consideráveis ativos militares para comandar e explorar os ativos offshore do Brasil. Os funcionários do IBP sentiram que uma oferta para ajudar o Brasil a desenvolver um sistema de defesa para proteger sua "Amazônia azul" iria ajudá-la a construir um relacionamento já positivo que existe entre nossos dois presidentes. O embaixador Sobel assegurou aos funcionários do IBP que os Estados Unidos realmente reconhecem que a zona econômica do Brasil se estende por 320 quilômetros da costa brasileira. Ele afirmou que buscaria orientação sobre o assunto e a levantaria com o secretário Chertoff do DHS e com o ministro da Defesa, Nelson Jobim.”

here, the Rio de Janeiro-based industry group that represents these companies has thus far been unsuccessful in efforts to enact changes to the law in the House of Deputies. Patricia Pradal, head of government relations for Chevron told Econoff on November 19 that since President Lula announced the framework on August 31, industry had been fighting a "hard battle" to enact changes to the legislation, but the House of Deputies has not taken any industry concerns into consideration. (Note: Pradal also heads the steering committee of the Brazilian Institute for Petroleum (IBP), the industry umbrella group that represents all major international and independent oil companies operating in Brazil, including Petrobras. She spoke to Econoff in this capacity. End Note). Pradal lamented the lack of support from opposition parties in Congress, blaming Presidential and Congressional elections next year and explaining, "The PSDB [primary opposition party] simply has not shown up to this debate." She expressed begrudging respect to President Lula's International Relations Adviser Marco Aurelio Garcia and Press Secretary Franklin Martins as the principal orchestrators of the Government's strategy, stating, "They are the professionals, and we are the amateurs."⁵⁰ (FSP, 2010)

Patricia Pradal, chefe de relações governamentais da Chevron, e que ao mesmo tempo chefia o comitê de direção do Instituto Brasileiro⁵¹ de Petróleo (IBP), cobra apoio do PSDB na batalha pela mudança da lei de partilha, implementada pelo governo do Partido dos Trabalhadores, que vimos em capítulos anteriores. Pradal culpa a proximidades das eleições pela ausência de oposição, diz que falta a José Serra, então candidato à presidência, senso de urgência:

“PSDB'S SERRA REPORTEDLY OPPOSES FRAMEWORK, BUT NO SENSE OF URGENCY 3. (C) According to IBP's Pradal, likely PSDB 2010 Presidential Candidate Jose Serra opposed the framework, but seemed to lack a sense of urgency on the issue. She quoted him as telling industry representatives, "Let those guys [Worker's Party] do what they want. There will be no bid rounds, and then we will show everyone that the old model worked...And we will change it back." As for what would happen to foreign o

⁵⁰ Tradução nossa:” ANO ELEITORAL FAZENDO UMA "BATALHA DURA" PARA A INDÚSTRIA 2. (C) Embora as grandes empresas internacionais e independentes de petróleo (IOCs) continuem a ver a estrutura regulatória para desenvolver as reservas offshore de petróleo e gás do Pré-sal no Brasil como potencialmente debilitantes para sua exploração futura e operações de produção (E&P) aqui, o grupo industrial do Rio de Janeiro que representa essas empresas não teve sucesso nos esforços para promulgar mudanças na lei na Câmara dos Deputados. Patricia Pradal, chefe de relações governamentais da Chevron, disse à Econoff em 19 de novembro que desde que o presidente Lula anunciou a estrutura em 31 de agosto, a indústria vinha travando uma "dura batalha" para promulgar mudanças na legislação, mas a Câmara dos Deputados não tomou nenhuma preocupação da indústria em consideração. (Nota: Pradal também dirige o comitê gestor do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), o grupo guarda-chuva da indústria que representa todas as grandes empresas de petróleo internacionais e independentes que operam no Brasil, incluindo a Petrobras. Ela falou para a Econoff nesta capacidade. Nota final.) Pradal lamentou a falta de apoio dos partidos de oposição no Congresso, culpando as eleições presidenciais e parlamentares do próximo ano e explicando: "O PSDB [principal partido de oposição] simplesmente não apareceu neste debate". Ela expressou respeito relutante ao assessor de Relações Internacionais do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, e ao secretário de Imprensa Franklin Martins como os principais orquestradores da estratégia do governo, afirmando: "Eles são os profissionais e nós os amadores"

⁵¹ IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo Gás e biocombustíveis, reúne representantes de petroleiras transnacionais (Shell, Exxonmobil, Chevron, Brasken entre outras) e da Petrobras.

il companies in the meantime, Serra reportedly remarked, "You will come and go." Congressional sources have also told Embassy officers that Serra has signaled PSDB and other opposition sources that they should amend - but not oppose the final Pre-Salt legislation, and urged opposition legislators to avoid vocal opposition to the law."⁵² (FSP, 2010)

As informações de Pradal nos remetem à cooptação de atores da política para normatizar verticalmente o território, de acordo com seus interesses (Raffestin, 1993; Arroyo, 2006). De acordo com Pradal, da Chevron/IBP, o provável candidato à presidência do PSDB 2010, José Serra, se opôs à estrutura, mas parecia não ter um senso de urgência sobre o assunto. Segundo Pradal, Serra estaria apostando na sua vitória: "Deixe esses caras [Partido dos Trabalhadores] fazerem o que quiserem. Não haverá rodadas de licitações, e então mostraremos a todos que o modelo antigo funcionou ... E vamos mudar de novo". "Você vem e vai". Ademais, também desaconselhou o posicionamento verbal contra a lei que mudava o marco regulatório da exploração do petróleo no Brasil. Os telegramas também apontam preocupação com o fato de a Petrobras ser operadora única:

“PETROBRAS AS CHIEF OPERATOR UNIVERSALLY CRITICIZED 6. (C) Industry continues to argue the most detrimental aspect of the framework on the commercial viability of future Pre-salt operations is Petrobras' designation as chief operator, part of the bill addressing PSAs. Emphasizing a point she made to the Charge d'Affaires on September 1 (reftel B), Exxon's Lacerda said having Petrobras run all Pre-salt blocks will effectively relegate oil companies to mere financing bodies.”⁵³ (FSP, 2010)

No texto do telegrama enviado a Washington, Lacerda da Exxon vê na possibilidade de ter a Petrobras administrando todos os blocos do pré-sal, as empresas de petróleo serem relegadas apenas ao papel de financiadoras. Uma avaliação diferente daquela vista no capítulo 2, de Fernando Siqueira – vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras: “Se ela (Petrobras) for operadora única, ela inibe os dois maiores focos de corrupção que é o superdimensionamento dos custos de produção e a medição fraudulenta”. O texto de um dos

⁵² Tradução nossa: “SERRA DO PSDB SE OPÕE ABERTAMENTE À ESTRUTURA, MAS SEM SENSO DE URGÊNCIA 3. (C) De acordo com Pradal do IBP, o provável candidato presidencial do PSDB 2010, José Serra, se opôs à estrutura, mas parecia não ter senso de urgência na questão. Ela o citou dizendo a representantes da indústria: "Deixe esses caras [Partido dos Trabalhadores] fazerem o que quiserem. Não haverá rodadas de licitação e então mostraremos a todos que o modelo antigo funcionou ... E vamos mudá-lo de volta." Quanto ao que aconteceria com as empresas de petróleo estrangeiras nesse ínterim, Serra teria dito: "Você vai e vem". Fontes do Congresso também disseram aos oficiais da Embaixada que Serra sinalizou ao PSDB e outras fontes da oposição que eles deveriam emendar - mas não se opor à legislação final do Pré-Sal, e instou os legisladores da oposição a evitarem oposição vocal à lei”.

⁵³ Tradução nossa: “PETROBRAS COMO OPERADORA CHEFE UNIVERSALMENTE CRITICADA 6. (C) A indústria continua a argumentar que o aspecto mais prejudicial da estrutura sobre a viabilidade comercial das operações futuras do Pré-sal é a designação da Petrobras como operadora principal, parte do projeto de lei que trata dos PSAs. Enfatizando um ponto que ela colocou ao diplomata em 1 de setembro (reftel B), Lacerda da Exxon disse que a Petrobras administrando todos os blocos do pré-sal irá efetivamente relegar as empresas de petróleo a meros órgãos de financiamento.”

telegramas aponta que a nova estratégia é fazer incidência política no Senado, para combater as mudanças na legislação do petróleo da Petrobras:

INDUSTRY STRATEGY: WHAT NOW? 11. (C) With industry resigned to the passage of the framework's four bills in the House of Deputies (for the most part in current forms), its strategy going forward is to focus on the Senate, which has a greater number of opposition legislators than the House of Deputies... She also said it would be ideal to prevent a Senate vote before May, which could then push a vote back until after the October Presidential and Congressional elections..." Exxon would now also branch out on its own to conduct lobbying efforts. Pradal emphasized both IBP and Chevron's hope that Ambassador-designate Shannon could make a significant impact in this debate, and asked Econoff on multiple occasions when congressional confirmation was expected... in at least forcing a delay of a Senate vote until after a possible - but uncertain - victory of an opposition President."⁵⁴ (FSP, 2010)

Eles contavam também com a pressão que Shannon, o novo embaixador, poderia fazer e estavam preocupados em não fomentar um debate nacionalista. O objetivo era adiar uma votação no Senado até depois de uma possível - mas incerta - vitória de um presidente da oposição. É uma guerra com outras armas, é a prática do "Soft Power", de Nye, como nos fala Martinelli (2016):

De acordo com a compreensão de Nye, o Hard Power, poder militar e econômico, e o Soft Power, fonte de poder sedutor ideológico-social-cultural, devem ser complementares para que um Estado consiga manter sua posição de hegemonia, ou vir a ser um ator hegemônico, não podendo se focar em apenas uma dessas duas fontes de poder, e sim nas duas, para que sejam complementares e efetivas (NYE, 2002, apud Martinelli, 2016, p.70).

Como vimos anteriormente, a movimentação da IV Frota dos EUA na região próxima ao pré-sal passou uma primeira impressão a alguns de que os interesses internacionais seriam impostos pelo Hard Power, contudo, os diálogos entre a embaixada estadunidense no Brasil e Washington deixam claro que a guerra iniciou em modo Soft Power, cooptando atores internos, intervindo direta e indiretamente na votação do marco regulatório da extração, produção e comercialização do petróleo da Petrobras. Perante o petróleo do pré-sal brasileiro e a possível disputa internacional, torna-se importante analisar essas denúncias, divulgadas pelo *WikiLeaks*,

⁵⁴ Tradução nossa: "ESTRATÉGIA DA INDÚSTRIA: E AGORA? 11. (C) Com a indústria conformada com a aprovação dos quatro projetos de lei do arcabouço na Câmara dos Deputados (em sua maioria nas formas atuais), sua estratégia daqui para frente é focar no Senado, que tem um maior número de parlamentares de oposição do que a Câmara dos Deputados ... Ela também disse que seria ideal impedir uma votação no Senado antes de maio, o que poderia atrasar a votação até depois das eleições presidenciais e congressionais de outubro ... "A Exxon agora também se ramificaria por conta própria para conduzir esforços de lobby. Pradal enfatizou as esperanças do IBP e da Chevron de que o embaixador designado Shannon pudesse ter um impacto significativo neste debate, e perguntou ao Econoff em várias ocasiões quando a confirmação do Congresso era esperada ... em pelo menos forçar um adiamento da votação no Senado até depois de uma possível - mas incerta - vitória de um presidente da oposição".

de conversa que teria ocorrido entre o então candidato à presidente José Serra, do PSDB, e a petroleira estadunidense Chevron, na qual o político teria afirmado: “Deixa esses caras (do PT) fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitações não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo funcionava [...] E nós mudaremos de volta”. (FSP, 13/12/2010)⁵⁵. Denúncia que foi publicada pela mídia, mas não obteve o mesmo tratamento dispensado a outras informações, não foi repetida centenas, milhares de vezes, portanto, não chegou ao conhecimento da maioria da população. A publicação do próprio *WikiLeaks*, disponível na internet, informa o título de um dos telegramas⁵⁶: **“A indústria de petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal?”**

Pela Lei Federal nº 12.351/2010, a Petrobras deveria atuar como operadora única dos campos do pré-sal, além de possuir participação obrigatória de, no mínimo, 30% nos grupos de exploração e produção. Pelo projeto de lei apresentado pelo então, Senador José Serra⁵⁷, em 2015, a Petrobras deixaria de ser a operadora de todos os blocos contratados sob o regime de partilha de produção, portanto, perderia o controle. Note-se aqui, que no capítulo anterior expusemos uma carta à imprensa, do político José Serra, afirmando que nunca ocorrera a conversa dele com representante da Chevron, com a promessa de que mudaria a lei de exploração do petróleo da Petrobras. Apesar da negativa, as mudanças só não foram maiores em função do embate ocorrido no congresso com os políticos contrários às mudanças no contrato de partilha, propostos por Serra. A atuação do ator político brasileiro José Serra, e a falta de divulgação por parte da mídia de massa nos remete ao pensamento de Boa Ventura de Souza Santos, (1997), quando afirma que “países centrais do capitalismo, as empresas a eles aliadas, e as organizações internacionais que eles controlam se apropriem de parte da soberania dos outros Estados nacionais”, (Santos B., 1997, apud TOZI, 2005, p. 7).

Em nosso estudo, entendemos que o que está em jogo é a possibilidade de controlar a Petrobras e se permitir a apropriação do pré-sal. E essa arquitetura, envolvendo atores internos e interesses externos, poderia ser analisada também à luz de Arroyo (2006), com a criação de normas que garantem “porosidade dos territórios nacionais”, em sua leitura sobre as condições criadas para a circulação de capital entre os países:

⁵⁵ Notícia publicada no jornal Folha de S. Paulo de em 13 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1312201002.htm>. Acessado em 22/08/2016

⁵⁶ Disponível no site do WikiLeaks: <https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html>. Acessado em: 10/09/2016.

⁵⁷ O político José Serra foi eleito prefeito de São Paulo, em 2004, deixou o cargo, para ser governador em 2006; foi candidato presidencial em 2010, perdeu para a petista Dilma Rousseff. Em 2015 foi eleito Senador.

Deve-se entender o papel da porosidade dos territórios nacionais. Seu aprofundamento é resultante da interação combinada dos Estados e das grandes empresas a partir da criação de normas específicas em diferentes níveis geográficos (mundial, regional – supranacional – e nacional). [...] A abertura da economia, decisão política dos governos nacionais, busca eliminar qualquer restrição ao movimento dos capitais, criando as condições necessárias para sua expansão. Assim, a redefinição do aparelho normativo a partir das exigências do mercado é uma demonstração da opção dos Estados por oferecer as melhores condições aos setores mais concentrados da economia. Não se trata, então, de um Estado ausente, mas sim de um Estado que opta por acentuar a porosidade de suas fronteiras territoriais. As políticas de reforma econômica que incluem, além da abertura dos mercados e das privatizações, diminuição dos controles ao setor privado e redução do aparelho estatal, são medidas que apontam à conformação de espaços regulados privadamente. (p.5-6)

A possibilidade desse controle da política interna de exploração do petróleo, por agentes externos, ocorre sem que a população possa participar, por falta de informação adequada sobre esse processo, no qual as fronteiras são ressignificadas, por agentes internacionais em parceria com atores neoliberais da política nacional, permitindo novos ordenamentos e usos do território.

4.7 - A imagem distorcida da Petrobras

O Brasil, com o pré-sal, reforçou sua participação no grupo dos grandes produtores de petróleo do mundo, e passou a ocupar mais espaço nesse cenário de disputa por energia e poder econômico e político. E para que os brasileiros, proprietários da Petrobras, tenham consciência sobre isso, seria preciso que os meios de comunicação abordem todos os aspectos envolvidos na composição dessa disputa internacional, que é permanente. Mas não é o que se encontra quando se analisa as notícias sobre a estatal na mídia nacional, como foi discutido nos capítulos anteriores. No período deste estudo a Petrobras virou sinônimo de escândalo de acordo com a imagem formatada pelos meios de comunicação, a partir da operação Lava Jato, além dos escândalos de corrupção começaram a imputar à empresa uma atmosfera de perdas, prejuízos.

No início de 2016, ambos os jornais começaram a repercutir um balanço da Petrobras rasgando manchetes sobre prejuízos recorde, a partir da divulgação do balanço de 2005, conforme recuperação de títulos publicados em O Globo e Folha de S. Paulo em 21 de março de 2016, Figura 65:

Figura 65 – Manchetes sobre a situação econômica da Petrobras em 2016, segundo Folha de S. Paulo e O Globo

Fonte: resultado de busca no site Google, acesso em 11/12/2020



Ocorre que as informações reais são subnotificadas, ao passo que as manchetes escandalosas, preocupadas apenas em chamar a atenção, colher audiência, colher frutos, incutem ideias que podem não corresponder à realidade. À época, em entrevista coletiva a Petrobras justificou o “prejuízo” com o ajuste (*impairment*), que literalmente significa desvalorização de ativos, ou seja, uma manobra contábil, para atualizar valores que a Petrobras teria a receber. Como vimos o preço do petróleo varia ao sabor da geopolítica mundial, então fica impossível fazer essa conta com precisão.

As considerações de Eduardo Costa Pinto, professor de Economia Política e Economia Brasileira do Instituto de Economia (IE) da UFRJ e Pesquisador do Inep, e de José Maria Rangel, petroleiro, coordenador da Federação Única dos Petroleiros e diretor do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, durante a participação de um debate da Revista Fórum sobre o balanço do primeiro trimestre de 2020 divulgado pela Petrobras, no qual aponta cerca de 48 bilhões de prejuízo, retomam o balanço de 2015 e nos ajudam a jogar alguma luz sobre essa discussão acerca de manchetes sobre prejuízos e interesses outros:

Eduardo: Em primeiro lugar precisamos procurar entender, como a Petrobras dá prejuízo de 48 bilhões, o maior de sua história, e ao mesmo tempo aumentou o caixa, o dinheiro que entrou na empresa. Tem a ver inclusive com as baixas contábeis em 2015 e 2016, comparando a Petrobras hoje com 15/16. A ideia do *impairment* é a seguinte, você tem uma plataforma, ao

longo do tempo essa plataforma vai produzir petróleo, vai render receitas num montante total, isso depende do quê? Depende do câmbio, depende do preço do petróleo, depende de uma quantidade de variáveis...O *impairment* é tanto uma decisão técnica quanto política, porque você tem uma regulação contábil. As principais empresas internacionais fizeram nesse primeiro trimestre. Porque a Petrobras fez *impairment* muito maior que todas as outras?

José Maria: É bom a gente falar sobre números: Total, US\$ 3,600 bilhões de dólares; Exxon Mobile, US\$ 2.800 bilhões; Cinopec, US\$ 1,5; BP, US\$ 1,100, Shell US\$ 750 milhões a Petrobras US\$ 13,4 bilhões de dólares. É muito dinheiro, disparidade grande com o que as outras fizeram. E nesse momento que ninguém tem certeza do que vai acontecer.

Eduardo Pinto: Qual a decisão política por traz disso? Eu não precisaria fazer um volume tão grande de *impairment* nesse primeiro trimestre. Eu poderia aguardar qual vai ser o parâmetro dos preços do futuro. Pensar Preço do petróleo daqui a cinco anos é o maior chute da terra. O Castelo Branco⁵⁸, num ato falho disse que esse prejuízo, o *impairment* não é igual ao de 2015/2016. Uma parte dos *impairment* de 2015/2016 tinha a ver com a queda do preço do petróleo, em janeiro de 2016 o preço do petróleo chegou a 30 dólares, valor de hoje, e a desvalorização cambial, que também ocorreu nesse primeiro trimestre, aconteceu lá em 2016, aconteceu agora. O *impairment* numa escala maior do que se esperava, legitimou a ideia de que Petrobras naquele momento estava quebrada pela corrupção. É uma decisão técnica e política, ninguém consegue prever exatamente o futuro ainda mais num mercado instável do Petróleo, então você vai adotar parâmetros. Naquele momento serviu para legitimar a ideia de que corrupção quebrou Petrobras e deveria encolher e reduzir a Petrobras. Segundo ponto esse pode ser usado como argumento agora, para dizer que é preciso privatizar, vender o que a Petrobras ainda tem. A ideia do Castelo Branco é apenas olhar o fluxo de caixa no curtíssimo prazo, não entende a dimensão do que é o setor de petróleo. Estudos dos últimos cem anos mostram que todas as empresas de petróleo integram verticalmente, do poço ao poste: da produção, do refino, da distribuição, da comercialização, da energia limpa, da questão da energia elétrica. E nesse momento é uma estratégia que vai contra todo esse movimento. (COSTA PINTO e RANGEL,2020)⁵⁹

De acordo com as informações do professor Eduardo Pinto e de José Maria, fica muito evidente que essa manobra contábil é quase uma ficção, em se sabendo que o preço do Petróleo tem uma volatilidade muito grande, não dá para fazer futurologia. Contudo, os jornais gritam nas manchetes “PREJUÍZO RECORDE”, na notícia até dão alguma informação, mas a ideia de

⁵⁸ Roberto Castello Branco, atual presidente da Petrobras

⁵⁹ Eduardo Costa Pinto, professor de Economia Política e Economia Brasileira do Instituto de Economia (IE) da UFRJ e Pesquisador do Ineep, e José Maria Rangel, petroleiro, coordenador da Federação Única dos Petroleiros e diretor do Sindicato dos Petroleiros do Norte. Debate “Balanço da Petrobras e os erros das privatizações”, Revista Fórum, Canal YouTube, 15/05/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I_A7ukL5CPY&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2mb4HjO_Pq1qyfQtzh_QGsbx1HTedIQ7u3RXkUAC9X_Z4c54eoQlv2jQI>. Acessado em 15/05/2020

prejuízo já foi disseminada. E a opção por um *impairment* tão a menor, em 2015/2016 contribuiu para legitimar aquela psicofera de Petrobras quebrada pela corrupção. Se é uma decisão técnica e política, a opção política apostou no caos, já que ninguém consegue prever o preço futuro com exatidão. E a disputa de diferentes interesses em torno da riqueza da Petrobras é perene, uma imagem de empresa quebrada pode reforçar o argumento pró-privatização da Petrobras.

De acordo com instruções do Manual de Redação do jornal Folha de S. Paulo, o título é de extrema importância pois, “a maioria dos leitores de um jornal lê apenas o título da maior parte dos textos editados. [...] Ou o título é tudo que o leitor vai ler sobre o assunto ou é o fator que vai motivá-lo ou não a enfrentar o texto” (FSP, 1996). A grande questão aqui é ter a imagem da Petrobras descrita por manchetes. Debates profundos, detalhados são imprescindíveis para o entendimento e para que a sociedade possa participar das decisões sobre os rumos da empresa, mas só são encontrados na mídia alternativa, que não possui a mesma capilaridade dos grandes grupos de comunicação. Nós já apontamos no capítulo anterior a capacidade de abrangência territorial de ambos os veículos, seja pela presença física, em praticamente todos os estados, seja pela possibilidade de acesso virtual aos conteúdos, e principalmente por serem veículos pertencentes aos maiores grupos de comunicação, líderes de audiência, e que desfrutam de credibilidade, o que lhes confere um perfil de agência de notícias, que pauta outros meios, (internet, rádio, TV) garantindo a cobertura em todo o país.

Ambos os veículos publicaram gráficos apontando a perda de valor da Petrobras e relacionado aos escândalos, ao que parece sem se atribuir nenhuma responsabilidade.

O Jornal O Globo recortou o período de um ano e atesta que o valor das ações da Petrobras estão “Ladeira abaixo”:

Gráfico 08 – O Globo - Queda das ações da Petrobras na bolsa de valores



Fonte: O Globo 18/01/2016, p. 18 Economia

O gráfico demonstra que, em janeiro de 2015, as ações valiam R\$ 9,44 tendo alcançado em maio de 2015 o valor de R\$ 14,38 para descer a ladeira até os R\$ 5,17, em janeiro de 2016. A notícia justifica: “No ano passado foi atingida pela confiança dos investidores com as revelações de esquemas de corrupção...junto a isso o preço do barril de petróleo despencava.”

Gráfico 09 – Folha de S. Paulo – Queda nas ações da Petrobras



Fonte: Folha de S. Paulo – 18/01/2016, p. A15

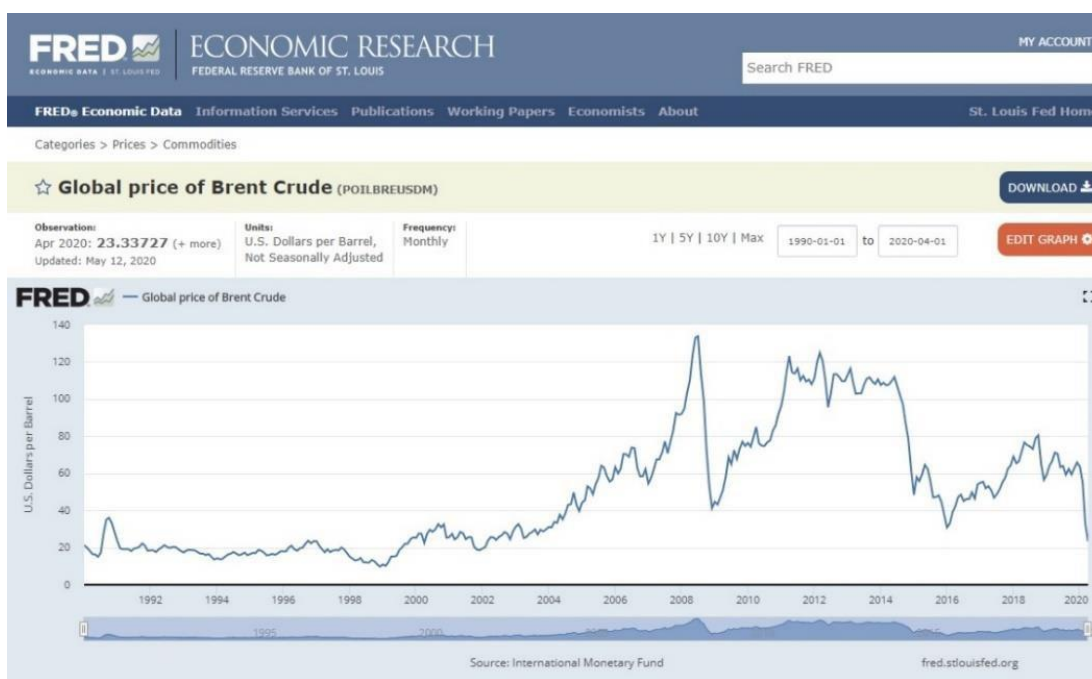
A Folha de S. Paulo atestou, em 18 de janeiro de 2016, que as ações da Petrobras estavam em “Queda livre” na bolsa de valores e registra o movimento de 2013 a 2016:

“As ações da Petrobras que já foram as mais populares entre os pequenos investidores pessoa física, derretem desde o início de 2014, quando foi revelado o escândalo de corrupção, pela operação Lava Jato...não há perspectiva de recuperação no petróleo, a estatal reduziu brutalmente os investimentos... e ainda corre risco de pagar indenização bilionária nos EUA...”

O Gráfico 09 demonstra que, de dezembro de 2013 a outubro de 2014, as ações da empresa oscilaram entre R\$ 17,00 e R\$ 21,00 com uma baixa a R\$12,00 e um pico até R\$23,95. Após outubro de 2014, o valor das ações despencou, batendo os R\$9,00, em 15 de dezembro de 2014. Em maio de 2015 subiu um pouco alcançando os R\$14,00, para retomar novamente a trajetória de queda até chegar aos R\$ 5,00 em janeiro de 2016.

Uma das explicações para a queda no preço das ações da Petrobras está na forte oscilação que o preço do petróleo sofreu em 2014. O Gráfico XII dá um panorama de três décadas das variações do preço no mercado internacional:

Gráfico 10 – Variação do preço do petróleo no mercado internacional em três décadas



Data in this graph are copyrighted. Please review the copyright information in the series notes before sharing.
Fonte: Dados do Economic Research Federal Reserv of Bank Of St Louis⁶⁰

Em janeiro de 2015, o preço do barril de petróleo cai aos US\$50 e em 2016 ficou abaixo dos US\$40,00, uma queda expressiva depois de ter batido a casa dos US\$ 114 em 2014. Especialistas atribuíram a queda ao excesso de oferta de petróleo no mundo. Os EUA começaram a produzir petróleo de xisto⁶¹, mais de 9 milhões de barris por dia, e os países

⁶⁰ Disponível em: < <https://fred.stlouisfed.org/series/POILBREUSD> >. Acessado em 28/05/2020.

⁶¹ O xisto betuminoso possui atributos de carvão e de petróleo. Por destilação fracionada, a seco, produz gasolina, gás combustível, enxofre, etc. Entretanto, trata-se de um processo poluente e economicamente desvantajoso. O Brasil possui uma das maiores reservas mundiais de xisto betuminoso. Disponível em: < <http://cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo1A/xisto.html> >. Acessado em 01/12/2020.

produtores de petróleo pertencentes a Opep se negaram a diminuir a produção. Os especialistas em geopolítica do petróleo afirmam que os constantes choques de petróleo, que abalam seu preço no mercado internacional são mais um motivo para que a Petrobras esteja sob controle do governo, pois, num momento de baixa, a empresa pode decidir deixar seu petróleo onde está, não precisa vendê-lo até que os preços voltem a um patamar conveniente. Um bom exemplo para se ter uma ideia desta afirmação acabou de ocorrer. Mesmo com o choque sofrido no preço do petróleo em 2020, e a divulgação de balanço no qual a Petrobras aponta cerca de U\$S 48 bilhões de prejuízo (*impairment*), no primeiro trimestre do ano, apesar disso, a estatal teve bons resultados de operação e exportação. Os investimentos anteriores, liberdade de decisão, posse de refinarias e a alta qualidade do óleo do pré-sal, com baixo teor de substâncias poluentes, fizeram toda a diferença para garantir o caixa da Petrobras, como explica o economista Eduardo Pinto (2020):

Novas plataformas entraram em operação, fruto dos investimentos de 2005, 2006. A produção de petróleo aumentou 17%. A Petrobras conseguiu exportar este petróleo pra China, países asiáticos, Holanda. A Petrobras aumentou também nesse momento o nível de utilização de refinarias e passou a vender mais derivados. O mercado externo continuou crescendo ainda nesse trimestre e aumentou fortemente as exportações de derivados também, em quase 60%. Inclusive, o preço desses derivados, aumentaram muito, recentemente, porque é o óleo de bunker, um tipo de combustível de navio, que dada a regulamentação, obrigou a utilização de óleo diesel de navio com menor teor de enxofre, que é menos poluente. E quem realiza esse tipo de produção? Algumas refinarias da Petrobras, principalmente a refinaria da Bahia, inclusive é a refinaria que está colocada à venda. A Petrobras conseguiu, olhando suas receitas e olhando suas despesas, em termos de dinheiro entrando e fluxo de caixa, a empresa aumentou a sua receita operacional em quase 30%. As refinarias que hoje, em parte, garantiram essa rentabilidade da Petrobras, elas estão colocadas à venda.⁶²

A oscilação do preço do petróleo está dada. Como já vimos, desde a década de 70 ocorreram diferentes choques, que não impediram a Petrobras de crescer e amealhar vultoso patrimônio, e investir muito dinheiro público até encontrar a enorme jazida de petróleo de primeira linha, do pré-sal, ainda não prospectada naquele momento. Estava lá abaixo da camada de sal, um patrimônio cobiçado por quem precisa de petróleo e não tem em seu território, um patrimônio que vai bem além das especulações com os preços pautadas pelo embate geopolítico.

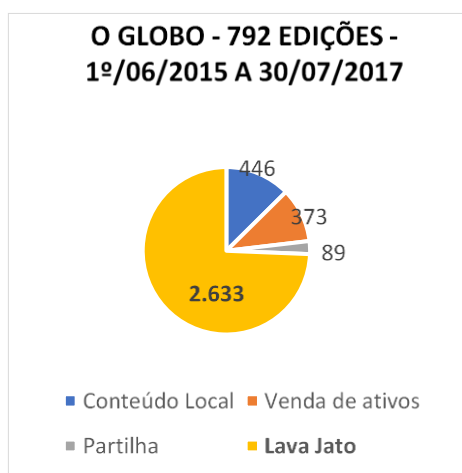
Outro fator que atingiu a Petrobras fortemente, como já vimos, foi o escândalo da Lava Jato. As notícias estavam estampadas nas manchetes e chamadas de capa dos impressos, em

⁶² Eduardo Costa Pinto: “Balanço da Petrobras e os erros das privatizações” – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I_A7ukL5CPY&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2mb4HjO_Pq1qyfQtzh_QGsbx1HTedIQ7u3RXkUAC9X_Z4c54eoQlv2jQI>. Acessado em 15/05/2020

estudo, com direito a texto resumido e repercutidas na maioria das vezes em mais de uma página no interior dos cadernos.

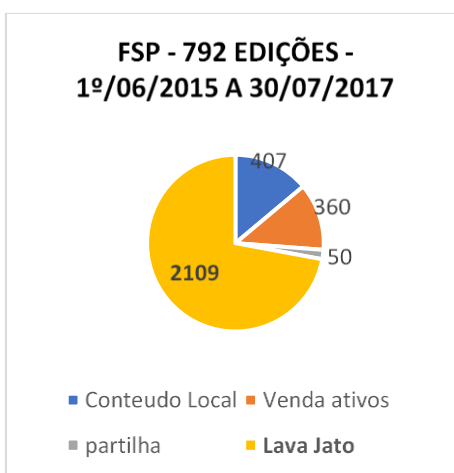
A amostra qualitativa demonstrou que nos títulos, subtítulos, e excertos recortados da notícia, o nome da “Petrobras” apareceu, sempre acompanhada de um adjetivo, verbo ou substantivo de denotação ou com conotação negativa. E a amostra quantitativa aponta a preferência pela abordagem do escândalo, em ambos os veículos.

Gráfico 11 – 792 edições O Globo



Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

Gráfico 12 – 792 edições FSP



Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

A “Operação Lava Jato” é tida por muitos como uma das maiores investigações sobre corrupção realizadas no Brasil. O período recortado para esta pesquisa abrange parte de intenso escândalo envolvendo o nome da Petrobras nos meios de comunicação. Alguns autores chamam a atenção para os impactos provocados na estatal, haja vista que o foco dos meios de comunicação era o escândalo e pouco ou nada do papel estratégico e potencial da Petrobras era abordado. Otaviani e Nohara citam Warde⁶³ (2018, p.55,) para demonstrar a catástrofe resultante dos resultados da Lava Jato, sobre a Petrobras e a demais empresas:

“Nós não apenas refoamos o desenvolvimento do mercado de infraestrutura, nós o desmantelamos[...] A empresa que mais perdeu valor foi precisamente a maior vítima: a Petrobras. Estima-se que ela tenha perdido. R\$436.600.000.000, sim quase 440 bilhões do valor que o mercado lheatribuía nos tempos que antecederam à Lava Jato. A ‘Operação Lava Jato’ estima recuperar R\$ 11.5 bilhões dos malfeitores. Seu impacto de destruição de valor no PIB brasileiro é estimado em R\$ 187 bilhões”. (OCTAVIANI; NOHARA, 2019, p.165).

⁶³ Warde, Walfrido. O espetáculo da corrupção: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. Rio de Janeiro: LeYa, 2018, p.55.

Gráfico 13 – Lava jato: perdas com a operação e estornos

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de (OCTAVIANI; NOHARA, 2019, p.165)

O Gráfico 13 ajuda a visualizar parte do estrago: para uma estimativa de recuperar R\$ 11.5 bilhões, um impacto de valor no PIB brasileiro de R\$ 187 bilhões. A campanha escandalosa resultou em falências e desemprego em massa, no circuito espacial da produção de petróleo, conforme o Quadro 2, que coloca a frente de cada empreiteira o número de funcionários demitidos, com dificuldades de contratação de obras e de financiamento bancários, pós-escândalos.

Tabela 2 - Demissões nas empreiteiras⁶⁴

CONSTRUTORA	NÚMERO DE DEMISSÕES
Andrade Gutierrez	-90.000
Camargo Correa	-2.500
EAS	-3.500
Engevix	-17.000
Odebrecht	-95.000
OAS	-80.000

⁶⁴ Ibidem

Promon	-380
Queiroz Galvão	-13.000
UTC	-20.325
Total de desempregados pela Lava Jato	-331.705

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de (OCTAVIANI; NOHARA, 2019, p.165)

Em “Lava a Jato: O interesse público entre punitivismo e desgovernança”, a professora Maria Virgínia Nasser (2019) se debruça sobre os entrelaçamentos da Operação, e traz contribuições muito interessantes para o debate, em torno da Lava Jato. Entre as discussões levantadas por Nasser pontuamos principalmente três, as quais não temos condições de aprofundar aqui, por não serem nosso objeto, mas, faz-se necessário chamar a atenção para a outros prismas que ampliam o debate acerca da operação, cuja massiva divulgação, com a preferência pelo escândalo que alimenta a mídia de massa, contribuiu para abalar a imagem da Petrobras, esse sim nosso objeto de estudo. A primeira diz respeito à contribuição da mídia para a construção da ideia de que corrupção é o maior problema do Brasil e a apropriação do tema por alguns candidatos, na hora da eleição, apenas como fator de mobilização de paixões na massa eleitoral:

Também não é novidade que a – justificada – preocupação e revolta com a corrupção torna o tema um objeto de escândalo junto à opinião pública e na arena política. Entretanto, nos anos recentes, o desejo expresso pela opinião pública de finalmente pôr fim à impunidade dos corruptos tem sido reforçado por uma atuação da imprensa que fez a cobertura hiperbólica dos escândalos de corrupção, ajudando a cristalizar a visão de que a corrupção é o maior dos problemas do Brasil. Não à toa, a corrupção e a possibilidade de continuação da Lava a jato influenciaram a campanha eleitoral para a presidência da República em 2018. (NASSER, 2019, p.6)

As manchetes da mídia transformaram o combate à corrupção na batalha das batalhas e o marketing político soube capitalizar em cima desse discurso e dos símbolos nacionais, até candidatos e partidos que sempre estiveram no cenário, apresentavam-se como o novo, que chegaram para acabar com a corrupção. Discursaram contra a corrupção até as velhas raposas da política, participantes da perene aliança entre grupos políticos, empresariais, burocráticos que se beneficiam de recursos públicos. Essa antiga aliança é o segundo aspecto focalizado por Nasser, citando Rodrigues (2017)⁶⁵, que julgamos importante jogar luz nos interstícios da Lava jato:

⁶⁵ RODRIGUES, Caio Farah. Além de enfrentar a corrupção, Lava Jato impõe, capitalismo aos empresários. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 jul.2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/07/1897570-choque-legalidade-e-adequacao-do-capitalismo-sao-herancas-da-lava-jato.shtml>. Acessado em:

Tomando a definição de Rodrigues, para quem a Lava Jato não revela apenas episódios de corrupção de funcionários públicos, mas esquemas de dominação social fundados na “aliança entre grupos políticos, empresariais e burocráticos, que se valem de canais institucionais e vastos recursos públicos e quase públicos (...) com a finalidade de perpetuar ou expandir o seu poder político, econômico e social’... “As mesmas empresas que se beneficiaram das políticas públicas voltadas para o setor de infraestrutura na ditadura são as primeiras a aparecerem como réus nas ações e inquéritos penais inicialmente deflagrados quando iniciada a operação Lava a Jato, sendo estas empresas continuamente citadas nas delações. (NASSER, 2019, p.19-23)

A julgar pelas denúncias expostas nas notícias, a Lava Jato não parece ter avaliado como problema a “perpetuação dos esquemas de dominação social” nem a “aliança entre grupos políticos, empresariais e burocráticos, que se valem de canais institucionais e vastos recursos públicos e quase públicos”, evidenciados por Nasser. Interessante saber que as empresas acusadas de pagar propina à funcionários públicos e atores da política, são as mesmas empresas que prestaram serviços aos governos desde a época da ditadura:

Quadro 3 – Empreiteiras de ontem e de hoje

Empresas integrantes do clube das 16	Obras emblemáticas da ditadura
Odebrecht	- Centrais Nucleares: Angra I, II e III, ressalvando-se que a obra de Angra III foi posteriormente adjudicada à Andrade Gutierrez; - Expansão do aeroporto do Galeão para permitir pouso de supersônicos; - Estrada de ferro Carajás, em conjunto com Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão.
Camargo Corrêa	Fase 2 do Metrô de São Paulo; - Ponte Rio Niterói, integrando o Consórcio Construtor Guanabara Ltda em conjunto com Mendes Júnior, Construtora Rabello e Sobrenco Engenharia e Comércio; - Aeroporto de Cumbica; - Usina de Itaipu, integrando o consórcio Unco em conjunto com Cetenco, CBPO, Mendes Júnior e Andrade Gutierrez; - Ferrovia do aço, contrato de maior valor; - UHE Tucuruí; - Estação de tratamento de esgoto de Barueri (a maior estação contínua do mundo à época).
Andrade Gutierrez	-Centrais Nucleares Brasileiras – Angra III após a rescisão com Odebrecht - Aeroporto de Confins - Usina de Itaipu, integrando o Consórcio Unco em conjunto com Cetenco, CBPO Mendes Júnior e Camargo Corrêa; - Ferrovia do aço, segundo maior contrato em valor; -Estrada de Ferro Carajás, em conjunto c Odebrecht e Queiroz Galvão.
Mendes Júnior	- Ponte Rio Niterói, integrando o Consórcio Construtor Guanabara Ltda, em conjunto com Camargo Corrêa, Construtora Rabello e Sobrenco Engenharia e Comércio; - Lotes 1 e 3 da Transamazônica; - Parte do lote 2 da Transamazônica, após a falência da empresa Cristo Redentor; - Aeroporto de Confins; - Usina de Itaipu, integrando o Consórcio Unco em conjunto com Cetenco, CBPO, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez; - Ferrovia do Aço
Queiroz Galvão	- Lote 4 da Transamazônica; - Ferrovia do Aço; - Estrada de Ferro Carajás, em conjunto com Andrade Gutierrez e Odebrecht

Fonte: (NASSER, 2019, p.31,32)

Entra governo, sai governo, sempre os mesmos se beneficiando das verbas públicas, unidos por uma aliança antiga e perene, como pode ser constatada no Quadro 1, mas, esse aspecto não mereceu discussão na mídia. Muito menos o terceiro fator, observação que joga luz sobre o processo avassalador que desestabilizou o circuito espacial de produção do petróleo sob comando da Petrobras, após o escândalo de corrupção maximizado pelos meios de comunicação. Isto nos leva à seguinte pergunta: É preciso jogar “a criança com água suja da bacia”? Ou seja, quais os caminhos para responsabilizar e punir os comprovadamente

envolvidos, em corrupção, sem quebrar as empresas, acarretando o fechamento de milhares de postos de trabalho e principalmente sem colocar em risco o nome da Petrobras, protegendo a empresa responsável pela matriz energética, que é tão estratégica para a soberania da Nação?

Será que o arcabouço jurídico-institucional no âmbito do qual se desenrolou a operação está pronto para lidar com os próprios achados da operação, punindo as empresas, mas, ao mesmo tempo, evitando enormes custos sociais e criando condições para que os esquemas deflagrados não se repitam? (NASSER, 2019, p. 33)

Até os próprios veículos de comunicação em estudo atribuem perdas de valor da Petrobras aos escândalos. Um escândalo maximizado sem avaliar os riscos para os empregos que foram perdidos e para a imagem da empresa de importância estratégica, pelo fornecimento de energia ao território. A discussão na superficialidade beneficiou a disputa política de discurso raso e calculado para agradar. A maioria dos partidos estiveram envolvidos, mas o clima canalizou tudo para o Partido dos Trabalhadores, ainda que a grande maioria dos partidos tivesse alguns ou muitos de seus integrantes envolvidos nas denúncias. Outros partidos construíram uma dimensão à parte, naquele mundo idealizado na medida do *marketing*, ‘não houvera corrupção antes, nem haveria depois, era só mudar àquele governo e tudo estaria resolvido’. O escândalo abalou em boa medida a credibilidade do Partido dos Trabalhadores, protagonista das mudanças que foram consideradas nacionalistas e estatistas pelos agentes pró-mercado. Mas para aqueles que invocam o fato de a Petrobras ter capital misto para que ela siga a cartilha do mercado, Otaviani e Nohara (2019) corroboram Bercovicci (2016) e também enfatizam a função social da Petrobras definida pela Constituição:

O inciso I do §1º do art. 173 da Constituição, inserido pela emenda Constitucional 19/1998, determinou ao estatuto jurídico das estatais o dever de dispor sobre sua função social e suas formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade. Tal disposição seria despicienda, pois é elementar que qualquer empresa estatal, fruto de uma decisão política para sua criação, a partir de dinheiros e potestades públicas, só existe para cumprir sua função constitucional, que em nossa Ordem Econômica, visa a alterar estruturas sociais e econômicas, internas e externas de caráter secular, levando-nos à superação do subdesenvolvimento. (OCTAVIANI e NOHARA, 2019, p.161)

O estatuto jurídico das estatais delinea o tamanho da responsabilidade da Petrobras e levar o país à superação do subdesenvolvimento é um de seus papéis. Uma política que não pode ser mudada, ao sabor do mercado e das alternâncias de governo, são políticas de Estado, diante da responsabilidade pela garantia do abastecimento de energia e de decidir sobre o uso dos recursos energéticos existentes no país, como já apontado por Fuser (2013). Segundo

dados⁶⁶ da ANP – Agência Nacional do Petróleo, a produção de petróleo e gás natural abastece os cofres públicos com recursos arrecadados oriundos de “bônus de assinatura, royalties e participações especiais... Parte destes recursos alimenta a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de pesquisas...”. Importante ter claro que muitos países buscam garantir suas reservas energéticas, inclusive, avançando sobre outras fronteiras.

Outro fator de extrema importância para análise da geopolítica do petróleo é o fenômeno de criação de estatais multinacionais, incluindo petroleiras, pelos Estados capitalistas contemporâneos, que operam além das fronteiras de suas nações, também abordado por (OCTAVIANI; NOHARA, 2019)

Os Estados capitalistas contemporâneos produziram também empresas estatais multinacionais, que operam estratégias econômicas em defesa de suas economias para além de suas fronteiras[...] A existência de tais Estatais Multinacionais e a abrangência de sua atuação, sempre em acordo com os interesses dos Estados que as criaram e controlam, tem levado à elaboração, em diversos Estados, de um verdadeiro sistema normativo de defesa contra tal atuação.[...] A contradição é apenas aparente: os Estados nacionais sempre defenderam acirradamente seus próprios interesses. Somente povos e culturas muito ingênuos ou sem capacidade de defesa não estabelecem tais estruturas duais, tornando-se, assim, os prováveis perdedores desse jogo. Faz parte dessa articulação estratégica no jogo, inclusive, a disseminação de ideologias referentes à ‘inexistência’, ‘desimportância’ ou ‘desatualização’ das empresas estatais nas principais economias do mundo...(OCTAVIANI; NOHARA, 2019, p.21, 23, 24, 25)

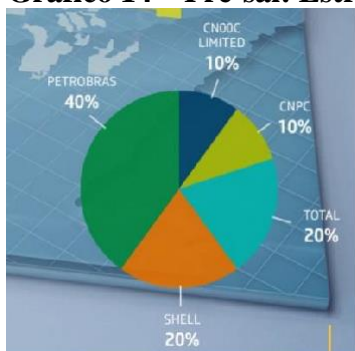
Algumas destas petroleiras estatais estão presentes em solo brasileiro: as chinesas, Sinochem, CTG, State Grid e CNPC; a norueguesa State Oil; Enel, italiana e a francesa Engie.

O campo de Mero, no bloco de Libra (Pré-Sal da Bacia de Santos), é apontado pela Petrobras como o mais promissor. “Libra apresenta reservatórios que estão entre os mais produtivos do mundo, com colunas de óleo, que chegam a 400⁶⁷ metros de espessura...”. A distribuição da exploração dessa riqueza está no gráfico disponibilizado no site da Petrobras:

⁶⁶ ANP- Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas>. Acessado em 13/01/2020.

⁶⁷ Disponível no site da Petrobras: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acessado em 13/01/2020.

Gráfico 14 – Pré-sal: Estrangeiras com a maior parte do campo de Mero



Fonte: Site da Petrobras

A China, por intermédio de suas petroleiras estatais CNOOC e CNPC, têm 20% de Mero. A francesa Total e a Anglo-Holandesa Shell juntas têm o mesmo percentual que Petrobras, 40%. Ou seja, no campo mais promissor, a Petrobras ficou com uma parte menor que as petroleiras internacionais, porém, nesses dados, o percentual da repartição não é problematizado; se está de acordo com o mercado nacional e internacional, parece estar tranquilo para mídia nacional. É a forma como a venda de ativos da Petrobras foi abordada pelos veículos em estudo, fórmula que mantém a maioria dos brasileiros mais uma vez fora deste debate.

A abertura da Petrobras ao mercado foi feita durante o período de governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003 assumiu Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo começou a implantar políticas visando o desenvolvimento da indústria nacional, movimento nominado por alguns de “neodesenvolvimentista”, por semelhanças com ciclos anteriores:

O Brasil teve dois ciclos ideológicos desenvolvimentistas: o primeiro foi de 1930 a 1964; o segundo, de 1964 a 1980. Até 1980, o desenvolvimentismo era o projeto de industrialização integral como via de superação da pobreza do subdesenvolvimento, conduzido com exclusividade pelo Estado. Algo nesse sentido só será visto novamente a partir do primeiro Plano Plurianual do governo Lula, que é a ideia do crescimento por distribuição de renda... (BIELSCHOWSKY, 2010)⁶⁸

A partir de 2003, sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o circuito de produção do petróleo em torno da Petrobras, como vimos, passou a ser pensado também priorizando conteúdo local, com objetivo de geração de emprego e desenvolvimento:

⁶⁸ Informação de Ricardo Bielschowsky em Palestra realizada em 23 de julho de 2010.” Disponível em: <http://centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf>. Acessado em 11/12/2020

Nossa decisão de construir no Brasil sondas de perfuração, plataformas de produção e a nova frota de navios da Transpetro, priorizando o conteúdo local, revitalizou a indústria naval brasileira.... A política de conteúdo local que adotamos foi a principal responsável pela geração de mais de 70 mil empregos em estaleiros brasileiros no período 2003-2013, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval). Atualmente, aproximadamente 76 mil pessoas estão empregadas no setor. No ano 2000, o setor empregava apenas 2,5 mil trabalhadores, um dos períodos mais críticos da indústria naval brasileira, que nas décadas de 70 e 80 chegou a ser apontada como a segunda mais bem estruturada no mundo. (Fatos e Dados, 2014)⁶⁹

Este cenário de geração de empregos vimos, há pouco, mudado drasticamente a partir da Lava jato. Analisando os resultados das notícias relacionadas a conteúdo local/nacional, coletadas no período recortado, pudemos verificar que o assunto não foi debatido com a sociedade pelos veículos em estudo. Idem com relação às três leis que mudaram a regulamentação da exploração do petróleo brasileiro em 2010. Como vimos, preponderou o escândalo de corrupção e prejuízo. Em artigo para o Correio da Cidadania, Felipe Coutinho e Gilberto Bercovici (2020) afirmam que a “Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil”⁷⁰:

O mito da Petrobrás quebrada. A Petrobrás é a maior e mais importante empresa do país. Embora tenha sido vítima de corrupção sempre esteve muito longe do risco de falência. A estatal é uma grande geradora de caixa. Entre 2012 e 2017, a geração se manteve estável entre 25 e US\$ 27 bilhões por ano. Também neste período manteve enormes reservas em caixa, entre 13,5 e US\$ 25 bilhões, superiores as multinacionais estrangeiras. A capacidade de honrar compromissos de curto prazo sempre foi evidenciada pelo índice de liquidez corrente superior a 1,5. A dívida da Petrobrás é proporcional às reservas em desenvolvimento do pré-sal e aos investimentos de mais de US\$ 250 bilhões, de 2009 a 2014, sendo perfeitamente administrável pela companhia que cresce, tanto na produção, quanto na geração operacional de caixa...Petrobrás, como empresa integrada e verticalizada, sempre apresentou lucros operacionais em linha com as maiores empresas de petróleo do mundo. O gráfico abaixo mostra os lucros brutos da Petrobrás no período de 2008 a 2017. Ao contrário do mencionado pelo Diretor-Geral da ANP, entre 2011 a 2014, a Companhia não teve prejuízos. Os resultados operacionais apresentados foram estáveis ao longo dos últimos anos justamente para garantir a lucratividade da Companhia, mas sem prejudicar os consumidores brasileiros.

⁶⁹ “Nova frota gerou mais de 70 mil empregos na indústria naval no período 2003-2013”. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/nova-frota-gerou-mais-de-70-mil-empregos-na-industria-naval-no-periodo-2003-2013.htm>>. Acessado em: 14/01/2020

⁷⁰ Correio da Cidadania. “Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil”. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/economia/13474-petrobras-e-a-maior-vitima-de-fake-news-da-historia-do-brasil>. Acessado em 17/05/2020.

É um tipo de informação que precisa ser detalhada com gráficos, levantada em debates, para que seja entendida, mas nem são abordadas e quando são, ocorre pontualmente e não inspiram manchetes. É preciso jogar luz sobre os assuntos relacionados ao papel da Petrobras; apenas com todas as ideias na mesa e ampliação dos debates se terá condições de harmonizar interesses dos mercados internos e externos com o papel estratégico da Petrobras.

Gráfico 15 - Lucros brutos da Petrobrás 2008 a 2017



Fonte: Dados do Correio da Cidadania

Para Coutinho e Bercovicci, “os detratores da Petrobrás superdimensionaram os prejuízos causados pelos corruptores e corruptos que lesaram a companhia, com o objetivo de justificar a privatização dos seus ativos e do petróleo”⁷¹. Os autores corroboram o pensamento de Eduardo Pinto e atribuem esse mito a um plano para facilitar a venda da estatal:

O mito da Petrobrás quebrada foi o pilar ideológico do plano lançado em setembro de 2016, Plano de Negócios e Gestão (PNG 2017/21), que tem como principal objetivo reduzir a alavancagem, antecipadamente, a 2,5 no final de 2018. O indicador escolhido é obtido pela divisão da “dívida líquida” pelo “EBTIDA ajustado” e no plano anterior seria atingido em 2020. Assim o plano pretende justificar a privatização de US\$ 35 bilhões em ativos entre 2016 e 2018. O mito da Petrobrás quebrada é alimentado pela lenda do endividamento ameaçador. O endividamento teria sido motivado pela corrupção e por maus investimentos. Agora ele estaria a ponto de quebrar a Petrobrás e a única alternativa seria privatizar os ativos da estatal a toque de caixa. Esta falácia é

⁷¹ Correio da Cidadania. “Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil”. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/economia/13474-petrobras-e-a-maior-vitima-de-fake-news-da-historia-do-brasil>. Acessado em 17/05/2020

revelada pela estimativa do impacto da corrupção e dos investimentos em ativos ditos improdutivos no endividamento da Petrobrás.

Como nosso levantamento vem mostrando, nas informações difundidas pelo território encontramos opção preferencial pelo escândalo de corrupção, e outras preteridas, como esse debate acerca do “pseudo endividamento da estatal”.

Quadro 4 – Um olhar sobre a conjuntura no entorno da Petrobras

1) Brasil rico em minérios, pode ser o maior produtor de alimentos do planeta, tem dois dos mais importantes aquíferos mundiais e com o pré-sal, não dependeria de fornecimento externo de energia, condição de soberania, para qualquer país do mundo.	2) Os países mais importantes nos eixos econômico, científico e tecnológico são países autonomamente industrializados.
3) A 1ª revolução industrial, na Inglaterra, ocorreu porque ela tinha carvão, energia abundante e barata.	4) Na 2ª revolução, o petróleo projetou os EUA, como maior potência geoeconômica e política mundial.
5) A Petrobras descobriu a bacia de Campos (1977), petróleo pesado, que levou à autossuficiência em 2006, logo superada.	6) Governo Lula, espalhou sondas para Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte.
7) O pré-sal é produto de décadas de existência da Petrobras. Equipes de geologia, geofísica, treinadas em universidades, no Brasil e no exterior (mestrado, doutorado).	8) Pré-sal deu ao Brasil e à Petrobras a vantagem de únicos desenvolvedores de tecnologia para águas profundas, na época.
9) Grande oportunidade de se tornarem competitivos, também mundialmente, não só na área de petróleo. Equipamento que serve para petróleo serve também para outra coisa.	10) Petrobras agente da implantação de uma política de Estado. Políticas e estratégias definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética é que iria ajustar o desenvolvimento e a produção do pré-sal com o desenvolvimento nacional.
11) Contratos sob regime de concessão ocorrem em áreas com risco exploratório. Fura-se dez poços para achar petróleo em um.	12) Na área do pré-sal, estudos geológicos mostravam riscos praticamente zero. O investimento não corria risco, não era possível manter o modelo concessão.
13) No modelo partilha, a operadora única é a Petrobras, o petróleo é da União, do povo brasileiro, tem que se submeter às regras de conteúdo nacional. Projeto de país tendo como base o desenvolvimento nacional.	14) Quebra do modelo partilha atende a interesses internacionais. Se o petróleo for de propriedade do povo, não é deles. Querem segurança energética para eles. Essa província vai durar 50 anos. As outras províncias vão decair.
15) A destruição do sistema Petrobras faz parte de um projeto de destruição do Brasil como país	16) Petrobras já é gerida como empresa privada. Não é mais uma estatal com visão de

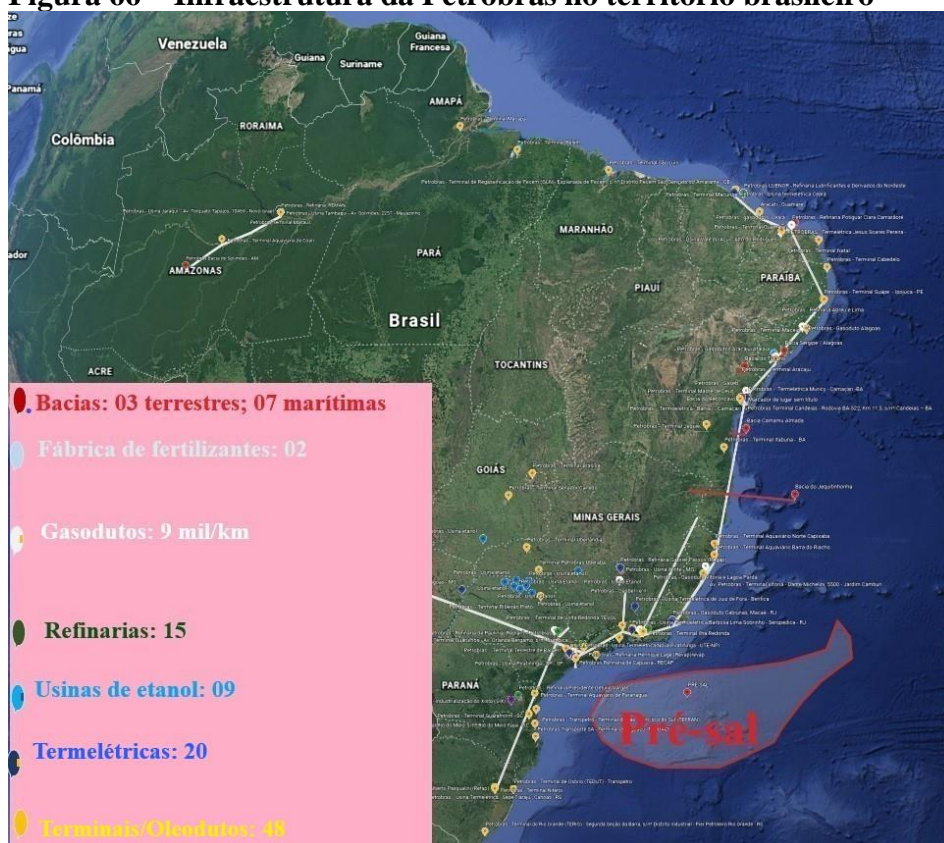
soberano, com suas potencialidades, que pode passar de coadjuvante para um protagonismo, no cenário geopolítico mundial.	Brasil, inserida em programas científicos, econômicos, culturais. É um fundo de investimentos, caminhava para isso com FHC e agora retoma, quer o maior lucro num menor prazo de tempo, com menor investimento. Maiores beneficiários são fundos estrangeiros, capitalismo puramente financeiro.
17) O setor de petróleo e gás natural atingem fármacos, cosméticos, fertilizantes, plásticos, não é só o combustível, gás de cozinha e indústria, um sistema complexo com necessidade grande de conhecimento. Precisa ter isso concentrado, gerenciado e estruturado num projeto de país, junto com as universidades.	18) A empresa organizou o Cenps - Centro de pesquisa da Petrobras, e o entrosamento com as universidades brasileiras. Esse é um potencial de desenvolvimento gigantesco. Atualmente, o Cenps foi reduzido a uma unidade de negócios. Tratar a pesquisa e o desenvolvimento como negócio, de curtíssimo prazo, atenta contra a concepção do desenvolvimento científico e tecnológico que tem de ser de longo prazo.

Fonte: Elaboração própria com base na entrevista do Geólogo Guilherme Estrela para as redes sociais do deputado Federal Bonh Gass, no dia 19/07/2020.

Elencamos no Quadro 4 alguns fatores importantes, relacionados ao papel da Petrobras, que foram levantados pelo Geólogo Guilherme Estrela (2020), ex-diretor de produção e exploração da Petrobras, nos Governos de Lula, em uma entrevista⁷² que concedeu para as redes sociais, do deputado Federal Bonh Gass. Ao longo de cerca de 90 minutos, Estrela fez considerações importantes sobre a importância da energia para as potências mundiais e principalmente, sobre a competência da Petrobras no setor de petróleo e gás e na contribuição para o desenvolvimento, com possibilidade de elevar a competitividade das empresas nacionais, em relação às estrangeiras, no exterior, com o pré-sal, não só na área de petróleo, pois um equipamento que serve para petróleo serve também para outra coisa, esse potencial, com conteúdo nacional ligado ao desenvolvimento tecnológico autônomo brasileiro. Uma Petrobras, como agente da implantação de uma política de Estado, que impactaria o Brasil, que ficou de fora da primeira revolução mundial, porque não tinha carvão, mas, com o pré-sal, pode passar de coadjuvante para um protagonismo no cenário geopolítico mundial.

⁷² Informação de Guilherme Estrela em entrevista realizada em 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?v=598622874382872&ref=watch_permalink>. Acessado em 02/12/2020

Figura 66 – Infraestrutura da Petrobras no território brasileiro



Fonte: Elaboração própria, adaptado, a partir do cruzamento de dados do site Petrobras⁷³ sobre a base cartográfica disponível no Google Earth

A figura 66 produzida e adaptada a partir de dados da estatal, disponibilizados no site, cruzados com a base cartográfica do Google Earth, oferece uma visualização da presença da Petrobras em todo o território, com uma base técnica que permite prospectar petróleo em suas bacias, refinando, enviado óleo e gás através de gasodutos e oleodutos que atravessam os estados de norte a sul, entre outras atividades. Nos dados disponibilizados no site da Petrobras, não aparece a BR distribuidora com seus mais de 8.176 postos de combustíveis (2017). A Petrobras foi proprietária única da BR até 2017, quando iniciou a venda de ações, na bolsa de valores. Em 2019 a maioria das ações foram negociadas, e atualmente tem apenas 41% do capital da BR Distribuidora. Também já não aparece no site as usinas de biodiesel, a estatal saiu do negócio, em agosto de 2017 eram quatro, duas próprias e duas em parceria.

A estrutura da Petrobras, edificada com dinheiro público ao longo de seis décadas, além de fornecer energia, também dinamiza a produção econômica no território, como parte do

⁷³ Disponível em <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/usinas-de-etanol/>> Acessado em: 28/02/2021.

desenvolvimento que fomenta. Estimativa de geração de empregos em 2030, da FGV Energia, Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas, com base nos “empregos contabilizados em 2017 e a produção média diária de petróleo no mesmo ano, aplicada sobre o cenário base de produção de petróleo, calculado até 2030”, projeta para o circuito de produção do petróleo, a geração de “cerca de 1,3 milhão de empregos em 2030, aí considerados diretos, indiretos e induzidos. Essa mesma fonte afirma:

Todos os estudos realizados por órgãos públicos e privados indicam que o Brasil estará disputando a quinta posição entre os maiores produtores de petróleo do mundo, em 2030. se houver interesse em expandir a geração de empregos locais, será necessário, em primeiro lugar, definir o papel da indústria brasileira, no desenvolvimento do setor resta esperar, portanto que a pujança do pré-sal não venha a significar uma robusta exportação de empregos, em detrimento do Brasil... (CHAMBRIARD; NEVES, 2020, p.10-14)

A estatuta da Petrobras começa com o abastecimento energético, “responsabilidade essencial de qualquer Estado”, Fuser (2013, p.49). Abastecimento que tem forte impacto também na segurança e defesa nacional, “a detenção e/ou domínio de reservas e de capacidade tecnológica e industrial de exploração e produção de petróleo ainda mantêm elevado significado estratégico”, Costa (2015, p.4). Em função dessa predestinação da Petrobras, atrelada ao desenvolvimento, segurança e soberania, muito dinheiro público foi investido em pesquisas e qualificação de seus funcionários, desde sua fundação, na década de 1953.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a imagem da Petrobras, que é projetada no território pelos meios de comunicação, objeto desta pesquisa, sempre esteve pautada pelo entendimento dos papéis, tanto da estatal, quanto da comunicação social, papéis estes que são delimitados pela Constituição Federal, em função da centralidade da Petrobras para o desenvolvimento, soberania e segurança da Nação, e da comunicação como espaço de diálogo entre as diferentes forças e interesses, ou de imposição de narrativas hegemônicas no território. Encontramos apoio para analisar essa imagem da estatal em Santos (1994, p.51), que nos adverte sobre o fato de que as imagens que conformarão os territórios, passam pela lente do meio-técnico-científico e informacional, “a informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade”. E em Raffestin (1993, p.220) que chegou à conclusão de que “As mídias não são um “poder”, mas instrumentos de poder combinados em estratégias”.

O controle social do Estado depende fortemente da qualidade da informação distribuída no interior do território, portanto, está dado que a comunicação é imprescindível à formação da opinião pública por apresentar a prestação de contas do Estado, seja quando praticada diretamente pela Instituição Pública, seja na condição de comunicação social, mediada por atores privados (imprensa, rádio, televisão, etc.). Contudo, como vimos no capítulo 2, no período recortado para o estudo, a preferência dos veículos estudados foi para os crimes de corrupção cometidos por alguns políticos e empresários e poucos funcionários da estatal, apesar disso, toda a empresa foi envolvida numa atmosfera onde preponderou o escândalo. Esse cenário impactou fortemente, não só a Petrobras, mas todo o circuito espacial de produção do entorno da estatal, quebrando empresas, ceifando empregos, atmosfera que comprometeu consideravelmente a imagem da estatal, a ponto de provocar perdas em seu valor de mercado. Nas informações analisadas no período, mesmo quando a Petrobras não era o objeto da notícia, em alguma parte do texto aparecia a frase “esquema de corrupção da Petrobras”, ou coisa similar. Por outro lado, encontramos uma abordagem rasa e tendenciosa sobre o formato partilha dos contratos, venda de ativos e exigência de conteúdo local.

Seria ingenuidade, conceber a hipótese de que os dois maiores grupos de comunicação do Brasil desconheçam o papel da Petrobras, definido na Constituição, o qual foi delimitado com vistas ao desenvolvimento, segurança e soberania da Nação. A julgar pelos editoriais

expostos no capítulo 2, é possível deduzir que ambos os veículos foram pautados somente pelas disputas de mercado, e ao escolher um dos lados, descumpriram o papel fundamental e constitucional de informar, de fomentar o debate em função da pluralidade de interesses econômicos e políticos em constante disputa pela riqueza da Petrobras, interesses internos e externos como vimos. A justificativa encontrada em ambos os veículos foi travestida de uma “pseudo-batalha” contra aquilo que definiram como “estatismo”, imposto pelo governo do Partido dos Trabalhadores. Todavia, se realmente existisse essa desconfiança, se não fosse somente uma batalha retórica, entendemos que a melhor forma de lidar está na advertência de Comparato (1996, p.10-19)⁷⁴ apud Octaviani; Nohara (2019, p.160):

Convém, no entanto, advertir para a falsa dicotomia que se procura hoje inculcar no tocante à distribuição equitativa do bem-estar social, entre o estatismo e o privatismo. O princípio da participação popular permite evitar esses extremos, introduzindo uma linha de ação mais democrática na administração pública.” (OCTAVIANI; NOHARA, 2019, p.160)

Ou seja, implementar leis como a do formato partilha com o intuito de trazer para a Nação, para o povo brasileiro, o controle do petróleo, investir as riquezas resultantes para o bem-estar da nação, como educação, saúde, pesquisas; atrelar a produção dos campos do pré-sal ao uso de equipamentos e serviços nacionais, para impulsionar o desenvolvimento, seria estatismo, como afirmaram os dois grupos em seus editoriais, e artigos de opinião pró-privatismo? Comparato vê falsidade nessa dicotomia, e propõe a participação popular como ponto de equilíbrio estatismo/privatismo. Então, bastaria aos grupos de comunicação, promover um debate plural, com todas as ideias na mesa, como manda a Constituição Federal, preceito basilar da Comunicação Social, debate esse que não foi encontrado por nós.

A participação cidadã dependerá da prática de uma comunicação social plural, que garanta espaço para as diferentes vozes da sociedade, e a comunicação das instituições públicas precisa ir muito além da publicidade, mas, fundamentalmente, dar transparência às ações do Estado, para permitir o controle e a intervenção da sociedade, uma prática comunicacional não encontrada na maioria das informações publicadas sobre a Petrobras, aquela Petrobras, com imenso potencial para gerar emprego e tecnologia nacional, e projetos de direcionar os resultados da riqueza do pré-sal para a educação e a saúde, isto é, a estatal responsável por parte da energia estratégica para a nação.

⁷⁴ COMPARATO, 1996. Direito público: estudos e pareceres. São Paulo:Saraiva,1996.

Os veículos em estudo contaram com amplo espaço, para a defesa da venda do patrimônio da Petrobras e pelo desmonte do modo partilha nos contratos. Por outro lado, faltou espaço para o debate com atores que apresentam uma visão diferente, personagens que expressaram e expressam a defesa da implantação de políticas, que foram consideradas nacionalistas pelo mercado, como demonstra a ausência de diversidade de opiniões nas matérias. Não levaram em conta que as principais estatais, entre elas a Petrobras, foram pensadas para fomentar o desenvolvimento do país, com o objetivo de sair da condição de subdesenvolvimento, na medida em que viabilizavam a produção econômica interna, e a descoberta do pré-sal, continua sendo vista por muitos como uma grande oportunidade para o desenvolvimento nacional.

A consciência desse processo de assimetria entre os polos geoeconômicos da economia capitalista permeou a criação das estatais no período que teve Getúlio Vargas e Juscelino Kubtschek como os estadistas líderes do desenvolvimento nacional brasileiro. Empresas como a Petrobras (petróleo), a Eletrobras (energia elétrica), CSN (siderurgia), o BNDE (financiamento para a industrialização) ou o IRB (resseguro) criaram um ecossistema cuja missão era viabilizar o processo de produção econômica, superando bloqueios advindos (i) da baixa capacidade econômica ou técnica do empresariado nacional ou da (ii) assimetria funcional à tentativa de subjugação do Brasil por parte de outros países e a manutenção do país na condição periférica e materialmente colonial (agora não mais de Portugal, mas ainda de outras nações interessadas.) (OCTAVIANI; NOHARA, 2019, p.47)

Desde o Brasil, colônia de Portugal, as riquezas nacionais servem ao enriquecimento de outras nações: pau Brasil, ouro, pedras preciosas etc. O Brasil do século XXI continuará exportando petróleo cru? Enquanto o petróleo se mantiver como a principal matriz energética e o Brasil for detentor do pré-sal, quem será favorecido pela riqueza? Os gráficos do capítulo anterior demonstram a dependência das grandes potências dessa energia, enviaremos óleo bruto, ou refinado? Quem decide? A população participará dessas discussões?

As pesquisas demonstraram que a opção por “sobre o quê informar” segue um padrão. No período recortado, encontramos mais de duas mil notícias, em cada um dos veículos, sobre o escândalo da Lava jato, envolvendo o nome da Petrobras; venda de ativos, cerca de 300 notícias, idem; conteúdo local, cerca de 400; contrato de partilha, 89 notícias no O Globo e 50 na Folha de S. Paulo. O padrão também se repete na escolha dos entrevistados, com uma ou outra exceção, todos têm o pensamento em consonância com o mercado, e ausência de pensamento discordante entre os entrevistados de ambos os veículos.

O fato de a informação refletir apenas os interesses do mercado, do qual fazem parte os grupos de comunicação em estudo, precisa ser problematizado. Sem respeitar a diversidade

de interesses, que é vital para a democracia, a formação da opinião pública fica comprometida. A Abmaq (Associação Brasileira da indústria de máquinas e equipamentos) divulgou uma carta pública em 2017, afirmando que “Acabar com conteúdo local é crime de lesa-pátria”, publicada pelo site “O Monitor Mercantil”, em 10 de fevereiro de 2017, porém, essa avaliação não foi submetida aos debates sobre o tema. Além de não fomentarem o debate, de não garantirem espaço para o contraditório, ainda fizeram, como vimos, opção preferencial por um escândalo, que era grave, mas, na visão de muitos estudiosos do fenômeno, foi maximizado e sem o devido cuidado de preservar a imagem da Petrobras.

No artigo “Riqueza movida a petróleo: maldição ou alavanca para o desenvolvimento?” Piquet e Lumbreras (2020) analisam diferentes formas de implantação de exigências de conteúdo local por países produtores de petróleo e destacam o fato do modelo praticado pela Noruega ser frequentemente citado como um caso de sucesso. “A Noruega decidiu desenvolver seus recursos petrolíferos lentamente, com o objetivo explícito de permitir que um setor de serviços noruegueses se desenvolvesse (TOLDO, et al, 2013). Tal estratégia logrou enorme sucesso e permitiu a formação de uma indústria altamente competitiva, composta por empresas líderes mundiais em exploração submarina, perfuração e engenharia”. As autoras também destacam que Noruega e Reino Unido adotaram métodos diferentes de exigência de conteúdo local, “Porém ambos se utilizaram de tal instrumento com o intuito de se apropriar das rendas petrolíferas para o desenvolvimento e fortalecimento de sua própria indústria”. No caso do Brasil, desde 1999 existiam exigências de conteúdo local, contudo, só a partir de 2003 passou-se a exigir percentuais mínimos e aquisição de bens e serviços locais. As exigências se intensificaram em 2005 com a determinação de percentuais mínimos e máximos e a diferenciação de índices diferenciados para blocos em águas profundas, águas rasas e em terra. Mas as pressões reduziram as exigências:

A partir de 2014 mudanças no cenário internacional...e a grave crise política e institucional ocorrida no país...acirraram pressões para mudanças nas regras do PCL...houve redução média nos compromissos de CL a partir de 2017.... A indústria fornecedora e as entidades de classe alegam que, com as mudanças a indústria naval brasileira entrará em decadência, o país voltará a ser receptor de produtos fabricados no estrangeiro, a geração de empregos e capacidade de produção serão comprometidas e haverá um retrocesso nas conquistas relativas à inovação. (PIQUET; LUMBRERAS, 2020, p.68,69,73)

Nessa perspectiva, Bercovici afirma que “essas rendas podem ser facilmente dispersadas, quando deveriam ser utilizadas de modo que criassem ativos duráveis” (2011, p.29-30-42).

Em 2019, a Petrobras bateu recordes de produção, 3,1 milhões de barris de óleo equivalente (boe/d), continua imprescindível para o desenvolvimento da nação brasileira, logo, a discussão em torno das regras contratuais que norteiam a participação de petroleiras internacionais na exploração do petróleo e toda decisão sobre esse importante patrimônio do Brasil e dos brasileiros é de interesse de todos. Existe indiscutivelmente um conflito estabelecido entre os interesses públicos e os interesses privados, inclusive, há que se ampliar o foco e verificar a possibilidades de outros vetores nesse conflito, como ficou evidente com a publicação pelo *WikiLeaks*, dos telegramas enviados pelo consulado estadunidense que registraram a luta das petroleiras internacionais contra as mudanças na legislação do marco regulatório do petróleo, e a incidência política junto a políticos brasileiros.

O ocaso do petróleo como matriz energética está em curso e o Estado brasileiro tem em mãos os instrumentos necessários para cumprir suas responsabilidades no enfrentamento da substituição da matriz energética. “Os Estados são dotados [...]para impor as políticas de energia” (FUSER, 2013, p.50), mas os investimentos em energias alternativas pararam de ocorrer desde 2015, segundo denúncia da Federação Única dos Petroleiros. Usinas de biocombustíveis foram fechadas, assim como o investimento em energia eólica. A estatal responsável pela matriz energética da nação não investe em alternativas e o seu patrimônio vem sendo delapidado. Na avaliação de especialistas, o período de substituição completa por energias alternativas vai até 2050. Até lá, qual nação vai usufruir da riqueza do pré-sal? A estimativa é de que as reservas fiquem entre 80 bilhões e 120 bilhões, um petróleo de primeira qualidade, com maior valor de mercado. Embora Costa (2019) advirta que a estratégia geopolítica-militar e a defesa nacional levaram potências do mundo a criarem suas próprias empresas para explorar petróleo em seus territórios ou onde tiver reservas, e primar pela “capacidade de dominar o circuito completo de produção, refino e distribuição de petróleo e de seus derivados”, a Petrobras fатиou a BR distribuidora na bolsa de valores, tem planos de vender suas refinarias e já vendeu seus gasodutos, sem estranhamento ou debate profundo. Pelo contrário, as ações foram ‘festejadas’ nas notícias publicadas pelos veículos em estudo, como benéficas para a Petrobras.

Em 30 de junho de 2020, Dilma Rousseff foi interpelada pela pergunta de uma líder petroleira, durante debate⁷⁵ para a TV dos Petroleiros:

⁷⁵ TV Petroleiros. 10ª edição SindiPapo: Especial Dilma Rousseff. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=_EEfBvpRqWQ. Acessado em 12/06/2020

Foi necessário parar a Petrobras, pra conseguir dar o golpe? Com a descoberta do pré-sal o Brasil teve a coragem de falar pro mundo: ‘descobrimos essa enorme riqueza, vamos explorar com uma estatal brasileira, a Petrobras, gerar emprego e tecnologia nacional, com o conteúdo local’, e depois ainda tivemos a coragem de falar que esse recurso ia pra educação e saúde.
(ARCHIVES,2020)⁷⁶

As considerações da ex-presidente na entrevista acrescentam elementos importantes sobre as forças horizontais e verticais em disputa no território, com dados da geopolítica. Ao final das considerações de Dilma, Cibele Vieira, da FUP, também traz dados de mudanças já ocorridas sobre a participação da Petrobras.

Alguns estudos têm relacionado a maximização do escândalo, do qual a Petrobras foi vítima, com a conjuntura política brasileira do período e avaliam que o clima desempenhou papel importante no projeto de enfraquecimento do governo do Partido dos Trabalhadores, atingindo suas principais lideranças. O objetivo final seria a retomada do poder, e o desfazimento de políticas implementadas com vistas ao desenvolvimento e investimento em mudanças do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. No prefácio do livro “Relações indecentes⁷⁷”, Maria Inês Nassif também aborda a divulgação das conversas feita pelo The Intercept, e vê nos escândalos patrocinados pela Lava Jato, e maximizados pela mídia, a construção de uma psicofera que alavancou o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2015 e a prisão de Lula para que não participasse das eleições de 2018:

A divulgação das conversas entre os integrantes da Lava Jato feita pelo site The Intercept a partir de 9 de junho de 2019 – material colhido pelo hacker Walter Delgatti das conversas entre os procuradores, policiais e o próprio Moro em chats do Telegram – prova que juiz e procuradores “armaram” condenações, manipularam provas, induziram delações e, junto com a mídia tradicional brasileira, conservadora e oligárquica, construíram o clima que resultaria no *impeachment* da presidenta petista Dilma Rousseff no final de 2015. E, de quebra, entregaram o poder, de bandeja, a Bolsonaro, em 2018. A denúncia do golpe promovido pela aliança entre a cruel elite brasileira, a mídia oligárquica e o Judiciário (que concedeu ao juiz de primeira instância poderes extralegais e direito de condenar sem provas, impunemente e sob seus aplausos) e da prática de “lawfare” nas sentenças condenatórias que levariam Lula à prisão foram fartamente comprovadas pelos diálogos. Lula, de fato, foi sacrificado na luta sem tréguas da elite brasileira para tirar a esquerda do poder.” (NASSIF, 2019, p.8)

⁷⁶ Cibele Vieira Archives, Secretaria de Administração e Finanças, da Federação Única dos Petroleiros - FUP

⁷⁷ Resenha da editora Tirant Brasil: “Relações Indecentes complementa e contextualiza o livro anterior, Relações Obscenas. Ambos reúnem intelectuais brasileiros para analisar as revelações da VazaJato, o vazamento de informações dos chats em que os protagonistas da operação Lava Jato conspiravam contra a Justiça, contra a democracia e contra a soberania do Brasil. É um registro histórico de um momento em que o Brasil tem suas instituições e sua democracia ameaçadas”. Disponível em: < <https://editorial.tirant.com/br/libro/relacoes-indecentes-E000020005394>>. Acessado em: 12/02/2021.

Na seção “O poder de destruir um país”, do mesmo livro, com o artigo “Efeitos da Operação Lava Jato na economia brasileira”, a professora Rosa Maria Marques, titular do Programa de Estudos Pós-graduados de Economia Política da PUCSP, também aborda as revelações das mensagens hackeadas e faz uma análise de que a crise aberta, que culminou com o impeachment, teve início a partir do momento que Dilma Rousseff contrariou interesses dos banqueiros e as empreiteiras foram alvos principais em função de disputas no mercado internacional:

“Situar a crise no imediato pós-eleição, ao final de 2014, não significa desconhecer que representantes da indústria, dos bancos, do agronegócio, entre outros setores da economia, tenham se colocado francamente em oposição ao governo Dilma bem antes das eleições. Isso porque, entre outras medidas, Dilma contrariou os interesses do setor bancário financeiro interno e externo quando, em sua tentativa de fazer avançar a aprofundar as políticas implantadas por Lula no bojo da crise de 2008/2009, reduziu a taxa básica de juros (Selic) de 10,75% (final de 2010) para 7,25% (final de 2012), quando a inflação estava na casa de 5,9%, e decidiu utilizar os Bancos do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) como instrumentos para reduzir o spread bancário dos bancos privados, abrindo linhas de empréstimos a taxas de juros menores que a média do mercado e tendo como resultado o aumento da participação dos bancos públicos nas operações de crédito do sistema financeiro. A franca oposição de antes irá se apresentar como uma crise política aberta, escancarada, depois das eleições presidenciais de 2014”.

Para Marques, a Operação Lava Jato escolheu investigar as empresas do setor da construção pela centralidade que este ganhou nos governos do Partido dos Trabalhadores e pela inserção no mercado internacional:

“Durante esses governos foi feito um esforço para que o investimento retornasse a áreas consideradas estratégicas e incentivado que construtoras realizassem obras em outros países, com destaque para a América Latina e a África. Em relação ao primeiro objetivo, houve a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007 ... Em 2011, foi lançado um novo PAC, envolvendo mais parceiros privados e públicos. Não é de se estranhar, portanto, que, entre as empresas envolvidas na Operação Lava Jato, além das estatais, com destaque para a Petrobras e cinco de suas refinarias, houve uma enorme concentração das investigações nas empresas da indústria da construção, especialmente em suas maiores... Para além dos números das empresas diretamente afetadas, ...é importante se atentar para seu resultado: o desmantelamento do setor da construção civil e do petróleo e do gás no país.... Já as empreiteiras, além de terem encolhido em tamanho, deixaram de ser uma ameaça aos interesses de empresas internacionais, especialmente dos Estados Unidos.” (MARQUES, 2019, p.94-95-97)

No início de fevereiro de 2021, a força tarefa da “Lava Jato” de Curitiba deixou de existir, mas a maximização da operação nos meios de comunicação e a condução da Lava Jato em si, continuaram sendo questionadas, por estudos específicos e pareceres de especialistas e autoridades. Destacamos o pronunciamento⁷⁸ do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes sobre a postura do Juiz Sérgio Moro, responsável pelos julgamentos da operação, e do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força tarefa, na condução da Lava Jato, revelados em diálogos gravados⁷⁹.

“Ou nós estamos diante de uma obra ficcional fantástica que merece o Prêmio Nobel de literatura, ou estamos diante do maior escândalo judicial da história da humanidade... Este modelo de estado totalitário que se desenhou teve a complacência da mídia... Quero que fique muito claro o que estamos discutindo e o que ocorreu no Brasil... Vamos ser julgados nisso aqui é pela História. Se formos cúmplices deste tipo de situação, nós montamos um modelo totalitário”.

Em entrevista à BBC Brasil, 15 de fevereiro de 2021, Gilmar Mendes acrescentou que “A Lava Jato tinha candidato e tinha programa no processo eleitoral”, o Ministro do Supremo Tribunal Federal relaciona a prisão de Lula com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil, em 2018, e o cargo de Ministro da Justiça, ocupado por Sérgio Moro, que deixou de ser juiz de primeira instância em Curitiba, PR, para compor o governo Bolsonaro.

Primeiro a Lava Jato atua na prisão do Lula. Prestes à eleição, a Lava Jato divulga o chamado depoimento ou delação do Palocci, tentando influenciar o processo eleitoral. Depois, o Moro vai para o governo Bolsonaro, portanto eles não só apoiaram como depois passam a integrar o governo Bolsonaro. (MENDES, 2021)⁸⁰

Esperamos, com o apoio de outros estudos, e com a análise da imagem da Petrobras projetada pela mídia no território, termos contribuído para ampliar a visão sobre as narrativas que constroem imagens como ferramenta das disputas territoriais.

⁷⁸ Julgamento da 2ª turma do STF (Supremo Tribunal Federal) do pedido do procurador Deltan Dallagnol e outros seis colegas para que o ex-presidente Lula não tivesse acesso às mensagens deles, em poder da polícia Federal, que foram hackeadas e divulgadas. “Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/02/gilmar-mendes-sobre-os-dialogos-de-moro-na-lava-jato-obra-ficcional-ou-o-maior-escandalo-judicial-da-humanidade/>> . Acessado em: 11/02/2021.

⁷⁹ Hackers invadiram os celulares de procuradores e de autoridades de Brasília, no material divulgado pelo Site The Intercept Brasil é possível ver o ex-juiz, orientando a acusação e até mesmo indicando testemunhas contra o ex-presidente Lula. Disponível em: < <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acessado em: 11/02/2021.

⁸⁰ Lava Jato prendeu Lula, apoiou eleição de Bolsonaro e integrou governo, diz Gilmar Mendes. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56077269>>,. Acessado em: 20/02/2021.

Para concluir, deixamos também um registro iconográfico por meio da Figura 67, inspirada nos vocábulos negativos com os quais a Petrobras foi apresentada pela mídia no período, e da Figura 68, inspirada no mutualismo de empresa edificada com dinheiro público, fornecedora de energia imprescindível para o desenvolvimento, soberania e segurança da Nação.

Figura 67 – Arte Petrobras na mídia



Fonte: Produção nossa de arte inspirada na imagem da Petrobras, pautada pelo escândalo de corrupção

A imagem da figura 67 foi delineada a partir das matérias sobre a “Lava Jato”, que envolveram a Petrobras em uma atmosfera altamente negativa, mesmo quando a estatal não foi o tema principal, algum conteúdo negativo da matéria fez referência a ela; a frase mais encontrada foi “esquema de corrupção da/na Petrobras” e não encontramos referências ou

debates que abordassem o papel estratégico da Petrobras. Por outro lado, na outra imagem (figura 68), uma grande empresa, que tem uma relação de mutualismo com o território, recebe investimentos de dinheiro público e devolve a garantia da matriz energética necessária para o desenvolvimento e defesa da Nação, dando condições, depois do pré-sal, de projetar o Brasil. Com alguma licença poética, transformamos os dados na imagem de uma Petrobrás que almejamos, ao serviço da Nação, para todos os brasileiros e brasileiras que habitam este território.

Figura 68 – Petrobras do Brasil



Fonte: Imagem criada por nós com base no papel constitucional da Petrobras

Encerramos nossa colaboração, mais uma vez invocando a indagação de Santos (1994, p.57), sobre a medida para o relacionamento com os interesses de fora que chegam ao território verticalmente. Como participar do mundo globalizado “sem comprometer a realização” de nossos interesses? Tal é a verdadeira questão moral e política colocada pelo processo e pelas realidades da globalização.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-Americanos: o papel das finanças. *In*: LEMOS, Amália I. G.; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: CLASCO: Universidade de São Paulo, 2006.

BERCOVICI, Gilberto, orelha de livro. *In*.: COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

BERCOVICI, Gilberto. **A inconstitucionalidade do regime de desinvestimento de ativos das sociedades de economia mista**. Revista de direito da ADVOCEF, Brasília Ano XIV, Nº 28, 2019.

BERCOVICI, Gilberto. **A Decisão de Lewandowski e a Restauração da Legalidade**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/A-Decisao-de-Lewandowski-e-a-Restauracao-da-Legalidade/40/40790>. Acessado em 02/07/2018.

BERCOVICI, Gilberto. **Direito econômico do Petróleo e dos recursos minerais**. Editora Quartier Latin do Brasil. São Paulo, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. **Modelo das concessões petrolíferas, do país é inconstitucional**. Revista **Consultor Jurídico**, 13 de setembro de 2015, 8h00. Disponível em: <
<https://www.conjur.com.br/2015-set-13/estado-economia-modelo-concessoes-petroliferas-pais-inconstitucional>>. Acessado em: 09/02/2021.

CARINE, Cloviomar; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **A irracionalidade dos desinvestimentos da Petrobras**. Publicado em 14/08/2017. Disponível em: <
<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-irracionalidade-dos-desinvestimentos-da-petrobras/>>. Acessado em: 27/10/2020.

CARTA CAPITAL. **Novo alvo do MPF: os políticos donos da mídia**. Publicado em 24/11/2015 09h47, última modificação 24/11/2015 09h53. Acessado em : 27/10/2020.

CARTA CAPITAL. **Sobre publicidade estatal e transparência**. Disponível em: <
<http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/sobre-publicidade-estatal-e-transparencia-7735.html>>. Acessado em 16/11/2019.

CARTA CAPITAL. **O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros?**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros/>. Acessado em: 27/10/2020.

CARTA CAPITAL – BRASIL DEBATE. **O que a ascensão da Eurásia tem a ver com Venezuela e Brasil.** Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-que-a-ascensao-da-eurasia-tem-a-ver-com-venezuela-e-brasil/>>. Acessado em 20/05/2020.

CHAMBRIARD, Magda; NEVES. **Petróleo, gás natural, emprego e renda. FGVENERGIA, 07/02/2020.** Disponível em: < <https://fgvenergia.fgv.br/opinioes/petroleo-gas-natural-emprego-e-renda-estimativas-para-2030>>. Acessado em 28.02/2021.

CONH, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo.** São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. **A Petrobrás e a indústria de petróleo no Brasil: geopolítica e estratégia nacional de desenvolvimento.** Confins [Enligne], 39 | 2019. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/confins/17645>>. Acessado em: 12/12/2019.

COSTA, Fernando Torres Baptista da (Catálogo USP), **Relação entre cobertura da mídia, valor das empresas e liquidez das ações.** Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-05052016-123429/pt-br.php>> Acessado em 16/11,2019.

COSTA PINTO, Eduardo; RANGEL, José Maria. **Balanço da Petrobras e os erros das privatizações** – Revista Fórum, Canal YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I_A7ukL5CPY&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2mb4HjO_Pq1qyfQtzh_QGsbx1HTedIQ7u3RXkUAC9X_Z4c54eoQlv2jQI>. Acessado em 15/05/2020.

DIÁRIO DO PRÉ-SAL. **O que é o Pré-sal.** Disponível em: <https://diariodopresal.wordpress.com/o-que-e-o-pre-sal/>. Acessado em 09/10/2010.

ESTRELA,Guilherme.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/watch/live/?v=598622874382872&ref=watch_permalink>. Acessado em: 30/07/2020

FERNANDES, André de Godoy. Meios de comunicação social no Brasil: promoção do pluralismo, direito concorrencial e regulação. 2009. Tese (Doutorado em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.2.2009.tde-02122009-152713. Acesso em: 2020-10-28.

FOLHA DE SÃO PAULO. WIKILEAKS OS PAPÉIS BRASILEIROS - **Petroleiras foram contra novas regras para pré-sal.** Folha de São Paulo, 13/12/2010. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1312201002.htm>>. Acessado em: 02/08/2016.

FIORI, José Luis. “**A transição energética**”. Site A Terra é redonda, 2020. Disponível em:https://aterraeredonda.com.br/a-transicao-energetica/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=a-transicao-energetica&utm_term=2020-07-08. Acessado em 09/07/2020.

FUSER, Igor. **Energia e relações internacionais.** São Paulo: Editora Saraiva,2013.

HARVEY, David. **O novo imperialism.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades,2018.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>>. Acessado em: 02/08/2020.

KAHIL, Samira Peduti. **Psicoesfera: A modernidade perversa**. Revista do Departamento de Geografia, N. 11, p. 218, 1997.

KAHIL, Samira Peduti. **Psicoesfera: Uso criativo da esfera técnica do território e novo espírito do capitalismo**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 475-485, Dezembro, 2010.

INTERVOZES. **“Vozes Silenciadas”**: A cobertura da mídia sobre o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em <<https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas/>>. Acessado em 15/10/2011. Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interliv009vozmep-baixa.pdf>. Acessado em 16/11, 2019.

LIMA, Paulo César Ribeiro. **A importância estratégica do refino para o Brasil e para a Petrobrás**. Disponível em: <<https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2527-a-importancia-estrategica-do-refino-para-o-brasil-e-para-a-petrobras>>. Acessado em 02/05/2020.

MARQUES, Rosa Maria. **Efeitos da Operação Lava Jato na Economia brasileira**. In GONÇALVES, Mírian, et al. “Relações indecentes”. São Paulo: Tirant Empório do Direito Ltda, 2019.

MANTOAN, Ruth Alexandre de Paulo. **Geopolítica do petróleo, comunicação e psicofera: os usos do território sob os interesses do capital transnacional**. 2016. TCC da Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de São Paulo. São Paulo. 2016.

MONIÉ, Frédéric; BINZTOK, Jacob. **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2012.

MONITOR MERCANTIL. **Acabar com conteúdo local é crime de lesa-pátria**. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/acabar-com-conteudo-local-e-crime-de-lesa-patria/>>. Acessado em: 21/02/2020.

MUNHOZ, Eliane Regina. **A Rede Globo de Televisão no território Brasileiro através do sistema de emissoras afiliadas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, Leonardo; ALECRIM, Mylena; OLIVEIRA, Jéfte, OLIVEIRA, Mariana; COSTA, Saulo. **“Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”**: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019/146180>”. Acessado em 18/11/2019.

NASSER, Maria Virginia N. do A. Mesquita. **Lava a Jato: o interesse público entre punitivismo e desgovernança**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

NASSIF, Maria Inês. **A hegemonia da crueldade: Como uma elite raivosa enfiou uma faca no coração da Democracia**, In GONÇALVES, Mírian, et al. “Relações indecentes”. São Paulo: Tirant Empório do Direito Ltda, 2019.

OCTAVIANI, Alessandro. **Estatais: Estatais no mundo; histórico no Brasil; Regime jurídico; licitações; governança; casos: BNDES, Caixa, Petrobras, Embrapa e Sabesp; setores estratégicos para o desenvolvimento; funções do Estado capitalista contemporâneo**./ Alessandro Octaviani e irene Nhohara -. São Paulo: Thompson Reutes Brasil, 2019.

PASTI, André. **Contribuições de Milton Santos para pensar a democratização da comunicação.** file:///C:/Users/Ruth%20Alexandre/Downloads/APasti_dialogos-latinos.pdf. Acessado em 03/11/2020.

PASTI, André. **Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do Território brasileiro.** Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287414>. Acessado em: 27/11/2019.

PETROBRAS. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>. Acessado em 15/05/2020

PIQUET, Rosélia; LUMBRERAS, Marlúcia Junger. **Riqueza movida a petróleo: maldição ou alavanca para o desenvolvimento?** Novos Cadernos NAEA. v. 23, n. 1, p. 59-80, jan.-abr. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, José Maria. **Balanço da Petrobras e os erros das privatizações** – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I_A7ukL5CPY&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2mb4HjO_Pq1qyfQtzh_QGsbx1HTedIQ7u3RXkUAC9X_Z4c54eoQlv2jQI>. Acessado em 15/05/2020

RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia. **Matéria e Espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação,** In RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. V. 3. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usado e humanismo concreto: O mercado socialmente necessário.** In: Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina, 2005. São Paulo: Universidade de São Paulo. Anais, p. 12467.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e fragmentação.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAUER, Ildo; RODRIGUES, Larissa Araújo. **Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios.** Estud. av. vol.30 no.88 São Paulo set./dez., 2016.

SILVA, Luciano Pereira Duarte. **Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista.** Tesede Doutorado, Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas, 2019.

SIQUEIRA, Fernando. **Pré-sal: o ouro do Brasil, entrevista com Fernando Siqueira.** Disponível em: <http://www.fnpetroleiros.org.br/noticias/3536/pre-sal-o-ouro-do-brasil-entrevista-com-fernando-siqueira>. Acessado em: 27/10/2020.

TOZI, Fábio. **As privatizações e a viabilização do território como recurso.** Campinas, SP: [s.n.], 2005.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz, et al. **A notícia como máquina de guerra. Análise dos discursos sobre a Petrobras e a produção de petróleo e gás nos jornais: um enfoque no Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 2019.